

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

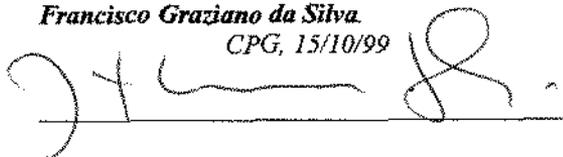
PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Lauro Francisco Mattei

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Lauro Francisco Mattei em 15/10/99 e orientada pelo Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva.

CPG, 15/10/99



Campinas, 1999

15/0004/25

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	30
N.º CHAMADA	17/11/1999
V.	Ex.
TOMBO BC	40614
PROC.	278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	\$11,00
DATA	18/03/00
N.º CPD	

CM-00139034-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

M43p Mattei, Lauro Francisco
Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina/ Lauro Francisco Mattei. – Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: José Francisco Graziano da Silva
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Desenvolvimento rural – Santa Catarina. 2. Ocupações - Zona rural – Santa Catarina. 3. *Pluriatividade agrícola. I. Silva, José Francisco Graziano da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Em memória de minha mãe, exemplo
de dignidade e de persistência.

Para Patrícia, pelo carinho, compreensão
e apoio nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. José Graziano da Silva pela orientação, estímulo e apoio na elaboração desse estudo.

Aos demais professores do Instituto de Economia da UNICAMP por toda a aprendizagem ao longo desses anos de convivência.

Aos funcionários do Instituto de Economia pelo apoio recebido durante a realização do curso.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudo nos três primeiros anos do curso.

À FAPESP pela concessão de bolsa de estudo durante o último período e também pelo financiamento dos equipamentos de informática.

Ao “Projeto Rurbano”, seus coordenadores e grupo de pesquisadores das diversas universidades pelo nível do debate acadêmico. Também aos estagiários do projeto pelo apoio recebido.

À Mauro Eduardo Del Grossi e à Carlos Huaira Contreras pelo apoio no processamento estatístico dos dados em todas as fases da pesquisa.

À Marcelino de Souza pelas constantes discussões sobre os temas tratados nesse estudo e pela leitura da versão final da tese.

Aos colegas do Doutorado em Economia pelo estímulo e pelo elevado nível de convivência acadêmica.

À Marisa Rossetto pela revisão final do trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL EM SANTA CATARINA NAS DÉCADAS DE OITENTA E NOVENTA	24
1.1- INTRODUÇÃO	24
1.2- EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS ENTRE 1981 e 1997	27
1.2.1 – A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	35
1.2.2 – OS RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	38
1.2.3 – OS SETORES DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NÃO-AGRÍCOLA	44
1.2.4 – AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS	48
1.2.5 – AS PESSOAS COM DUPLA ATIVIDADE	51
1.3 – RESUMO E CONCLUSÕES	55
CAPÍTULO II: A PLURIATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS CATARINENSE	57
2.1 – INTRODUÇÃO	57
2.2 – A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS FAMÍLIAS RURAIS CATARINENSES POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	59
2.3 – A EVOLUÇÃO DAS RENDAS DAS FAMÍLIAS	71
2.3.1 – A EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA FAMILIAR	72
2.3.2 – A EVOLUÇÃO DA RENDA <i>PER CAPITA</i>	79
2.3.3 – A RELAÇÃO ENTRE RENDA E ÁREA NA PRODUÇÃO FAMILIAR	82
2.3.4 - A QUEDA DA RENDA AGRÍCOLA	85
2.4 – RESUMO E CONCLUSÕES	102

CAPÍTULO III: A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU	106
3.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	110
3.2 – PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO	117
3.3 – O QUADRO AGROPECUÁRIO ATUAL DO MUNICÍPIO	121
3.4 – O ESTUDO DE CASO	130
3.4.1 – A TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	132
3.4.2 – O COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	134
3.4.3 – AS CONDIÇÕES PRODUTIVAS DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO	137
3.4.4 – ALGUNS INDICADORES DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS	140
3.4.5 – O COMPORTAMENTO DA RENDA FAMILIAR	142
3.5 – RESUMO E CONCLUSÕES	147
CAPÍTULO IV : RESUMO E CONCLUSÕES	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICE METODOLÓGICO	166

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I:

TABELA 1.1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOMICILIAR.....	25
TABELA 1.2: PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE (10+), SEGUNDO A SITUAÇÃO DOMICILIAR, A CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A ATIVIDADE PRINCIPAL. SANTA CATARINA, 1981/97.....	28
TABELA 1.3: POPULAÇÃO RURAL OCUPADA 15 HORAS E MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E O TIPO DE ATIVIDADE. SANTA CATARINA, 1981/97.....	37
TABELA 1.4: POPULAÇÃO RURAL DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE. SANTA CATARINA, 1981/97.....	40
TABELA 1.5: POPULAÇÃO URBANA DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE. SANTA CATARINA, 1981/97.....	43
TABELA 1.6: PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NÃO-AGRÍCOLA OCUPADA 15 HORAS E MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA. SANTA CATARINA, 1981/97.....	46
TABELA 1.7: PRINCIPAIS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA 15 HORAS E MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA. SANTA CATARINA, 1981/97.....	49
TABELA 1.8: PESSOAS COM DUPLA ATIVIDADE NA PEA OCUPADA 15 HORAS E MAIS NA SEMANA DE REFERÊNCIA. SANTA CATARINA, 1981/97.....	53

CAPÍTULO II:

TABELA 2.1 : DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS EXTENSAS SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO. SANTA CATARINA, 1997.....	61
TABELA 2.2: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS EXTENSAS. SANTA CATARINA, 1992/97.....	63
TABELA 2.3: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS EXTENSAS NÃO-OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO. SANTA CATARINA, 1992/97.....	65
TABELA 2.4: EVOLUÇÃO DAS PESSOAS ATIVAS (CONCEITO RESTRITO) DAS FAMÍLIAS EXTENSAS, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO E O TIPO DE OCUPAÇÃO DE SEUS MEMBROS. SANTA CATARINA, 1992/97.....	67
TABELA 2.5: EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS ATIVAS POR FAMÍLIA EXTENSA, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO E O TIPO DE FAMÍLIA. SANTA CATARINA, 1992/97.....	70
TABELA 2.6: COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS. SANTA CATARINA, 1997.....	74
TABELA 2.7: EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO. SANTA CATARINA, 1992/97.....	77
TABELA 2.8: EVOLUÇÃO DA RENDA <i>PER CAPITA</i> , SEGUNDO OS TIPOS DE FAMÍLIA EXTENSAS. SANTA CATARINA, 1992/97.....	80
TABELA 2.9: COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS DOS CONTA-PRÓPRIA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E OS GRUPOS DE ÁREA. SANTA CATARINA, 1997.....	83

TABELA 2.10: COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS DE EMPREGADORES COM ATÉ DOIS EMPREGADOS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOMICILIAR E OS GRUPOS DE ÁREA. SANTA CATARINA, 1997.....	85
TABELA 2.11: VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO, DOS PREÇOS E DA RENDA DE PRODUTOS SELECIONADOS. BRASIL, 1990-98/1980-89.....	86
TABELA 2.12: TAXAS DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES EM SANTA CATARINA.....	100

CAPÍTULO III:

TABELA 3.1 : POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO. BLUMENAU, 1980 A 1996.....	118
TABELA 3.2: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOMICILIAR. BLUMENAU, 1980 A 1996.....	119
TABELA 3.3 : EVOLUÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR. BLUMENAU, 1980 A 1995/96.....	122
TABELA 3.4: PROPORÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL. BLUMENAU, 1995/96.....	123
TABELA 3.5: CLASSES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. BLUMENAU, 1995/96.....	124
TABELA 3.6: PRINCIPAIS INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA. BLUMENAU, 1995/96.....	126
TABELA 3.7: PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. BLUMENAU, 1995/96.....	128
TABELA 3.8: EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA PECUÁRIA MUNICIPAL. BLUMENAU, 1995/96.....	129

TABELA 3.9: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS. BLUMENAU, 1992/96.....	130
TABELA 3.10: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR TIPO DE OCUPAÇÃO. BLUMENAU, 1997.....	134
TABELA 3.11: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS POR TIPO DE OCUPAÇÃO DE SEUS MEMBROS. BLUMENAU, 1997.....	135
TABELA 3.12: NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS ATIVAS E NÃO ATIVAS POR TIPOS DE FAMÍLIAS. BLUMENAU, 1997.....	136
TABELA 3.13: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ATIVAS POR RAMOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO OS TIPOS FAMILIARES. BLUMENAU, 1997.....	137
TABELA 3.14: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS FAMILIARES POR ESTRATO DE ÁREA. BLUMENAU, 1997.....	138
TABELA 3.15: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS POR ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS. BLUMENAU, 1997.....	139
TABELA 3.16: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS DE ACORDO COM A APOSENTADORIA. BLUMENAU, 1997.....	140
TABELA 3.17: DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIAS DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO. BLUMENAU, 1997.....	141
TABELA 3.18: COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DOS TIPOS FAMILIARES. BLUMENAU, 1997.....	142
TABELA 3.19: RENDA TOTAL <i>PER CAPITA</i> , SEGUNDO OS TIPOS FAMILIARES. BLUMENAU, 1997.....	144
TABELA 3.20: COMPOSIÇÃO DA RENDA DOS CONTA-PRÓPRIA, SEGUNDO OS TIPOS FAMILIARES E OS GRUPOS DE ÁREA. BLUMENAU, 1997	145

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO I:

GRÁFICO 1.1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 10 +, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOMICILIAR.....	28
GRÁFICO 1.2: EVOLUÇÃO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	29
GRÁFICO 1.3: EVOLUÇÃO DA PEA OCUPADA RURAL.....	30
GRÁFICO 1.4: EVOLUÇÃO DA PEA OCUPADA URBANA.....	34

CAPÍTULO II:

GRÁFICO 2.1 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO MILHO EM SC. 1983/97.....	88
GRÁFICO 2.2 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ARROZ EM SC.1983/97.....	89
GRÁFICO 2.3 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FEIJÃO EM SC. 1983/97.....	90
GRÁFICO 2.4 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA SOJA EM SC. 1983/97.....	91
GRÁFICO 2.5 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO TRIGO EM SC. 1983/97.....	92
GRÁFICO 2.6 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA MANDIOCA EM SC. 1981/97.....	93
GRÁFICO 2.7 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA BATATA EM SC. 1981/97.....	94
GRÁFICO 2.8 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CEBOLA EM SC. 1981/97.....	95
GRÁFICO 2.9 : EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FUMO EM SC. 1990/97.....	96
GRÁFICO 2.10:EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE EM SC. 1984/97.....	97
GRÁFICO 2.11:EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS SUÍNOS EM SC. 1984/97.....	98
GRÁFICO 2.12:EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FRANGO EM SC. 1984/97.....	99

RESUMO

A lógica que fundamentou a modernização da agricultura pressunha uma identidade entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural. Sabe-se hoje que, onde essas políticas foram implementadas, a agricultura se modernizou mas a pobreza rural persistiu. É justamente este fato que permite afirmar que os parâmetros de desenvolvimento rural transcendem a esfera agrícola, não podendo mais ser identificados em termos setoriais e nem ser avaliados apenas a partir dos níveis da produtividade agrícola.

Há um consenso na literatura especializada de que as atividades econômicas presentes no espaço rural não podem ser reduzidas apenas à sua função primordial de produção alimentar. Atualmente existe um conjunto de outras atividades sendo desenvolvidas nesse espaço, as quais romperam com o enfoque tradicional que colocava a agricultura como atividade hegemônica do mundo rural.

Este processo gera novas dinâmicas técnico-produtivas que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho rural. Por um lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho liberando mão-de-obra no interior das famílias. Por outro, aumenta o número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que não estão mais diretamente relacionadas à agricultura. No âmbito deste processo surgem as **famílias pluriativas**, as quais passam a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades.

Neste sentido, o presente estudo analisa as transformações em curso na dinâmica do trabalho rural no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de cobrir uma lacuna sobre o tema da pluriatividade, uma vez que a maior parte dos trabalhos existentes se refere a estudos de casos, os quais não dão conta de avaliar a dimensão desse fenômeno no âmbito geral do estado.

A principal conclusão extraída das informações analisadas é o que o emprego rural catarinense já não é mais exclusivamente agrícola, tendo em vista a forte tendência de crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas para uma parcela importante da PEA rural. Para se ter uma dimensão desse processo, basta considerar que em 1997, 29% da PEA rural catarinense estava ocupada em atividades não-agrícolas.

INTRODUÇÃO

Hoje existe um consenso na literatura especializada de que as diversas atividades econômicas presentes no **espaço rural** transcendem a esfera do mundo agrícola, o qual por sua vez, não pode ser reduzido apenas à sua função primordial de produção alimentar. Com isso, impõe-se a necessidade de novas análises que contemplem todas as dimensões do rural, para além das atividades especificamente agrícolas.

A lógica que fundamentou a modernização da agricultura era a de que o desenvolvimento agrícola levaria necessariamente ao desenvolvimento rural. Neste caso, o fim da pobreza no meio rural poderia ser obtido através de políticas públicas que incentivassem a modernização¹. Sabe-se que, em praticamente todos os países do “terceiro mundo”, essas políticas foram implementadas, a agricultura se modernizou, as famílias rurais aumentaram os seus níveis educacionais e, no entanto, a pobreza persistiu. Em parte, essa teoria supunha que as soluções para as áreas rurais poderiam ser obtidas a partir da própria economia agrícola e dos mercados onde esta se inseria.

Nesta concepção, o desenvolvimento rural foi, por muito tempo, identificado em termos setoriais e avaliado em função dos níveis de produtividade das atividades agrícolas, bem como pensado em termos da eficiência dos sistemas de produção agrícola. Esses sistemas, originários daquilo que mundialmente ficou conhecido como “Revolução Verde”², baseavam-se no uso intensivo dos fatores de produção (aumento do uso da força mecânica em detrimento da força de trabalho humana; aplicação da adubação química em substituição à adubação natural; controle químico das pragas e doenças; etc.) visando conformar economias de escalas cujos objetivos eram a obtenção de uma produção regular, massificada e de alta competitividade. Com isso o meio rural sempre foi visto apenas como um espaço de produção agrícola.

Neste sentido, a sociedade rural pode ser considerada uma sociedade agrícola somente em termos do uso e da ocupação das terras destinadas especificamente à produção agrícola. Nos demais aspectos, os indicadores de desenvolvimento agrícola e

¹ - Para maiores detalhes, veja Schultz (1965).

² - Esse pacote tecnológico foi difundido mundialmente por diversos centros internacionais de pesquisa e também pelas grandes corporações que estavam mais interessadas em obter novos mercados para seus produtos.

desenvolvimento rural são diferentes. No primeiro caso, como já mencionamos, prevalecem os indicadores de mercado (economia de escala, melhoria da produtividade e competitividade dos produtos). Já o desenvolvimento rural pressupõe outros indicadores que vão além dos aspectos meramente produtivos. Dentre estes, destacam-se as condições de vida da população; a qualidade dos produtos; as relações de trabalho; o acesso aos meios de produção, especialmente à terra; os níveis de renda agrícola e não-agrícola dos produtores rurais; a conservação dos recursos naturais, etc.

Hoje observamos que, paralelamente ao êxito obtido pela revolução verde em termos de elevação da produtividade agrícola no âmbito mundial, está em curso uma forte diferenciação econômica e social entre regiões e países que, aliada à problemática ambiental, colocou em rediscussão os principais fundamentos do processo de modernização agrícola. Em outras palavras, pode-se dizer que está cada vez mais nítido o rompimento do enfoque tradicional que associava o espaço rural exclusivamente à agricultura, tanto em termos da produção como em termos de um “modo de vida” agrícola. Neste caso, a agricultura deixou de ser uma categoria sócio-econômica específica e diferente dos demais setores econômicos e grupos sociais e perdeu a hegemonia sobre o espaço rural. O que recoloca o debate sobre desenvolvimento rural em um novo patamar.

Segundo Marsden (1995), o papel da agricultura como fonte básica da vida social e econômica está em questão devido, principalmente, à falência das proposições do pós-guerra de que ela criaria um padrão de vida semelhante ao do mundo urbano. Por isso, é necessário discutir o desenvolvimento rural em um contexto diferente daquele feito no passado. Neste caso, deve-se considerar o crescimento da heterogeneidade que se estabelece nos espaços rurais, sobretudo nas esferas econômica, política, social e cultural.

Na verdade, a diferenciação dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduzem a uma heterogeneidade muito grande do uso da terra e da ocupação do território rural. Com isso, essas novas formas de utilização do espaço rural provocam a desarticulação dos laços tradicionais da agricultura enquanto uma atividade soberana no mundo rural e fazem emergir formas diversificadas de produção, que vão desde a produção agrícola até um conjunto de atividades relacionadas aos serviços, lazer, proteção ambiental e industrialização dos produtos agropecuários.

Assim os mercados rurais passam a ser comandados também pelas novas formas de consumo, assumindo um caráter intersetorial. Observa-se, então, uma enorme diferenciação de oportunidades, com impactos diretos sobre o mercado de trabalho e a geração de renda. Nesta nova concepção, o rural deixa de ser analisado setorialmente, tendo o urbano como o seu oposto, e assume uma característica mais ampla que passa a ser determinada pelo conjunto das relações econômicas e sociais. Por isso, entende-se que as dimensões contemporâneas do desenvolvimento rural devem ser enfocadas a partir da diversificação do ambiente produtivo local e regional e de suas formas de interações com a economia global.

Segundo Saraceno (1994), neste cenário, as áreas rurais aumentam sua competitividade econômica. Dentre as principais razões para que isso ocorra destacam-se a crescente segmentação da demanda por certos produtos no mercado mundial (grupo de produtos padronizados e com demanda estável, produtos segmentados e com demanda variável); a maior cooperação entre agentes e empresas conduzindo à formação de redes que operam nas economias locais; as novas oportunidades geradas a partir de melhorias na rede de infra-estrutura e a atratividade das áreas rurais para determinados segmentos da população que não encontram mais oportunidades de trabalho no meio urbano. A separação tradicional do trabalho entre urbano e agrícola fica mais tênue, uma vez que a população rural poderá se ocupar em atividades que não sejam exclusivamente agrícolas.

Para a autora, as novas funções que as áreas rurais estão desempenhando, em resposta às tendências de redefinição dos termos de troca com o exterior, tornaram-se plenamente visíveis e evidentes. No entanto, Saraceno ressalta que as áreas rurais foram freqüentemente caracterizadas pelo oposto do que se observava no ambiente urbano, mais por espírito de simetria do que por se ter parado efetivamente para analisar a situação. E essa imagem genérica e ideal da ruralidade conduz a uma visão padronizada dos seus problemas.

Neste sentido, uma análise da articulação entre o espacial e o sócio-econômico revela alguns elementos importantes das novas funções do espaço rural. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso dos solos (variável espacial) e, por outro, pelas práticas sociais, econômicas e culturais das populações (variável sócio-econômica).

Gama (1987) afirma que o espaço assume uma dimensão importante nas transformações sócio-econômicas, quer como recurso, quer como um elemento simbólico. Neste caso, a relação sociedade-espaço se expressa através de três aspectos básicos: nas estratégias dos agentes sociais; nas formas de produção e no uso do próprio espaço. Para o autor, quatro itens assumem particular importância no processo que provoca a perda, por parte dos espaços rurais, da especificidade baseada na monofuncionalidade dominada pelas atividades agrícolas³:

a) a difusão dos meios de transporte, aumentando o acesso aos locais de trabalho e aos mercados;

b) a difusão dos meios de comunicação com informações diversificadas que influem na vida cultural das comunidades rurais;

c) a difusão da energia elétrica;

d) a difusão rápida de novas técnicas que provocam impactos diretos, tanto no espaço produtivo como no espaço residencial.

Gostaríamos de chamar a atenção para o aparecimento de um dos primeiros elementos que passam a fazer parte das novas funções do espaço rural brasileiro: empresas e conglomerados industriais e agroindustriais se instalam em áreas tipicamente rurais visando reduzir custos de matéria-prima e de mão-de-obra, além de fugir dos problemas urbanos típicos das grandes metrópoles (congestionamentos, violência, poluição, etc.). Este é um exemplo que poderia ser considerado como um transbordamento de atividades típicas do espaço urbano sobre o espaço rural tradicional⁴.

Entretanto, este movimento em direção ao espaço rural não se restringe apenas às atividades industriais. Há mais três aspectos importantes que redimensionam as funções do espaço rural. Em primeiro lugar, **umenta a procura por atividades agregadas ao setor de lazer**. Neste caso, crescem as atividades ligadas ao complexo do turismo rural, aos pesque-pague, às pousadas e restaurantes e aos sítios de final de semana. No estado de

³ - Em parte, as explorações agrícolas se transformam em áreas pluriativas e ficam sujeitas aos ritmos e modos criados e difundidos pelas influências urbanas.

⁴ - Essa mobilidade espacial permite às empresas escolher a força de trabalho de acordo com as suas estratégias de produção (tipos de produtos, segmentos de mercados e formas contratuais). Já a população rural tem a oportunidade de mudar de atividade sem a necessidade de trocar de residência. Com isso, de um espaço multifuncional decorrem relações de trabalho pluriativas.

⁵ - Implantação de rotas turísticas para valorizar as tradições dos colonizadores que desencadeiam um conjunto de atividades mais diretamente ligadas ao setor terciário da economia.

Santa Catarina, especificamente, parte dessas atividades estão associadas aos programas de valorização das tradições culturais⁵, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Em segundo lugar, **umentam as preocupações com a questão ambiental**. Este é um tema que cada vez mais integra a agenda dos diversos atores sociais. Por um lado, em função do uso intensivo de técnicas que provocaram a degradação dos recursos naturais e ocasionaram a contaminação dos alimentos, observa-se a conformação de um movimento de alcance mundial que busca produzir os chamados “produtos limpos”, quase sempre destinados a nichos de mercado das sociedades desenvolvidas. Por outro, nota-se um aumento da sensibilidade a essa temática por parte da pessoas que procuram o rural por este oferecer um estilo de vida mais saudável, comparativamente aos problemas dos centros urbanos⁶.

Em terceiro lugar, **o espaço rural transforma-se em uma opção de moradia** para um contingente de pessoas que tem baixo poder aquisitivo e alto também. Em parte, essa busca é facilitada pelas condições de transportes e pela proximidade das cidades, o que possibilita o deslocamento diário do local de moradia para os locais de trabalho. Além disso, essa procura também pode estar relacionada aos preços que, nas áreas rurais, geralmente são menores que os dos lotes urbanos e à fuga dos problemas do cotidiano urbano (violência, congestionamento, poluição, etc.) pela classe com rendas mais elevadas.

Decorrente dos quatro processos citados, emerge um conjunto complexo e, muitas vezes, contraditório de interesses que afetam os projetos de desenvolvimento rural. Assim, naqueles locais onde predominam os agricultores tradicionais prevalecem programas de desenvolvimento ainda baseados nas explorações agrícolas. Já nos lugares onde predominam os “novos moradores”, os programas de desenvolvimento tendem a se concentrar em atividades de cunho mais preservacionistas e menos direcionadas à produção agrícola. Finalmente, onde há uma interpolação de interesses, o tema do desenvolvimento é um foco constante de conflitos. É precisamente essa multiplicidade de interesses que reconstitui física, econômica e socialmente os espaços rurais⁷.

⁶ - Poderia ser acrescentado ao anterior as ações dos movimentos de consumidores que, em escala ascendente, demandam produtos mais naturais. Atualmente, como resultado dessa ação dos consumidores, verifica-se a proibição da comercialização da soja transgênica em diversos países.

⁷ - Maiores detalhes deste processo encontram-se em Marsden (1995).

No entanto, o processo acima descrito não se restringe e nem deve ser confundido com o que passou-se a denominar recentemente de “neo-ruralismo”⁸. Para Graziano da Silva (1996), esse fenômeno é maior que a simples retomada do próprio rural pois representa a construção de um “novo rural” que resgata, obviamente, muitos dos atributos do “velho rural”, mas que por outro lado, introduz um conjunto de novas funções e processos até bem pouco tempo desconhecidos do ambiente rural.

Este processo cria uma rede econômica e social densa e intrincada (difícil de ser distinguida), em que a agricultura e os outros setores surgem cercados pelos contornos do mercado de trabalho e onde, apenas por critérios de separação das atividades produtivas, não é mais possível delimitar corretamente o rural e o urbano. Com isso, a vitalidade da sociedade rural e do seu espaço decorre do enlace, via mercado de trabalho, da agricultura e das outras atividades⁹.

No Brasil, diversos autores vêm dando ênfase às análises do redimensionamento do espaço rural, visando apreender o conjunto de transformações em curso. Para Müller (1995), o espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Ele pode ainda oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural e, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Graziano da Silva (1993), ao discutir a evolução atual da agricultura brasileira, concluiu que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

E isto nos leva a um outro ponto crucial: o mundo rural, ao deixar de ser um espaço exclusivamente agrícola, gera novas dinâmicas técnico-produtivas que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho. Com a integração crescente da agricultura aos demais

⁸ - Segundo Giuliani (1990), na prática o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um revigoreamento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade.

⁹ - Veja Baptista (1993).

setores da economia naquilo que ficou conhecido como os complexos agroindustriais, alterou-se a estrutura e a composição do mercado de trabalho rural. Por um lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho agrícola de tal forma que muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora se individualizam, liberando mão-de-obra no interior das famílias¹⁰. Por outro, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos visando atender os mercados segmentados e também os “nichos de mercados”, provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural¹¹, que se traduz em um aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais diretamente relacionadas à produção agrícola especificamente. Surgem daí as **famílias pluriativas**, as quais passam a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades.

Esse processo que possibilita às famílias conjugar vários papéis (tornarem-se pluriativas), dá aos seus membros um duplo caráter: o de empregado e de trabalhador conta-própria ao mesmo tempo. Neste caso, o trabalho por conta-própria e a pluriatividade não são, como poderia parecer, um resíduo da situação anterior, mas um novo fenômeno que está ligado ao desenvolvimento do “agribusiness”, onde a agricultura é cada vez menos um setor com o seu próprio mercado de trabalho¹².

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a **pluriatividade** nos países desenvolvidos foi permeado por uma série de questões que serão discutidas a seguir, as quais estão diretamente relacionadas às novas funções do espaço rural; às mudanças em curso que redefinem o trabalho rural e às relações técnico-produtivas que redimensionam o papel dos atores sociais rurais, em especial o dos agricultores.

¹⁰ - Este processo rebate mais fortemente sobre o sistema de produção familiar. Segundo Baptista (1994), este sistema de produção especializou-se de tal forma que as atividades agrícolas são crescentemente asseguradas pelo chefe da exploração. Com isso, libera-se parte da mão-de-obra familiar que passa a buscar ocupação em atividades fora da agricultura. No entanto, ressalta-se que este não é um processo homogêneo e que não afeta de forma idêntica a todas as explorações familiares.

¹¹ - Alguns autores denominam esse processo de padrão “Pós-Fordista de produção”. Para maiores detalhes, veja Bonanno (1999).

¹² - Para maiores detalhes, vide Mingione & Pugliese (1987).

O primeiro elemento desta discussão a ser destacado é a multiplicidade de processos que estão englobados sob a noção de pluriatividade¹³, uma vez que se trata de um fenômeno extremamente **heterogêneo** e que, segundo Blanc (1987), poderia ser considerado como uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais, em que as famílias agrícolas, visando diversificar suas fontes de rendas, complementam suas atividades e suas jornadas de trabalho. Neste caso, o entorno sócio-econômico onde as unidades de explorações se inserem aparece como um dos elementos decisivos para a pluriatividade. Em outras palavras, é o conjunto de forças externas que define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção¹⁴.

Por isso, as explicações das formas contemporâneas da pluriatividade precisam estar amparadas fundamentalmente no processo de reestruturação capitalista e nas mudanças econômicas e sociais em curso, as quais caracterizam a pluriatividade como um fenômeno intersetorial que não pode ser apreendido apenas a partir das estratégias de reprodução da produção familiar, conforme preconizam alguns estudos.

Neste caso é necessário incorporar às análises os principais elementos que caracterizam a reestruturação das sociedades contemporâneas. Uma dessas características relevantes é a fragmentação e precarização das relações de trabalho associadas ao crescimento de novas formas de trabalho que emergiram a partir do declínio do “padrão fordista”. Ressalta-se, porém, que a dimensão desse processo varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade. Nas sociedades mais avançadas, a flexibilidade ocorre através da elevação dos índices tecnológicos e das alianças entre os setores econômicos-chaves, enquanto que nas sociedades menos desenvolvidas a flexibilidade, a informalização e a precarização ocorrem através da mobilização da força de trabalho¹⁵.

¹³ - Concordamos com Carneiro (1996) quando afirma que o termo pluriatividade é uma noção ampla, englobando processos sociais distintos que estão referenciados ao contexto sócio-econômico que os gerou. Neste caso, a pluriatividade poderia ser utilizada para se analisar a reestruturação técnico-produtiva e as mudanças no mercado de trabalho rural geradas a partir do processo de modernização da agricultura do pós-guerra e das próprias alterações dos sistemas econômicos.

¹⁴ - Para maiores detalhes, veja Fuller (1984 e 1987), Saraceno (1987) e Extezarreta (1995). Também Bryden (1995) afirma que para se entender o processo de ajuste dos domicílios rurais é necessário considerar as inter-relações entre as famílias e o contexto onde estas estão inseridas.

¹⁵ - Argumentação baseada em Reis et alii (1990). Na mesma direção, Commins (1987) afirma que os estudos da pluriatividade entre os domicílios rurais devem procurar um contexto mais amplo que o da unidade de produção, visando contemplar o processo de reestruturação da economia e os ajustes das políticas públicas, bem como todos os problemas daí decorrentes. Segundo o autor, este procedimento permite visualizar melhor os vínculos cada vez mais estreitos entre a economia agrária e as demais atividades econômicas não-agrícolas.

Neste sentido, a pluriatividade, ao descrever a agricultura em conjunção com outras atividades externas às propriedades que geram ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento, faz subsumir diante de si os demais termos que também procuravam descrever esse fenômeno (“part-time farming”; “multiple-job holding”; “farming diversification”). Por isso, a força dessa noção está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros familiares e a inserção dos mesmos nos sistemas econômicos e sociais¹⁶.

Nos países desenvolvidos a pluriatividade já foi amplamente estudada e documentada, embora não tenha sido incorporada com a devida atenção nos programas de desenvolvimento rural. Somente durante a década de noventa, com a finalização das reformas das políticas agrícolas dos países desenvolvidos, ampliou-se a dimensão dos programas de desenvolvimento rural. Neste cenário, a pluriatividade entrou definitivamente na agenda pública, passando a fazer parte do cotidiano de trabalho dos mais variados atores sociais (agricultores, pesquisadores, formuladores de políticas, governos, etc.)¹⁷.

Uma retrospectiva da literatura especializada mostra que os estudos da pluriatividade foram realizados de diferentes maneiras e receberam distintas denominações ao longo do tempo. Neste sentido, é necessário considerar que se trata de uma noção ampla que abarca um conjunto heterogêneo de situações relacionadas ao mundo rural, as quais foram sendo consensuadas (acordadas) através de pesquisas, de simpósios e de debates em várias partes do mundo¹⁸. Por isso, deve-se alertar que os termos “part-time farming”; “multiple-job holding”; “farming diversification” não têm o poder explicativo do termo “pluriatividade” e nem devem ser tratados como sinônimos.

As designações “part-time farming” – uma das mais utilizadas na literatura – e “multiple-job holding” perderam seu valor heurístico somente a partir da década de 80, dando lugar ao termo pluriatividade. Isso ocorreu porque os estudos da agricultura em

¹⁶ - Veja Evans & Ilbery (1993).

¹⁷ - Um exemplo dessa falta de sintonia ocorreu com a Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Européia, que até recentemente excluía do quadro de beneficiários os agricultores que recebiam rendas de ocupações não-agrícolas. No Brasil, pode-se dizer que problema semelhante ocorre com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que estabeleceu como um dos pré-requisitos básicos que 80% da renda familiar deve ser oriunda das atividades agrícolas.

¹⁸ - Dentre os eventos mais importantes, destacam-se o Guelph Symposium do Canadá (1975); os seminários do Wie College de Londres (1976 e 1977) e o seminário de Ljubljana, Iugoslávia (1981), o qual deu origem a um número especial da Revista Geojournal em 1982. Além destes, são bastante citados os trabalhos de Kada no Japão (1980); da Associações dos Ruralistas Franceses (1984) e dos estudos do Arkleton Trust (1987).

tempo parcial restringiam suas análises às atividades do responsável e às unidades de produção, ignorando por completo as atividades dos demais membros do universo familiar. Com isso, o foco no responsável pela exploração ignorava o caráter familiar do trabalho agrícola e a contribuição do trabalho das outras pessoas das famílias no âmbito das unidades de exploração. Neste caso, chegou-se até a construir tipologias que consideravam, por um lado, apenas as rendas advindas das atividades não-agrícolas e, por outro, o tempo de trabalho dispendido durante o ano com as atividades na unidade de produção e com as atividades externas.

A adoção da noção de pluriatividade pela literatura especializada foi possível devido à incorporação, neste debate, de duas variáveis fundamentais: **a unidade de análise relevante**¹⁹ e **o enfoque sobre as atividades não-agrícolas**. No primeiro caso, a família, e não mais o responsável, passou a ser a base das análises para se avaliar a alocação e a distribuição da força de trabalho. Além disso, o novo enfoque passou a dar atenção também às atividades que ocorriam fora das propriedades. Neste caso, o ambiente sócio-econômico onde as unidades de exploração se inseriam passou a ser decisivo nos estudos.

Desta forma, de meados dos anos oitenta em diante a maioria dos trabalhos adotaram o termo “pluriatividade” para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento; atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades agrícolas em outros estabelecimentos (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, onde se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração²⁰.

Deste modo, no final dos anos 80 chegou-se à conclusão que a pluriatividade refletia a visão de que o desenvolvimento contemporâneo da produção familiar e suas interações (família-exploração-mercado) ligadas à agricultura deveriam ser teorizadas, primeiramente, como parte mais ampla da evolução do capitalismo e, secundariamente, como parte de uma rede multisetorial de atividades que vão além da agricultura. Nesta perspectiva, o fenômeno da pluriatividade é visto como uma parte integral do processo de acumulação e como uma

¹⁹ - Sobre a unidade de análise, nota-se que na literatura internacional chegou-se a um consenso a partir do momento que se passou a descartar, “a priori”, as análises que consideravam apenas a exploração e o operador-chefe como as unidades relevantes. Uma discussão detalhada desse assunto encontra-se no Apêndice Metodológico, item 7.

²⁰ - Ver Fuller (1990).

constante mercantilização das relações sociais de produção e de reprodução²¹. Essa concepção permite entender melhor as interações entre os grupos familiares, as unidades de exploração e o contexto sócio-econômico onde as mesmas se inserem, propiciando uma visão abrangente do fenômeno.

A passagem das designações anteriores para a noção de pluriatividade também foi marcada por importantes discussões acadêmicas sobre a **transitoriedade ou não desse fenômeno**. Assim, a questão da transitoriedade ocupou por um longo período a agenda de debates sobre a pluriatividade. Desde o início dos estudos até a década de 70, a maior parte dos trabalhos considerou essa prática como uma fase de transição da agricultura para outras atividades econômicas e que, certamente, levaria os agricultores à proletarização. Neste caso, o fenômeno era explicado como sendo um problema associado aos baixos níveis de renda dos agricultores que viviam em áreas menos favorecidas. Em grande parte isso decorria do fato de que a literatura se preocupava em descrever apenas os atributos da unidade de exploração e as necessidades sociais do operador-chefe da unidade produtiva. Especificamente nos EUA, o foco central dos estudos era o trabalho “full-time”, sendo que o “part-time” era visto como algo inadequado e relacionado às baixas produções.

Mas foi justamente um autor norte-americano - Buttel (1982) - quem primeiramente alertou para o caráter mais estável e permanente da pluriatividade. Para ele, a emergência desse fenômeno está fortemente enraizada às mudanças que ocorreram na economia e nas políticas setoriais nas sociedades capitalistas, fazendo com que os agricultores de tempo parcial passassem a ser parte integrante das classes agrárias. Neste caso, o “part-time farming” representa uma combinação estável do trabalho agrícola com as ocupações não-agrícolas, retirando o caráter de transitoriedade das pessoas que se vinculavam parcialmente à agricultura.

Na Europa, estudos realizados a partir da década de 70 também chamaram a atenção para a perenidade do fenômeno. Neste caso, notam-se duas mudanças importantes nos enfoques: por um lado, passou-se a aceitar que a pluriatividade comportava diferentes padrões e que os seus índices eram diretamente proporcionais às oportunidades existentes fora das unidades de produção e, por outro, admitiu-se a idéia de que a pluriatividade é um elemento característico das mudanças que se processavam nas sociedades.

²¹ - Veja Le Heron et alii (1994).

A partir daí, os estudos das décadas seguintes passaram a focalizar sua atenção sobre a alocação da força de trabalho de todos os membros das famílias; sobre as diferentes formas de remuneração do trabalho e sobre o ambiente social e econômico do entorno onde as unidades de exploração se inseriam. Com isso, a noção de pluriatividade foi ampliada e passou a ser vista como uma forma alternativa de trabalho para as populações rurais, ao mesmo tempo em que deixou de ser considerada um sinônimo das designações anteriores²².

Em sintonia com o ponto anterior aparece o quarto elemento importante deste debate: **a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares de produção**. A maior parte dos estudos realizados nas últimas décadas ressalta que a decisão de ter ou não uma atividade não-agrícola está relacionada aos condicionantes familiares e às características das explorações.

Mais recentemente, um grupo de autores²³ procurou mostrar que a pluriatividade representa também uma expansão da ótica de acumulação mais do que uma estratégia de sobrevivência. Neste caso, esse fenômeno poderia ser classificado tanto como uma forma de adaptação às transformações do tecido econômico e social quanto ser compreendido como uma parte do processo de mercantilização das relações sociais de produção do meio rural.

Há, entretanto, um outro grupo de autores²⁴ que concebe a pluriatividade como uma estratégia de sobrevivência, porém com diferentes enfoques. Neste caso, observa-se que a pluriatividade pode ser uma estratégia de diversificação das fontes de renda familiar (De Vries); uma forma de reestabelecimento da organização familiar (O'Hara); um meio de se manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrárias (Brun); e uma forma de obter rendas maiores com o objetivo de melhorar as condições de vida (Extezarreta)²⁵.

²² - Uma descrição pormenorizada desse processo poderá ser encontrada em Fuller (1983,1984 e 1990). Segundo esse autor, três elementos foram fundamentais na ampliação dos estudos da pluriatividade a partir dos anos oitenta: o papel desempenhado pelos estudos do "Arkleton Trust Project"; as reformas na Política Agrícola Comum (PAC); e a mudança de enfoque do chefe da exploração para o conjunto da família.

²³ - Dentre estes, destacam-se Marsden (1995) e Pugliese (1991).

²⁴ - Fazem parte deste grupo De Vries (1987), Fuller (1984), O'Hara (1987), Brun (1987), entre outros.

²⁵ - Para Shucksmith & Smith (1991), a expansão da pluriatividade pode ser creditada ao processo de diversificação das propriedades familiares, mas também à expansão ao meio rural de famílias que não possuem tradição agrícola e que desempenham outras atividades sociais.

O fato é que a pluriatividade contém diferentes significados, varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade²⁶ e pode ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função e à sua importância. Deste modo, neste estudo a pluriatividade será concebida, não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas também como resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto sócio-econômico onde as famílias e as unidades de exploração se inserem.

O reconhecimento desses nexos implica compreender a pluriatividade como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada qual com diferentes funções e valores nas famílias, nas explorações e nos negócios (mercados), variando as preferências aos riscos; aos ajustes no desenvolvimento do ciclo familiar; à entrada ou saída das atividades agrícolas; à continuidade das atividades agrícolas de geração para geração; ao financiamento interno ou externo das unidades de exploração; e à organização do trabalho na unidade de exploração e no seio familiar²⁷.

Esta concepção nos remete ao quinto aspecto importante desta discussão: **os fatores promotores da pluriatividade**. Neste caso, observa-se que a literatura especializada oferece uma gama de interpretações sobre a decisão de ter uma ou mais atividades. As razões podem ser de **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **natureza social** (nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer outras funções comunitárias, etc.); de **natureza pessoal** (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente sócio-econômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, turismo rural, áreas de preservação ambiental, etc.).

²⁶ - Nos países em desenvolvimento, segundo Fuller & Cavazzani (1982), o avanço do capitalismo agrário rompeu com as condições sócio-econômicas locais que davam suporte às organizações locais. Neste caso, a pluriatividade aparece então como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores familiares.

²⁷ - Veja Le Heron et alii (1994).

Graziano da Silva (1998)²⁸ sintetizou os fatores promotores da pluriatividade da seguinte forma:

a) desmonte das unidades produtivas, no sentido de que muitas das atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executadas por terceiros contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo²⁹;

b) decorrente do anterior, nota-se o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas³⁰;

c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros³¹;

d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição³²;

e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além das maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação³³.

Na literatura há uma série de explicações sobre a evolução das Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA)³⁴. Em um estudo realizado pela OIT/PREALC, Klein (1992), após comparar os dados dos anos 70 e 80 para todos os países da América Latina, sustentou a hipótese de que o volume e a evolução do emprego rural não-agrícola estão relacionados nem tanto com o nível de renda per capita dos países, mas sim com as características

²⁸ - Citado por Del Grossi (1999).

²⁹ - Friedland & Pugliese (1989).

³⁰ - Blakely & Bradshaw (1985).

³¹ - Graziano da Silva (1999).

³² - Green & Santos (1991).

³³ - Barlett (1986).

³⁴ - Neste estudo, utilizo o termo "ocupações" ao invés de "emprego" porque essa expressão traduz melhor o processo de mudanças na estrutura do trabalho em curso nas áreas rurais, pois como afirmam Barros & Mendes (1983), a complexidade do trabalho na agricultura tem por origem, não só as circunstâncias de se tratar de atividade repartida por distintas formas de produção, mas também o fato de o trabalhador agrícola se achar com frequência dividido por ocupações ou situações sociais diferenciadas que fazem com que o trabalho agrícola nem sempre assuma a natureza de profissão, mas coincida com o que se pode designar de ocupação.

geográficas do país e a conseqüente distribuição espacial da população, além das características gerais do desenvolvimento da agricultura do mesmo.

Analisando o crescimento das ORNA por ramo de atividade, o autor concluiu que os ramos da indústria, do comércio e de serviços aumentam sua participação nesse tipo de emprego. Isso decorre, segundo o autor, da forte queda do emprego nas atividades especificamente agrícolas e da extensão e ampliação dos mercados de bens e de serviços para os setores rurais que, em parte, são produzidos pela própria modernização da agricultura. Neste caso, cita-se como exemplo o fato de que a tecnificação do trabalho agrícola requer mais ferramentas e insumos produtivos, os quais podem ser produzidos a partir das indústrias rurais. Deste modo, o incremento das ORNA é, no fundo, um bom reflexo do processo de desenvolvimento, particularmente da agricultura, dos países da região.

Além disso, o autor ressalta mais dois fatores importantes sobre as ORNA. O primeiro é que o mercado de trabalho não-agrícola é homogêneo do ponto de vista da estrutura do emprego dos ramos de atividade, sugerindo que há uma integração entre os mercados urbano e rural. O segundo fator é que no setor rural é muito comum que uma parte da mão-de-obra trabalhe em dois ou mais setores de atividade ao longo do ano, fenômeno que está relacionado, por um lado, à grande importância da agricultura enquanto fonte geradora de emprego e, por outro, com a estacionalidade da demanda de empregos agrícolas. Neste caso, cita-se como exemplo os dados da província de Tungurahua (Equador), onde mais de 40% dos trabalhadores têm duas ocupações.

Portanto, ressalta-se a importância de uma nova forma de funcionamento do mercado de trabalho nas áreas rurais que tem surgido em conseqüência do processo de flexibilização do mercado de trabalho geral, em que uma das suas características consiste na descentralização da produção. Com isso, há evidências de que o trabalho a domicílio está se desenvolvendo em várias áreas rurais, particularmente nos setores de confecção e dos têxteis.

Em síntese, o autor insiste que o desenvolvimento das atividades rurais em geral está fortemente associado ao crescimento da agricultura e que as atividades não-agrícolas nas áreas rurais se expandem rapidamente como resposta ao desenvolvimento da própria agricultura e das atividades a ela relacionadas, destacando-se as atividades de serviços.

Embora o estudo reconheça que o crescimento das ORNA pode ocorrer através de outras atividades, citando como exemplo a indústria doméstica rural que geraria empregos no comércio a montante, o autor continua preso à idéia de que a elevação dos níveis das ORNA está condicionada pelas tendências do desenvolvimento agrícola e pelo desenvolvimento de algumas atividades que se expandiriam a partir da própria agricultura. Neste caso, desconsideram-se as possibilidades de se gerar as ORNA ao longo de toda a cadeia produtiva, principalmente nos setores “a jusante” e/ou externos às atividades estritamente agrícolas.

Outros trabalhos recentes também seguem nessa mesma direção. Weller (1997), ao analisar o processo de geração das ORNA na região do Istmo Centroamericano³⁵, concluiu que são as próprias características do setor agropecuário que geram este tipo de emprego, uma vez que é a partir da agricultura que surgem tanto o emprego não-agrícola produtivo como o “emprego de refúgio”, que diz respeito às ocupações da mão-de-obra camponesa excedentária. Neste caso, observa-se que o crescimento das ORNA fica condicionado ao desenvolvimento da própria agricultura, ainda que se reconheça a existência de alguns setores não vinculados à agricultura e que poderiam gerar as ORNA.

Para o autor, existem várias dinâmicas, não excludentes entre si, que influenciam a oferta e a demanda de mão-de-obra nas atividades não-agropecuárias. Dentre elas, destacam-se:

a) dinâmica que engloba as atividades econômicas vinculadas diretamente à agricultura, tanto a montante como a jusante. Neste caso, a geração do emprego depende estritamente do comportamento do setor agropecuário;

b) dinâmica que gera as ORNA através das demandas que têm origem no consumo da população rural, tanto em termos da produção rural de bens e serviços como na provisão de serviços auxiliares provenientes das zonas urbanas (transportes, comércio, etc.). Neste caso, como as atividades agrícolas são preponderantes, as ORNA ficam condicionadas novamente à evolução da agricultura;

c) dinâmica dependente da agricultura porque esta influencia no comportamento das ORNA devido à grande disponibilidade de mão-de-obra excedente que migra para as zonas

³⁵ - O Istmo Centroamericano diz respeito aos países da Costa Rica, Honduras, Panamá e Guatemala.

urbanas ou busca emprego não-agrícola no próprio meio rural. É o caso designado pelo autor de “emprego de refúgio”;

d) dinâmica que gera demanda de mão-de-obra não vinculada às atividades agrícolas (turismo, artesanato, etc.). Neste caso, a evolução das ORNA depende mais do comportamento do conjunto da economia do que do setor agropecuário;

e) dinâmica que não está vinculada ao setor agropecuário e que a geração das ORNA depende dos serviços públicos nas áreas rurais (saúde, educação, previdência social, etc.).

Em síntese, as três primeiras dinâmicas determinam os níveis das ORNA a partir do setor agropecuário, enquanto que nas demais as ORNA não são condicionadas pela evolução do desenvolvimento da agricultura. Nota-se, com isso, que o autor permanece muito preso à idéia de que o desenvolvimento rural é sinônimo de desenvolvimento agrícola, uma vez que são identificadas apenas duas outras fontes de geração das ORNA, ou seja, aquelas derivadas da expansão dos serviços públicos destinados às áreas rurais e aquelas vinculadas ao turismo e ao artesanato.

Na verdade, as análises dos dois autores são muito próximas, uma vez que ambas se sustentam na lógica de que a geração das ORNA ocorre a partir do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Segundo Graziano da Silva (1999), isso é suficiente para explicar adequadamente a evolução das ORNA em regiões tipicamente agrícolas com uma estrutura agrária bi-modal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. Nesses casos, de fato, as ORNA aparecem numa fase inicial do desenvolvimento agrícola fortemente vinculado às próprias atividades agropecuárias, como se fosse um desdobramento natural delas, assumindo as formas, por exemplo, de atividades externalizadas que antes se realizavam no interior das próprias grandes fazendas. Posteriormente, apareceriam outras atividades rurais não-agrícolas que nenhuma relação tem com as atividades agropecuárias desenvolvidas na região e que poderiam absorver parte da mão-de-obra excedente das pequenas propriedades camponesas.

Assim, o autor citado diz que, para o caso brasileiro, em função da importância que adquirem tanto as demandas da população urbana como as da população residente no meio

rural, mas não vinculada às atividades agrícolas, parece fundamental destacar também três outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias:

1) a demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.);

2) a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e luz elétrica;

3) a demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável de locação para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição, etc.).

Para o autor, todas as dinâmicas acrescidas derivam de situações onde o elemento fundamental que as impulsiona pouco ou nada tem a ver com o desempenho das atividades agrícolas, sendo dinâmicas de origem tipicamente urbanas e que são impulsionadas predominantemente pelo crescimento das cidades da região.

De um modo geral, pode-se afirmar que essas outras dinâmicas têm origem nas novas funções que o espaço rural passou a desempenhar, as quais não estão diretamente relacionadas às atividades especificamente agrícolas. Na verdade, esse processo foi descrito por Marsden (1992) como sendo a “commoditization” (mercantilização) do espaço rural. Trata-se da valorização das áreas rurais a partir da implementação de uma série de atividades econômicas relacionadas à preservação ambiental, ao turismo rural, à produção artesanal, ao desenvolvimento de novos produtos, etc.; atividades estas que geram rendas e novas formas de ocupações para as populações rurais.

No Brasil, a maior parte dos estudos sobre as ORNA e a pluriatividade se restringiram a casos específicos de algumas localidades³⁶. Só recentemente começaram a surgir trabalhos com uma dimensão mais abrangente visando documentar esse fenômeno no âmbito do país³⁷, merecendo destaque a importância crescente das ocupações não-agrícolas no meio rural.

³⁶ - São os casos de Seyferth (1973) e Marcondes (1962), pioneiros deste debate no país.

³⁷ - Veja site projeto Rurbano: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>; Graziano da Silva (1996) e Anais do 36º Congresso da SOBER (1998).

Neste caso, destaca-se o trabalho de Del Grossi (1999). Analisando a evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro no período entre 1981 e 1995, o autor demonstrou que essas ocupações vêm atenuando, em parte, os efeitos perversos da modernização agrícola que provoca redução nos níveis de emprego estritamente agrícola, ao mesmo tempo que propicia melhorias nos níveis de renda da população rural. Em termos numéricos, as ocupações não-agrícolas respondiam, em 1995, por 26% da PEA ocupada do meio rural brasileiro, o que correspondia a aproximadamente 4 milhões de pessoas.

Constatou-se também que esse fenômeno não ocorre isoladamente, embora se expresse com maior nitidez em algumas regiões. Assim, enquanto São Paulo e a região Sudeste apresentaram, em termos relativos, a maior proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural, a região Nordeste concentra, em valores absolutos, a maior parte da população rural não-agrícola do país (40%), revelando que de cada cinco trabalhadores rurais dessa região pelo menos um está ocupado em atividades não-agrícolas.

Diante deste quadro, o autor concluiu que a pluriatividade (estudada sob a ótica da ocupação) não é um fenômeno isolado de algumas regiões, mas que está dissimulada por todas as áreas exclusivamente rurais do Brasil, principalmente entre os seus pequenos e médios municípios. Assim, os dados confirmaram que o movimento das ORNA existente no meio rural brasileiro não é um fenômeno de regiões metropolitanas ou dos grandes municípios que, em sua maioria, não atualizam adequadamente os limites entre o rural e o urbano.

No caso de Santa Catarina, diversos estudos apontam para a emergência do mesmo fenômeno. Seyferth (1973), estudando a dinâmica da agricultura familiar em algumas cidades próximas a Blumenau, concluiu que o assalariamento industrial dos agricultores familiares era a única opção efetiva que garantiria a sobrevivência desses trabalhadores. Assim, a pluriatividade se constituía em uma estratégia central para a reprodução das unidades familiares de produção.

Sacco dos Anjos (1995), estudando a dinâmica do trabalho rural na cidade de Massaranduba (Litoral Norte de SC) constatou a emergência da figura do “colono-operário”³⁸, o qual desloca-se diariamente de sua residência rural até as fábricas de motores na cidade de Jaraguá do Sul, enquanto as mulheres se ocupam em atividades de costura das indústrias têxteis na própria residência. Assim, concluiu que boa parte da mão-de-obra familiar se desvincula diretamente do processo produtivo agrícola e passa a se ocupar com outras atividades, em sua maioria não-agrícolas.

No entanto, esses estudos são específicos de algumas regiões, não se dispondo até o presente momento de uma análise que dê conta das transformações estruturais que impactam o mundo do trabalho rural, em especial sobre as novas formas de ocupações não-agrícolas que emergiram e se expandiram no meio rural catarinense nas últimas décadas, bem como sobre as distintas dinâmicas de geração das Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA) no Estado de Santa Catarina.

Desta forma, considerando a evolução do debate sobre a pluriatividade no contexto mundial e o pequeno número de trabalhos sobre o tema no Brasil e nas regiões, torna-se importante um estudo no âmbito estadual, que procure, a partir da concepção abrangente de pluriatividade, responder a alguns questionamentos:

- a) qual a importância deste fenômeno no Estado de Santa Catarina?
- b) quais os fatores promotores da pluriatividade naquele estado?
- c) qual a importância do contexto onde as unidades pluriativas se inserem?
- d) em que medida a pluriatividade ajuda a explicar o estágio atual do desenvolvimento rural catarinense?

Neste sentido, este estudo analisará as transformações em curso na dinâmica do trabalho rural no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de cobrir uma lacuna sobre o tema da pluriatividade, tendo em vista que a maior parte dos trabalhos existentes se refere a estudos de caso. Assim, os dados e informações que serão apresentados procuram demonstrar a dimensão da pluriatividade no âmbito geral do Estado.

³⁸ - Observa-se que Seyferth utiliza o conceito de Franklin (1969) de “Worker-Peasant”, em que os agricultores, mesmo combinando as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, mantêm sua identidade. Já no caso dos colonos-operários descritos por Sacco dos Anjos (1995), essa identidade nem sempre é mantida. Vide diversas citações das entrevistas realizadas pelo autor, em especial as do capítulo IV do livro.

Além do objetivo geral antes mencionado, destacam-se como objetivos específicos:

- a) a análise da evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas das pessoas economicamente ativas nas décadas de 80 e 90;
- b) a análise das famílias residentes nas áreas rurais, com destaque para as formas de ocupações e as fontes de renda;
- c) a análise da pluriatividade no município de Blumenau.

Para tais objetivos, a revisão bibliográfica anterior revelou que uma série de questões merecem uma análise mais detalhada. Dentre elas destacam-se:

- a) Qual a contribuição das ocupações não-agrícolas nos índices de emprego rural? Quais as categorias ocupacionais que mais contribuíram na geração das ORNA?
- b) Quais os ramos e os setores das ocupações não-agrícolas mais presentes em SC? Qual o tipo de relação de trabalho que prevalece?
- c) Quais as dinâmicas que geram as ORNA? Essas dinâmicas estão vinculadas prioritariamente ao setor agropecuário?
- d) Quais os tipos de famílias que predominam no meio rural catarinense? Quais os tipos que apresentam tendências de crescimento?
- e) Qual a contribuição das rendas não-agrícolas na composição da renda familiar?

Nossa hipótese geral é que a pluriatividade ameniza um dos efeitos perversos da modernização agrícola (diminuição do nível de emprego), na medida em que possibilita às pessoas permanecerem com um domicílio rural e se ocuparem produtivamente em setores econômicos não-agrícolas. Para tanto, formulou-se uma série de hipóteses específicas para responder as questões anteriores, as quais são apresentadas na mesma seqüência alfabética. Ressalta-se que essas hipóteses derivam da concepção de pluriatividade enquanto um elemento decisivo para se entender as mudanças no trabalho rural a partir das inter-relações entre a família, a unidade de produção e o contexto sócio-econômico.

As hipóteses específicas desta pesquisa são:

- a) O Estado de SC, com uma estrutura produtiva de base familiar, continua sofrendo os efeitos da modernização agrícola que provocou um intenso processo de integração vertical da produção. Com a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), os sistemas produtivos se modernizaram e se especializaram, reduzindo drasticamente o nível de ocupação da mão-de-obra agrícola. Esta redução afeta mais a categoria dos trabalhadores

não-remunerados, que são os principais fornecedores de trabalho no âmbito da produção agrícola familiar. Isso aumenta o número de membros familiares que procuram se ocupar em outras esferas da produção, não necessariamente ligadas ao setor agropecuário.

b) Os ramos de atividades que mais contribuem na geração das ORNA em SC estão menos vinculados ao setor agropecuário e mais relacionados aos setores industriais e de serviços. Em grande medida, esse processo ocorre em função das facilidades de locomoção pela proximidade das cidades, o que favorece o deslocamento diário das pessoas de suas residências até os locais de trabalho.

c) As dinâmicas de geração das ORNA no Estado de SC a partir do setor agropecuário são minoritárias, predominando as dinâmicas derivadas das atividades dos ramos de produção acima citados.

d) Apesar de permanecerem majoritárias, as famílias exclusivamente agrícolas apresentam tendências de queda em seu número e as famílias pluriativas e não-agrícolas ampliam seu espaço no meio rural catarinense.

e) As rendas não-agrícolas assumem proporções cada vez maiores no conjunto da renda familiar.

Para verificar essas hipóteses, o presente estudo está organizado da maneira como segue. No primeiro capítulo descreve-se a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas das pessoas residentes no meio rural catarinense no período entre 1981 a 1997. Neste caso, os principais itens destacados foram os ramos de produção, os setores de atividade, as ocupações mais frequentes e o comportamento das posições nas ocupações.

No segundo capítulo analisa-se a pluriatividade das famílias rurais catarinenses na década de noventa, com destaque para a distribuição dos diferentes tipos de famílias por situação de domicílio; para a evolução das pessoas ativas em cada tipo de família e para o comportamento das rendas agrícolas e não-agrícolas para o conjunto das famílias rurais.

No terceiro capítulo é apresentado um estudo de caso sobre a pluriatividade realizado no município de Blumenau. Além de uma descrição da formação histórica e dos principais indicadores sócio-econômicos do município, o capítulo analisa também o comportamento de um conjunto de variáveis que poderão ou não afetar a decisão das famílias de se tornarem pluriativas.

No quarto e último capítulo resumem-se as principais conclusões e discutem-se as principais dinâmicas que possivelmente influem no crescimento das ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense.

Finalmente, consta ainda do trabalho, um Apêndice Metodológico que tem por objetivo esclarecer todos os procedimentos adotados em relação às informações de pessoas e de famílias, bem como sobre o estudo de caso.

CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL EM SANTA CATARINA NAS DÉCADAS DE OITENTA E NOVENTA

1.1 – INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa as transformações em curso nas ocupações das pessoas economicamente ativas com domicílios rurais no Estado de Santa Catarina (SC), a partir das tabulações especiais dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs) de 1981 a 1997, realizadas no âmbito do projeto “Rurbano”³⁹.

Embora não seja o objetivo do capítulo analisar detalhadamente o desenvolvimento agrário catarinense, nota-se que a modernização agrícola que ocorreu em SC a partir dos anos cinqüenta transformou o estado em uma das mais importantes unidades da federação, tanto em termos da produção de alimentos como de matérias-primas, e pode ter conduzido os processos agrários a uma situação muito parecida com aquela já verificada em muitos dos estados mais desenvolvidos do país. Vale a pena destacar alguns dos principais aspectos dessas tendências.

Em primeiro lugar, são inegáveis os efeitos do processo migratório que ocorreu no estado nas últimas décadas sobre a formação dos pólos urbanos regionais. Embora em SC não se verifique a presença de grandes metrópoles urbanas do mesmo porte que o observado em outras unidades da federação (RS, PR, SP, MG, RJ, etc.), nota-se no Estado a

³⁹ - É um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro de 1981 a 1995”, que analisa as transformações no emprego em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Tal projeto está sob a coordenação do Prof. José Graziano da Silva, do IE/UNICAMP e conta com o apoio financeiro da FAPESP. Mais informações a esse respeito podem ser obtidas no site <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>

conformação de pólos regionais⁴⁰ que serviam, até bem pouco tempo, de atração para as pessoas que migravam do meio rural. Um exemplo disso pode ser ilustrado pela experiência vivida pela cidade de Chapecó (município pólo da grande Região Colonial Oeste) que, em menos de vinte anos, se transformou no principal pólo agroindustrial e na sexta mais importante cidade do estado.

Uma segunda dimensão dessas tendências pode ser observada através da tabela 1.1, que mostra a evolução do crescimento populacional por situação de domicílio nas últimas décadas. Os dados revelam uma progressiva diminuição da população rural e, em contrapartida, um forte crescimento da população com domicílio urbano. Com isso, a população rural diminuiu sua participação na população total de 57%, em 1970, para 27%, em 1996. Chama a atenção, ainda, o fato de que as taxas anuais de crescimento populacional do estado durante o período de 1970 a 1996, tanto para a situação urbana como para a rural, são maiores que aquelas apresentadas pelo conjunto do país. No caso de SC, essas taxas foram da ordem de 4,12% ao ano (urbano) e -0,89% ao ano (rural). Para o Brasil, esses números foram da ordem de 3,36% ao ano e -0,72% ao ano, respectivamente.

Tabela 1.1:

Evolução da população do Estado de SC, segundo a situação de domicílio.

Domicílio	1970	1980	1991	1996	Tx.Cr. (%aa)	Tx.Cr.(%aa)
					1970/1996	1991/1996
Urbano	1.246.143	2.154.238	3.208.537	3.565.130	4,12	2,13
Rural	1.655.591	1.473.695	1.333.457	1.310.114	-0,89	-0,35
Total	2.901.734	3.627.933	4.541.994	4.875.244	2,01	1,42

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos, vários anos.

Estas informações podem revelar que o curso da modernização agrícola caminha no sentido de uma especialização produtiva cada vez maior, com a utilização de menos gente e se concentrando em áreas geográficas específicas. Conseqüentemente, isso levaria a uma marginalização produtiva de áreas tipicamente agrícolas. Em parte, esse processo já pode

⁴⁰ - O estado de SC possui vários pólos econômicos regionais bem definidos, destacando-se os seguintes: pólo cerâmica (Criciúma); pólo têxtil (Blumenau); pólo portuário (Itajaí); pólo de Serviços (Florianópolis); pólo metal-mecânico (Joinville); pólo madeireiro (Lages e São Bento do Sul) e pólo agroindustrial (Chapecó).

ser notado em algumas micro-regiões do estado, como é o caso do Extremo-Oeste Catarinense, que na última década experimentou uma forte regressão produtiva.

Aliado às duas tendências anteriores, há um terceiro elemento importante relacionado às mudanças que ocorrem na estrutura ocupacional no meio rural catarinense, tema central deste estudo. Conforme será discutido nas seções seguintes deste capítulo, nota-se uma forte redução do emprego de caráter estritamente agrícola no âmbito da População Economicamente Ativa (PEA) rural, ao mesmo tempo em que crescem as ocupações em atividades não-agrícolas para partes importantes dessa população. Isso pode significar que as mudanças na agricultura catarinense, sobretudo aquelas na base tecnológica, ainda estão em curso e deverão se aprofundar mais nas próximas décadas.

É neste contexto que o espaço rural catarinense assume novos contornos econômicos, políticos e sociais nos anos noventa. Especificamente no que se refere ao trabalho, verifica-se o crescimento do número de pessoas e de famílias que se tornaram pluriativas. Por um lado, isso revela os impasses do modelo agrícola assentado na produção familiar integrada, em sua maioria, aos complexos agroindustriais e, por outro, que o espaço rural não é mais um local apenas de produção agrícola, mas um espaço de novas formas de vida e de trabalho, não necessariamente vinculadas à produção agrícola “*stricto sensu*”.

Em função das mudanças metodológicas adotadas pelo IBGE nas PNADs a partir dos anos noventa⁴¹, os dados que serão apresentados a seguir foram retabulados de tal forma a garantir a comparabilidade das informações entre as décadas de oitenta e de noventa. Este procedimento é importante porque permite analisar o conjunto das mudanças em curso nas formas de ocupação da população rural catarinense e, na medida do possível, relacioná-las às transformações mais gerais que ocorreram no estado nos últimos períodos.

⁴¹ - Veja Apêndice Metodológico, item 1.

1.2 – A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS ENTRE 1981 E 1997

Os microdados das PNADs permitem uma grande desagregação das informações sobre as ocupações. No entanto, é preciso alertar que quanto mais aberturas forem feitas nos dados (cortes), os valores das amostras tornam-se menores. Assim, é necessário um cuidado especial com os números muito pequenos. Botelho (1999) concluiu que é necessário pelo menos 6 observações da amostra original no quesito especificado para o dado ter significância. Analisando os dados do Distrito Federal, que possui uma das menores amostras das PNADs, o autor concluiu que para o DF o número mínimo de pessoas (6) multiplicado pelo fator de expansão da amostra (270) daria a estimativa mínima de 1.620 pessoas. No caso de Santa Catarina, como esse fator é de 588, obtém-se o mínimo de 3.528 pessoas. Isso significa que valores inferiores a esse número mínimo não devem ser considerados nas análises.

Mesmo que o número encontrado no quesito não seja significativo, é possível que ele apresente uma tendência (de crescimento ou de queda) na sua evolução no período considerado (1992/97). Neste caso, para se determinar se está ocorrendo uma variação significativa entre os anos de 1992 e 1997, considerando-se também os anos intermediários entre esse período, ajusta-se uma regressão log-linear do número de pessoas contra o tempo. O teste t, que mostra se essa tendência é significativa ou não, é apresentado na última coluna das tabelas.

A exemplo do que vem ocorrendo no país, considerando-se a população com 10 anos ou mais de idade (população 10+), observa-se que a população urbana do Estado de Santa Catarina continua crescendo fortemente (gráfico 1.1). Essa população passou de 1,5 milhão em 1981, para 2,5 milhões em 1992, e atingiu quase 3 milhões no ano de 1997. Para o período de 1981/92, a taxa de crescimento foi da ordem de 4,5% ao ano, enquanto que entre 1992 e 1997 essas taxas cresceram em 2,7% ao ano (tabela 1.2). Mesmo com esse elevado crescimento urbano, verifica-se que a população ocupada na semana de referência nesta situação domiciliar apresentou taxas de crescimento superiores às taxas de crescimento populacional. Essa constatação revela o dinamismo do setor urbano.

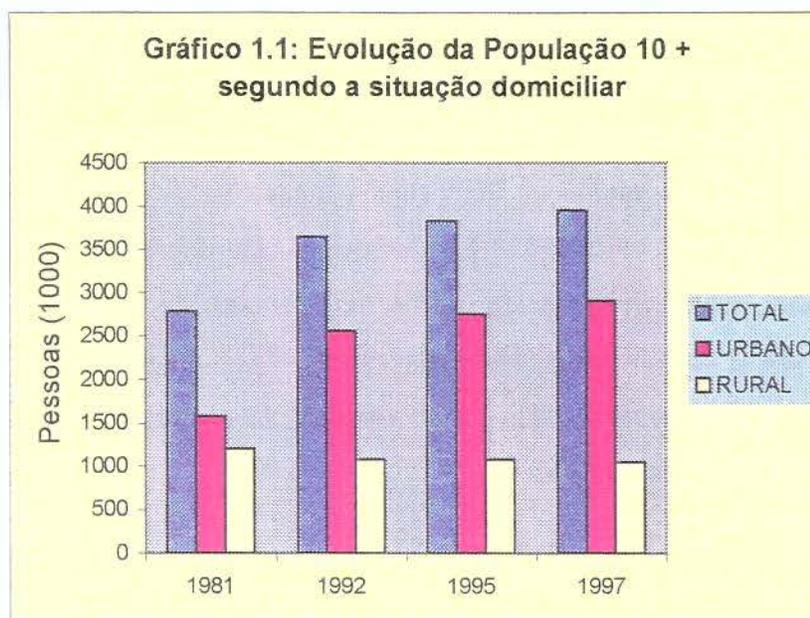


Tabela 1.2:

Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal. SC, 1981 a 1997 (1000 pessoas).

Situação Domiciliar e Condição na Ocupação	Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
								1981/92 ^a	1992/97 ^b
Urbano – População de 10+		1577	2559	2599	2757	2837	2905	4,5 ***	2,7 ***
	Ocupado	790	1388	1427	1612	1546	1611	5,3 ***	3,1 ***
	Agrícola	64	98	79	89	98	85	4,0 ***	-0,1
	Não-agrícola	727	1290	1348	1522	1448	1526	5,4 ***	3,3 ***
	Não PEA + Não-ocupados	787	1171	1172	1145	1292	1294	3,7 ***	2,2 *
Rural – População de 10+		1204	1079	1084	1075	1105	1048	-1,0	-0,3
	Ocupado	770	809	792	769	772	714	0,4	-2,0 ***
	Agrícola	600	629	617	567	528	501	0,4	-4,5 ***
	Não-agrícola	170	180	175	202	245	213	0,5	5,6 **
	Não PEA + Não-ocupados	434	270	292	306	333	334	-4,2 ***	4,3 ***

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

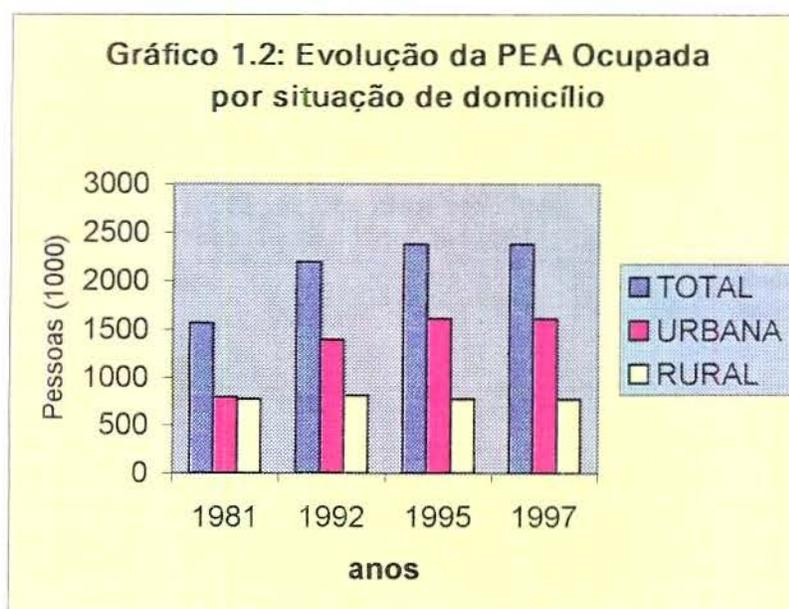
b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não PEA + não-ocupados resulta da soma da População não Economicamente Ativa com as pessoas não-ocupadas na semana de referência.

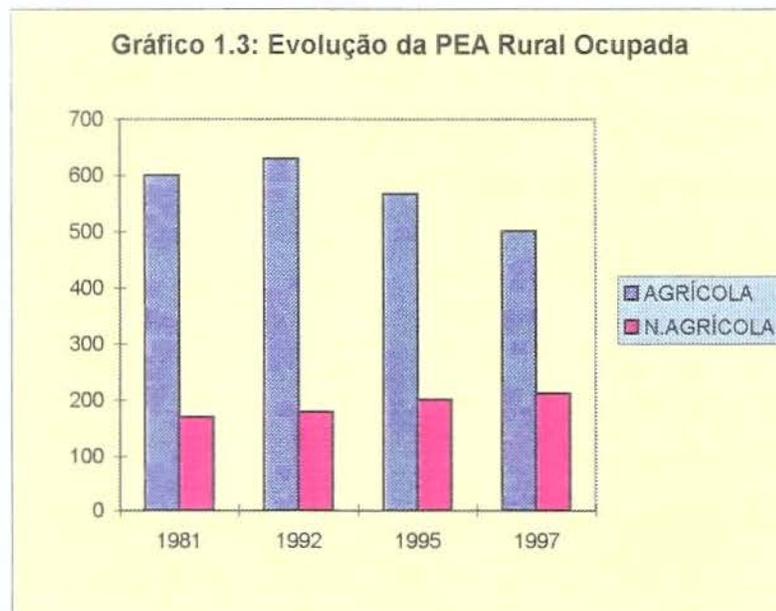
(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

No meio rural catarinense esse quadro apresenta uma tendência bem oposta: a população rural de 10 anos ou mais de idade (população 10+) vem decrescendo ao longo de todo o período considerado. Isso fez com que, no ano de 1997, essa população permanecesse ao redor de um milhão de pessoas. Este mesmo comportamento também pode ser observado para o conjunto da PEA rural ocupada (gráfico 1.2) que, apesar do ligeiro crescimento verificado entre 1981/92 (crescimento bem inferior em relação às taxas urbanas), apresentou uma tendência de queda no período de 1992/97, com taxas significativas aos níveis considerados. Isso demonstra o fraco dinamismo de geração de ocupações no meio rural do estado, o que obriga a população em idade ativa a migrar para outras localidades em busca de trabalho.



Especificamente em relação às pessoas com domicílio rural, nota-se no Estado de Santa Catarina, à semelhança do que ocorre no conjunto do país, uma tendência de queda da PEA agrícola e um aumento da PEA não-agrícola (gráfico 1.3). No período de 1981 a 1992, a PEA agrícola manteve-se em crescimento, embora a taxas bem pequenas (0,4% ao ano). Já entre 1992 e 1997, houve uma queda significativa da ordem de 4,5% ao ano, o que significou uma diminuição de aproximadamente 120 mil pessoas nas ocupações agrícolas do estado. O impacto dessa redução só não se fez sentir mais fortemente porque a PEA não-

agrícola apresentou um crescimento vigoroso nesse mesmo período, ou seja, cresceu significativamente a uma taxa de 5,6% ao ano, o que representou a incorporação de cerca de 43 mil pessoas ao mercado de trabalho. Isto provocou uma elevação no patamar de participação das ocupações não-agrícolas no conjunto das ocupações rurais para cerca de 29%. É importante frisar que no caso das ocupações não-agrícolas, ao contrário das ocupações agrícolas, há um movimento ascendente em ambos os períodos considerados, com taxas significativas entre 1992 e 1997.



Uma outra consequência da queda da PEA agrícola também observada nos anos 90 é o forte aumento das pessoas consideradas economicamente ativas, mas que na semana da pesquisa estavam procurando emprego. Entre 1981 e 1992 houve um crescimento anual significativo da ordem de 5,4% ao ano, enquanto que no período seguinte (1992 a 1997), essas taxas subiram para 15,6 % ao ano. Isso significa que uma parcela considerável da mão-de-obra rural catarinense não consegue ser alocada nas atividades agrícolas, restando apenas a alternativa de se ocupar em atividades não-agrícolas no próprio meio rural ou no meio urbano, ou ainda, migrar para outros locais e/ou regiões em busca de novas oportunidades de trabalho.

Esse comportamento do emprego agrícola na década de 90 nos remete novamente à discussão da agricultura no cenário macroeconômico do estado e do país. A partir de 1990 intensificou-se a política de desregulamentação e de liberalização dos mercados, bem como definiu-se uma nova forma de intervenção do Estado nas suas políticas setoriais para as áreas rurais. Com isso, o ambiente técnico-produtivo, onde se insere a agricultura catarinense, sofreu algumas alterações.

Por um lado, os impactos do processo de abertura comercial já estão presentes em vários setores da economia agrícola catarinense. Neste caso, destacam-se as culturas da cebola, do alho e da maçã, que passaram a sofrer uma forte concorrência dos produtos importados, principalmente daqueles originários dos países do Mercosul. Além destes, a cadeia produtiva do leite também está sendo afetada devido aos baixos índices de produtividade, comparativamente a alguns países, como é o caso da Argentina e do Uruguai⁴².

Por outro, visando aumentar sua competitividade nos mercados internos e externos, nota-se um movimento de deslocamento das principais plantas agroindustriais da grande região colonial do Estado em direção à Região Centro-Oeste do país. Em parte, esse movimento é explicado pelos constantes déficits na produção dos insumos básicos (milho e soja) para os setores de aves e suínos, o que obrigava os agentes econômicos a importar quantidades consideráveis destes produtos. Já no Centro-Oeste esses insumos são ofertados a custos menores devido às elevadas taxas de produtividade verificadas nessa região.

⁴² - Ressalta-se que no Estado de SC a atividade da bovinocultura de leite, em sua maioria, sempre esteve vinculada ao sistema de produção familiar, atuando mais no sentido de fonte de renda complementar do que como uma atividade especializada com competitividade nos mercados.

Além disso, deve-se considerar também os efeitos dos incentivos fiscais que são oferecidos por várias unidades da federação. Uma das primeiras conseqüências deste processo é o aumento do número de agricultores que estão sendo excluídos do sistema de integração por não atingirem mais as escalas mínimas de produção fixadas pelas grandes empresas agroindustriais⁴³.

Estas questões colocam novos desafios para a agropecuária catarinense e, em especial, para o sistema familiar de produção que é predominante no estado. Segundo Wilkinson (1997), os maiores desafios da produção familiar no caso brasileiro, e quiçá latino-americano, resultam da ameaça crescente de “expropriação” pela empresa especializada em grande escala das atividades essenciais à sobrevivência da produção familiar. Em outras palavras, a tendência é que aumentará a exclusão social com impactos diretos sobre os níveis de emprego porque as escalas mínimas de produção serão cada vez mais difíceis de serem atingidas.

Neste sentido, o autor concluiu que o futuro da produção familiar no Sul do Brasil depende menos da competitividade definida nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais e mais do surgimento de uma coalização de atores comprometidos com a redefinição de prioridades econômicas para a região a partir do potencial produtivo do próprio sistema de produção familiar. Neste caso, através de políticas públicas ativas e de acordos por cadeias produtivas (leite, suínos, aves, fumo, etc.) seria possível estancar o processo de exclusão deste segmento de produtores. Essa coalização de forças deveria se orientar por três aspectos básicos: intervenção nos mercados; mudanças nas formas organizacionais dos produtores e busca de novos padrões tecnológicos.

No entanto, convém lembrar que a queda do emprego agrícola não é um problema específico do Estado de Santa Catarina ou da Região Sul do país, conforme já alertaram vários estudos⁴⁴. De um modo geral, esses trabalhos mostraram que houve uma redução constante da demanda de força de trabalho agrícola no meio rural brasileiro a partir da segunda metade dos anos oitenta em conseqüência, basicamente, da elevação da produtividade do trabalho agrícola associada à incorporação de novas tecnologias ao

⁴³ - Para Wilkinson (1997), a liberalização e a integração regional estão acelerando as tendências à especialização em torno de produtos individuais. Essas tendências levaram inicialmente a uma concentração dos recursos produtivos na produção familiar, mas agora ameaçam realocar tais produtos agroindustriais e lavouras comerciais para fora do setor familiar e da própria região.

⁴⁴ - Destacam-se os estudos de Graziano da Silva (1995, 1996); Balsadi (1996) e Mattei & Bianconi (1997).

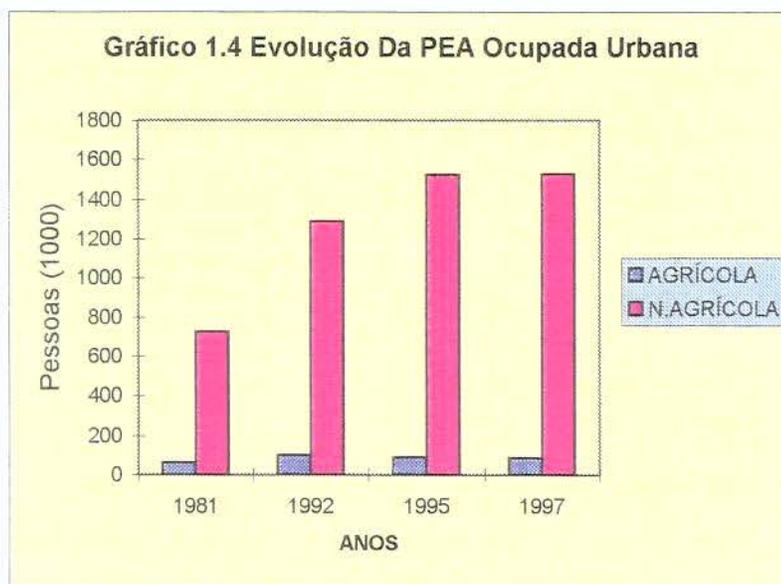
processo produtivo, as quais substituíram e/ou eliminaram a força de trabalho humana. Isto é importante, não somente em termos da mecanização agrícola utilizada desde o preparo do solo até a colheita, mas também em função do uso de produtos químicos na execução dos tratos culturais, atividades estas que ocupavam um elevado número de trabalhadores. Soma-se a isso o fato de que uma das formas mais tradicionais de geração do emprego – a expansão da fronteira agrícola – praticamente atingiu seu limite, restando poucas áreas agriculturáveis no âmbito do país para serem incorporadas ao processo produtivo.

Além disso, a redução nos níveis de emprego não é uma exclusividade do setor agrícola. Analisando o comportamento da economia brasileira nos períodos recentes, Mattoso & Baltar (1996) afirmaram que o escasso dinamismo industrial se refletiu também na geração de emprego formal, tanto na indústria de transformação como nos outros setores de atividades. Desta forma, concluíram que esta escassa geração de empregos, apesar do crescimento da produção industrial, é consequência das transformações que elevaram intensamente a produtividade do trabalho.

Esta queda do emprego industrial, aliada à forte informalização das relações de trabalho nos anos noventa, influiu negativamente sobre a capacidade dos centros urbanos de absorver mão-de-obra oriunda das áreas rurais. É neste contexto que as novas funções do espaço rural podem contribuir de forma expressiva no sentido de amenizar a falta de trabalho em outros locais para as populações rurais⁴⁵.

Quanto à PEA agrícola com domicílio urbano (gráfico 1.4), verifica-se que, ao contrário da década de oitenta – quando registrou-se um crescimento significativo das pessoas domiciliadas no meio urbano e ocupadas em atividades agrícolas -, nos anos noventa houve uma estagnação das taxas de crescimento. Em grande parte, este comportamento, também verificado nos demais estados da Região Sul, está associado à elevação da produtividade do trabalho agrícola que bloqueia a incorporação de novas pessoas neste setor produtivo.

⁴⁵ - Para maiores detalhes, veja Graziano da Silva (1999).



Do ponto de vista das pessoas não economicamente ativas no meio rural, destacam-se duas questões importantes. Por um lado, os aposentados e pensionistas aumentaram consideravelmente o seu número, sendo que nos últimos anos da série nota-se um crescimento da ordem 5,1% ao ano. Esse comportamento está relacionado à extensão dos benefícios previdenciários às áreas rurais a partir de 1992, com a regulamentação da nova legislação da Previdência Social. Em muitas localidades, as rendas oriundas desses benefícios (normalmente o aposentado rural recebe um salário mínimo mensal) acabam influenciando positivamente na dinâmica econômica dos pequenos municípios, principalmente naqueles onde os níveis de rendas das populações rurais são muito baixos⁴⁶.

Por outro lado, observa-se uma tendência decrescente da participação das demais pessoas designadas como “outros não economicamente ativos” ao longo da série considerada. Nessa categoria se incluem as pessoas de 10 anos ou mais, mas que não fazem parte das classificações anteriores, como os não economicamente ativos (aposentados,

⁴⁶ - Para maiores detalhes, ver Delgado, G.C. (1997). Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica. IPEA, 73p. (mono).

pensionistas ou pessoas com outras fontes de rendas – caso de estudantes). Embora tornasse difícil qualificar este segmento de pessoas, é possível que o mesmo seja composto por pessoas idosas que vivem no meio rural e que dependem de ajuda de parentes e/ou de membros familiares⁴⁷.

1.2.1 – A posição na ocupação⁴⁸

A **tabela 1.3** apresenta a evolução da população rural ocupada por posição na ocupação, segundo o setor de atividade para o período entre 1981 e 1997. Quanto às ocupações agrícolas, verifica-se que, no Estado de SC, a categoria dos trabalhadores não-remunerados predomina sobre as demais, apesar de ter apresentado uma tendência de crescimento negativa e significativa aos níveis considerados entre 1992 e 1997. Se a ela agregarmos a categoria dos conta-própria – que mostrou um comportamento muito semelhante ao dos não-remunerados – temos que essa junção representava, em 1981, mais de 90% do emprego agrícola catarinense. Esse percentual caiu para 84% em 1997. Essa queda está relacionada às taxas de crescimento anuais negativas verificadas para as duas categorias, sendo que para os não-remunerados o percentual de queda foi bem maior.

No caso dos trabalhadores por conta-própria, chama a atenção o comportamento distinto entre os dois períodos considerados. No período entre 1981 a 1992, houve a manutenção dos mesmos patamares de participação dessa categoria. Já entre os anos de 1992 a 1997, verifica-se uma taxa de crescimento negativa e significativa da ordem de 4,3% ao ano, representando a diminuição de aproximadamente 42 mil pessoas no período.

⁴⁷ - Em algumas regiões do estado já se verifica empiricamente um forte processo de envelhecimento da população rural. Os dados do Censo Demográfico de 1991 também já captaram essa tendência.

⁴⁸ - A partir da década de noventa as PNADs passaram a contar com oito categorias de posição na ocupação: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta-própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade familiar, outro trabalhador não-remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Para tornar os dados comparáveis entre as décadas foram realizadas algumas mudanças, com destaque para a exclusão das duas últimas categorias do conjunto das informações. Maiores detalhes encontram-se no Apêndice Metodológico, item 1.

Já os trabalhadores não-remunerados mantiveram, durante o período de 1981 a 1992, sua participação no conjunto da mão-de-obra agrícola do estado, apresentando taxas anuais de crescimento próximas de zero. Porém, no segundo período analisado (1992 a 1997), verifica-se uma forte retração dessa categoria, ou seja, sua participação apresentou taxas de crescimento negativas e significativas da ordem de 6,5% ao ano, significando a diminuição de cerca de 91 mil pessoas no período.

De alguma forma, o comportamento dessas duas categorias está diretamente relacionado à dinâmica da produção agropecuária no estado nas duas últimas décadas. Nos primeiros anos da segunda metade da década de oitenta ocorreu uma forte expansão das atividades agrícolas no país, o que resultou nas chamadas “super safras”. Neste caso, houve uma contribuição expressiva do Estado de Santa Catarina, fazendo com que o mesmo se situasse entre os cinco estados maiores produtores de grãos do país. É justamente nessa época que o emprego agrícola atingiu seu pico máximo, tanto no país como no estado. A partir do início dos anos 90, observa-se uma tendência mais constante de queda no volume do emprego gerado pelas atividades agrícolas, sendo que esse processo atinge indistintamente as diversas categorias ocupacionais.

Esta situação também teve efeitos sobre as demais categorias. No caso dos empregados agrícolas houve, entre 1981 a 1992, um incremento da participação dessa categoria no conjunto da mão-de-obra agrícola, representando a incorporação de mais de 20 mil pessoas no período. Com isso, as taxas de crescimento da ordem de 3,7% ao ano foram significativas ao nível de 10%. Porém, entre 1992 e 1997 o comportamento variou pouco, não apresentando tendências significativas aos níveis considerados.

Essa dinâmica das diversas categorias ocupacionais das atividades agrícolas no estado revela a existência de um sistema de produção fortemente articulado ao trabalho familiar e embasado nas pequenas unidades de produção, cuja característica mais marcante é a diversificação das atividades produtivas.

Tabela 1.3:

População rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. SC, 1981/1997 (1000 pessoas).

Posição na Ocupação Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
Atividades Agrícolas	600	629	617	567	528	501	0,4	-4,5***
Empregados	44	66	70	81	62	71	3,7**	0,3
Conta-própria	203	202	192	179	172	160	0,0	-4,3***
Empregadores	6	10	9	18	4	12	4,8	-3,6
Não-remunerados	346	350	345	289	267	259	0,1	-6,5***
Sem declaração					23			
Atividades Não-Agrícolas	170	180	175	202	245	213	0,5	5,6**
Empregados	144	151	135	169	190	169	0,4	4,9*
Conta-própria	21	23	30	26	43	31	0,6	7,5
Empregadores	2	3	2	7	5	6	3,7	20,9**
Não-remunerados	3	3	8	1	7	7	1,0	5,8
Sem declaração								
Total	770	809	792	769	772	714	0,4	-2,0***

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Quanto às ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense, os dados revelam uma dinâmica bem diferente daquela das ocupações agrícolas. Dentre os ocupados em atividades não-agrícolas, observa-se que a ampla maioria é de empregados, cuja participação foi crescente em todos os anos considerados. Entre 1981 e 1992 não houve um acréscimo significativo, mas no período de 1992 a 1997 o número de empregados ocupados em atividades não-agrícolas cresceu significativamente a uma taxa média de 4,9% ao ano. Isto fez com que essa categoria detivesse, em 1997, aproximadamente 80% das ocupações não-agrícolas do estado. Em grande medida, esse comportamento revela que há uma busca de trabalho rural não-agrícola visando o aumento dos ganhos monetários e, conseqüentemente, a elevação dos padrões de vida da população rural do estado.

Já as categorias que compõem o trabalho familiar (conta-própria e não-remunerados), apesar de expandirem seu percentual de participação no conjunto do trabalho

rural não-agrícola, não apresentaram taxas significativas ao longo do período analisado. A categoria dos trabalhadores por conta-própria, mesmo com a incorporação de aproximadamente 9 mil pessoas nesse tipo de ocupação no período de 1992 a 1997, não apresentou taxas de crescimento significativas aos níveis considerados.

Finalmente, a categoria dos empregadores, apesar de apresentar tendência de crescimento significativa entre 1992 e 1997, mantém um patamar de participação nesse tipo de ocupações extremamente baixo, não significando mais do que 1% da mão-de-obra rural não-agrícola do estado.

Essas características por posição na ocupação revelam que a dinâmica das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense está mais associada à expansão a este meio de um conjunto de atividades que priorizam as relações de trabalho mais formalizadas, conforme pode ser observado quando analisamos os principais ramos e setores das ocupações não-agrícolas. Essa é uma tendência já verificada para o conjunto do país. Segundo Del Grossi (1999), a participação dos empregados rurais com registro em carteira em atividades não-agrícolas é tão significativa, que o seu contingente ultrapassa o dos empregados em atividades agrícolas com registro em carteira.

1.2.2 – Os ramos de atividade do trabalho principal⁴⁹

A **tabela 1.4** apresenta o número de pessoas para os principais ramos de atividade das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Santa Catarina. Os dados mostram que a maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural se concentra, em ordem decrescente, nos ramos da indústria de transformação, de prestação de serviços, da indústria da construção, do comércio de mercadorias, das atividades sociais e de serviços auxiliares de atividades econômicas. Juntos, esses ramos respondem por aproximadamente 90% das ocupações não-agrícolas do Estado. No entanto, apenas a administração pública, a indústria da construção, a indústria de transformação e o ramos dos transportes e comunicações é que tiveram taxas de crescimento significativas aos níveis considerados. Em grande medida, isto indica que pode estar ocorrendo um processo de “urbanização” do

meio rural, ou seja, a extensão para as áreas rurais de uma rede de serviços de infraestrutura e de outras comodidades das sociedades modernas, antes exclusivas das áreas urbanas. Mas ao mesmo tempo, pode significar também o atendimento de reivindicações das comunidades rurais, principalmente no que diz respeito aos ramos de atividades sociais e da administração pública.

O ramo da indústria de transformação apresentou um forte crescimento em todo o período considerado, porém as taxas de crescimento foram significativas somente nos anos noventa, quando aumentaram 5,7% ao ano. Em parte, isso se explica pela forte presença no estado das indústrias têxteis, de calçados, de vestuário e de máquinas e equipamentos, bem como da expansão das indústrias ligadas ao processamento de produtos agropecuários no próprio meio rural, onde as agroindústrias de carnes e de laticínios são muito expressivas. Além disso, há uma tradição da indústria alimentar caseira em algumas regiões do estado (Vale do Itajaí, Litoral Norte e Sul), devido às habilidades artesanais dos agricultores introduzidas pelos imigrantes e que vêm sendo mantidas pelos seus descendentes, o que possibilita agregar valor aos produtos produzidos nas unidades familiares de produção.

A indústria da construção é o outro ramo que apresentou um crescimento ascendente ao longo dos períodos considerados, sendo que as taxas de crescimento anuais para a década de noventa foram significativas ao nível de 20%, situando-se na faixa de 8,8% ao ano. Em função disso, esse ramo respondia, em 1997, por aproximadamente 10% do total das ocupações rurais não-agrícolas catarinenses. Esse comportamento pode ser explicado pela expansão ao meio rural de uma rede de serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde e de educação, as quais demandam a construção de várias obras. Além disso, uma outra explicação para o crescimento verificado pode estar associada às mudanças que ocorreram na Constituição de 1988, a qual permitiu a emancipação de novos municípios. Com isso, o número de municípios do estado aumentou de 191, em 1989, para 293, em 1997. Em sua maioria, esses municípios foram formados a partir de pequenos distritos e/ou vilas rurais que se desmembraram de municípios maiores e que não possuíam a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado. Isso obrigou a construção de uma rede mínima de infra-estrutura, como a sede da prefeitura, da comarca, cartórios, hospitais,

⁴⁹ - A PNAD pesquisa os seguintes ramos de atividades: agrícola, indústria de transformação, indústria da construção, outras atividades industriais, comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte/comunicação, social, administração pública e outras atividades.

colégios, etc., para que o município fosse reconhecido como tal e entrasse em funcionamento. Ressalta-se que essas localidades, na maioria das vezes, possuem populações inferiores a dez mil habitantes. Finalmente, uma explicação que vem a corroborar as anteriores diz respeito às atividades de construção na área de infra-estrutura turística urbana, devido à expressiva participação desse setor na economia catarinense. Assim, é muito comum em várias regiões do estado a ocupação de mão-de-obra rural, em alguns períodos do ano, nessas atividades.

Tabela 1.4:

**População rural de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividade.
SC, 1981/1997 (1000 pessoas)**

	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Tx. de crescimento (% a.a.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
População Economicamente Ativa	776	820	799	778	787	733	0,5 ***	-1,7 ***
Ocupados								
Agrícola	600	629	617	567	528	501	0,4	-4,5 ***
Não-Agrícola	170	180	175	202	245	213	0,5	5,6 **
Indústria de Transformação	72	75	70	85	89	94	0,4	5,7 ***
Indústria da Construção	13	16	16	23	27	20	2,2	8,8 *
Outras Atividades Industriais	5	3	7	6	3	7	-3,3	3,3
Comércio de Mercadorias	14	22	22	11	23	18	4,5 *	-4,0
Prestação de Serviços	22	37	32	43	56	39	5,0 **	6,1
Serviços Aux. de Ativ. Econ.	2	4	3	1	5	3	5,2	-0,8
Transporte e Comunicação	10	6	8	9	8	8	-4,4	4,8 *
Social	22	11	10	17	23	12	-6,0 ***	8,4
Administração Pública	8	5	6	6	9	8	-5,4 *	12,8 **
Outras Atividades	3	1	1	1	2	3	-8,6 **	26,5
Não-Ocupados								
Procurando Emprego	6	11	6	9	15	19	5,4 *	15,6 *
Não Economicamente Ativos								
Aposent., Pension. ou Outras Rendas	61	60	79	69	89	80	-0,1	5,1
Outros não Economicamente Ativos	367	200	206	228	229	234	-5,4 ***	3,4 ***
Pessoas de 10 anos e mais	1204	1079	1084	1075	1105	1048	-1,0	-0,3

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Já o ramo da administração pública apresentou um comportamento distinto entre os dois períodos considerados. Entre 1981 e 1992 teve taxas de crescimento negativas da ordem de 5,4% ao ano, enquanto que na década de 90 mostrou um crescimento significativo de 12,8% ao ano. Em parte, esse comportamento pode estar associado às explicações anteriores, uma vez que é o setor da administração municipal que cresce neste ramo nos anos 90, conforme veremos na seção seguinte. Porém, não se deve desconsiderar também as tradicionais políticas assistencialistas e clientelistas que ainda são implementadas pelos organismos públicos municipais, as quais exercem muita influência sobre as populações rurais.

Quanto ao ramo de transportes e de comunicações, verifica-se um comportamento distinto ao longo dos anos. Entre 1981 e 1992 não houve um acréscimo significativo das pessoas ocupadas nesse ramo de atividade. Já no período seguinte - 1992 a 1997 -, as taxas de crescimento tornaram-se positivas e significativas ao nível de 20% de probabilidade, o que revela uma tendência de aumento da participação do mesmo no conjunto das ocupações. Em parte, essa tendência pode ser creditada ao processo de expansão às áreas rurais de uma rede de serviços de infra-estrutura, a qual visa melhorar as condições de vida das populações dessas localidades. Além disso, no caso específico do setor de transportes, nota-se um aumento da demanda de transporte de pessoas e de produtos "in natura" e/ou processados da área rural para outros centros e regiões consumidoras.

O ramo de prestação de serviços, por sua vez, apresentou um crescimento significativo no período de 1981 a 1992, porém não manteve a mesma tendência nos anos noventa, apesar de ter, em termos absolutos, a segunda maior participação na geração do emprego não-agrícola. Isto fez com que esse ramo detivesse, em 1997, aproximadamente 18% desse tipo de ocupações do Estado. De alguma maneira, esse crescimento está associado à expansão de novos tipos de ocupações até pouco tempo atrás praticamente impensáveis para as populações rurais, conforme veremos na seção seguinte.

Quanto ao ramo das atividades sociais, observa-se um crescimento negativo significativo deste tipo de ocupações não-agrícolas da ordem de 6,0% ao ano, entre 1981 e 1992. Na década de noventa, apesar das taxas de crescimento serem positivas, elas não apresentaram uma tendência significativa aos níveis considerados. Em termos absolutos,

observa-se que os valores permaneceram praticamente inalterados ao longo dos anos 90, mas decresceram muito em relação ao primeiro ano da década de oitenta.

Finalmente, o ramo do comércio de mercadorias também apresentou um comportamento distinto entre os dois períodos considerados. Assim, entre 1981 e 1992 houve um crescimento significativo ao nível de 4,5% ao ano. Já nos anos 90, embora o patamar de ocupação tenha se mantido no último ano da série, houve oscilações importantes, o que levou à constatação da existência de uma taxa de crescimento negativa da ordem de 4,0% ao ano, embora não significativamente diferente de zero. Com isso, decresce a participação percentual deste ramo no conjunto das ocupações não-agrícolas de 12%, em 1992, para menos de 9%, em 1997.

Estes resultados revelam que a dinâmica de geração das ocupações rurais não-agrícolas não ocorre da forma preconizada por alguns autores⁵⁰. Isto porque os programas e as políticas implementadas durante a modernização agrícola não beneficiaram uniformemente todas as regiões e nem todos os estratos de produtores. Por um lado, as regiões mais desenvolvidas e os produtos mais nobres foram beneficiados e, por outro, os produtores com estrato de áreas maiores foram favorecidos, o que facilitou a modernização e a acumulação de capital por parte deste segmento. Em consequência disso, o desenvolvimento rural tornou-se extremamente heterogêneo, tanto do ponto de vista geográfico como das dinâmicas que promovem esse processo de desenvolvimento⁵¹.

A **tabela 1.5** apresenta os principais ramos de atividades das ocupações urbanas não-agrícolas no Estado de Santa Catarina, além da PEA com domicílio urbano ocupada em atividades agrícolas. No caso das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, nota-se que, entre 1981 e 1992, houve um crescimento significativo da ordem de 4% ao ano. No período seguinte (1992 a 1997), as taxas de crescimento apresentaram valores negativos, porém não sendo significativas aos níveis considerados. Com isso, no ano de 1997, a PEA agrícola com domicílio urbana representava apenas 5% da PEA urbana total.

Quanto às atividades não-agrícolas da PEA urbana, verifica-se que os ramos da indústria da construção, do comércio de mercadorias, de prestação de serviços, social, de

⁵⁰ - Para Weller (1997), seriam as próprias características do setor agropecuário que gerariam as ORNA, uma vez que estes tipos de ocupações estariam ligadas, num primeiro momento, ao processo de modernização da agricultura e, posteriormente, à expansão de outras atividades ao meio rural (comércio de produtos, prestação de serviços, empresas processadoras, etc.).

⁵¹ - Veja Graziano da Silva (1999).

serviços auxiliares de atividades econômicas e de outras atividades industriais apresentaram taxas de crescimento significativas, sendo que apenas o ramo de outras atividades industriais apresentou crescimento negativo para todo o período considerado.

Do ponto de vista das pessoas economicamente ativas é possível observar, ainda, o forte aumento das pessoas que estavam procurando emprego na semana de referência da pesquisa. As taxas de crescimento foram significativas e da ordem de 8,6% ao ano, entre 1981 e 1992, e de 4,9% ao ano, entre 1992 e 1997. Neste último ano essa categoria passou a deter quase 7% da PEA urbana. Em parte, essas taxas refletem os efeitos negativos da política econômica em curso no país e a falta de prioridade para as políticas sociais.

Tabela 1.5:
População urbana de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividade.
SC, 1981/1997 (1000 pessoas)

	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Tx. de Crescimento (% a.a.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
População Economicamente Ativa	826	1475	1497	1693	1639	1715	5,4***	3,2***
Ocupados								
Agrícola	64	98	79	89	98	85	4,0***	-0,1
Não-Agrícola	727	1290	1348	1522	1448	1526	5,4***	3,3***
Indústria de Transformação	209	377	397	404	380	388	5,5***	0,2
Indústria da Construção	58	115	108	116	124	149	6,4***	5,0**
Outras Atividades Industriais	25	24	21	22	21	20	-0,3	3,0*
Comércio de Mercadorias	108	195	221	265	232	258	5,5***	5,0**
Prestação de Serviços	138	253	261	318	306	314	5,7***	4,9***
Serviços Aux. de Ativ. Econ.	23	51	54	75	67	76	7,6***	8,5***
Transporte e Comunicação	44	57	55	71	56	58	2,3	1,1
Social	60	120	125	138	137	146	6,4***	3,9***
Administração Pública	37	67	79	72	92	75	5,7***	2,6
Outras Atividades	26	32	28	41	32	43	1,9	6,2
Não-Ocupados								
Procurando Emprego	35	87	70	81	93	104	8,6***	4,9*
Não Economicamente Ativos								
Aposent., Pens. ou Outras Rendas	146	226	235	244	280	282	4,0***	4,8***
Outros não Economicamente Ativos	606	858	866	819	918	908	3,2***	1,1
Pessoas de 10 anos e mais	1577	2559	2599	2757	2837	2905	4,5***	2,7***

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

1.2.3 – Os setores de atividade da população rural não-agrícola⁵²

A **tabela 1.6** mostra os dados dos principais setores de atividades da população rural ocupada em atividades não-agrícolas. O setor agrupa diversas ocupações de um determinado ramo de atividade. Por exemplo, o ramo de prestação de serviços inclui 13 diferentes setores, como serviços pessoais, serviços residenciais, hospedagem, restaurantes, reparo de móveis, assistência técnica, serviço de jardinagem e o setor do emprego doméstico que assume, tanto no caso de SC como no Brasil, uma grande importância. Mas dentro do setor emprego doméstico podemos encontrar ainda diferentes profissões que vão desde a copeira, cozinheira, diarista, lavadeira até o criado. Essa classificação explica porque os valores do item “serviços domésticos” da tabela 1.7 são inferiores aos valores do item “emprego doméstico” da tabela 1.6.

Dentre os setores que apresentaram valores absolutos maiores destacam-se, em ordem decrescente, o emprego doméstico, com aproximadamente 11% do total das ocupações não-agrícolas; a construção com o mesmo percentual de participação; a indústria de madeiras, a indústria de alimentos, a administração municipal, as alfaiatarias e os estabelecimentos de ensino público. No entanto, apenas os setores da construção, da indústria de alimentos, da alfaiataria e da administração municipal tiveram aumentos estatisticamente significativos no período de 1992 a 1997.

O alto crescimento das ocupações no setor das indústrias de alimentos está relacionado ao processamento de parte da produção nos pequenos distritos e vilas, o qual agrega valor aos produtos comercializados. Além disso, há uma tradição no estado das pequenas indústrias alimentares de base caseira, sobretudo nas áreas de conservas, enlatados, embutidos, massas, bolachas e biscoitos. Informações obtidas junto às entidades empresárias catarinenses, revelam que existem atualmente no estado 379 pequenas e

⁵² - Refere-se à atividade principal do empreendimento onde as pessoas trabalham. No questionário da PNAD de 1995, o quesito 7 pergunta: qual era a atividade principal do empreendimento em que tinha esse trabalho? Assim, a atividade foi obtida através do ramo de negócio ou finalidade da empresa ou entidade. Os trabalhadores conta-própria foram classificados de acordo com a ocupação exercida. Para maiores detalhes, veja Del Grossi (1999).

médias empresas, a maioria delas utilizando os produtos agropecuários como matéria-prima básica.

O setor da construção apresentou taxas de crescimento significativas da ordem de 8,8% ao ano, para o período entre 1992 e 1997. As razões desse crescimento, já apontadas anteriormente, transformaram a indústria da construção, juntamente com o emprego doméstico, no principal setor de ocupação da população rural não-agrícola.

Já o setor de alfaiataria teve um comportamento distinto nos dois períodos analisados. Entre 1981 e 1992 apresentou taxas de crescimento negativas e significativas da ordem 15,9% ao ano. No período seguinte houve uma inversão dessa tendência e as taxas passaram a ser positivas da ordem de 43,5% ao ano. Isso significa que esse é um setor com potencial de crescimento para as ocupações rurais não-agrícolas, devido ao fato de que alguns ramos da indústria têxtil e de vestuário ainda mantêm parte do processo produtivo espalhado pelas áreas rurais.

Quanto ao setor da administração municipal, verifica-se uma tendência de crescimento positiva na década de noventa no conjunto das ocupações. Como já comentamos anteriormente, isso se deve ao processo de expansão dos serviços públicos para as áreas rurais. Com isso, novos serviços são demandados junto ao poder municipal, principalmente na área de infra-estrutura e de atendimento às comunidades.

O setor de estabelecimentos de ensino público apresenta duas fases de crescimento distintas. No primeiro período (1981 a 1992), verifica-se uma redução de sua participação no conjunto da mão-de-obra não-agrícola. Neste caso, as taxas foram negativas da ordem de 5% ao ano e significativas ao nível de 20%. Porém, no período seguinte, o setor não teve uma tendência significativa, apesar das taxas terem sido positivas. No entanto, os valores do último ano da série (1997) são inferiores aos do primeiro ano (1981). Essa falta de crescimento em um setor vital, como é o caso do ensino, mostra os efeitos da política educacional oficial no Estado. Seguindo orientações da esfera federal, o Estado e os Municípios passaram a desativar as escolas rurais e a incentivar a participação dos alunos da área rural nas escolas das sedes municipais. Essa política, em grande medida, está intimamente ligada à política de cortes dos gastos públicos na área social, tendo em vista as dificuldades financeiras por que passam o estado e a maior parte dos municípios catarinenses.

Tabela 1.6:
Principais setores de atividade da população rural não-agrícola ocupada
15 horas e mais na semana de referência. SC, 1981/1997 (1000 pessoas)

Atividades do Empreendimento	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
Emprego Doméstico	10	21	16	22	28	20	7,1***	4,3
Construção	13	16	16	23	27	20	2,2	8,8*
Estab. Ensino público	11	6	9	9	13	7	-5,0*	4,4
Comércio de alimentos	5	6	8	2	6	6	2,0	-5,7
Indústria de alimentos	4	6	3	10	12	9	2,8	20,5*
Indústria de transform.	6	6	9	5	8	8	0,0	3,6
Restaurantes	3	5	3	6	13	3	2,6	9,8
Alfaiataria	4	1	4	3	5	6	-15,9***	43,5*
Administração municipal	3	3	5	3	6	7	-1,7	16,7*
Comércio ambulante	2	1	1	2	2	0	-4,6**	nd
Indústria de madeiras	33	12	9	13	11	14	-9,0***	4,7
Transporte de cargas	8	5	7	7	6	5	-4,6	0,7
Assist. técnica – veículos	1	3	4	3	2	3	14,6*	-9,1
Sub-total	102	93	94	107	137	109	-0,8	6,6*
PEA Não-Agrícola	170	180	175	202	245	213	0,5	5,6**

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

- a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.
 b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 (*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Os dados dos setores mostram também outros aspectos importantes. Em primeiro lugar, é possível visualizar distintas fases de crescimento dos setores rurais, sem que isso signifique, necessariamente, o encadeamento de um processo de transferências de atividades. Um bom exemplo disso é o setor de madeiras que, no ano de 1981, detinha a maioria absoluta (cerca de 30%) das ocupações não-agrícolas. De lá para cá houve uma redução drástica desse tipo de ocupações, sendo que entre 1992 e 1997, as taxas de crescimento não foram significativas aos níveis considerados, apesar de terem sido positivas. Em grande medida, isso pode ser explicado por duas razões básicas: por um lado, diminuíram as áreas para extração e beneficiamento de madeiras no estado, implicando uma forte redução do número de pequenas serrarias de base empresarial familiar e, por outro, iniciou-se uma fiscalização mais rigorosa por parte dos organismos governamentais no que diz respeito aos aspectos da legislação ambiental (agora todo corte de madeira –

inclusive nas pequenas unidades familiares – necessita de autorização dos órgãos competentes, além do que a lei específica da reserva florestal de cada propriedade passou a ser mais fiscalizada).

O setor de restaurantes não apresentou tendências de crescimento significativas aos níveis considerados no período de 1992 a 1997, embora em termos numéricos tenha aumentado bastante. Esse comportamento pode ser explicado através das novas funções desempenhadas pelo “espaço rural”. Assim, o setor de restaurantes pode estar acoplado a um conjunto de atividades de lazer, turismo e de proteção ambiental, que se expandem no interior do estado. Um exemplo disso são algumas rotas turísticas já existentes nos pequenos municípios, em sua maioria de base agrícola. Na região sul do estado, há a rota turística da colonização italiana, dotada de uma ampla rede de serviços turísticos, como hotéis, pousadas e restaurantes, os quais possibilitam às pessoas um retorno às origens da ocupação territorial daquela parte do estado e a própria preservação dos traços culturais da imigração italiana. Da mesma forma, na região do Vale do Itajaí encontra-se a rota turística da colonização alemã, cujo destaque são os hábitos alimentares típicos dos primeiros imigrantes. Além disso, há a tradicional rota do turismo rural na serra e no planalto catarinense, com destaque para os hotéis-fazendas nas cidades de Lages e de São Joaquim, cujas antigas propriedades agrícolas se transformaram em importantes fontes geradoras de rendas a partir de atividades desvinculadas, em sua maioria, das atividades puramente agrícolas.

Observa-se, ainda, a expressiva participação do emprego doméstico nas ocupações não-agrícolas. Pelos critérios de definição do IBGE, trabalhador doméstico é toda a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou em benefícios. Os dados mostram um elevado crescimento deste setor ocupacional, embora no período de 1992 a 1997 as tendências não tenham sido significativas aos níveis considerados. Esse crescimento pode ser considerado como mais uma tendência de regularização das relações de trabalho na área rural, uma vez que até bem pouco tempo era praticamente inexistente esse tipo de exercício profissional nesse meio.

De um modo geral, verifica-se que a grande maioria dessas ocupações não exige níveis de qualificação profissional elevados. Isto possibilita a incorporação mais fácil de importantes parcelas da PEA agrícola ao mercado de trabalho não-agrícola, ao mesmo

tempo que evita a disputa por outros tipos de emprego, principalmente no meio urbano, que exigiriam experiências e qualificações superiores. Esta constatação nos sugere a hipótese de que está em curso um processo de diversificação produtiva no espaço rural catarinense que rompe com o monopólio da agricultura enquanto atividade econômica soberana na geração do emprego rural.

Finalmente, é preciso chamar a atenção para o papel do setor público na geração de ocupações não-agrícolas no meio rural. Em 1997, este setor já representava mais de 6% das ocupações totais, indicando um aspecto importante do processo de rompimento das fronteiras entre o urbano e o rural, que é o acesso de todos aos serviços públicos. A questão do acesso aos serviços públicos é um item tão importante que nos países desenvolvidos, como nos EUA, tem sido um dos critérios auxiliares utilizados para se definir se uma área é rural ou urbana⁵³.

1.2.4 – As ocupações rurais não-agrícolas⁵⁴

A **tabela 1.7** mostra as principais ocupações não-agrícolas da população rural catarinense. Na verdade, essas ocupações são efetivamente as profissões que as pessoas exercem nos postos de trabalhos não-agrícolas.

⁵³ - Veja Graziano da Silva (1999). De algum modo, pode-se dizer que esse critério também já está sendo usado em vários lugares do Brasil. O artigo 32 do Código Tributário Nacional estabelece que, para uma área ser urbanizada, ela necessita da presença de uma série de serviços públicos, tais como: abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública, escola básica e posto de saúde.

⁵⁴ - O quesito 6 da PNAD pergunta: qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro? Neste caso, a ocupação foi definida como o cargo, a função, a profissão ou o ofício exercido pela pessoa.

Dentre as ocupações mais importantes no estado, destacam-se os empregados domésticos, os pedreiros, os motoristas, os costureiros/alfaiates, trabalhadores diversos, ajudantes diversos, serventes e balconistas. Essas poucas categorias profissionais respondem por quase a metade da PEA rural não-agrícola. Porém, somente os motoristas e os costureiros-alfaiates apresentaram taxas de crescimento significativas aos níveis considerados entre 1992 e 1997.

Quanto aos motoristas, verifica-se que essa categoria continua tendo uma participação relativa importante, apesar do resultado do último ano da série praticamente se igualar ao do primeiro ano. De qualquer forma, essa é uma ocupação importante em SC devido à expansão da demanda de transportes de mercadorias processadas no próprio meio rural para outras regiões, bem como do próprio transporte de pessoas das localidades distantes para as sedes dos municípios e para as cidades pólos regionais.

Tabela 1.7:
Principais ocupações não-agrícolas da população rural ocupada 15 horas e mais na semana de referência. SC, 1981/1997 (1000 pessoas).

Ocupação Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
Serviços domésticos	10	16	10	15	20	16	4,5	6,2
Pedreiro	5	8	10	8	18	14	5,1	11,9
Serviços conta-própria	3	7	7	5	8	5	7,6*	-5,7
Prof. primeiro grau inicial	5	4	5	5	5	2	-1,2	-6,4
Balconistas atendentes	5	5	10	1	8	7	-0,3	-3,9
Motorista	10	11	10	13	12	13	0,4	4,7*
Ajudante de pedreiro	2	5	3	6	5	3	9,4*	-3,3
Servente faxineiro	6	6	4	7	8	5	0,8	3,1
Ajudantes diversos	10	7	10	4	8	9	-3,3	-0,3
Costureiro-alfaiate	7	6	9	9	11	10	-1,6	10,0**
Forneiro em olaria	3	1	2	1	2	2	-8,6**	12,3
Ambulantes	2	1	0	2	1	0	-8,5*	nd
Sub-total	67	77	81	74	105	86	1,5	5,0
TOTAL	170	180	175	202	245	213	0,5	5,6**

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Já as profissões de costureiro e alfaiate vêm crescendo de importância, sendo uma das ocupações que tiveram as maiores taxas de crescimento no período de 1992 a 1997. Em grande medida, esse comportamento pode ser explicado pela dinâmica do setor da indústria têxtil e do vestuário no estado. Como é amplamente conhecido, muitas empresas passam parte do trabalho de facção às pessoas para ser realizado nas próprias residências⁵⁵. Em outros casos, são as próprias famílias que possuem suas “malharias de fundo de quintal”, sendo que muitas delas se situam em áreas rurais. Este é um caso mais típico das regiões do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque); do Litoral Norte (Joinville e Jaraguá do Sul) e da região Sul, as quais centralizam as principais ações dos setores têxtil e de vestuário do estado.

Os serviços domésticos não apresentaram tendências de crescimento significativas ao longo dos períodos analisados. Mesmo assim, mantiveram-se como a maior categoria dentre as ocupações rurais não-agrícolas. Já os pedreiros detêm as maiores taxas de crescimento anuais, indicando a importância do setor de construção para o trabalho rural não-agrícola.

⁵⁵ - Esse processo é conhecido na literatura como “putting out system”, em que parte do processo produtivo é realizado fora das fábricas, geralmente nas residências domésticas.

No período entre 1981 e 1992 merece ser destacado também o comportamento das categorias de ajudante de pedreiro, de serviços por conta própria, de ambulante e de forneiro em olaria. As duas primeiras, apresentaram taxas de crescimento positivas e significativas aos níveis considerados. Já as demais categorias tiveram taxas de crescimento negativas, implicando uma redução da participação dessas categorias no conjunto da mão-de-obra rural não-agrícola.

Embora não conste da tabela, merece um comentário também a profissão dos ajudantes das indústrias de calçados. Esta é uma profissão em franca redução porque nos últimos anos houve uma desestruturação do setor calçadista no estado, devido à política macroeconômica do país (abertura comercial indiscriminada). Da mesma forma que nas indústrias têxtil e de vestuário, parte das tarefas de confecção dos calçados era realizada nas próprias residências das pessoas. Em SC, essas atividades se concentravam mais na Região Sul do Estado, com destaque para os municípios de Sombrio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza, e na região do Vale do Rio Tijucas, com destaque para os municípios de São João Batista e Canelinha. Do ponto de vista da dinâmica econômica do estado, o ramo calçadista encontra-se em crise, o que explica a tendência de queda dessas ocupações no meio rural.

1.2.5 – As pessoas com dupla atividade⁵⁶

A **tabela 1.8** apresenta a dupla ocupação das pessoas por setor de atividade. Antes, porém, de discutirmos os números especificamente, alguns esclarecimentos tornam-se necessários. Na verdade, a designação “dupla atividade” se refere às pessoas que têm mais de uma atividade na semana de referência. Os dados apresentados nas tabelas 1.3 a 1.7 anteriores trataram apenas da ocupação principal. Mas ao dar um tratamento estatístico a essas mesmas informações foi possível isolar aquelas pessoas que na semana de referência declararam desempenhar mais de uma atividade econômica, ou seja, as pessoas que possuíam uma atividade secundária.

⁵⁶ - O quesito 5 da PNAD pergunta: quantos trabalhos tinha na semana de referência?

Além disso, é importante ressaltar os efeitos das mudanças metodológicas das PNADs a partir de 1992. Até o ano de 1990 as PNADs se limitavam a perguntar se a pessoa tinha ou não uma ocupação secundária, não perguntando qual era essa ocupação. Já a partir de 1992 foi criado um novo quesito que identifica a ocupação secundária. A partir deste novo quesito também é possível distinguir se a ocupação secundária é diferente ou não da ocupação principal. Deste modo, na tabela 1.8 os dados aparecem desagregados por setor de atividade. Com isso, tornou-se possível verificar, em função da atividade principal, aquelas pessoas com ocupação secundária e os seus respectivos setores de atividade (agrícola e não-agrícola)⁵⁷.

Verifica-se, inicialmente, que a PEA com mais de uma ocupação no estado é bastante baixa, não atingindo mais que 3% do total da população economicamente ativa no ano de 1997. Em 1981 esse percentual era ainda inferior aos valores apresentados na década de noventa. Naquele ano mais de dois terços das pessoas com dupla atividade tinham domicílio urbano, enquanto era bem menor a participação daquelas pessoas com domicílio rural. Já a partir de 1992 observam-se fortes oscilações entre os números totais das pessoas que declararam ter dupla atividade, tanto para os domicílios urbanos como para os rurais.

⁵⁷ - Com as mudanças no conceito de trabalho principal nas PNADs dos anos 90 (trocou-se o critério de remuneração pelo tempo de ocupação e ampliou-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa), tornou-se necessário uma série de modificações nas informações das pessoas que declararam ter mais de uma atividade na semana de referência. A reclassificação dos dados referentes à variável "posição na ocupação", tanto no trabalho principal como no secundário, provoca alterações nas informações dos ramos de atividades, setores, ocupações e posição na ocupação. A metodologia adotada para esses procedimentos encontra-se no Apêndice Metodológico, item 1, e também em Del Grossi (1999).

Tabela 1.8:

Pessoas com dupla atividade na PEA ocupada 15 horas e mais na semana de referência. SC, 1981/1997 (1000 pessoas).

Domicílio	Atividade Principal	Atividade Secundária	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Tx. de Crescimento (% a.a.)		
									1981/92 ^a	1992/97 ^b	
Urbano	Agrícola	Agrícola	nd	0	1	1	2	1	Nd	nd	
		Não-Agrícola	nd	1	1	1	1	1	Nd	9,3	
		Sub-Total	2	1	2	1	3	2	-10,4	**	18,8
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	6	6	5	4	5	Nd	-7,2	*
		Não-Agrícola	nd	33	34	47	30	53	Nd	6,6	
		Sub-Total	16	38	40	52	33	58	8,4	***	4,9
Rural	Agrícola	Agrícola	nd	14	4	4	5	5	Nd	-13,6	
		Não-Agrícola	nd	4	1	11	3	5	Nd	15,9	
		Sub-Total	2	18	5	15	8	10	20,4	***	-3,6
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	14	8	17	5	8	Nd	-8,9	
		Não-Agrícola	nd	2	4	7	2	3	Nd	2,7	
		Sub-Total	6	15	12	24	7	11	9,4	***	-7,3

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) nd = Dado não Disponível.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Os dados desagregados sugerem que as pessoas com domicílio urbano e que têm como ocupação principal as atividades não-agrícolas, além de ser a grande maioria, mostraram uma forte tendência de permanecer no mesmo setor também na ocupação secundária. Ou seja, repete-se aqui uma combinação de atividades não-agrícolas para o trabalho principal e para o secundário. Ao mesmo tempo, observa-se que decresceram significativamente as ocupações secundárias em atividades agrícolas para aquelas pessoas que declararam ter como ocupação principal as atividades não-agrícolas. Isso significa que estão cada vez mais limitadas as possibilidades de se obter uma ocupação secundária a partir do setor agrícola.

Quanto às pessoas com domicílio rural, apesar das taxas não terem sido significativas aos níveis considerados, os dados revelam que as pessoas com ocupações principal e secundária, ambas agrícolas, apresentaram taxas de crescimento negativas no período de 1992 a 1997, enquanto que as pessoas que têm como ocupação principal as atividades agrícolas e como secundária as atividades não-agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas no mesmo período. Esse comportamento pode estar relacionado ao processo de modernização tecnológica da agricultura, o qual atua reduzindo o tempo de trabalho necessário com as lides agrícolas e liberando parcelas de mão-de-obra agrícola para outras atividades, ao mesmo tempo que poderá estar em curso uma transformação do caráter do trabalho essencialmente agrícola. Além disso, este fato pode indicar ainda a expansão de oportunidades de trabalho a tempo parcial no meio rural, facilitando a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas, principalmente nos períodos de entressafra.

Para as pessoas com ocupação principal nas atividades não-agrícolas no meio rural, verifica-se que houve uma forte redução para aquelas que se ocupam secundariamente nas atividades agrícolas e uma variação positiva para aquelas que se ocupam em atividades não-agrícolas. Isso indica uma certa tendência de combinação das ocupações não-agrícolas no trabalho principal e no trabalho secundário.

1.3 – RESUMO E CONCLUSÕES

a) **O comportamento da PEA rural:** os dados apresentados até aqui vêm comprovar o fato de que o comportamento do emprego rural no Estado de Santa Catarina não pode mais ser explicado somente a partir do calendário e da produção agrícola. De um modo geral, as informações apresentadas ao longo da seção anterior evidenciaram uma tendência de crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense, uma vez que 29% do total da População Economicamente Ativa (PEA) rural está ocupada com esse tipo de atividade. Esse comportamento positivo da PEA não-agrícola foi extremamente importante para o conjunto do emprego rural, tendo em vista a enorme queda verificada na PEA agrícola. De fato, esta queda só não foi maior porque as ocupações em atividades não-agrícolas amenizaram os efeitos negativos oriundos da redução da oferta de trabalho agrícola “stricto sensu”.

b) **o trabalho familiar:** no caso de Santa Catarina, estado que possui um sistema agropecuário assentado na produção familiar com base nas pequenas unidades de produção, observa-se que o trabalho é dinamizado majoritariamente pelos trabalhadores por conta-própria e pelos trabalhadores não-remunerados. No entanto, em função da crise que afetou a agropecuária catarinense nos últimos anos, sobretudo naquelas cadeias produtivas que integravam grandes contingentes de pequenos agricultores (destaque para os setores de suínos, aves e fumo), observa-se uma tendência de redução da participação dessas categorias no conjunto do emprego rural bem como o crescimento da categoria dos assalariados.

Essas mudanças na participação percentual das diversas categorias ocupacionais precisam ser entendidas no contexto maior das transformações do trabalho no mundo rural. Por um lado, é necessário considerar que, além das profundas mudanças ocorridas na base técnica da produção que elevaram os níveis de produtividade, ocorreram transformações importantes também na estrutura e nos tipos de emprego, sendo que uma das principais manifestações dessas mudanças é a redução da oferta de trabalho com características especificamente agrícolas. Por outro lado, e em parte decorrente desse processo, está em curso uma enorme descapitalização dos agricultores, o que os obriga a buscar novos tipos

de ocupações que geram níveis de rendimento capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

c) Os principais ramos e setores de ocupação: as possibilidades dos trabalhadores rurais de se ocuparem, integralmente ou parcialmente, em um conjunto de atividades não-agrícolas que se expandem ao meio rural dependem, basicamente, da dinâmica dos ramos industriais de transformação (setor da indústria têxtil e da indústria de transformação); da prestação de serviços (setores de restaurantes e de empregos domésticos); da construção civil (atividades da construção civil) e da administração pública (setor da administração municipal), os quais detêm as maiores ofertas de emprego para a mão-de-obra rural. Em termos das profissões, destacam-se os motoristas, os costureiros-alfaiates, os empregados domésticos, os pedreiros e os balconistas atendentes, mesmo que para algumas categorias o crescimento no período não tenha sido significativo aos níveis considerados.

d) A principal categoria das ocupações não-agrícolas: do ponto de vista da posição na ocupação, verifica-se que a categoria dos empregados é a mais representativa e a que mais cresce no conjunto das ocupações não-agrícolas, revelando que este tipo de atividade se dinamiza através de relações de trabalho mais formalizadas. Com isso, configura-se no Estado um quadro em que as ocupações estritamente agrícolas estão mais relacionadas aos trabalhadores por conta-própria e aos não-remunerados, enquanto que as ocupações não-agrícolas mantêm níveis elevados de assalariamento.

No entanto, deve-se reconhecer que os números até agora apresentados não conseguem captar a dimensão global da pluriatividade – entendida enquanto a totalidade das atividades familiares, incluídas aí as atividades agrícolas e as não-agrícolas -, uma vez que nossas informações dizem respeito somente aos indivíduos economicamente ativos. Como sabemos, para se obter a integralidade do fenômeno da pluriatividade torna-se necessário analisar as ocupações de todas as pessoas que convivem sob um mesmo teto, de modo a identificar o conjunto de indivíduos que se dedicam a outras atividades, além daquelas agrícolas. Para tanto, a família é a unidade de análise básica capaz de captar com maior nitidez essa combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas nas distintas épocas do ano. Este é o objetivo central do capítulo seguinte.

CAPÍTULO II:

A PLURIATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS CATARINENSES

2.1 - Introdução

A tipologia adotada neste estudo foi desenvolvida no âmbito do “projeto Rurbano” para analisar os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs. Tal tipologia separa as famílias extensas⁵⁸ por situação de domicílio e por posição na ocupação. Do ponto de vista da situação dos domicílios, a partir do Censo Demográfico (CD) de 1991, foram introduzidas novas unidades territoriais: as áreas urbanas foram subdivididas em urbanizadas, urbanas não-urbanizadas ou isoladas; e as áreas rurais foram subdivididas em rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusiva⁵⁹. Segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1999), as categorias “urbana não-urbanizada” e “rural extensão do urbano” procuram justamente dar conta do problema da extensão das áreas urbanas sobre as áreas rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do Censo.

Quanto à posição na ocupação, as famílias foram classificadas em cinco categorias. A categoria de **empregador** compreende os casos em que uma das pessoas da família declarou-se como tal na semana da pesquisa, independente da posição na ocupação dos demais membros. As famílias foram classificadas como **conta-própria** quando um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros, desde que nenhum seja empregador. A família foi classificada como sendo de **trabalhadores ocupados** caso não existisse nem empregador e nem conta-própria e pelo

⁵⁸ - Veja as explicações sobre “famílias extensas” no Apêndice Metodológico, item 2.2.

⁵⁹ - A agregação das áreas urbana não-urbanizada e urbana isolada, bem como das áreas rural povoado, rural núcleo e rural outros (em rural aglomerado) deveu-se à baixa representatividade estatística de cada área isoladamente e a similaridade das suas definições.

menos um dos seus membros declarou exercer alguma atividade na semana de referência. Por fim, a família foi considerada como **não-ocupada** quando nenhum membro declarou-se ocupado na semana de referência⁶⁰. A quinta categoria, na verdade, deriva de uma subdivisão das famílias empregadoras. Assim, as famílias dessa posição foram consideradas como **empregadoras com até dois empregados e empregadoras com mais de dois empregados**. Esta separação da categoria dos empregadores foi realizada para analisar mais detalhadamente a implicações dos critérios do PRONAF.

A partir daí, construiu-se a tipologia das famílias com as seguintes características: **famílias agrícolas**, aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades agropecuárias na semana de referência, considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros; **famílias pluriativas**, aquelas em que pelo menos um dos membros da família extensa declarou exercer sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas; e **famílias não-agrícolas**, aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades não-agropecuárias na semana de referência.

As informações que serão utilizadas nas seções seguintes deste capítulo se referem apenas aos anos noventa. Vale lembrar que os dados publicados originalmente pelas PNADs de 1992 a 1996 estavam baseados em projeções de crescimento da população entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991. Como o IBGE realizou, pela primeira vez, a contagem populacional em 1996 e disponibilizou os novos pesos amostrais, foi possível reponderar as informações anteriores das PNADs de 1992/96⁶¹. Esse procedimento eliminou os possíveis erros associados às projeções de crescimento populacional até o ano de 1996. Assim, somente as informações da PNAD de 1997 é que podem sofrer os efeitos desse tipo de erros. No entanto, é importante ressaltar que, por ser esse o primeiro ano da

⁶⁰ - As famílias foram classificadas como sendo aposentadas e/ou pensionistas quando declararam possuir uma ou mais pessoas nessa condição e quando nenhum de seus membros estivesse desempregado procurando emprego. Por outro lado, foram classificadas como "procurando emprego" quando pelo menos um de seus membros declarou ter procurado trabalho na semana de referência. Considerou-se também a situação mista quando havia pelo menos um aposentado e/ou pensionista e outro membro procurando emprego numa mesma família. Finalmente, o resíduo foi classificado como "outros não-ocupados", quando nenhuma das alternativas anteriores fosse preenchida.

⁶¹ - Segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1999), as estimativas revistas, (obtidas a partir dos novos pesos baseados na Contagem Populacional de 1996) para as PNADs de 1992, 1993, 1995 e 1996, não diferem muito dos resultados anteriormente publicados com base nas projeções dos Censos de 1980 e 1991. Para o Brasil, por exemplo, as diferenças são inferiores a 1%, tanto para a população total como para as diferentes posições na ocupação da PEA.

nova série de PNADs até a realização do próximo CD (previsto para o ano 2000), a possibilidade do erro de projeção é bem menor em relação aos anos subseqüentes.

2.2 – A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS FAMÍLIAS RURAIS CATARINENSES POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A **tabela 2.1** apresenta a distribuição total das famílias extensas de acordo com o local de domicílio, classificadas segundo as categorias ocupacionais na semana de referência da pesquisa. No âmbito geral do Estado, verifica-se que das 1,3 milhões de famílias existentes em 1997, apenas 333 mil residiam em áreas consideradas rurais, sendo que a maioria delas residia em áreas exclusivamente rurais. Nota-se, assim, que o número de famílias que residem em áreas rurais consideradas extensão das urbanas ou em núcleos e povoados é extremamente baixo, não atingindo mais de 20 mil famílias, o que corresponde a apenas 6% do total das famílias rurais catarinenses.

Como nesse estudo o objetivo é analisar apenas o conjunto de famílias com residência rural e que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, não vamos analisar as informações relativas às famílias não-agrícolas com residência urbana.

Do ponto de vista da posição na ocupação, observa-se que as famílias dos conta-própria residentes em áreas rurais somavam 179 mil em 1997, o que correspondia a mais de 53% das famílias rurais. Isto quer dizer que em mais da metade das famílias residentes no meio rural catarinense, pelo menos um dos seus membros exercia atividades por conta-própria. As informações revelam que 131 mil famílias de conta-própria tinham todos os seus membros envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas. Isso indica a predominância no estado de um sistema de produção agropecuária de caráter eminentemente familiar. Já a participação das famílias pluriativas e não-agrícolas neste grupo é bem pequena, não atingindo mais de 26% do total da categoria de conta-própria. Finalmente, nota-se que as famílias agrícolas e pluriativas desta categoria, mas com domicílio urbano, também são pouco expressivas, sendo que se pode constatar que menos de 11% das famílias deste grupo residem no meio urbano.

O segundo contingente mais numeroso no meio rural catarinense é o das famílias de trabalhadores ocupados, que em 1997 somavam 117 mil famílias. Neste caso, observa-se um quadro inverso em relação ao da situação anterior, uma vez que as famílias agrícolas têm uma participação minoritária neste grupo. Ou seja, para o conjunto do Estado, o número de famílias de trabalhadores ocupados residentes em áreas rurais e que têm pelo menos um de seus membros ocupados em atividades não-agrícolas era praticamente o dobro do número de famílias de trabalhadores que se dedicava exclusivamente às atividades agrícolas⁶².

Chama a atenção a baixa participação neste grupo das famílias agrícolas e pluriativas com domicílio urbano. Em 1997 as famílias de trabalhadores que residiam em áreas urbanas e que tinham pelo menos um dos seus membros ocupados em atividades agrícolas somavam cerca de 30 mil, o que correspondia a apenas 6% do total⁶³. De alguma forma, essas informações revelam que no Estado de Santa Catarina é pequeno o número de assalariados agrícolas que fixam residência em áreas urbanas.

A categoria dos empregadores possui uma pequena participação no total geral do estado e uma inserção menor ainda entre as famílias com residência rural. Das 17 mil famílias de empregadores, 15 mil se localizam nas áreas exclusivamente rurais. Porém, quando essa categoria é sub-dividida, nota-se que nenhum tipo familiar dos empregadores com mais de dois empregados atinge o número mínimo de observações consideradas neste estudo. No caso dos empregadores com até dois empregados, apenas as famílias agrícolas atingiram o número mínimo. Todas estas famílias localizam-se nas áreas exclusivamente rurais.

Quanto aos tipos de famílias, observa-se em relação à situação de domicílio, que a ampla maioria das famílias agrícolas dos conta-própria e dos outros trabalhadores ocupados reside em áreas rurais, enquanto que as famílias pluriativas dessas mesmas categorias se distribuem mais proporcionalmente entre as duas situações domiciliares.

⁶² - Como será mostrado pela tabela 2.2, essa relação cresce no decurso dos anos noventa.

⁶³ - Em termos percentuais, esse valor corresponde ao encontrado por Graziano da Silva & Del Grossi (1999) para o conjunto do país.

De um modo geral, nota-se que para todas as categorias e para todos os tipos de famílias predominam as áreas urbanas urbanizadas, para aquelas com domicílio urbano, e as áreas exclusivamente rurais, para aquelas famílias que declararam ter domicílio rural. Nesta última situação domiciliar, verifica-se que apenas 20 mil famílias de um total de 333 mil residem em áreas rurais consideradas extensão das urbanas ou em núcleos e povoados.

Tabela 2.1:
Distribuição dos tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio.
SC, 1997 (1000 famílias).

	Urbano		Rural		Total Geral
	Urbano	Total	Rural Exc.	Total	
Empregadoras com mais de 2 empr.	47	47	3	5	51
Agrícola					3
Pluriativo	3	3			3
Não-agrícola	42	42		3	45
Empregadoras com até 2 empr.	36	36	12	12	49
Agrícola			9	9	10
Pluriativo	3	3			5
Não-agrícola	32	32			33
Conta-Própria	265	265	177	179	444
Agrícola	11	11	131	131	143
Pluriativo	17	17	25	25	42
Não-agrícola	237	237	21	22	259
Trabalhadores Ocupados	550	550	104	117	667
Agrícola	18	18	35	35	53
Pluriativo	12	12	13	13	25
Não-agrícola	520	520	56	69	589
Não-ocupadas	102	102	17	20	123
Total Geral	1001	1001	313	333	1334

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas:

- exclusive as famílias sem declaração e os tipos familiares com menos de 6 observações.
- os valores das outras unidades territoriais (rural extensão do urbano e aglomerado rural) não atingiram o número mínimo. Por essa razão, o rural total possui valores diferentes do “rural exclusive”.

A **tabela 2.2** mostra a evolução dos diferentes tipos de famílias extensas ao longo dos anos noventa. Nota-se um aumento do número total de famílias de 1.167.000 para 1.334.000, representando um crescimento significativo aos níveis considerados da ordem de 2,7% ao ano.

Quanto à posição na ocupação, observa-se que, com exceção dos empregadores com mais de dois empregados e os não-ocupados na semana, todas as demais categorias apresentaram tendência de crescimento significativa aos níveis considerados, com destaque para os empregadores com até dois empregados que apresentaram as maiores taxas.

Do ponto de vista dos tipos de famílias, verifica-se que as famílias não-agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas para todas as categorias ocupacionais, sendo que essas taxas não foram significativas aos níveis considerados apenas para os empregadores com mais de dois empregados. Já as famílias agrícolas apresentaram taxas de crescimento negativas apenas no caso dos conta-própria, enquanto que as pluriativas tiveram taxas negativas entre os trabalhadores ocupados e os conta-própria.

Este cenário, porém, se altera bastante quando consideramos a situação de domicílio rural. A amostra dos empregadores com mais de dois empregados não atingiu o número mínimo para todos os tipos familiares, enquanto as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados mostraram uma tendência de queda no período de 1992/97 da ordem de 3,0% ao ano.

Em relação aos conta-própria, principal categoria ocupacional do estado, é preciso destacar a tendência de queda significativa (3,4% ao ano) verificada para as famílias agrícolas e o forte crescimento da participação das famílias não-agrícolas. Além disso, observa-se que as famílias pluriativas, contrariamente ao esperado, também apresentaram uma queda, embora a taxas não significativas aos níveis considerados. De alguma forma, essas informações revelam que os conta-própria com residência rural estão saindo das atividades exclusivamente agrícolas e passando direto para ocupações em atividades não-agrícolas. O resultado desse processo é que as famílias não-agrícolas aumentaram sua participação nessa categoria de 14 mil para 22 mil no período 1992/97.

Tabela 2.2:

Distribuição dos tipos de famílias extensas. SC, 1992/97 (1000 famílias).

Local Domicílio/Tipos de Famílias	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Total Geral	1167	1192	1293	1311	1334	2,7 *	2,9 ***
Empregadoras com mais de 2 empr.	42	36	59	42	51	4,0	4,9
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agrícola	40	33	53	36	45	2,7	3,4
Empregadoras com até 2 empr.	31	25	49	38	49	9,8 *	11,8 *
Agrícola	7	6	14	5	10	8,5	5,1
Pluriativo	5	2	5	3	5	2,4	4,4
Não-agrícola	19	16	30	30	33	11,7 *	14,9 ***
Conta-Própria	408	408	436	454	444	1,7	2,2 ***
Agrícola	168	157	142	147	143	-3,2	-3,1 ***
Pluriativo	53	45	52	56	42	-4,2	-1,2
Não-agrícola	187	206	242	251	259	6,7 ***	6,9 ***
Trabalhadores ocupados	583	613	651	646	667	2,7	2,5 ***
Agrícola	46	50	58	61	53	2,8	4,2 *
Pluriativo	28	26	32	25	25	-2,1	-1,6
Não-agrícola	509	537	561	560	589	3,0	2,6 ***
Não-ocupadas na semana	103	109	99	132	123	3,5	3,8
Rural Total	326	327	338	352	333	0,5	1,0
Empregadoras com mais de 2 empr.	3	3	6	5	5	9,9	12,8 *
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agrícola							
Empregadoras com até 2 empr.	9	8	15	4	12	6,6	-1,0
Agrícola	6	6	11	2	9	7,8	-3,0
Pluriativo							
Não-agrícola							
Conta-Própria	197	196	186	189	179	-1,9	-1,7 ***
Agrícola	154	149	134	132	131	-3,1	-3,4 ***
Pluriativo	29	30	35	31	25	-2,8	-1,2
Não-agrícola	14	17	17	26	22	10,2	10,9 **
Trabalhadores ocupados	98	101	113	135	117	3,7	5,3 **
Agrícola	28	34	36	46	35	4,8	6,2 *
Pluriativo	16	10	16	14	13	-3,8	0,2
Não-agrícola	54	57	61	75	69	4,9	6,1 ***
Não-ocupadas na semana	19	19	18	19	20	1,2	1,0

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas: a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Exclusivo as famílias sem declaração e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Quanto aos trabalhadores ocupados (assim chamados aqueles trabalhadores que não possuem entre seus membros nem empregadores, nem conta-própria), observa-se uma tendência de crescimento do conjunto da categoria a uma taxa de 5,3% ao ano no período 1992/97. Essa tendência foi puxada pelo crescimento significativo da participação das famílias agrícolas e das famílias não-agrícolas. Chama a atenção, ainda, nessa categoria a baixa presença das famílias pluriativas que, em 1997, eram apenas 13 mil de um total de 117 mil famílias. Conforme já foi comentado no capítulo anterior, por um lado, esses dados revelam uma expansão, mesmo que tímida, do processo de assalariamento agrícola no estado e, por outro, o crescimento da forma de assalariamento em atividades não-agrícolas para uma parcela importante das famílias que residem no meio rural.

No caso das áreas rurais, deve-se ressaltar também o crescimento do número de famílias em que todas as pessoas em idade ativa (10 anos ou mais) estavam desocupadas na semana de referência da pesquisa. Isso representava no ano de 1997 aproximadamente 6% do total das famílias rurais. Vale a pena destacar que quase todas essas famílias estavam estabelecidas em áreas exclusivamente rurais e eram compostas, em sua maioria, por aposentados e/ou pensionistas, revelando que o meio rural catarinense se transformou num local de moradia importante para as famílias de idosos.

A **tabela 2.3** apresenta a distribuição das famílias extensas não-ocupadas, segundo o local de domicílio. O total do estado apresentou taxas de crescimento positivas da ordem de 3,8% ao ano, o que significou a incorporação de 20 mil famílias durante o período considerado. Em grande parte, esse aumento se deve ao forte crescimento verificado entre os aposentados e/ou pensionistas que apresentaram taxas de crescimento significativas da ordem de 4,7% ao ano. Houve, neste caso, um aumento de 19 mil famílias entre 1992 e 1997. No âmbito do estado vale destacar também a queda do número de famílias que na semana de referência estavam procurando emprego.

Entretanto, quando abrimos essas informações por situação de domicílio observamos que a grande maioria das famílias de aposentados e/ou pensionistas incorporadas à categoria dos não-ocupados no período 1992/97 tem residência urbana, enquanto que as mesmas famílias com residência rural permanecem praticamente com os mesmos valores durante todos os anos considerados.

Tabela 2.3:

Distribuição dos tipos de famílias extensas não-ocupadas na semana de referência, segundo o local de domicílio. SC, 1992/97 (1000 famílias).

Local Domicílio/Tipo de Família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Urbano Total	84	91	81	113	102	4,0	4,4
Só pensionistas e/ou aposentados	63	69	64	87	85	6,2	6,2 *
Pension., aposent. e procurando emprego	6	5	4	9	6	-1,9	2,1
Só procurando emprego	6	6	7	6	5	-3,9	-2,4
Outras não-ocupadas	9	10	6	11	7	-5,6	-4,8
Rural Total	19	19	18	19	20	1,2	1,0
Só pensionistas e/ou aposentados	16	16	14	18	14	-3,7	-2,4
Pension., aposent. e procurando emprego							
Só procurando emprego	1	2	1	1	3	24,6	12,3
Outras não-ocupadas							
Total Geral	103	109	99	132	123	3,5	3,8
Só pensionistas e/ou aposentados	79	86	77	105	98	4,5	4,7 *
Pension., aposent. e procurando emprego	6	6	5	9	8	5,0	6,3
Só procurando emprego	8	6	9	6	6	-4,7	-1,8
Outras não-ocupadas	10	12	7	12	10	0,0	-1,3

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas: a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Exclui as famílias sem declaração e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Ao considerarmos apenas as áreas rurais, nota-se que 80% das famílias de não-ocupados são compostas por aposentados e/ou pensionistas, ou seja, em 14 mil famílias em 1997 a renda monetária provinha apenas de aposentadorias, de pensões e de outras formas não provenientes do trabalho.

Esses resultados poderão ter fortes implicações sobre a questão agrária estadual. Se tomarmos o ano de 1997 como referência e somarmos as famílias dos trabalhadores ocupados agrícolas e pluriativos da tabela 2.2 (48 mil) com os desocupados rurais que estão procurando emprego da tabela 2.3 (3 mil), teremos um total de 51 mil famílias sem terra no estado. De algum modo, este poderia ser o público máximo de famílias rurais interessadas em um lote de terra. Se a elas agregarmos as famílias de trabalhadores agrícolas (18 mil) e

pluriativas (12 mil) residentes no meio urbano, teríamos um público potencial para a reforma agrária no estado de 81 mil famílias⁶⁴.

A **tabela 2.4** mostra a evolução para o conjunto do estado e para a área rural das pessoas ocupadas segundo o conceito restrito das PNADs, que exclui as pessoas que trabalham para o autoconsumo e os trabalhadores não-remunerados que declararam estar ocupados menos de 15 horas na semana de referência, para o período de 1992 a 1997.

Do total de 2,3 milhões de pessoas ocupadas no ano de 1997, aproximadamente 1,6 milhões residiam nas áreas urbanas, enquanto que o restante – cerca de 700 mil pessoas – moravam nas áreas rurais.

Do ponto de vista das categorias ocupacionais, nota-se que houve um crescimento do número de pessoas ativas em todas as posições na ocupação, no entanto somente empregadores com até dois empregados e os trabalhadores ocupados apresentaram taxas significativas aos níveis considerados para o período analisado.

Quanto aos tipos de famílias, nota-se que as pluriativas apresentaram taxas de crescimento positivas, mas não significativas, apenas para a categoria das famílias de empregadores com até dois empregados, enquanto que para a categoria dos conta-própria e para os trabalhadores ocupados as taxas de crescimento foram negativas. Já as famílias não-agrícolas tiveram taxas de crescimento positivas para todas as categorias. Por fim, as famílias agrícolas apresentam tendência de redução de sua participação entre os conta-própria e os empregadores com até dois empregados e taxas de crescimento positivas para a categoria dos outros trabalhadores ocupados.

⁶⁴ - Obviamente que não estamos considerando uma importante parcela da categoria dos conta-própria que têm pouca terra, devido ao processo de ocupação das terras catarinenses que sofreu os efeitos das partilhas familiares. Dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram que cerca de 36% do total de estabelecimentos do estado se situavam na faixa de 0 a 10 hectares.

Tabela 2.4:

Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas, segundo o local de domicílio e o tipo de ocupação de seus membros. SC, 1992/97.

Local Domicílio/Tipo de Família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Total Geral	2156	2173	2340	2297	2303	1,3	1,6 **
Empregadoras com mais de 2 empr.	85	69	125	93	111	5,5	7,6
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agrícola	79	63	113	75	97	4,2	5,6
Empregadora com até 2 empr.	64	55	98	70	97	8,7**	9,4*
Agrícola	19	18	28	7	24	4,8	-3,3
Pluriativo	8	8	9	8	11	4,9	3,7
Não-agrícola	36	29	60	55	62	11,3**	15,3**
Conta-Própria	1021	1016	1010	1068	1015	-0,1	0,3
Agrícola	461	457	387	388	371	-4,3**	-4,6***
Pluriativo	191	155	156	172	138	-6,3**	-3,8
Não-agrícola	369	404	467	508	506	6,5***	6,9***
Trabalhadores ocupados	986	1033	1108	1066	1081	1,8	1,8**
Agrícola	72	73	94	91	70	-0,5	2,0
Pluriativo	82	72	84	67	62	-5,4	-4,2
Não-agrícola	833	888	929	908	948	2,6*	2,2***
Rural Total	795	777	759	771	711	-2,2	-1,7 **
Empregadoras com mais de 2 empr.	5	5	13	15	10	14,9	24,2**
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agrícola							
Empregadoras com até 2 empr.	24	26	33	9	27	2,3	-5,9
Agrícola	19	17	25	4	22	2,9	-9,8
Pluriativo							
Não-agrícola							
Conta-Própria	586	581	511	513	486	-3,7*	-3,9***
Agrícola	440	447	374	362	355	-4,2**	-5,0***
Pluriativo	118	103	102	100	88	-5,7*	-4,4***
Não-agrícola	28	31	35	51	42	8,6*	10,8***
Trabalhadores ocupados	180	165	202	234	188	0,9	3,9
Agrícola	49	53	64	71	48	-0,2	2,8
Pluriativo	46	29	42	39	32	-6,8	-2,2
Não-agrícola	86	83	96	124	108	4,7	7,0**

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Urbano – Tabulações Especiais

Notas: a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Exclui as famílias sem declaração e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Em termos da posição na ocupação, merece ser destacada, ainda, a queda verificada no período 1992/97 para as famílias agrícolas dos conta-própria, devido à importância destas famílias no conjunto das ocupações do estado e, em especial, das ocupações rurais.

Em relação às áreas rurais, observa-se que as pessoas que fazem parte da categoria dos conta-própria são a ampla maioria (68% do total). Entretanto, em 1997 essa categoria apresentou taxas de crescimento negativas e significativas ao nível de 5% de probabilidade, resultando em uma diminuição de sua participação no total das ocupações rurais, com relação ao ano de 1992. Um movimento no sentido contrário ocorreu na categoria dos trabalhadores ocupados, que ampliou sua participação para 27% no ano de 1997. A categoria dos empregadores com até dois empregados manteve-se estável ao longo do período considerado, respondendo atualmente pela ocupação de cerca de 27 mil pessoas, ao passo que os empregadores com mais de dois empregados praticamente dobraram sua participação, apresentando taxas de crescimento significativas ao nível de 10% de probabilidade.

É importante ressaltar que as famílias não-agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas e significativas para todas as categorias consideradas. Já as famílias exclusivamente agrícolas tiveram uma queda significativa na categoria dos conta-própria, conforme vimos anteriormente, a mais importante do estado. Em termos numéricos, essa queda implicou uma redução de 85 mil pessoas somente na categoria dos conta-própria, conforme já foi observado no capítulo primeiro.

Essa queda das pessoas ocupadas em atividades agrícolas acabou afetando o desempenho do conjunto da PEA rural que apresentou uma redução significativa da ordem de 1,7% ao ano no período 1992/97. Ressalta-se que essa queda só não foi maior devido ao aumento do número de pessoas no meio rural que se ocupam em atividades não-agrícolas, conforme foi discutido no capítulo primeiro desse estudo.

Além disso, chama a atenção também o comportamento das famílias pluriativas. Neste caso, verifica-se uma tendência de queda generalizada para todas as categorias ocupacionais consideradas, sendo que essa redução foi mais significativa para as famílias dos conta-própria. Isso revela que nem mesmo a combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas se traduz em uma estratégia capaz de garantir a manutenção das famílias rurais. Ao contrário, é cada vez mais forte a presença exclusiva das atividades não-

agrícolas entre os membros ativos das famílias dos conta-própria e dos outros trabalhadores ocupados com residência rural.

A **tabela 2.5** apresenta a evolução do número médio de pessoas ativas por famílias extensas para o conjunto do estado. Os dados agregados para o ano de 1997 mostram que o número médio de pessoas ativas é praticamente idêntico entre as diferentes categorias ocupacionais analisadas, sendo que os trabalhadores ocupados detêm o menor número (1,6), enquanto as famílias dos conta-própria detêm o maior número médio (2,3). As demais categorias estão situadas num patamar ligeiramente inferior ao dos conta-própria.

Os dados totais revelam, ainda, que são as famílias pluriativas aquelas que possuem o número maior de membros ocupados em praticamente todas as categorias, exceção apenas para as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados, que têm mais pessoas ocupadas que as pluriativas.

Especificamente em relação à área rural, tomando-se em consideração apenas o ano de 1997, nota-se que a categoria dos conta-própria detêm o maior número médio de pessoas ativas (2,7), enquanto a dos trabalhadores ocupados detêm o menor (1,6).

Já do ponto de vista das famílias, verifica-se que são as pluriativas que sistematicamente apresentam o maior número médio de pessoas ocupadas entre todas as categorias. As famílias agrícolas, por sua vez, apresentam o seu menor número médio de pessoas na categoria dos trabalhadores ocupados e o seu maior número médio na dos conta-própria. Por outro lado, as famílias não-agrícolas têm praticamente o mesmo número médio de pessoas entre os conta-própria e os outros trabalhadores ocupados.

Do ponto de vista das tendências, verifica-se que há no meio rural uma redução do número médio de pessoas ocupadas nas famílias dos conta-própria, dos trabalhadores ocupados e dos empregadores com até dois empregados, sendo que somente a categoria dos conta-própria apresentou taxas de redução significativas ao nível de 5% de probabilidade. Apenas a categoria dos empregadores com mais de dois empregados aumentou seu número médio de pessoas no período considerado.

Tabela 2.5:

Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa, segundo o local de domicílio e o tipo de família. SC, 1992/97.

Local Domicílio/Tipo de Família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Total Geral	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	-1,3	-1,3***
Empregadoras com mais de 2 empr.	2,0	1,9	2,1	2,2	2,2	1,5	2,5**
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agricola	2,0	1,9	2,1	2,1	2,2	1,5	2,1*
Empregadoras com até 2 empr.	2,1	2,2	2,0	1,9	2,0	-1,0**	-2,1*
Agrícola	2,8	2,8	2,0	1,5	2,4	-3,4	-8,0
Pluriativo	1,9	3,5	2,0	2,8	2,1	2,4	-0,7
Não-agricola	1,9	1,8	2,0	1,8	1,8	-0,4**	0,4
Conta-Própria	2,5	2,5	2,3	2,4	2,3	-1,8	-1,9***
Agrícola	2,7	2,9	2,7	2,6	2,6	-1,1**	-1,6*
Pluriativo	3,6	3,4	3,0	3,1	3,3	-2,2**	-2,7*
Não-agricola	2,0	2,0	1,9	2,0	2,0	-0,2***	0,1
Trabalhadores ocupados	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	-0,9	-0,7*
Agrícola	1,5	1,5	1,6	1,5	1,3	-3,2	-2,0
Pluriativo	3,0	2,8	2,6	2,7	2,5	-3,3	-2,6***
Não-agricola	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6	-0,3*	-0,4
Rural Total	2,4	2,4	2,2	2,2	2,1	-2,7	-2,7***
Empregadoras com mais de 2 empr.	1,8	1,6	2,3	3,2	2,3	4,6	10,1*
Agrícola							
Pluriativo							
Não-agricola							
Empregadoras com até 2 empr.	2,6	3,2	2,1	2,7	2,1	-4,0	-5,0
Agrícola	3,0	3,0	2,2	2,0	2,4	-4,6	-7,0**
Pluriativo							
Não-agricola							
Conta-Própria	3,0	3,0	2,8	2,7	2,7	-1,8*	-2,2***
Agrícola	2,9	3,0	2,8	2,7	2,7	-1,1**	-1,6**
Pluriativo	4,0	3,5	2,9	3,2	3,5	-2,9*	-3,3
Não-agricola	2,0	1,8	2,1	1,9	1,9	-1,5*	0,0
Trabalhadores ocupados	1,8	1,6	1,8	1,7	1,6	-2,7	-1,3
Agrícola	1,8	1,5	1,7	1,6	1,4	-4,8	-3,2
Pluriativo	2,9	2,8	2,6	2,7	2,5	-3,0	-2,4**
Não-agricola	1,6	1,5	1,6	1,7	1,6	-0,2	0,9

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas: a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Excluídas as famílias sem declaração e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Essa redução do número de pessoas ocupadas das famílias de conta-própria, especialmente das famílias agrícolas e pluriativas, chega a surpreender. De alguma maneira, era de se esperar um aumento do número de pessoas ocupadas das famílias rurais, principalmente em função da busca de alternativas para a queda generalizada da renda exclusivamente agrícola, bem como da maior inserção feminina tanto nos trabalhos agrícolas como nos não-agrícolas. No entanto, os dados mostraram uma tendência oposta. No caso de Santa Catarina, a explicação para esse comportamento pode estar relacionada à combinação dos seguintes fatores:

- a) diminuição das taxas de natalidade no meio rural, tornando as famílias menos numerosas;
- b) aumento do envelhecimento da população rural, fato que já pode ser observado no comportamento da pirâmide etária do Estado;
- c) aumento das pensões e das aposentadorias no meio rural, principalmente após a regulamentação da lei previdenciária no início dos anos noventa;
- d) ampliação das demandas por mão-de-obra mais qualificada, devido às inovações tecnológicas no processo produtivo.

2.3 – A EVOLUÇÃO DAS RENDAS DAS FAMÍLIAS

A análise da renda rural a partir das PNADs está sujeita a diversos tipos de limitações, as quais afetam mais diretamente as rendas variáveis de origem agrícola⁶⁵. De qualquer forma, as PNADs são as melhores fontes de informações de renda que dispomos. Neste ítem será mostrada a evolução dos diferentes tipos de renda para as famílias selecionadas, de acordo com os critérios vigentes no instrumento de pesquisa que estamos utilizando no estudo.

2.3.1 – A evolução da renda média familiar

A **tabela 2.6** apresenta a composição das rendas médias das famílias extensas no mês de setembro de 1997, segundo o local de domicílio. Deve-se destacar que não foram consideradas as famílias sem declaração de renda e/ou com renda nula⁶⁶.

Em primeiro lugar, nota-se uma grande variabilidade das rendas médias, tanto em termos da situação urbana e rural como entre os diferentes tipos de famílias considerados. A renda do conjunto do estado alcançou um valor médio de R\$ 1.046,62, enquanto a renda das famílias com domicílio rural não ultrapassou R\$ 562,84, o que corresponde a aproximadamente 54% da renda média do estado.

Quanto à composição das rendas médias, observa-se que para o conjunto do estado as atividades não-agrícolas respondem por 76%; as aposentadorias e pensões por 13,1%; as atividades agrícolas por 7,9%; e as outras fontes de renda⁶⁷ pelo restante. Já no caso das rendas médias rurais esses percentuais são de 43,8%; 13,1%; 41%, respectivamente.

Analisando-se a renda por posição na ocupação segundo a situação domiciliar, nota-se que as famílias de empregadores com até dois empregados residentes no meio rural têm uma renda média inferior a mais de duas vezes a renda das mesmas famílias residentes no meio urbano e a de quase duas vezes a renda total do estado. No caso das famílias de empregadores rurais com mais de dois empregados essa diferença é maior ainda, sendo que para as famílias residentes no meio urbano a renda média é mais que o dobro da renda verificada para as famílias rurais. Já as famílias de conta-própria apresentam uma proximidade maior entre os níveis de renda das áreas rurais com o conjunto do estado. No entanto, persiste a diferença a favor das famílias urbanas que possuem uma renda mais de duas vezes a das famílias de conta-própria rurais. Na categoria dos outros ocupados (trabalhadores assalariados) nota-se uma maior proximidade, tanto em relação ao conjunto

⁶⁵ - Veja discussão específica sobre esse problema no Apêndice Metodológico, item 6.

⁶⁶ - Segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1999), duas são as justificativas para esse procedimento: em primeiro lugar porque estamos considerando as famílias extensas, ou seja, além das famílias mononucleares do IBGE, estão incluídos também outros familiares e agregados que residem no mesmo domicílio, o que evita a exclusão dos casais de filhos que, não possuindo outra fonte de renda, continuam morando na casa paterna e, em segundo lugar, porque a maioria dos casos de famílias extensas sem declaração de renda ou com declaração de rendimento nulo no mês de setembro de 1997 aparentam ser casos de famílias muito mais com dificuldades de estimar um valor médio mensal para suas atividades – tal como o exigido pelo quesito da PNAD – do que famílias sem qualquer rendimento.

⁶⁷ - Rendas de aluguel, de poupança, de remessas de recursos, etc.

do estado como em relação às famílias residentes em áreas urbanas. Finalmente, os não-ocupados, com residência urbana na semana da pesquisa, possuem uma renda quatro vezes maior que a renda daquelas famílias com residência rural. Em parte, essa disparidade pode ser explicada pelos valores das aposentadorias e pensões e pelo baixo número de pessoas que obtiveram o benefício da aposentadoria no meio rural. Além disso, deve-se considerar que os benefícios previdenciários foram estendidos às populações rurais somente a partir de 1993.

Mas, ao se comparar as rendas médias dos tipos de famílias a partir da PNAD de 1997, verifica-se que:

a) as famílias agrícolas de empregadores com até dois empregados têm uma renda média praticamente idêntica entre as duas situações domiciliares e ao total geral do estado;

b) a renda média das famílias agrícolas dos trabalhadores por conta-própria é quase igual entre as famílias com residência rural e ao total geral do estado;

c) a renda média das famílias agrícolas dos conta-própria e dos trabalhadores ocupados é 2,4 e 3,6 vezes menor, respectivamente, do que a renda média familiar geral do estado, independentemente da situação domiciliar;

d) a renda média das famílias agrícolas dos conta-própria e dos trabalhadores ocupados é bem inferior à renda das famílias de não-ocupados no total geral;

e) a renda média das famílias não-ocupadas que tinham residência rural é extremamente baixa, correspondendo a um pouco mais da metade da renda dos trabalhadores agrícolas com residência rural (que apresentaram a menor renda média entre as diversas categorias).

Tabela 2.6:

Composição das rendas médias das famílias extensas. SC, 1997. (R\$ Set/1997).

Local Domicílio/Tipo de Família	Agrícola %	N.Agric. %	Apos/Pens %	Outras %	1997 R\$	Renda Relativa
Total Geral	7,9	76,0	13,1	2,9	1.046,62	100
Empregadoras com + de 2 empr.	4,6	82,4	8,7	4,3	3.417,97	327
Agrícola						
Pluriativo						
Não-agrícola	-	86,9	9,0	4,2	3.613,61	345
Empregadoras com até 2 empr.	14,1	77,9	5,5	2,5	1.768,86	169
Agrícola	89,8	-	10,2		774,70	74
Pluriativo	49,4	41,0			2.065,53	197
Não-agrícola	-	92,5	5,0	2,5	2.014,22	192
Conta-Própria	14,8	72,6	10,5	2,1	978,14	93
Agrícola	76,9	-	19,4	3,7	447,30	43
Pluriativo	35,5	55,3	8,0	1,2	988,65	94
Não-agrícola	-	89,0	9,1	1,8	1.270,55	121
Trabalhadores Ocupados	4,1	84,8	9,2	1,9	931,30	89
Agrícola	92,3	-	6,0	1,7	337,60	32
Pluriativo	52,3	43,1	4,4	0,1	706,30	67
Não-agrícola	-	88,6	9,4	1,9	994,58	95
Não-ocupadas na semana	-	-	84,9	15,1	629,58	60
Rural Total	41,0	43,8	13,1	2,1	562,84	54
Empregadoras com + de 2 empr.	35,8	57,3	6,9	0,0	1502,47	144
Agrícola						
Pluriativo						
Não-agrícola						
Empregadoras com até 2 empr.	65,2	25,9	6,3	2,6	969,73	73
Agrícola	89,2	-	10,8	0,0	773,12	74
Pluriativo						
Não-agrícola						
Conta-Própria	52,5	30,6	14,3	2,6	546,79	52
Agrícola	77,7	-	18,2	4,1	431,21	41
Pluriativo	37,9	51,2	9,8	1,2	765,69	73
Não-agrícola	-	91,9	8,0		981,69	94
Trabalhadores Ocupados	21,7	67,3	9,7	1,3	562,45	54
Agrícola	92,7	-		2,1	288,46	28
Pluriativo	49,2	44,4			763,74	73
Não-agrícola	-	87,1	11,5	1,4	663,74	63
Não-ocupadas na semana	-	-	97,2		172,69	17

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas: Excluídas as famílias sem declaração de renda e os tipos familiares com menos de 6 observações.

A tabela 2.6 permite, ainda, analisar a composição da renda das categorias e dos diferentes tipos de famílias no ano de 1997. Considerando-se apenas as famílias com residência rural, objetivo principal deste estudo, nota-se que as rendas das atividades agrícolas têm um peso maior entre os conta-própria e os empregadores com até dois empregados e uma participação pequena (21,7%) na composição da renda familiar dos outros ocupados. Já a renda das atividades não-agrícolas tem uma importância elevada (67,3%) para a categoria dos outros ocupados e uma participação bem menor entre os empregadores com até dois empregados, mas representa quase um terço da renda dos conta-própria. Por fim, as rendas de aposentadorias e de pensões têm maior peso entre os conta-própria e os outros trabalhadores ocupados.

Do ponto de vista das famílias, nota-se que as rendas agrícolas têm maior peso para as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados, para as famílias agrícolas dos outros trabalhadores ocupados e para as famílias agrícolas dos conta-própria, enquanto que as rendas não-agrícolas têm maior participação entre as famílias não-agrícolas dos conta-própria. Já as rendas de aposentadorias e pensões têm maior peso entre as famílias não-agrícolas da categoria de outros ocupados e nas famílias agrícolas de conta-própria. Finalmente, as outras fontes de rendas têm maior peso entre as famílias agrícolas dos conta-própria.

Este cenário provoca algumas implicações diretas sobre as políticas públicas, particularmente em relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Pelos critérios adotados pelo programa, só é considerado público potencial aquelas famílias que têm mais de 80% de suas rendas provenientes das atividades agropecuárias. Como se pode observar pela tabela 2.6, grande parte das **famílias agrícolas dos conta-própria** (principal público a que se destina o referido programa) estaria excluída, uma vez que mais de 22% de sua renda advém de aposentadorias e pensões e de outras fontes de rendas. Neste caso, verifica-se que somente as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados e dos outros ocupados cumpriam os requisitos do PRONAF⁶⁸.

⁶⁸ - Esta mesma situação foi constatada para o conjunto do país, conforme Graziano da Silva & Del Grossi (1999).

Além disso, nota-se que todas as famílias pluriativas das diversas categorias ocupacionais também estariam excluídas do referido programa, devido à exigência de que pelo menos 80% da renda familiar deve ter origem nas atividades agropecuárias.

A **tabela 2.7** apresenta a evolução da renda média das famílias extensas para o período de 1992 a 1997, segundo o local de domicílio. Ressalta-se que o deflator usado é o INPC (restrito), o mesmo índice deflator que é utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs entre si.

Porém, antes de iniciarmos as análises específicas dos resultados, é importante tecer algumas considerações sobre as diferenças entre as taxas de crescimento para os períodos considerados na referida tabela. Em primeiro lugar, predomina um certo consenso entre os estudiosos do assunto de que parte do crescimento das rendas verificado nas PNADs entre 1993 e 1995 se deve ao fato de que o deflator utilizado (INPC restrito) pode não ter captado adequadamente a inflação da época da implantação do Plano Real no ano de 1994.

Del Grossi (1999), analisando o comportamento dos rendimentos das diversas ocupações rurais no período entre 1981 a 1995, observou que para qualquer dos rendimentos considerados há uma queda em 1992, seguida de uma recuperação no ano de 1995, sendo perceptível uma recuperação mais acelerada da renda nas atividades agrícolas.

Já Hoffmann (1998), analisando a evolução do rendimento familiar desde 1979, observou que em 1992 os valores são excepcionalmente baixos, a exemplo do ocorrido em 1983 e 1984, períodos de recessão na economia do país. O autor constatou a recuperação desses valores no período seguinte (1993 a 1995), mas alertou que esse comportamento está relacionado ao problema anteriormente mencionado (uso do INPC restrito como deflator). Hoffmann ressaltou, ainda, que entre 1996 e 1997 os rendimentos familiares médio e mediano diminuíram, assumindo valores, em 1997, ligeiramente mais baixos do que no ano de 1995.

Em função disso, a tabela 2.7 apresenta também as taxas de crescimento para dois períodos distintos (1992/93 e 1995/97), com o objetivo de isolar os possíveis efeitos do deflator do ano de 1994.

Tabela 2.7:

Evolução da renda média das famílias extensas, segundo o local de domicílio. SC, 1992 a 1997 (R\$ set. 1997).

Local Domicílio/ Tipo de Família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)		
						1992/97 ^a	1992/93 ^b	1995/97 ^b
Total Geral	830,67	828,47	1.049,09	1.011,78	1.046,62	5,5***	-0,3***	0,1
Empregadoras com + de 2 emp.	3.034,92	2.232,87	3.365,89	3.311,63	3.417,97	5,6	-26,4	0,8
Agrícola								
Pluriativo								
Não-agrícola	3.056,26	2.280,22	3.534,27	3.352,87	3.613,61	6,3	-25,4	1,1
Empregadoras com até 2 emp.	1.248,90	1.710,50	1.688,52	1.996,55	1.768,86	6,7*	37,0	2,4
Agrícola	1.303,54	1.249,56	884,37	887,47	774,70	-10,3***	-4,1	-6,4
Pluriativo	1.642,14	2.715,26	1.366,91	2.323,08	2.065,53	0,9	65,3	22,9
Não-agrícola	1.137,07	1.748,04	2.079,43	2.141,27	2.014,22	11,1**	53,7**	-1,6
Conta-Própria	813,80	842,46	973,31	1.046,46	978,14	4,8***	3,5***	0,2
Agrícola	413,46	754,14	418,88	492,29	447,30	-3,0	82,4***	3,3*
Pluriativo	932,16	830,38	796,21	1.045,78	988,65	2,5	-10,9	11,4**
Não-agrícola	1.131,72	911,67	1.324,30	1.360,12	1.270,55	5,6*	-19,4	-2,1
Trabalhadores Ocupados	735,71	755,00	927,84	857,17	931,30	5,0***	2,6*	0,2
Agrícola	365,57	308,91	382,52	384,25	337,60	1,0	-15,5	-6,1*
Pluriativo	599,77	576,62	666,59	561,93	706,03	2,4	-3,9	2,9
Não-agrícola	776,40	803,30	999,43	910,86	994,58	5,2***	3,4*	-0,2
Não-ocupadas na semana	393,78	520,72	517,91	610,29	629,58	8,5***	32,2	10,3*
Rural Total	519,68	649,47	534,58	624,73	562,84	0,6	25,0***	2,6
Empregadoras com + de 2 emp.	2.163,43	1.276,04	1.588,81	2.074,28	1.502,47	-1,2	-41,0	-2,8
Agrícola								
Pluriativo								
Não-agrícola								
Empregadoras com até 2 emp.	1.189,21	1.050,94	854,00	1.563,14	969,73	-0,2	-11,6	6,6
Agrícola	1.339,56	563,73	835,93	939,50	773,12	-3,5	-57,9*	-3,8
Pluriativo								
Não-agrícola								
Conta-Própria	515,97	748,79	522,29	642,32	546,79	-0,8	45,1***	2,3
Agrícola	408,46	762,80	391,64	456,71	431,21	-4,2	86,7***	4,9*
Pluriativo	924,83	822,59	748,65	996,15	765,69	-1,4	-11,1	1,1
Não-agrícola	847,09	517,55	1.084,49	1.147,95	981,69	10,2	-38,9***	-4,9
Trabalhadores Ocupados	474,96	483,22	507,18	577,10	562,45	4,0***	1,7	5,3
Agrícola	329,20	249,68	310,12	297,91	288,46	-0,2	-24,2	-3,6
Pluriativo	420,80	526,12	544,62	583,10	763,74	10,0***	25,0	18,4***
Não-agrícola	563,07	613,81	616,99	700,11	663,74	3,5**	9,0	3,7
Não-ocupadas na semana	195,58	205,28	270,83	240,95	172,69	0,3	5,0	-20,1*

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas: a) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

b) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

c) Excluídas as famílias sem declaração de renda e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Atendo-se especificamente ao comportamento das rendas médias das famílias com residência nas áreas rurais, nota-se que para o período 1992/97, apenas as famílias pluriativas e não-agrícolas dos **outros ocupados** apresentaram taxas de crescimento positivas e significativas aos níveis considerados. Ressalta-se que neste período as rendas com as maiores quedas nas taxas de crescimento foram as das famílias agrícolas de **empregadores com até dois empregados** e das famílias agrícolas e pluriativas dos **conta-própria**, justamente o público potencial do PRONAF⁶⁹. Isto quer dizer que, dentre os diferentes tipos familiares considerados, as **famílias dos pequenos produtores** que vivem exclusivamente das atividades agrícolas são as que mais apresentaram tendências de queda das rendas médias.

Entretanto, ao se analisar o período específico de 1992/93 verifica-se que há uma inversão do comportamento da renda das famílias agrícolas dos **conta-própria**, que apresenta taxa de crescimento positiva e significativa aos níveis considerados. Já as famílias agrícolas dos **empregadores com até dois empregados** tiveram um crescimento negativo ainda maior das rendas, com taxas significativas aos níveis considerados. No caso de outros ocupados o comportamento foi semelhante ao anterior, porém as taxas de crescimento não foram significativas.

Do ponto de vista das **famílias pluriativas** crescem as rendas dos outros trabalhadores ocupados e decrescem as rendas dos **conta-própria**.

Já para as **famílias não-agrícolas** nota-se uma redução das rendas médias para a categoria dos **conta-própria**. Neste caso, as taxas de crescimento foram significativas aos níveis considerados. Para os outros trabalhadores ocupados observaram-se taxas de crescimento positivas, porém não significativas aos níveis considerados.

Para o período 1995/97, sob a vigência do Plano Real, verifica-se que as rendas médias das **famílias agrícolas** continuaram caindo para a categoria dos empregadores com até dois empregados e para os outros ocupados, ao passo que continuaram crescendo com valores significativos aos níveis considerados para os **conta-própria**.

Do ponto de vista das **famílias pluriativas** continuam crescendo as rendas médias dos outros trabalhadores ocupados (agora com taxas significativas aos níveis considerados)

e inverte-se a tendência dos conta-própria, uma vez que as taxas de crescimento passam a ser positivas.

Para as **famílias não-agrícolas** notou-se o mesmo comportamento do período anterior, apenas com uma ligeira melhora das taxas de crescimento dos conta-própria, apesar das mesmas continuarem com valores negativos.

Finalmente, para os **não-ocupados** observou-se um comportamento positivo do crescimento da renda média no primeiro período (1992/93) e um movimento em sentido contrário nos anos de 1995 a 1997.

2.3.2 – A evolução da renda *per capita*

A **tabela 2.8** mostra a evolução da renda *per capita* dos vários tipos familiares selecionados no Estado de Santa Catarina, para o período de 1992 a 1997. Da mesma forma que na tabela anterior, as taxas de crescimento também são apresentadas para três períodos distintos.

Essa renda, ao dar a idéia da capacidade monetária das pessoas de adquirirem bens e serviços, pode ser considerada um indicador síntese das condições de vida das pessoas. Para o conjunto do Estado de SC, a renda média *per capita* passou de R\$ 243,13, em 1992, para R\$ 332,17, em 1997, o que corresponde a uma taxa de crescimento significativa aos níveis considerados da ordem de 7,4% ao ano. Durante o período de 1992/97 todas as categorias apresentaram crescimento positivo, sendo que apenas para os empregadores com mais de dois empregados as taxas não foram significativas aos níveis considerados. Dentre os diferentes tipos de famílias, observa-se que foram as famílias agrícolas aquelas que tiveram as maiores quedas na renda *per capita*, com destaque para os empregadores com até dois empregados que apresentaram as taxas negativas mais elevadas. Ressalta-se que as famílias não-agrícolas de todas as categorias tiveram uma evolução positiva da renda *per capita*, enquanto que as pluriativas tiveram resultados negativos apenas no caso dos empregadores com até dois empregados.

⁶⁹ - Este mesmo comportamento foi observado por Graziano da Silva & Del Grossi (1999) para o conjunto do país.

Tabela 2.8:

Evolução da renda *per capita*, segundo os tipos de famílias extensas.
SC, 1992-97. (R\$ de Set/97).

Local Domicílio/Tipo de Família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)		
						1992/97 ^a	1992/93 ^b	1995/97 ^b
Total Geral	243,13	250,39	335,39	322,08	332,17	7,4 ***	3,0 ***	-0,5
Empreg. Com + de 2 empr.	938,23	624,11	1.061,17	854,44	1.050,04	5,0	-33,5	-0,5
Agrícola								
Pluriativo								
Não-agrícola	965,83	626,33	1.122,20	872,68	1.129,13	5,9	-35,2	0,3
Empreg. Com até 2 empr.	379,32	499,40	536,04	693,31	565,95	9,1 **	31,7	2,8
Agrícola	338,57	504,40	249,43	337,96	189,97	-11,7 *	49,0	-12,7
Pluriativo	548,71	548,87	350,66	550,15	564,13	-0,6	0,0	26,8
Não-agrícola	353,83	490,36	586,07	764,45	676,43	14,8 ***	38,6 *	-0,6
Conta-Própria	211,69	230,13	285,18	304,91	282,70	7,2 ***	8,7 ***	-0,4
Agrícola	108,29	189,02	128,00	135,03	121,87	-1,3	74,5 ***	-2,4
Pluriativo	197,74	192,28	193,19	250,83	237,03	4,8 *	-2,8	10,8
Não-agrícola	305,75	268,90	393,45	411,93	379,27	7,5 **	-12,1	-1,8
Trabalhadores Ocupados	210,46	227,25	294,61	271,79	287,99	6,7 ***	8,0	-1,1
Agrícola	115,40	87,85	119,79	120,15	100,15	1,0	-23,9	-8,6 **
Pluriativo	128,62	138,08	149,51	128,56	161,83	2,9	7,4	4,0
Não-agrícola	223,38	243,74	320,96	291,07	310,29	7,0 ***	9,1 *	-1,7
Não-ocupadas na semana	233,82	281,51	318,78	353,00	370,68	9,2 ***	20,4	7,8 *
Rural Total	134,81	167,02	153,77	185,58	154,31	2,8	23,9 ***	0,2
Empreg. Com + de 2 emp.	484,51	390,01	507,67	600,54	366,86	0,0	-19,5	-15,0
Agrícola								
Pluriativo								
Não-agrícola								
Empreg. Com até 2 empr.	314,03	218,23	239,45	295,50	299,36	1,6	-30,5	11,8
Agrícola	352,86	149,46	246,23	193,68	191,84	-6,0	-57,6	-11,7
Pluriativo								
Não-agrícola								
Conta-Própria	126,49	185,77	148,58	190,01	145,15	2,1	46,9 ***	-1,2
Agrícola	104,81	191,55	117,95	125,87	116,36	-2,4	82,8 ***	-0,7
Pluriativo	188,01	183,87	191,02	240,84	178,55	1,6	-2,2	-3,3
Não-agrícola	238,78	139,40	301,99	442,49	277,87	13,5	-41,6 ***	-4,1 *
Trabalhadores Ocupados	128,13	130,87	140,32	169,38	153,36	4,9 **	2,1	4,5
Agrícola	96,83	73,32	90,44	104,80	80,79	0,5	-24,3	-5,5
Pluriativo	98,83	126,79	113,19	132,29	175,20	8,7 **	28,3	24,4 ***
Não-agrícola	152,02	165,31	177,09	204,55	186,13	4,9 ***	8,7	2,5
Não-ocupadas na semana	112,46	105,45	130,16	131,17	92,30	-0,6	-6,2	-15,8 **

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Notas: a) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

b) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

c) Exclusivo as famílias sem declaração de renda e os tipos familiares com menos de 6 observações.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Quando consideramos apenas o total das famílias residentes no meio rural, observa-se que, entre o período de 1992/97, não houve diferença significativa entre os valores. Porém, especificamente em relação às categorias ocupacionais e aos tipos familiares observa-se um comportamento bem distinto para os diversos períodos considerados. Ao analisarmos o período 1992/97 nota-se que três categorias (empregadores com até dois empregados, conta-própria e trabalhadores ocupados) apresentaram taxas de crescimento positivas da renda *per capita*, enquanto que os empregadores com mais de dois empregados mantiveram-se no mesmo patamar e os não-ocupados tiveram taxas de crescimento negativas da ordem de 0,6% ao ano.

Do ponto de vista das famílias, nota-se que as **agrícolas** tiveram a renda *per capita* com taxas positivas, mas não significativas aos níveis considerados, apenas para a categoria dos outros ocupados. Já as famílias **pluriativas** apresentaram taxas positivas para os conta-própria e para os trabalhadores ocupados. Finalmente, as famílias **não-agrícolas** tiveram taxas de crescimento positivas tanto para os conta-própria quanto para os outros trabalhadores ocupados, sendo que para esses últimos as taxas foram significativas ao nível de 5% de probabilidade.

Para o período de 1992/93, verifica-se que as duas categorias de empregadores apresentaram taxas negativas de renda *per capita*, enquanto que os conta-própria e os trabalhadores ocupados tiveram taxas positivas. No entanto, apenas no caso dos conta-própria os valores foram significativos aos níveis considerados. Quanto às famílias, nota-se que as **agrícolas** tiveram a renda *per capita* com taxas positivas para os conta-própria, enquanto que os empregadores com até dois empregados e os trabalhadores ocupados apresentaram taxas negativas. Já as famílias **pluriativas** tiveram taxas positivas para os trabalhadores ocupados, enquanto que os conta-própria apresentaram taxas negativas, embora ambas as taxas não tenham sido significativas aos níveis considerados. Por fim, as famílias **não-agrícolas** mostraram o mesmo comportamento verificado para as famílias pluriativas.

Finalmente, no período 1995/97 observa-se que apenas a categoria dos empregadores com até dois empregados reverteu a tendência anterior e apresentou taxas de crescimento positivas, enquanto que os conta-própria fizeram um movimento no sentido

contrário em relação ao período anterior. Já os empregadores com mais de dois empregados (taxas negativas) e os trabalhadores ocupados (taxas positivas) mantiveram a mesma tendência do período 1992/93. Do ponto de vista das famílias, observa-se que as **agrícolas** tiveram a renda *per capita* com taxas negativas para todas as categorias. Já as famílias **pluriativas** apresentaram taxas positivas para os trabalhadores ocupados, mas negativas para os conta-própria. As famílias **não-agrícolas**, por sua vez, apresentaram taxas de crescimento negativas para os conta-própria e positivas para os outros trabalhadores ocupados.

Quanto à categoria dos não-ocupados, observa-se que a renda *per capita* apresentou taxas negativas para todos os períodos considerados, sendo que apenas no período 1995/97 os valores foram significativos aos níveis considerados. Isso significa que a renda das pessoas que não possuem mais nenhum tipo de ocupação e que residem no meio rural tem caído significativamente nos últimos anos.

2.3.3 – A relação entre renda e área na produção familiar⁷⁰

A **tabela 2.9** apresenta a composição da renda das famílias de conta-própria, segundo a situação de domicílio e os grupos de área. Antes, porém, é importante ressaltar que os valores da renda apresentados diferem um pouco dos valores anteriores, uma vez que neste momento estamos considerando apenas os declarantes que informaram tanto a renda quanto a área possuída. Todavia, sabe-se que as áreas declaradas nas PNADs são uma aproximação da área total⁷¹. Além disso, são também informações com menor frequência⁷².

⁷⁰ - Esta seção detalha um pouco mais a renda dos agricultores familiares (grupo formado pelas famílias agrícolas e pluriativas dos empregadores com até dois empregados e dos conta-própria), que constituem o público potencial do PRONAF.

⁷¹ - O quesito 15 do Manual de Entrevista da PNAD de 1995 dispõe sobre a área total do empreendimento e destina-se às pessoas que são empregadoras ou conta-própria na semana da pesquisa. O objetivo deste quesito é captar a área total das terras que compõem o empreendimento que a pessoa explorava na época da pesquisa. Portanto, para o empreendimento constituído por mais de um estabelecimento (mesmo que localizado em unidades da federação ou município distintos) deve-se obter a sua área. Entende-se por estabelecimento de atividade da agricultura, silvicultura ou pecuária todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processa a exploração de pelo menos uma dessas atividades. A existência de rios, estradas ou ferrovias cortando as terras do estabelecimento não caracteriza a descontinuidade de sua área.

Tabela 2.9:

Composição da renda média das famílias dos trabalhadores por conta-própria, segundo a situação de domicílio e os grupos de área. SC, 1997.

Situação de Domicílio	Grupos de Área	Agríc. %	N.Agríc. %	Aposen. %	Outras %	Média R\$
Total Geral		64	15	17	3	522,40
	até 2 ha	60	17	14	8	840,97
	+ de 2 a 10 ha	65	14	17	4	411,19
	+ de 10 a 100 ha	65	16	18	2	541,31
	+ de 100 ha	63	20	15	2	882,70
Rural		68	12	16	3	480,60
	até 2 ha	62	16	14	9	891,08
	+ de 2 a 10 ha	65	13	18	4	393,73
	+ de 10 a 100 ha	71	12	15	3	501,11
	+ de 100 ha	55	5	36	4	521,00

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Urbano – Tabulação Especiais

Nota: exclusive as famílias sem declaração de área e renda

Considerando-se apenas a situação domiciliar rural das famílias de conta-própria, nota-se que:

a) as rendas médias crescem de acordo com a ampliação da área total, após a faixa de dois hectares;

b) a renda média das aposentadorias tem maior participação na renda familiar nos estratos maiores, com destaque para o estrato com mais de 100 hectares;

c) a renda média não-agrícola diminui sua participação na renda familiar quando a área total aumenta;

d) a renda média de outras fontes tem maior participação na renda familiar nos menores estratos de área;

e) a renda média familiar dos conta-própria é bem inferior à dos empregadores com até dois empregados;

f) a participação da renda de aposentadorias na renda familiar é superior à soma da renda não-agrícola e da renda de outras fontes, exceto para os grupos de área de até dois hectares.

⁷² - Por isso, nesta seção não desagregamos as informações para os diferentes tipos de famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas). Utilizando-se o critério de no mínimo seis observações, boa parte das informações dos grupos de área para cada tipo de família fica em branco.

Finalmente, deve-se destacar que a renda média do estrato de até dois hectares distoa muito em relação à renda média dos demais estratos de área. Ao abrirmos as informações referentes às observações das famílias de conta-própria que possuem até dois hectares, constatamos que todas elas se dedicam à horticultura e à criação de pequenos animais (suínos e aves) e que possuem um número médio de cinco pessoas. Portanto, são famílias com bastante disponibilidade de mão-de-obra e que exploram ao máximo as unidades de produção.

A **tabela 2.10** apresenta os resultados para a categoria dos empregadores com até dois empregados. Considerando-se apenas as áreas rurais, observa-se que:

- a) não há nenhuma observação na faixa de até dois hectares de área;
- b) a renda média não-agrícola está presente apenas na faixa de mais de 100 hectares de área;
- c) a renda média familiar é majoritariamente composta pela renda média agrícola;
- d) não se verifica a presença de outras fontes de renda na renda familiar dessa categoria;
- e) a renda média do estrato de área superior a 100 hectares é mais que o dobro da renda média da categoria de empregadores e mais de três vezes a renda média dos conta-própria;
- f) a renda média dos empregadores é maior que a dos conta-própria para todos os estratos de área, exceção apenas para o caso do estrato de até dois hectares.

Esse último aspecto, segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1999), é um indicador importante de que os dois grupos de famílias – conta-própria e empregadores com até dois empregados – apresentam sistemas de produção distintos e deveriam ser tratados de forma diferenciada pelas políticas públicas.

Tabela 2.10:

Composição da renda média das famílias de empregadores com até dois empregados, segundo a situação de domicílio e os grupos de área. SC, 1997.

Situação de Domicílio	Grupos de Área	Agríc. %	N.Agríc. %	Aposen. %	Outras %	Média R\$
Total Geral		72	16	10	3	1.220,59
	até 2 há	-	-	-	-	-
	+ de 2 a 10 ha	97	0	3	0	782,00
	+ de 10 a 100 ha	84	0	16	0	715,90
	+ de 100 ha	57	31	6	6	3.510,77
Rural		88	1	11	0	790,30
	até 2 há	-	-	-	-	-
	+ de 2 a 10 ha	97	0	3	0	782,00
	+ de 10 a 100 ha	84	0	16	0	715,90
	+ de 100 ha	92	8	0	0	1.635,00

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulação Especiais

Nota: exclusive as famílias sem declaração de área e renda

2.3.4 – A Queda da Renda Agrícola

O objetivo deste item é o de complementar as informações das PNADs sobre a queda da renda agrícola. Para tanto, após uma breve discussão dos dados agregados do país, apresentaremos a evolução dos preços recebidos pelos agricultores ao longo das últimas duas décadas para o grupo de produtos que predomina na produção agropecuária catarinense.

A crise econômica vivida pelo país nas últimas décadas provocou impactos negativos sobre o setor agrícola. Um dos aspectos mais visíveis deste processo foi a queda da rentabilidade do setor agropecuário do conjunto do país. Mesmo com os elevados ganhos de produtividade apresentados pelas principais culturas, a renda agrícola mostrou uma trajetória descendente entre os anos 80 e 90.

A **tabela 2.11** apresenta a variação percentual da produção, dos preços e da renda bruta durante as décadas de oitenta e noventa no âmbito do país para alguns produtos selecionados. Do ponto de vista da produção, observa-se que, com exceção apenas do arroz e do trigo, todos os demais produtos apresentaram aumento nos níveis de produção entre os dois períodos considerados, com destaque para a cultura da soja que teve o maior percentual de crescimento. Já no caso do trigo a queda expressiva verificada pode ser

creditada, em parte, à política de liberalização do setor implementada a partir dos anos noventa, o que desestimulou o seu cultivo.

Tabela 2.11:

Variação percentual da produção, dos preços e da renda bruta de produtos selecionados. Brasil, 1990-98/1980-89.

Produtos Selecionados*	Produção	Preços	Renda Bruta
Arroz em Casca	-1,96	-49,58	-50,09
Batata	21,68	-41,12	-27,11
Cebola	25,51	-39,45	-23,39
Feijão	16,44	-47,21	-38,98
Fumo em Folha	27,33	-4,94	22,36
Mandioca	0,87	-42,75	-42,42
Milho	34,20	-48,01	-30,53
Soja	41,54	-52,45	-33,12
Trigo	-33,35	-64,07	-74,75

Fonte: Monteiro, M.J.C. Revista Agroanalysis, v.19, n.4, abril de 1999.

* Os produtos foram selecionados de acordo com a ordem de importância para o Estado de SC.

Esse desempenho positivo da produção agrícola global num cenário de preços adversos está relacionado, além das condições climáticas favoráveis verificadas na década de noventa, a dois outros fatores. Por um lado, o padrão tecnológico da agropecuária brasileira continua se expandindo, sobretudo pela adoção de novas tecnologias nas áreas de sementes, de adubos e de máquinas e de equipamentos. Por outro, observa-se uma queda, nas duas últimas décadas, dos preços dos principais insumos agrícolas (tanto dos fatores de produção agrícola produzidos pela indústria quanto dos fatores primários de produção), o que amenizou os efeitos da queda dos preços⁷³.

Quanto aos preços agrícolas, nota-se um movimento decrescente para todos os produtos selecionados em função de sua importância para o Estado de Santa Catarina, destacando-se novamente o trigo, a soja e o arroz que tiveram os maiores percentuais de queda.

⁷³ - Para maiores detalhes, veja importante estudo de Ferreira Filho, J.B.S. (1998). Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. Revista de Economia Política, v.18, n.4, pp 84-95. Segundo esse autor, uma combinação da elevação da produtividade na agricultura com a queda dos preços dos insumos agrícolas pode justificar, com segurança, o fenômeno do crescimento da produção agrícola.

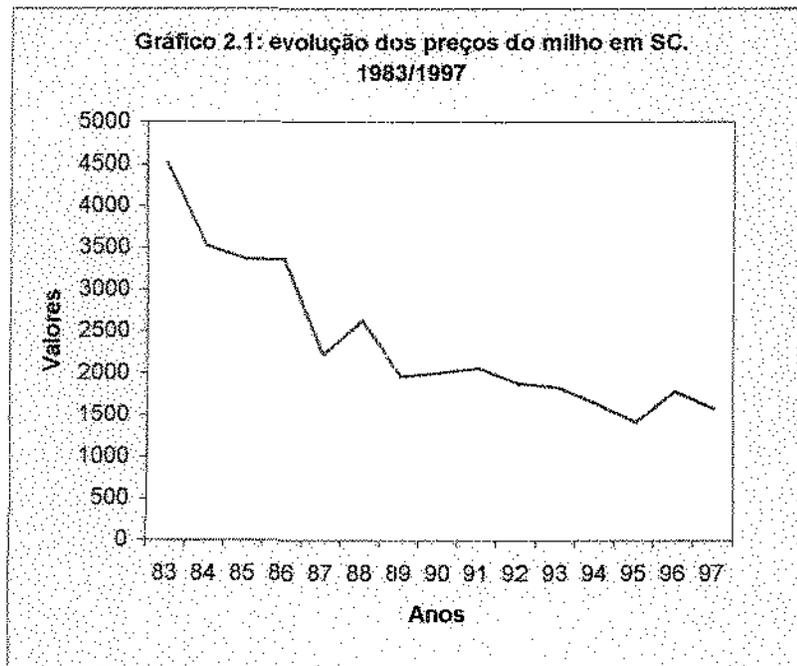
O comportamento adverso dos preços agrícolas afetou negativamente a renda bruta do setor nos anos noventa, implicando uma forte retração. Com exceção apenas da cultura do fumo, a queda da renda agrícola foi generalizada, com reduções que variam de -23% (cebola) até -75% (trigo). Em grande medida, essa redução da renda está vinculada à queda dos preços agrícolas, uma vez que a produção cresceu para quase todos os produtos considerados.

Esse comportamento da renda agrícola verificado para o conjunto do país também pode ser observado para o Estado de SC. Utilizando-se os dados fornecidos pelo Instituto CEPA – órgão da Secretaria de Estado da Agricultura – apresentamos a seguir a evolução dos preços⁷⁴ recebidos pelos agricultores para os principais produtos agropecuários do estado⁷⁵.

⁷⁴ - Os preços referem-se à média aritmética simples dos preços registrados nas principais regiões produtoras do Estado, sendo a coleta realizada entre os dias 10 e 20 de cada mês. Neste estudo estamos utilizando a média anual dos preços recebidos pelos agricultores para cada produto.

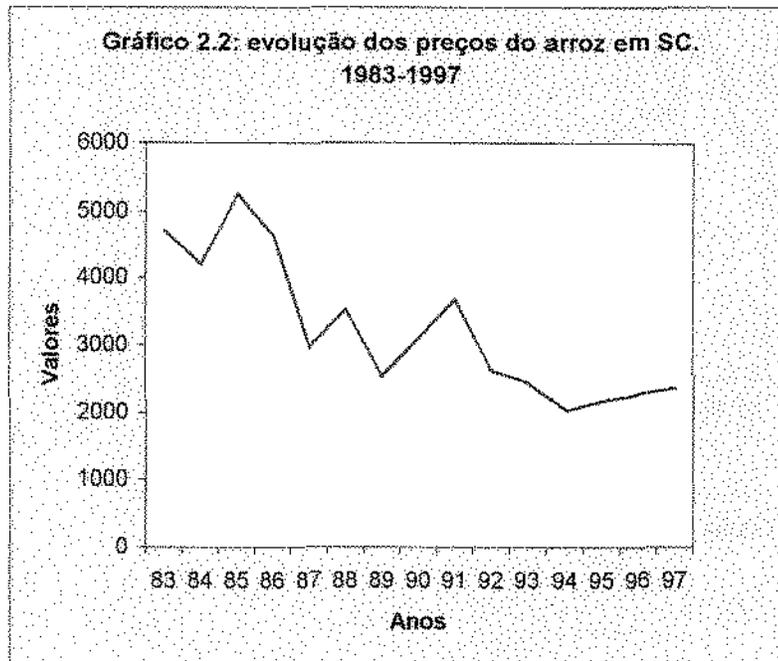
⁷⁵ - Deflator utilizado: IGP-DI (FGV).

O gráfico 2.1 apresenta a evolução dos preços médios anuais do milho entre 1983 e 1997. A trajetória dos preços em todo o período é decrescente e com pequenas oscilações. Nessa trajetória, destacam-se dois períodos. O primeiro, entre 1986 e 1987, quando houve uma forte retração dos preços devido à política de congelamento de preços e salários do Plano Cruzado. O segundo período refere-se ao Plano Real, sobretudo no ano de 1995, quando os preços apresentaram uma pequena recuperação. No entanto, no último ano da série os preços já foram inferiores aos praticados em 1994. Com isso, nota-se que os preços praticados em 1997 correspondiam a aproximadamente 35% dos preços de 1983.



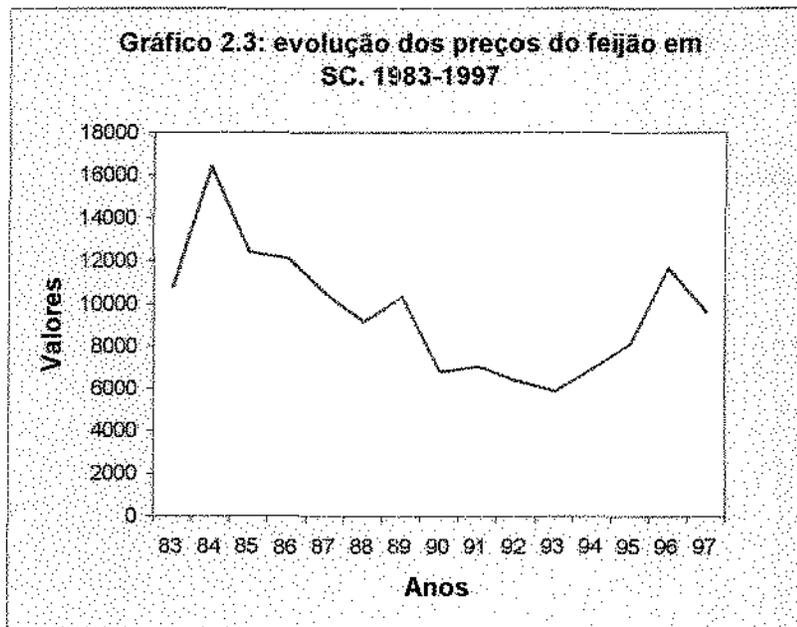
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.2 apresenta a evolução dos preços médios anuais do arroz entre 1983 e 1997. A trajetória ao longo das duas décadas também é decrescente, porém com várias oscilações importantes. A partir de 1984, com o fim da recessão econômica do período 1981/83, os preços sofreram elevações até o ano de 1986. A partir do Plano Cruzado, porém, houve um novo período de retração, seguido de uma breve recuperação dos preços no ano de 1988. Chama a atenção o fato de que, durante a política econômica recessiva do Governo Collor (1990/92), os preços tiveram uma forte recuperação para, em seguida, sofrer novas quedas. Com isso, nota-se que no início do Plano Real (1994) registrou-se o mais baixo valor dos preços do arroz durante todo o período considerado. Embora nos últimos anos da série as taxas de crescimento tenham sido positivas, os preços praticados em 1997 correspondiam a cerca de 50% do valor de 1983.



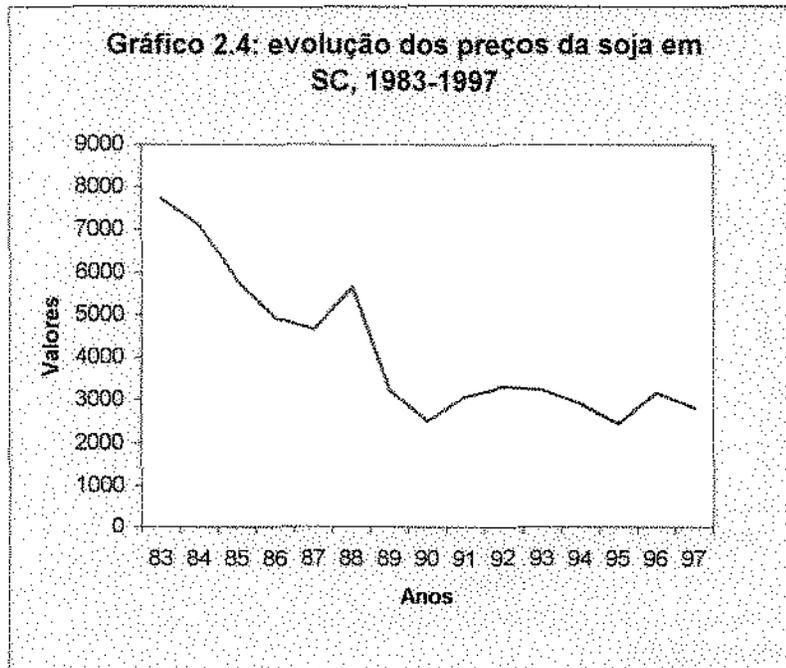
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.3 mostra a evolução dos preços médios anuais do feijão entre 1983 e 1997. Esse produto apresenta uma trajetória distinta entre as décadas de oitenta e noventa. Nos anos 80, após atingirem seu pico máximo no ano de 1984, os preços tiveram quedas até o final da década, exceção apenas para uma breve recuperação no ano de 1989. Os primeiros anos da década de noventa apresentaram novas quedas, sendo que em 1993 registrou-se o mais baixo valor de todo o período considerado. A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, observa-se uma forte recuperação dos preços. Com isso, os valores de 1996 superaram os preços de 1983, mas voltaram a cair em 1997.



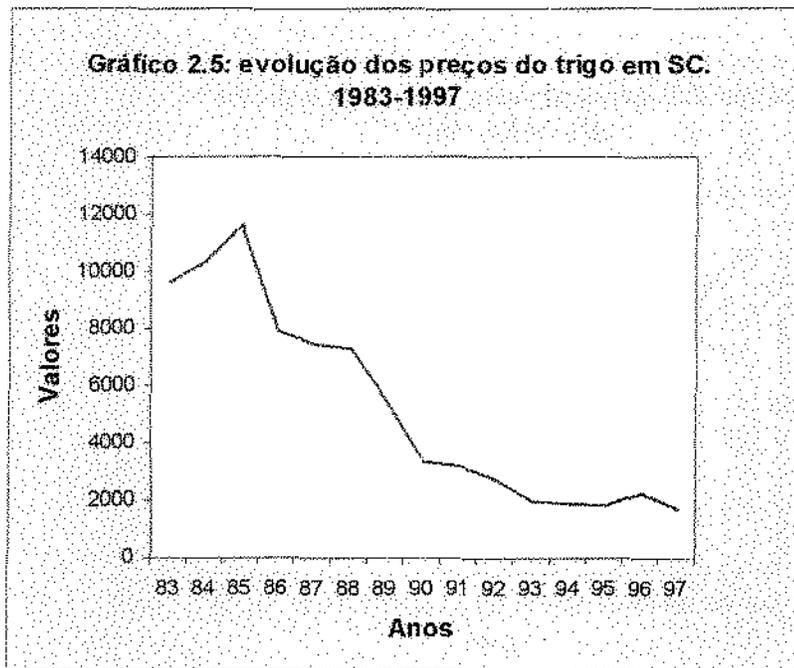
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.4 apresenta a evolução dos preços médios anuais da soja entre 1983 e 1997. Apesar da pequena recuperação verificada no ano de 1988, a trajetória dos preços é decrescente durante todo o período considerado. Além disso, observa-se que no ano de 1995 os preços tiveram os menores valores de toda a série considerada, embora no ano seguinte tenha havido uma ligeira recuperação. No entanto, os preços praticados em 1997 correspondiam a apenas 37% dos preços de 1983.



Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.5 mostra a evolução dos preços médios anuais do trigo entre 1983 e 1997. Nota-se que a trajetória dos preços a partir de 1986 é de queda constante. Essa tendência se agravou ainda mais no início dos anos 90 quando o Governo Collor modificou a política setorial, ao estipular o fim dos subsídios ao produto. Com isso, verifica-se que os preços praticados em 1997 correspondiam a apenas 18% do valor de 1983.



Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.6 apresenta o comportamento dos preços médios anuais da mandioca entre 1981 e 1997. Nota-se que durante todo o período considerado ocorreram várias oscilações nos preços recebidos pelos agricultores. Em 1984, após uma tendência de queda, houve uma forte recuperação dos preços. Esse comportamento, em parte, está relacionado à escassez do produto naquele ano devido às enchentes que ocorreram em 1983 nas principais regiões produtoras do estado. A partir de 1985 a trajetória dos preços passou a ser decrescente, sendo que em 1990 registrou-se o valor mais baixo de toda a série considerada. A partir do Plano Real (1994), observa-se uma recuperação dos preços, porém os valores recebidos em 1997 representavam apenas 53% dos valores de 1981.



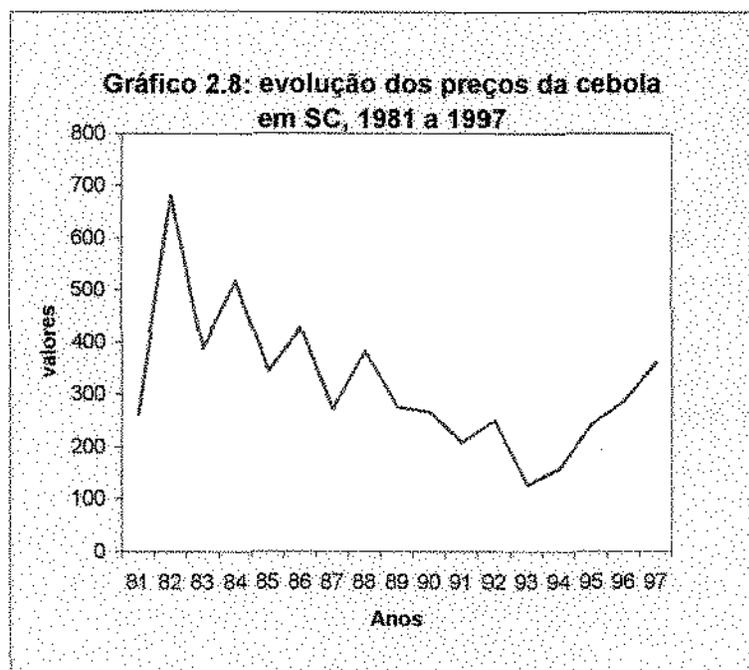
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.7 mostra a evolução dos preços médios anuais da batata entre 1981 e 1997. Observa-se que durante a primeira metade dos anos 80 houve um comportamento muito irregular dos preços. Assim, é possível afirmar que grande parte das oscilações que ocorreram entre 1981 e 1985 estão mais diretamente ligadas aos fenômenos climáticos (enchentes de 1983 e 1984) que provocaram uma escassez do produto em todo o estado. A partir do Plano Cruzado os preços começaram a cair, atingindo seu patamar mais baixo no ano de 1993. Já no primeiro ano do Plano Real nota-se uma ligeira recuperação, a qual se reverteria novamente nos anos seguintes. Com isso, os preços praticados em 1997 correspondiam a 43% do valor de 1981.



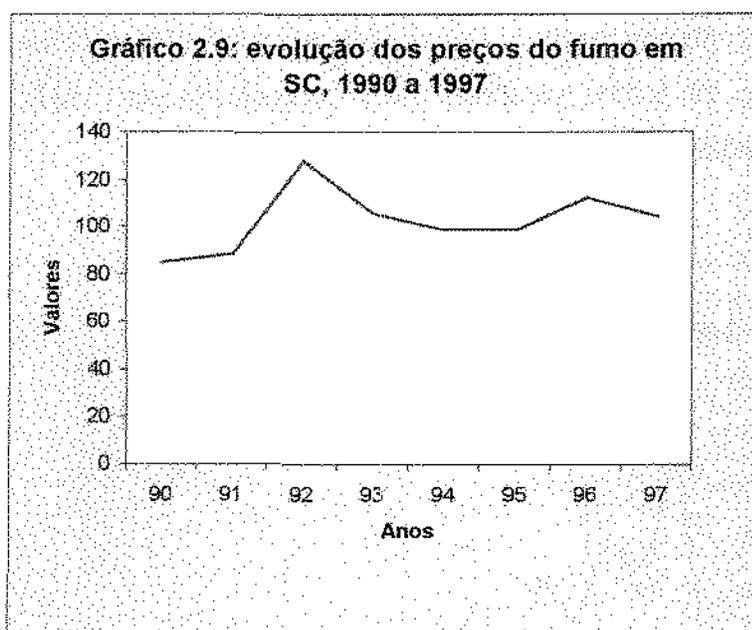
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.8 apresenta a evolução dos preços médios anuais da cebola entre 1981 e 1997. Apesar da tendência de queda verificada após o ano de 1982, nota-se que, ao longo de toda a década de oitenta, os preços da cebola mantiveram-se acima do patamar inicial de 1981. Somente a partir de 1991 houve um agravamento dessa tendência de queda, fazendo com que os preços se situassem em um patamar bem inferior àquele praticado no primeiro ano da série. Esse comportamento dos preços no início dos anos noventa está relacionado, em parte, à política de abertura comercial e à formação do MERCOSUL. Com a formação desse bloco comercial, liberou-se a entrada do produto dos países vizinhos a preços bem menores, o que provocou uma forte pressão sobre os preços internos. Após a implantação do Plano Real os preços internos reagiram favoravelmente, apontando para uma tendência de crescimento. Assim, os preços recebidos pelos agricultores em 1997 eram 37% superiores aos preços praticados em 1981.



Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.9 mostra a evolução dos preços médios anuais do fumo durante a década de noventa. Observa-se que esse é o único produto analisado que apresentou uma tendência de crescimento durante todo o período considerado, merecendo destaque a forte elevação dos preços verificada entre 1991 e 1992. Apesar da ligeira queda nos períodos seguintes, os valores dos últimos anos da série ainda são bem superiores àqueles praticados no início dos anos 90. Nota-se, assim, que os preços praticados em 1997 eram 21% superiores aos de 1990.



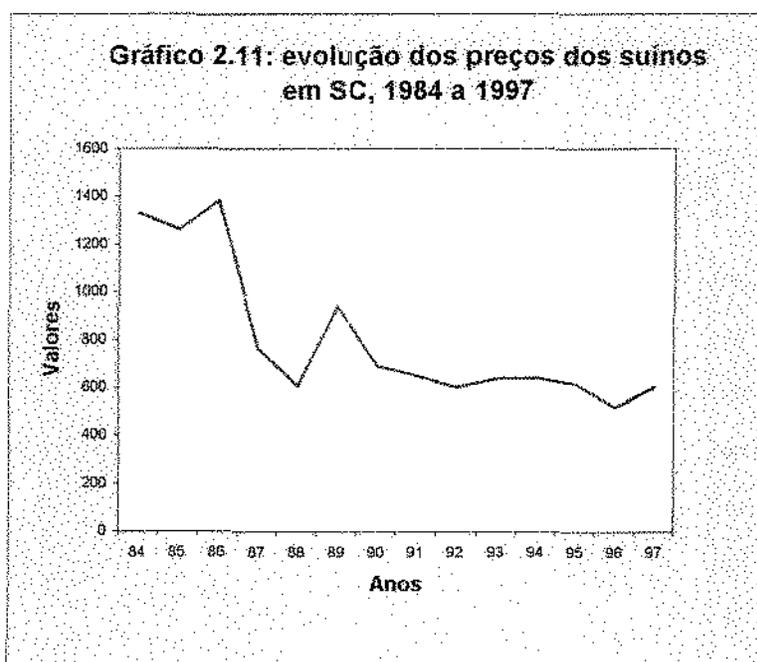
Fonte: Instituto CEPA.

O gráfico 2.10 apresenta a evolução dos preços médios anuais do leite entre 1984 e 1997. Inicialmente nota-se que os preços atingiram seu pico máximo no ano de 1987 e depois mostraram uma tendência de queda até o último ano da série considerada. Uma das explicações sobre o comportamento dos preços no ano de 1987 é que o congelamento estabelecido pelo Plano Cruzado (1986) acabou reprisando os preços. Com o fim dessa política econômica (1987), houve um repasse de perdas ao longo de toda a cadeia produtiva, o que provocou uma forte elevação dos preços naquele ano. Além disso, chama a atenção a forte queda dos preços observada após a implantação do Plano Real. Os preços praticados em 1997 correspondiam a 51% do valor de 1984.



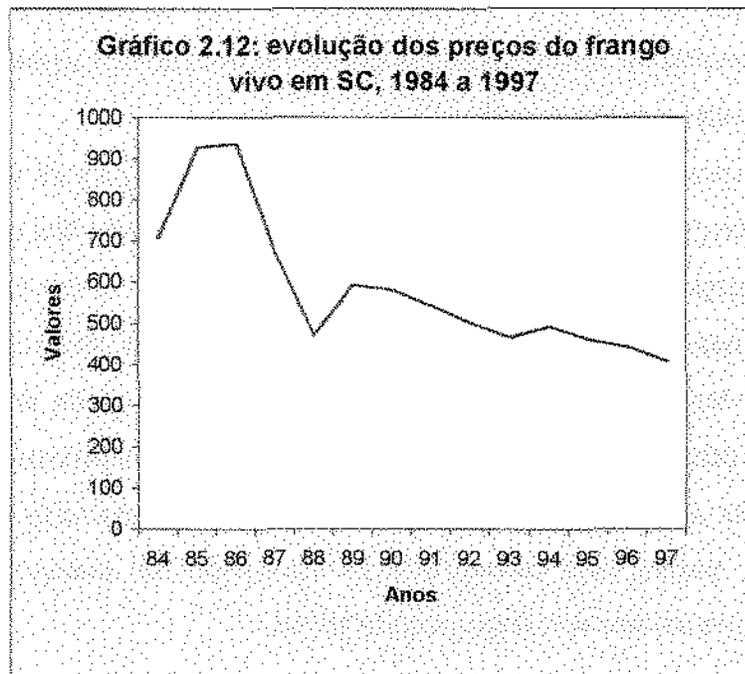
Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.11 mostra a evolução dos preços médios anuais dos suínos entre 1984 e 1997. Observa-se que houve uma forte tendência de queda dos preços após o Plano Cruzado (1986). Apenas no ano de 1989 notou-se um ligeiro aumento, o qual foi rapidamente anulado nos períodos seguintes pelas quedas sofridas. Deve-se destacar o fato de que os preços mais baixos de todo o período foram praticados durante o ano de 1996. Verifica-se, então, que os preços recebidos pelos agricultores em 1997 correspondiam a 45% do valor de 1984.



Fonte: Instituto CEPA

O gráfico 2.12 apresenta a evolução dos preços médios anuais do frango entre 1984 e 1997. Os dados revelam uma tendência expansionista dos preços apenas para os três primeiros anos da série. Posteriormente, nota-se uma forte queda até o final dos anos 80. Na década de noventa essa tendência de queda acabou se agravando, sobretudo após a implantação do Plano Real. Os preços praticados em 1997 correspondiam a 58% do valor de 1984.



Fonte: Instituto CEPA

Para avaliar se as variações dos preços são significativas ou não, ajustou-se uma regressão log-linear dos preços recebidos pelos agricultores contra o tempo. Nesse modelo, o coeficiente angular estimado (b) da regressão ajustada representa a taxa de crescimento geométrico para o período considerado. Esses períodos foram de 1988 a 1997 e de 1994 a 1997. A opção de ajustar a regressão a partir de 1988 foi no sentido de evitar as fortes oscilações verificadas nos preços em 1986 (congelamento) e em 1987 (saída do congelamento). Já a regressão de 1994 a 1997 procura avaliar os efeitos do Plano Real sobre o crescimento dos preços. Finalmente, ressalta-se que para ambos os períodos foram considerados também todos os anos intermediários.

A **tabela 2.12** apresenta as taxas de crescimento dos preços para os dois períodos considerados. Para a série completa (1988/97) observa-se que a maioria dos produtos teve taxas de crescimento negativas, destacando-se as taxas do milho, do arroz, da soja, do trigo, do leite, dos suínos e das aves, com valores significativos aos níveis considerados. Isso implica que para todos esses produtos há uma tendência de queda dos preços. A mandioca, a batata e a cebola também tiveram taxas de crescimento negativas, embora não significativas aos níveis considerados. Apenas o feijão e o fumo apresentaram taxas de crescimento positivas, porém esse comportamento não pode ser tomado como uma tendência uma vez que os valores não foram significativos.

Tabela 2.12:
Taxas de Crescimento dos preços recebidos pelos agricultores. Santa Catarina, 1988/99 – 1994/97.

Produtos	Taxas de Crescimento (% ao ano)	
	1988/1997	1994/1997
Milho	-4,5 ***	1,1
Arroz	-4,7***	5,0***
Feijão	1,2	14,2
Soja	-3,9*	1,6
Trigo	-13,6***	-0,8
Leite	-4,1***	-9,5***
Mandioca	-0,5	12,1
Batata	-3,1	-16,3*
Cebola	-1,3	30,1***
Suínos	-3,0**	-3,7*
Aves	-2,8***	-5,6***
Fumo (a)	2,0	3,0

Fonte: Instituto CEPA.

(a) somente a série 1990/97.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

O período referente ao Plano Real (1994/97) apresentou mudanças importantes para vários produtos. O arroz e a cebola inverteram a tendência de queda dos preços, apresentando taxas de crescimento positivas e significativas aos níveis considerados. Esse mesmo movimento também ocorreu para as culturas da soja, da mandioca e do milho, mas as taxas de crescimento não foram significativas. O feijão e o fumo mantiveram, durante os anos do Plano Real, a mesma tendência verificada para a série integral, ou seja, não apresentaram uma tendência definida nos preços pois as taxas, ainda que positivas, não se mostraram significativas. Já o leite, a batata, as aves e os suínos apresentaram fortes tendências de queda, uma vez que todas as taxas foram significativas aos níveis considerados. Finalmente, o preço do trigo manteve sua tendência de queda durante o período completo, embora essa tendência não tenha se mostrado significativa para o sub-período do Plano Real.

Na verdade, no início do Plano Real os preços já se encontravam em patamares bastante baixos. Mesmo assim, o Programa de Estabilização Econômica não conseguiu reverter, de maneira satisfatória, a trajetória dos preços da maioria dos produtos da agropecuária catarinense.

2.4 –RESUMO E CONCLUSÕES

No Estado de Santa Catarina as famílias dos trabalhadores ocupados são a maior categoria ocupacional, respondendo por aproximadamente 50% do total de famílias economicamente ativas. A distribuição espacial revela uma forte predominância dos domicílios urbanos para todas as categorias: 74% das famílias dos empregadores com até dois empregados; 91% das famílias dos empregadores com mais de dois empregados; 60% das famílias dos conta-própria; 82% das famílias dos trabalhadores ocupados e 83% das famílias dos não-ocupados.

Do ponto de vista da participação de cada categoria no meio rural, nota-se que os empregadores com até dois empregados respondem por 4%, enquanto os empregadores com mais de dois empregados respondem por apenas 1% do total. Já os conta-própria são a maior categoria ocupacional com 54% do total e a dos trabalhadores ocupados responde por 35%. O restante diz respeito aos não-ocupados.

Quanto aos tipos de famílias presentes nas áreas rurais, observa-se que as **famílias não-agrícolas** são majoritárias entre trabalhadores ocupados, tendo uma pequena inserção junto às demais categoria. Já as **famílias agrícolas** predominam amplamente entre os conta-própria e empregadores com até dois empregados. Finalmente, as **famílias pluriativas** estão presentes em todas as categorias consideradas, porém com tendência de queda entre os trabalhadores por conta-própria, a mais importante categoria ocupacional do Estado.

Com relação à evolução das pessoas ativas das famílias residentes em áreas rurais, verifica-se que das 711 mil pessoas existentes em 1997, 68% faziam parte da categoria dos conta-própria. Porém, essa categoria vem apresentando taxas de crescimento negativas, o que implica uma redução de sua participação no total das pessoas ocupadas. Paralelamente a essa queda do número de pessoas dos conta-própria, nota-se um ligeiro aumento dos trabalhadores ocupados, que passou de 180 mil, em 1992, para 188 mil, em 1997.

Considerando-se, também, a evolução do número de pessoas ativas de acordo com os tipos de famílias, verifica-se que as famílias agrícolas apresentaram uma forte tendência de queda entre os conta-própria. Já as famílias pluriativas diminuíram o seu número de

peças ativas em todas as categorias. Finalmente, as famílias não-agrícolas cresceram significativamente tanto para a categoria dos conta-própria quanto para a dos outros trabalhadores ocupados. Essas informações confirmam, parcialmente, uma das hipóteses específicas do trabalho, a qual sustentava que, paralelamente à queda das famílias agrícolas, haveria uma ampliação da participação das famílias pluriativas e não-agrícolas. Os dados revelaram, porém, que também as famílias pluriativas apresentaram tendência de queda. Isso significa que uma parcela importante das famílias com residência rural está saindo das atividades exclusivamente agrícolas e passando direto para ocupações em atividades não-agrícolas.

Quanto à evolução do número médio das pessoas no meio rural, verifica-se que os conta-própria apresentam o maior número médio de pessoas por família (2,7), enquanto os trabalhadores ocupados têm o menor número (1,6). Já as famílias pluriativas apresentam o número maior de pessoas na categoria dos conta-própria, ao passo que as famílias não-agrícolas têm o número maior de pessoas na categoria dos outros trabalhadores ocupados. Como tendência geral, observa-se uma redução no número de pessoas ocupadas nas famílias dos conta-própria, dos trabalhadores ocupados e dos empregadores com até dois empregados.

Quanto à evolução da renda média das famílias, observam-se situações bem distintas, tanto em termos do domicílio como em relação às categorias ocupacionais. Do ponto de vista dos valores, nota-se que a renda média urbana é 54% superior à renda média rural. Já dentre as categorias ocupacionais, nota-se que em praticamente todas elas a renda média urbana é o dobro da renda rural. Apenas no caso dos trabalhadores ocupados essa diferença é menos que a metade.

Em termos da composição da renda média das áreas rurais, verifica-se uma ligeira superioridade das rendas advindas das atividades não-agrícolas (43,8%) sobre a participação das rendas das atividades agrícolas (41%). As aposentadorias e pensões participam com 13,1%, enquanto que as outras fontes de renda contribuem com apenas 2,1% no total da renda média rural catarinense. Esse comportamento das diferentes fontes de renda confirma uma das hipóteses específicas do estudo, uma vez que as rendas não-agrícolas assumem proporções cada vez maiores na composição da renda familiar.

Quanto ao peso de cada fonte de renda para os diversos tipos familiares, verifica-se que as rendas agrícolas têm maior peso para as famílias agrícolas dos outros trabalhadores ocupados; as rendas não-agrícolas têm maior peso para as famílias não-agrícolas dos conta-própria; as rendas de aposentadorias e pensões são mais importantes para as famílias agrícolas dos conta-própria e para as famílias não-agrícolas dos trabalhadores ocupados e as outras fontes de renda são mais importantes para as famílias agrícolas dos conta-própria.

Sobre a evolução da renda média, observa-se que as maiores taxas de crescimento negativas dessa renda ocorreram nas famílias agrícolas e nas famílias pluriativas da categoria dos conta-própria, além das famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados. Ressalta-se que são, justamente, essas duas categorias o público preferencial do PRONAF.

A evolução da renda *per capita* das famílias com residência rural, por sua vez, mostrou que as famílias agrícolas elevaram a renda *per capita* apenas na categoria dos outros trabalhadores ocupados, enquanto que as famílias pluriativas e as famílias não-agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas da renda *per capita* entre os conta-própria e os outros trabalhadores ocupados.

Em síntese, os dados sobre a renda das famílias com residência rural mostraram que, tanto a renda média quanto a renda *per capita*, caíram entre as famílias agrícolas dos conta-própria e as dos empregadores com até dois empregados e aumentaram entre as famílias não-agrícolas dos conta-própria e as dos trabalhadores ocupados.

A queda da renda agrícola também foi constatada a partir da análise da evolução dos preços recebidos pelos agricultores para os principais produtos agropecuários do estado. Com exceção apenas de algumas culturas, todos os demais produtos apresentaram uma forte tendência de queda dos preços durante as décadas de oitenta e de noventa. Somente o feijão e o fumo – com taxas positivas – e a batata, a mandioca e a cebola – com taxas negativas – não apresentaram uma tendência definida, tendo em vista que as referidas taxas não foram significativas aos níveis considerados.

Este comportamento da renda das famílias rurais tem sérias implicações para o PRONAF. Caso continue prevalecendo o critério de que 80% da renda familiar precisa ter origem nas atividades agropecuárias, a maioria das famílias agrícolas dos conta-própria estarão excluídas, uma vez que elas têm mais de 20% de sua renda advinda de aposentadorias e pensões e de outras fontes. Além destas, também as famílias pluriativas não poderão participar do referido programa de apoio à agricultura familiar porque a renda agrícola dessas famílias não ultrapassa 50% para todas as posições na ocupação.

CAPITULO III: A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Considerando-se os marcos gerais da “modernização agrícola brasileira”, é importante avaliar como os pressupostos desse modelo evoluíram em Santa Catarina, estado que possui um sistema de produção agropecuário baseado nas unidades familiares de produção e com um nível de integração agroindustrial bastante elevado, o que lhe confere algumas características muito peculiares. Nesse contexto, as dinâmicas produtivas regionais ganham relevância, principalmente para a definição e implementação de políticas de desenvolvimento rural. De forma resumida, pode-se apresentar os setores dinâmicos por grandes regiões da seguinte maneira:

1) **Região Colonial Oeste**⁷⁶: observa-se neste local um predomínio dos complexos agroindustriais, com destaque para o complexo carnes (suínos e aves), o complexo grãos e o complexo fumageiro, apesar deste último apresentar algumas características semelhantes em outras regiões do estado. Além desses, há uma intensa produção de outros produtos de origem animal e vegetal que conformam o chamado “sistema integrado de produção”, merecendo destaque a expansão da pecuária leiteira e, mais recentemente, a produção citrícola. De algum modo, é possível visualizar uma certa redução das culturas tradicionais, como o trigo e a soja, e uma diminuição do número de agricultores integrados, principalmente no setor da suinocultura. Em contrapartida, nota-se uma expansão da produção de alho, de cebola e de produtos derivados do setor lácteo.

De uma maneira geral, nota-se que nessa região predominam os estabelecimentos que combinam a produção de grão com a criação intensiva de animais (suínos e aves). Porém, em função da concentração da produção em um pequeno número de produtos, emergiu uma série de problemas nas últimas décadas. Em geral esses problemas são de natureza econômica, social e ambiental.

Do ponto de vista econômico, o sistema integrado de produção familiar vive uma forte crise que se expressa na tendência de queda da renda dos agricultores. Em parte essa diminuição da rentabilidade está associada aos problemas do setor agrícola do país (falta de

⁷⁶ - Essa região engloba mais de 100 dos 297 municípios do estado, abriga as grandes empresas agroindustriais (Sadia, Seara, Perdigão, etc.) e é a principal responsável pela produção agropecuária catarinense.

crédito, quedas dos preços, abertura comercial indiscriminada, etc) e à redução da participação dos agricultores no sistema de integração comandado pelas grandes empresas (na suinocultura o número de produtores integrados decresceu cerca de 30% entre 1985 e 1996 e na avicultura, no mesmo período, a redução foi de 20%).

Na área ambiental os problemas são de duas ordens distintas. Por um lado, a maior parte dos produtores familiares, não só possuem estabelecimentos com pequenas dimensões devido ao processo histórico de colonização, como ainda estes localizam-se em áreas com topografia acidentada e em condições crescentes de degradação. Por outro, há uma forte contaminação das águas, principalmente em função do destino dos dejetos da suinocultura nos rios da região, o que tem causado sérios danos à sustentabilidade dos recursos naturais⁷⁷.

Finalmente, os impactos sociais decorrentes dos impasses do modelo de desenvolvimento econômico regional são marcantes, uma vez que se observa um forte recrudescimento do êxodo rural nas duas últimas décadas. Durante os anos oitenta o fluxo migratório rural-urbano foi mais em direção aos centros urbanos da própria região, que experimentaram um crescimento populacional da ordem de 4,16% ao ano, enquanto a população rural decaía a uma taxa de -1,19% ao ano. No âmbito do estado, esses percentuais foram da ordem de 3,69% e -0,90%, respectivamente. Já nos anos noventa (período entre 1991 a 1996), o crescimento urbano foi da ordem de 2,62% ao ano, portanto bem menor que na década anterior, enquanto a população rural continuou caindo a taxas ao redor de 1% ao ano⁷⁸.

2) Região do Planalto Catarinense: nesta região observa-se uma concentração da produção animal e um sistema produtivo vegetal assentado nas médias e grandes propriedades. Decorre daí a liderança na criação de gado (de corte e de leite) e a presença dos grandes produtores de grãos do estado (soja, milho e feijão). Além disso, a fruticultura ali existente é a mais desenvolvida do estado, com destaque para a cultura da maçã que faz de Santa Catarina o maior produtor nacional. Observa-se, ainda, a presença das atividades florestais e de reflorestamento, com a permanência de importantes indústrias nacionais de papel e celulose. Do ponto de vista econômico, avançam na região as atividades do turismo rural, principalmente no sistema de hotéis fazendas, o que permite às famílias dos

⁷⁷ - Para maiores detalhes veja Testa et alii (1996).

agricultores novas formas de ocupações. Na mesma linha, destaca-se a micro região do Planalto Norte do estado por possuir o maior parque mobiliário nacional, composto por mais de mil indústrias de móveis de pequeno e médio portes. Neste caso, amplia-se a possibilidade para a combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas na própria região.

3) Região Sul: nesta região encontra-se uma agricultura de alto nível técnico e assentada nos estabelecimentos familiares. Dentre os principais produtos, destacam-se a soja, o fumo e o arroz. O sistema produtivo desta última cultura emprega a tecnologia da irrigação, o que lhe confere alta produtividade e uma certa hegemonia produtiva. Na área animal, destaca-se a criação de gado (de corte e de leite) e a criação de suínos, ambas as atividades no sistema familiar tradicional. Diferentemente das demais regiões, observa-se no Sul uma forte especialização e um processo de integração semelhante ao da região Oeste do estado, tanto para a produção de fumo como para a criação de suínos. Do ponto de vista do trabalho, verifica-se que, nessa região, os agricultores têm uma tradição de combinarem atividades agrícolas com as não-agrícolas. Essas atividades não-agrícolas estiveram sempre vinculadas aos setores do vestuário e de calçados e, mais recentemente, ao turismo rural.

4) Região Metropolitana de Florianópolis: é caracterizada por uma agricultura de subsistência com baixa capacidade produtiva e baixa rentabilidade. Do ponto de vista das culturas, prevalecem o tomate, a batata, a cebola e, em menor escala, verifica-se a presença da cultura do fumo e a criação de gado de leite. Devido à proximidade com a cidade de Florianópolis, verifica-se a presença de agricultores que combinam atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas. Na maior parte dos casos, essas atividades são exercidas nos setores da construção civil, do turismo e dos serviços públicos.

5) Regiões do Vale do Itajaí e Litoral Norte⁷⁹: nestas regiões prevalece uma agricultura familiar de subsistência com baixa integração agroindustrial. Dentre as principais culturas, destacam-se a produção de arroz, fumo, cebola, banana e cana-de-açúcar. Na produção animal, destaca-se a criação de suínos e a bovinocultura (de corte e de leite), mas em pequena escala. Além disso, observa-se também nessas regiões uma queda

⁷⁸ - Um estudo detalhado desse processo encontra-se em Instituto Ceba (1998).

⁷⁹ - No Vale do Itajaí destacam-se as cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí e no Litoral Norte as cidades de Joinville, São Francisco e Jaraguá do Sul.

das culturas de mercado internacional, principalmente da soja e do trigo. Do ponto de vista do trabalho, essas duas regiões apresentam a mais forte tradição histórica de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas, combinação essa que foi facilitada pela forma de colonização e pelo processo de industrialização dos principais municípios. Essa dupla atividade exercida pelos agricultores concentra-se nos setores da indústria têxtil, de vestuário, de máquinas e de equipamentos.

No capítulo anterior mostramos como as ocupações agrícolas e não-agrícolas evoluíram no conjunto do Estado de Santa Catarina. A partir deste momento, vamos mostrar, através de um estudo de caso, até que ponto essas tendências gerais se confirmam no Vale do Itajaí, mais precisamente no município de Blumenau.

À luz do debate teórico sobre a pluriatividade constante da primeira parte deste estudo, procuraremos entender o papel desse fenômeno no meio rural blumenauense, município que desde o princípio da colonização apresenta alguns traços marcantes e que só recentemente passaram a ser compreendidos como parte de um processo mais abrangente que hoje denomina-se pluriatividade.

Para tanto, o capítulo está organizado em quatro partes. Na primeira, buscou-se compreender os aspectos históricos da colonização do município, com ênfase no papel da agricultura. A seguir, destaca-se brevemente os principais aspectos sócio-econômicos do município. A terceira seção apresenta o quadro atual da agropecuária municipal. Finalmente, são discutidos os principais resultados de uma pesquisa de campo realizada no município no ano de 1997⁸⁰.

⁸⁰ - A pesquisa foi realizada pelo DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – com o objetivo de orientar a atual administração do município no sentido da elaboração de um “plano de desenvolvimento local”. Os dados nos foram gentilmente cedidos, razão pela qual externamos aqui nossos agradecimentos ao DESER e à Prefeitura de Blumenau.

3.1 – Aspectos Históricos do Município: o processo de Colonização

Na segunda metade do século XIX chegaram à região, que hoje é conhecida como Vale do Itajaí, um conjunto de imigrantes europeus, em sua maioria de origem alemã, dando início à formação de importantes cidades⁸¹. Neste período, os alemães que imigraram tinham como origem, principalmente, as cidades de Baden, Holstein e Bremen, redutos tradicionais do campesinato alemão.

Dentre as razões que explicam as altas taxas de imigração alemã para SC, destaca-se a escassez de terras no país de origem, a fragmentação das propriedades, os baixos salários e o excesso de trabalho nas áreas industriais, além da influência da propaganda dos agentes brasileiros e das companhias de colonização (Seyferth, 1973). A maioria desses imigrantes era composta por camponeses e artesãos que estabeleceram, nessa região, uma sociedade camponesa que manteve muitos traços da sociedade originária bem como outras características adaptadas a partir do novo ambiente social.

Um dos principais aspectos da colonização nessa região é que, diferentemente de outros locais do país, prevaleceu o trabalho familiar, tendo em vista que nas cidades de origem esses imigrantes eram pequenos proprietários rurais que contavam apenas com a força de trabalho dos membros familiares e não possuíam recursos suficientes para instalar grandes empresas agrícolas. Em função disso e das dificuldades do início da colonização desenvolveu-se um sistema de trabalho com o “espírito cooperativo” que impediu o distanciamento social (Hering, 1987). Além disso, existiam também dentre os imigrantes um grande número de pessoas com outras experiências profissionais, com destaque para os ferreiros, pedreiros, marceneiros, agrimensores, fabricantes de cigarros, etc..

Até 1850 o Vale do Itajaí era pouco ocupado. Com a nova lei de terras e o apoio do governo imperial às colonizações a partir daquele ano, estimularam-se novas ocupações do interior de Santa Catarina. No entanto, devido às condições geográficas, essa região permaneceu por um bom período isolada da capital da Província (Desterro) e da região serrana de Lages, que era o ponto de ligação para o extremo sul do país e para São Paulo.

⁸¹ - É importante ressaltar que, ainda na primeira metade do século XIX, houve várias tentativas de colonização da região mais próxima à capital da Província de SC, sendo que a maioria dessas colônias fracassou devido à localização das terras, à falta de estradas, à falta de apoio do governo imperial, etc.. Neste caso, registra-se a formação das colônias alemãs em São Pedro de Alcântara, Angelina, Santa Isabel, etc.; localidades próximas a Desterro (atual Florianópolis).

Em função desse isolamento, o camponês era obrigado a produzir o máximo para sua subsistência. Assim, ao chegar à região, os colonos fizeram várias tentativas de plantio de cereais europeus, principalmente do trigo, cevada e centeio, mas fracassaram. Então começaram a plantar outras culturas, destacando-se o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar.

Assim, conforma-se um sistema de trabalho articulado em duas frentes: por um lado, a pequena propriedade era trabalhada em conjunto pela família, sendo que em alguns períodos desenvolviam outros trabalhos acessórios⁸², e, por outro, implantava-se a indústria doméstica com a finalidade de se processar alguns produtos, como é o caso dos engenhos de cana, da produção do fubá e da farinha de mandioca e dos derivados de leite. Além disso, segundo Seyferth (1973), já naquela época surgiam no meio rural importantes atividades ligadas à carpintaria, à fabricação de charutos e às atividades industriais técnicas (serrarias, olarias e cervejarias).

No caso específico de Blumenau, verifica-se que o início da sua colonização ocorreu por volta do ano de 1850. No primeiro decênio era uma colônia privada, uma vez que o Dr. Otto Hermann Blumenau e mais 17 imigrantes alemães adquiriram as terras. Passado esse estágio inicial e com dificuldades financeiras, a área que viria a ser posteriormente o município de Blumenau, deixou de ser um empreendimento privado e passou a ser uma colônia oficial⁸³. Segundo Vidor (1995), a partir do momento em que o governo imperial assumiu a administração da colonização (1860), foram ampliados os investimentos direcionados para três setores básicos: aumento da população; implantação de infra-estrutura de comunicação (estradas) e incentivo ao mercado local, o que levou à diversificação dos bens produzidos.

⁸² - Diferentemente da Alemanha, onde o agricultor se dedicava a outros tipos de trabalho, principalmente durante o inverno, aqui no Brasil o trabalho inicial nas lavouras durava praticamente o ano todo, sendo bem pequeno o espaço para o trabalho acessório entre o início e o final dos cultivos. No entanto, a falta de recursos acabava motivando a busca de outras atividades. Segundo Seyferth (1973), dentre os principais fatores que determinavam a procura de trabalho fora das propriedades, destacavam-se a falta de pagamentos das mercadorias em dinheiro, uma vez que os agricultores as trocavam por outros bens nas casas comerciais; a necessidade de pagamento ao Governo Imperial dos lotes e as dificuldades iniciais da propriedade até obter as primeiras colheitas, o que consumia todos os recursos trazidos da Alemanha.

⁸³ - Segundo Hering (1987), o Dr. Otto Hermann Blumenau continuou dirigindo a colônia nos 10 anos seguintes. Além disso, a autora relata que no mesmo período e nas mesmas condições de Blumenau foi criada no norte do estado a Colônia Dona Francisca (que hoje é a sede da cidade de Joinville) e que a cidade de Brusque, diferentemente das anteriores, já nasce enquanto colonização oficial.

Porém, apesar desse novo impulso ao processo de colonização e da expansão do mercado interno, a produção continuava concentrada em poucos produtos. Como a maioria dos agricultores produziam as mesmas mercadorias, as transações internas tornavam-se difíceis, resultando em maiores problemas para a colônia. Esse problema só seria resolvido nas décadas seguintes com a interligação do mercado local ao mercado nacional⁸⁴.

No princípio da colonização, a base econômica do município estava assentada nas atividades agrícolas. Estas tinham um caráter familiar e eram voltadas primordialmente para o auto-consumo familiar. O sistema de produção inicial foi de roças de coivara devido às dificuldades de se obter animais de tração. Assim, a foice, o machado e a enxada eram os principais instrumentos de trabalho dos agricultores.

Segundo Hering (1987), os engenhos e atafonas (para produção da farinha de mandioca e do fubá) expandiram-se rapidamente por toda a colônia, mas nem toda propriedade os possuía, pois significava investimentos mais elevados. Por isso, eram alugados da mesma forma que outros instrumentos de trabalho, como era o caso do arado que foi sendo introduzido aos poucos. O pagamento era feito com parte da colheita futura.

Apesar da utilização de algumas técnicas comuns ao caboclo brasileiro, os colonos imigrantes implantaram na região um sistema econômico que, de certa forma, manteve características peculiares ao campesinato alemão da primeira metade do século XIX: a pequena propriedade agrícola trabalhada pela família em conjunto, associando-se a este trabalho, em certos períodos, o artesanato, a busca de trabalho acessório e a tendência de produzir um certo excedente para o mercado (Seyferth, 1973).

As primeiras culturas plantadas no município de Blumenau foram o milho, a mandioca e o feijão. Posteriormente foi introduzido o fumo, a cana-de-açúcar e o gado de leite, além das hortas domésticas. De um modo geral, o agricultor obtinha de suas roças os principais produtos necessários à sua subsistência, com exceção de alguns gêneros alimentícios (sal), roupas e instrumentos de trabalho. Para adquirir esses produtos, ele era obrigado a comercializar algum produto ou então se dedicar ao trabalho acessório.

⁸⁴ - Apesar de não ser objeto de nosso estudo, ressalta-se que sobre este ponto específico há uma polêmica na literatura entre os defensores da tese de que o desenvolvimento da região obedeceu à dinâmica interna própria e aqueles que defendem a tese de que a economia catarinense teve como função suprir os grandes centros dinâmicos (São Paulo e Rio de Janeiro), tornando-se, deste modo, uma economia periférica em relação a esses próprios centros.

Desde o princípio, havia um destino bem definido para os diversos produtos. Assim, o milho era um alimento fundamental, tanto para as pessoas como para os animais. O mesmo pode ser dito da cultura da mandioca, que além dessas propriedades, tinha na farinha uma boa moeda de troca. Já a cana e seus derivados (açúcar e cachaça) e o fumo tinham condições mais favoráveis de mercado, embora o isolamento geográfico do município continuasse sendo um fator limitante. Este problema só foi resolvido bem mais tarde com a construção da estrada que ligou Blumenau à cidade de Itajaí (área portuária), facilitando a entrega dos produtos, sobretudo do fumo, para outros centros.

Deste modo, a vida agrícola na colônia, a fim de poder se desenvolver e ter continuidade, articulava-se em duas frentes. A primeira era a assistência do governo, via administração da província (distribuição e financiamento dos lotes, oferecimento de trabalho e orientação no plantio inicial); a segunda frente com que se articulava o sistema colonial eram as vendas (Hering, 1987).

Neste estudo nos interessa mais o segundo aspecto porque é a partir dele que ocorre o processo de acumulação de capital e o salto para a industrialização do município. Na prática, as vendas regulavam a economia e o vendeiro (nome pelo qual eram chamados os comerciantes) era a figura central, uma vez que a economia local dependia dele. O colono produzia para sua subsistência mas precisava de outros produtos. Para adquiri-los, colocava seus excedentes nas mãos desses vendeiros, os quais sabiam tirar proveito da situação. Por um lado, controlavam os preços, tanto dos produtos que compravam dos agricultores como daqueles que vendiam e, por outro, forçavam o aumento dos preços retendo o estoque de determinados produtos. Desta forma, todo o mercado para os produtos agrícolas e todas as principais transações comerciais dependiam das vendas. Com isso, consolida-se uma relação comercial de subordinação dos agricultores aos vendeiros, uma vez que os primeiros dependiam totalmente dos últimos. Além disso, os vendeiros possuíam, ainda, um sistema rudimentar de crédito aos agricultores. Na verdade, tratava-se de um sistema de contas em que o agricultor se comprometia a pagar os produtos que retirava para seu consumo com produção agrícola. Isso ajudava a prender ainda mais os agricultores aos vendeiros. Desta maneira, os vendeiros transformaram-se na parcela mais importante da sociedade e os principais acumuladores de riqueza nos primeiros períodos da colônia.

Segundo Seyferth (1973), o capital comercial se transformou na verdadeira fonte de acumulação de capital. Os próprios colonos, levando seus produtos para as casas comerciais da vila e deixando nelas o pequeno lucro conseguido nas trocas, acabaram beneficiando duplamente os comerciantes: de um lado, estes últimos compravam a produção agrícola e vendiam suas mercadorias por preços extorsivos e, de outro, figuravam como guardiães das economias dos colonos. Com isso, além do domínio econômico, os vendeiros acabaram exercendo um domínio cultural e político, porque as vendas eram também os locais de distribuição dos jornais e das notícias da colônia. Posteriormente, à medida que a indústria têxtil foi se desenvolvendo, parte desses pequenos proprietários passaram à condição de colonos/operários, trabalhando nas fábricas dos comerciantes a maior parte do tempo. Mas como os salários eram bastante baixos, eles mantinham as lavouras para retirar os produtos básicos da subsistência.

A cronologia histórica mostra que o processo de industrialização do município teve seu início a partir de 1880. Esta fase, denominada de “pequena indústria”, vai até 1914, pois o expressivo aumento de imigrantes, já a partir da década anterior, exigia a produção de excedentes para atender as necessidades da população. Com isso, nasce um conjunto de indústrias voltadas, em sua maioria, para atender as demandas do mercado interno. Segundo Vidor (1995), este aumento da produção permitiu também reaparelhar a atividade industrial e comercial, sua expansão e diversificação, assim como canalizar investimentos na propriedade fundiária.

Essa industrialização voltada ao mercado interno estava relacionada a uma fraca infra-estrutura, às distâncias dos grandes mercados consumidores, às dificuldades de capital e de mão-de-obra. Isto fez com que, no princípio, o processo de industrialização tivesse uma característica mais “fechada”.

Segundo Seyferth (1973), a partir do aumento do número de artesãos estabelecidos na área, o que indica uma maior diversificação ocupacional, apareceu uma série de pequenas industriais vinculadas às matérias-primas locais (madeira e lavoura) e às necessidades imediatas da colônia. No entanto, essas indústrias eram de proporções reduzidas e limitadas às atividades de uma família, uma vez que operavam com baixo capital. Isso revela que, no conjunto, essas pequenas indústrias artesanais não foram suficientes para garantir a industrialização em maior escala da colônia. Em outras palavras,

a industrialização da colônia não foi produto de um lento progresso da atividade artesanal, uma vez que os artesãos não tinham capital e nem reuniam condições técnicas para iniciar a atividade têxtil.

Para a autora, os fatores responsáveis pelo crescimento da indústria no município e região estão relacionados aos altos preços das roupas e dos tecidos em todas as áreas coloniais e à possibilidade de um mercado seguro destes produtos para os vendedores nas próprias colônias. Além disso, existia a acumulação de capital por parte dos comerciantes e contava-se com a presença de uma mão-de-obra barata e especializada que no início se ocupava apenas das atividades agrícolas. Em síntese, os elementos centrais da industrialização foram: a existência de capital local garantido pelo comércio; a potencialidade de um mercado consumidor na região e a existência de uma mão-de-obra aproveitável entre os agricultores⁸⁵.

Neste período inicial da industrialização já são observadas duas características fundamentais. A primeira está relacionada ao processo de descentralização das fábricas movido pela necessidade de que as instalações ficassem próximas aos rios, uma vez que a lavagem dos tecidos dependia da água e os teares eram movidos por energia hidráulica. Isso só se modificou na fase seguinte com a instalação da energia elétrica. Além disso, as dificuldades de meios de transportes e de deslocamento impediam que os agricultores pudessem se dedicar também ao trabalho nas fábricas. A segunda característica diz respeito ao fato que desde o princípio, em função da escassez de terras e das dificuldades financeiras, os agricultores já desempenhavam a agricultura em tempo parcial como uma estratégia de reprodução. Desta forma, manteve-se um vínculo entre o trabalho nas fábricas e as atividades agrícolas, uma vez que os agricultores não abandonaram a propriedade rural e, da mesma maneira que no início da colonização, quando dedicavam parte de seu tempo aos trabalhos acessórios, eles encaravam o trabalho nas fábricas com uma complementação da renda obtida com as lavouras.

⁸⁵ - Esta tese não é aceita por Hering (1987). Segundo essa autora, o desenvolvimento da indústria nas colônias prende-se mais às diferentes etapas da imigração do que ao desdobramento da atividade artesanal ou comercial. Por isso, os comerciantes das primeiras levas, que ainda não haviam vivenciado o trabalho industrial em sua terra de origem, não deram impulso nessa direção, cabendo essa tarefa aos imigrantes mais tardios, vindos em torno de 1880.

A segunda fase, denominada de “grande indústria”, começa a partir 1914, quando Blumenau passa a se integrar mais fortemente ao mercado nacional. Neste período, vários empreendimentos são responsáveis por esse impulso, merecendo destaque a construção da estrada de ferro, de usinas elétricas e a importação de novas máquinas da Europa.

Na verdade, é a partir deste período que ocorre o grande salto da industrialização da região, capitaneada pelo município de Blumenau, quando as experiências anteriores (exportação de produtos primários e produção diversificada para os mercados locais) deixam de ser prioritárias e parte-se para a conquista do mercado nacional através da produção de bens superiores sem similares nacionais (indústria têxtil e de vestuário). Em grande medida, essa estratégia de desenvolvimento econômico foi extremamente eficiente porque esse ramo industrial acabou não competindo com aqueles ramos do eixo Rio-São Paulo, devido ao seu pioneirismo. Este período caracterizou-se como um “processo industrial de crescimento por diversificação”. Dentre os principais produtos que conquistaram o mercado nacional aparecem os tecidos felpudos, as malhas brancas, o gaze medicinal, as etiquetas bordadas, as porcelanas, as gaitas e acordeões, os termômetros, etc.

De um modo geral, verifica-se que no período entre guerras ocorreu uma forte expansão da industrialização de toda a região, capitaneada pela indústria têxtil, a qual teve um excelente desempenho no mercado nacional e internacional, sendo que na década de 30 observa-se uma preponderância do ramo têxtil sobre os demais ramos industriais também no âmbito do país. Para isso, foi decisivo o papel das indústrias catarinenses. Porém, com as medidas governamentais que visavam a implantação da indústria de base, alterou-se essa relação entre os diferentes ramos industriais no pós-guerra.

Na região do Vale do Itajaí, a indústria têxtil foi perdendo espaço, ao mesmo tempo em que se expandiram outros setores ligados ao programa de industrialização de base, com destaque para a metalurgia, a mecânica, a química, os materiais elétricos e de comunicações, os materiais de transportes, etc., setores pouco desenvolvidos até os anos cinquenta. Observou-se, assim, uma crescente diversificação da atividade industrial nas últimas décadas, com a ascensão de alguns setores mais dinâmicos e articulados nacional e internacionalmente, como é o caso dos materiais elétrico-eletrônicos, de comunicações e de informática.

Afetada pela crise econômica dos anos 80, as indústrias tradicionais perdem espaço na dinâmica econômica regional. Como consequência, reduzem-se os níveis de emprego, diminuem os contratos formais de trabalho e incrementa-se a terceirização das relações trabalhistas. Por fim, observa-se ainda uma característica muito forte nos anos 90 que é a transferência de algumas plantas industriais importantes (casos da Hering, da Artex e da Sulfabril) para outras regiões, sendo a Nordeste a mais procurada. Por trás deste movimento atuam dois fatores básicos: o primeiro são os incentivos fiscais dados pelos estados e, o segundo, é a própria estratégia das empresas que procuram reduzir custos trabalhistas, uma vez que esperam conseguir mão-de-obra a custos menores nesses novos locais.

3.2 - Principais Indicadores Sócio-Econômicos do Município

A **tabela 3.1** apresenta a evolução da população residente no município, segundo a situação de domicílio e o sexo. Quanto à situação de domicílio, observa-se que as taxas de crescimento da população rural foram superiores em mais de três vezes às taxas de crescimento da população urbana. Em parte, este alto crescimento da população rural pode estar associado ao processo migratório. Como Blumenau é uma das cidades mais industrializadas do estado, ela acabou atraindo as pessoas da região e de outras localidades. Porém, como o custo com habitação nas cidades industriais normalmente é bastante elevado, parte dessas pessoas acabaram residindo nas áreas rurais⁸⁶.

Quanto ao sexo, nota-se que as taxas de crescimento foram diferentes de acordo com a situação do domicílio. No meio urbano, a taxa de crescimento dos homens foi levemente superior a das mulheres, que se situou ao redor de 1,93%. Já no meio rural, a taxa de crescimento das mulheres foi um pouco superior a dos homens, situando-se na faixa de 6,9% ao ano durante o período considerado. Isso ajudou a diminuir a diferença no percentual de participação de cada sexo na população com domicílio rural. Assim, as mulheres aumentaram sua participação de 48,9% (1980) para 49,4% (1996). Mesmo sem

⁸⁶ - Segundo o DESER (1997), nas duas últimas décadas houve uma forte proliferação de ocupações irregulares sobre as áreas rurais, sem obedecer, na maioria das vezes, as normas vigentes na legislação municipal. De um modo geral, essas ocupações têm ocorrido nas encostas e no final dos vales, principalmente na região sul do município, local com precárias condições de infra-estrutura.

estratificar as informações por faixa etária, os dados parecem apontar um sentido de equilíbrio quanto à participação de cada grupo no conjunto da população rural.

Tabela 3.1
População residente, segundo a situação de domicílio e o sexo. Blumenau – 1980 a 1996

Situação de Domicílio e Sexo	1980	1996	Taxa de Crescimento 1980/96 (%aa)
Urbana			
Homens	71.242	97.300	1,96
Mulheres	74.759	101.562	1,93
Sub-total	146.001	198.862	1,95
Rural			
Homens	5.753	16.493	6,8
Mulheres	5.504	16.043	6,9
Sub-total	11.257	32.539	6,8
Total	157.258	231.401	2,4

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980 e Contagem Populacional de 1996.

A **tabela 3.2** mostra a evolução dos domicílios particulares permanentes, segundo a situação domiciliar. Novamente sobressai a enorme diferença entre as taxas de crescimento dos domicílios rurais, comparativamente as dos domicílios urbanos. Com isso, a participação deste tipos de domicílios cresceu de 5,5%, em 1980, para 12,5%, em 1996.

Provavelmente, essa elevada taxa de crescimento está associada ao mesmo processo que explicou o forte crescimento da população rural do município verificado nas duas últimas décadas, decorrente da imigração da população de outras localidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Além disso, a Contagem Populacional de 1996 mostrou que 17 mil pessoas imigraram para o município entre 1991 e 1996. Os dados revelam ainda que a grande maioria dessas pessoas (10 mil) vieram do próprio Estado de Santa Catarina. Da região Sul migraram cerca de 4.700 pessoas e da região Sudeste 1.700 pessoas. O restante das pessoas vieram das demais regiões do país. Observa-se, pois, que o município de Blumenau ainda desempenha um papel importante de atração das pessoas, principalmente da mesma unidade da federação, pessoas essas que se deslocam em busca de novas oportunidade de trabalho.

Tabela 3.2
Domicílios particulares permanentes, segundo a situação domiciliar. Blumenau, 1980 e 1996.

Situação de Domicílio	1980	1996	Taxa de Crescimento 1980/96 (%aa)
Urbanos	33.388	57.183	3,4
Rurais	2.334	8.405	8,3
Total	35.722	65.588	3,8

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980 e Contagem Populacional de 1996.

A economia blumenauense é fortemente urbanizada e com elevados índices de industrialização. Em função disso, mais de 50% do PIB municipal deriva das atividades industriais, com destaque para os setores têxtil e do vestuário. O setor agropecuário, por sua vez, responde por apenas 2% do PIB municipal, que em 1996 era de aproximadamente R\$ 2.705.697.226,00.

Já o PIB *per capita* do município, no ano de 1996, se situava na faixa de R\$ 11.693,00, o que pode ser considerado alto para os padrões do estado, embora nesse ano o município de Blumenau detivesse o décimo terceiro PIB *per capita* do estado.

A crise enfrentada pelo setores industriais mais dinâmicos (indústria têxtil, de vestuário e metal-mecânica) nos últimos anos possibilitou o desenvolvimento da indústria de informática no município, situando-o entre os três principais pólos do estado nessa área. Assim, começou a prosperar no município uma rede de atividades de serviços acoplada ao setor da informática, fazendo crescer muito de importância o setor terciário da economia blumenauense.

Apesar do elevado crescimento econômico verificado no município e na região, impulsionado pelo forte processo de industrialização, os diversos quesitos que compõem o índice de qualidade de vida das pessoas, principalmente dos trabalhadores, não apresentaram o mesmo desempenho. Conforme veremos a seguir, a evolução positiva de alguns deles acaba sendo anulada pelo péssimo desempenho de outros.

Nas áreas de habitação, saúde e saneamento básico concentram-se os principais problemas. Como na maior parte das cidades do país que sofreram um rápido processo de

industrialização, em Blumenau a situação habitacional também é problemática. Nos últimos anos esta se agravou ainda mais em função do aumento populacional e da inexistência de programas habitacionais, sobretudo para as camadas da população com menores faixas de renda.

Na área de saúde, apesar do município contar com uma rede de infra-estrutura hospitalar relativamente diversificada, há problemas de falta de leitos e de profissionais especializados, problemas estes muito comuns em todo sistema de saúde do país. Mesmo assim, o município vem mantendo índices de cobertura vacinal da população infantil ao redor de 90%, o que de algum modo ajuda a diminuir a taxa de mortalidade infantil.

Na área do saneamento básico, o município, não fugindo à regra do conjunto do estado, apresenta alguns indicadores bastante precários. Dos 55.289 domicílios cadastrados pelo CD de 1991, 71% estavam ligados à rede geral de água e em 81% o lixo era coletado diariamente. No entanto, apenas 466 domicílios tinham o esgoto doméstico ligado à rede geral, revelando as baixas condições sanitárias da população.

Na área de educação, observa-se que os níveis de escolaridade são bastante positivos, sendo que o município apresenta uma baixíssima taxa de analfabetismo. Há no município uma boa rede ensino, tanto público como privado, para os três graus, o que ajuda a elevar os índices gerais de escolaridade da população. Pela Contagem Populacional de 1996, apenas 19 mil pessoas se situavam na faixa de sem instrução e/ou com menos de um ano de escolaridade. As demais encontravam-se distribuídas da seguinte forma: 33 mil com até 3 anos de estudo; 81 mil pessoas de 4 até 7 anos; 38 mil pessoas de 8 até 10 anos; 29 mil pessoas de 11 a 14 anos e 10 mil pessoas com 15 anos ou mais de estudo. A taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais situa-se ao redor de 83% e a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais está ao redor de 96%, revelando um dos mais altos índices de escolaridade do estado.

Pelo CD de 1991, o rendimento médio mensal das 59.747 famílias com domicílios particulares do município estava assim distribuído: 16.237 tinham um rendimento médio até 1 salário mínimo; 20.967 até 2 salários mínimos; 9.378 até 3 salários mínimos; 6.412 até 5 salários mínimos; e o restante acima de cinco salários. Com isso, observa-se que, em 1991, a grande maioria das famílias blumenauenses (cerca de 60%) detinha uma renda

média mensal de até dois salários mínimos, o que pode ser considerado um índice baixo em relação aos níveis de atividades econômicas do município.

Mesmo assim, Blumenau apresenta um dos menores índices de indigência do Estado de Santa Catarina. Pelo Mapa da Fome do IPEA, apenas 7,1% da população do município encontrava-se em estado de indigência no ano de 1993. O município se situa, assim, entre aqueles com os menores índices do país.

Isso fez com que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU/PNUD, recentemente divulgado, destacasse o município ao nível do estado e do país. Dentre os 50 municípios do país com o melhor desempenho do IDH, Blumenau se situou em décimo quarto, o que pode ser considerado um índice bastante elevado em termos do país. No entanto, no âmbito do estado existem várias cidades com desempenho bem superior ao verificado em Blumenau.

O CD de 1991 apresenta ainda uma série de informações sobre as condições sociais municipais. Dos mais de 55 mil domicílios do município, apenas 16 mil tinham filtro de água, 53 mil tinham geladeira, 42 mil tinham máquina de lavar e 37 mil tinham TV em cores.

3.3 – O quadro agropecuário atual do município

a) A evolução da estrutura agrária

A **tabela 3.3** apresenta a evolução do número e da área dos estabelecimentos de acordo com os tipos de produtores rurais. Inicialmente, observa-se a impressionante proporção, tanto do número (cerca de 98% em 1995/96) como da área dos estabelecimentos (cerca de 96%), gerida por proprietários, fazendo com que a dinâmica das atividades agropecuárias do município se articule ao redor dessa categoria ocupacional. As demais categorias apresentam uma baixa participação proporcional, chamando a atenção a baixíssima presença das categorias dos arrendatários e dos parceiros.

Uma análise comparativa entre os últimos dois Censos Agropecuários, porém, revela que tanto a área quanto o número de estabelecimentos reduziram-se pela metade no

período de 1995/96. Essa redução se deve aos efeitos da mudança no período de referência do último Censo Agropecuário (utilização do ano agrícola ao invés do ano civil).

A explicação do IBGE é que “muitos estabelecimentos têm natureza precária, sendo facilmente identificáveis apenas durante o período entre o plantio e a colheita. Na entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área na safra anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários...”(CA-SC, p.30).

Tabela 3.3:
Evolução do número e da área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor. Blumenau, 1980 a 1995/96.

Condição do Responsável	1980		1985		1995/96	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Proprietário	2.055	26.169	2.175	22.811	917	10.247
Arrendatário	13	172	7	11	2	41
Parceiro	2	9	2	27	2	10
Ocupante	87	564	39	191	11	65
Total	2.157	26.914	2.223	23.040	932	10.363

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, vários anos.

Diante das mudanças na metodologia de coleta, os dados dos diversos censos não podem mais ser comparados entre si. Em função disso, as próximas tabelas apresentarão somente as informações referentes ao último Censo Agropecuário.

A **tabela 3.4** apresenta os dados da estrutura fundiária do município. Da mesma forma que no Estado de Santa Catarina, Blumenau também possui uma estrutura agrária assentada nas pequenas unidades de produção, geralmente de caráter familiar. Do ponto de vista dos estabelecimentos agropecuários, verifica-se a concentração quase que total na faixa dos estratos de 0 a 50 hectares, destacando-se a significativa presença dos estabelecimentos de até 10 hectares. Essa elevada participação dos estratos menores revela o caráter minifundista das atividades agropecuárias blumenauenses.

Com relação à área total verifica-se, também, um comportamento muito semelhante ao ocorrido no estado. Os estabelecimentos com até 10 hectares, representando mais de 60% do total dos estabelecimentos do município, detêm menos de 20% da área total.

Tabela 3.4:
Proporção do número e da área dos estabelecimentos por grupo de área total. Blumenau, 1995/96.

Grupos de Área total (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Menos de 10	60,5	19,3
10 a menos de 20	23,5	29,6
20 a menos de 50	14,2	35,6
50 a menos de 100	1,6	9,5
100 e mais	0,2	6,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário.

b) A ocupação dos solos agrícolas do município

A **tabela 3.5** mostra as diferentes classes de atividades econômicas existentes no meio rural blumenauense. De maneira geral, verifica-se que há um predomínio absoluto das atividades agrícolas e pecuárias no município, sendo as últimas as responsáveis pela dinâmica da economia rural municipal.

Quanto às atividades agrícolas, observa-se que elas vêm mantendo sua participação no conjunto das atividades agropecuárias do município, destacando-se a produção de alguns alimentos para o consumo humano e a produção de alimentos para os animais (cana, milho, mandioca, etc.).

Já as atividades ligadas ao setor da pecuária são as mais importantes do município. Em parte, esse comportamento se deve à expansão da bovinocultura de leite para praticamente todas as áreas rurais, transformando o município em uma das mais importantes bacias leiteiras do estado. Além disso, merece ser destacado o importante papel

da suinocultura e da avicultura na região, atividades que acompanham os agricultores Blumenauenses desde os primórdios da colonização.

Quanto aos demais setores de atividades, merece ser destacado o comportamento da Horticultura e da Extração Vegetal. No primeiro caso, embora a proporção da área ocupada por essa atividade seja bastante pequena, verifica-se uma grande presença desses produtos na dieta alimentar, bem como nos espaços do comércio local. A extração vegetal, por sua vez, enquanto atividade econômica, perdeu sua importância ao longo dos anos, sendo que no último CA já nem participa mais do conjunto das atividades. Este fato pode ser explicado por duas razões básicas: por um lado, as áreas de extração da madeira (atividade fundamental na região nas décadas anteriores) foram praticamente dizimadas e, por outro, há uma maior fiscalização por parte dos órgãos governamentais, o que torna mais difícil esse tipo de atividade, sobretudo aquela que se desenvolvia clandestinamente.

Tabela 3.5:
Classes de atividades econômicas. Blumenau, 1995/96.

Atividades Econômicas	1995/96(a)	
	Área (ha)	% Total
Agricultura	1.328	12,5
Pecuária	8.354	81,4
Horticultura	105	1,1
Silvicultura	31	0,4
Avicultura	204	2,2
Extração Vegetal	-	-
Outros	224	2,4
Total	10.247	100,0

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário.

(a): os dados se referem ao período de 01.08.1995 a 31.07.1996.

e) A modernização agrícola

A **tabela 3.6** apresenta um conjunto de variáveis selecionadas, cujo comportamento indica o grau de modernização da agricultura do município. Nas últimas décadas, houve um intenso processo de transformação na base técnica, com a elevação do uso dos “insumos modernos”, o que provocou alterações nas formas de produção e de trabalho no meio rural.

Em Blumenau essas mudanças também estão sendo incorporadas pelos agricultores. No entanto, verifica-se que esse processo não é homogêneo, tanto em termos das variáveis selecionadas como em relação ao conjunto das atividades agrícolas. Desta forma, é possível se observar um duplo comportamento: por um lado, aumentou enormemente o número de estabelecimentos que utilizam os insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e, por outro, é extremamente baixa a participação de algumas variáveis fundamentais na composição do índice de modernização da agricultura do município (irrigação, conservação dos solos, utilização do crédito rural e uso de tratores).

Do ponto de vista das variáveis mais relacionadas aos aspectos administrativos e organizacionais das propriedades rurais (estabelecimentos com administrador, estabelecimentos associados a cooperativas), observa-se que, contrariamente ao verificado no conjunto do estado, um pequeno número de estabelecimentos responderam positivamente a esses quesitos, revelando que a maior parte das atividades agrícolas é desenvolvida pelo proprietário e seus familiares e que a cooperação agrícola na comunidade rural blumenauense é extremamente limitada.

Quanto ao uso da técnica da irrigação, os índices são bastante irrisórios. Talvez pelo fato do município situar-se em uma região que raramente apresenta problemas de estiagem, desenvolveu-se uma cultura avessa ao uso desse tipo de tecnologia. No entanto, em termos de ganhos de produtividade não há justificativas para esse baixo índice, uma vez que o uso da irrigação poderia proporcionar um melhor desempenho produtivo das diversas culturas, por propiciar o controle do fornecimento de água nas fases críticas dos cultivos.

Para as demais variáveis relacionadas aos aspectos tecnológicos, nota-se que o crédito rural, enquanto um dos elementos centrais do processo de modernização agrícola, tem pouca aceitação entre os agricultores. Em grande medida, isso se deve aos mecanismos do sistema, uma vez que as taxas de juros elevadas e as exigências bancárias impedem que um maior número de agricultores participe dos vários programas. O uso de tratores agrícolas também é bastante baixo, comparativamente aos índices do estado. Esse comportamento está mais relacionado ao tipo de atividades desenvolvidas (dinâmica da produção agrícola está em função das atividades pecuárias) e à própria estrutura fundiária minifundista do município, apesar de haver indícios da contratação do trabalho mecanizado.

Quanto à utilização de práticas de conservação do solo, verifica-se que os índices de adoção de técnicas conservacionistas são extremamente baixos. Em se tratando de um município com uma estrutura agrária minifundista isso é preocupante, uma vez que o uso continuado dos solos poderá levar a uma exaustão dos mesmos, com reflexos negativos sobre a produção agrícola e sobre a própria rentabilidade das propriedades.

Tabela 3.6:
Principais indicadores da modernização agrícola.
Blumenau, 1995/96.

Variáveis Consideradas	1995/96	
	Nº Estab.	% Total
Com administrador	17	1,8
Associado à cooperativa	5	0,5
Com irrigação	23	2,5
Usa fertilizantes	576	61,8
Usa agrotóxicos	849	91,1
Faz conservação do solo	17	1,8
Usa crédito rural	2	0,2
Com assistência técnica	30	3,2
Com tratores	112	12,0

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário.

d) A dinâmica do trabalho no meio rural

A **tabela 3.7** mostra que a maioria absoluta do trabalho rural está assentada na unidade familiar, o que confere um caráter muito particular ao município, uma vez que mais de 95% da mão-de-obra rural tem origem na categoria dos responsáveis e membros não-remunerados. Em grande medida, esse sistema de trabalho está relacionado às raízes históricas da colonização e à própria cultura dos imigrantes. Esse tipo de comportamento é favorecido em função da estrutura agrária do município, a qual impossibilita que as atividades agrícolas se organizem nos moldes de outras regiões (em poucas culturas e em

grandes extensões de área). Disso decorre a baixa participação dos empregados rurais (tanto temporários como permanentes) no conjunto da mão-de-obra rural do município, bem como das demais categorias ocupacionais.

Essa dinâmica do trabalho agrícola blumenauense também é influenciada pelos sistemas de produção que são dominados pelo ramo pecuário, com destaque para a bovinocultura de leite. Assim, nota-se que a maior parte das atividades agrícolas se desenvolvem em função do setor pecuário. Além disso, há uma crescente participação nos últimos anos das atividades agrícolas estritamente relacionadas aos produtos hortigranjeiros. Sabe-se que esses dois tipos de atividades (bovinocultura de leite e hortigranjeiros) exigem bastante mão-de-obra. Como a maior parte dos domicílios são pequenas unidades familiares, geridas e trabalhadas pelos proprietários e seus familiares, presume-se que estas unidades sejam auto-suficientes em termos de força de trabalho.

No entanto, é necessário ressaltar os impactos diretos do processo de urbanização sobre a dinâmica do trabalho rural. As áreas rurais do município hoje estão totalmente integradas ao cotidiano urbano através de uma boa rede de infra-estrutura, principalmente nas áreas de transportes, comunicações e de serviços. Isso possibilita a ocorrência de dois processos distintos: por um lado, parte da mão-de-obra de origem rural, que não se ocupa prioritariamente com atividades agrícolas, encontra facilidades para trabalhar em atividades não-agrícolas (tanto no meio rural como no urbano) e, por outro, devido aos custos mais elevados no meio urbano, parte das pessoas residentes no meio rural tem o imóvel apenas como local de moradia, uma vez que continuam exercendo sua atividade principal no meio urbano.

Além disso, deve-se considerar também os impactos das estratégias industriais sobre o mundo rural. A partir do momento em que as empresas dos ramos têxtil e do vestuário instalaram suas fábricas e até mesmo fábricas nas zonas rurais, aumentaram as possibilidades dos agricultores familiares se reproduzirem não mais exclusivamente a partir das atividades agrícolas. Assim, emerge no cenário da região a figura do colono-operário, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com outras atividades que, em sua maioria, não guardam qualquer relação com a agricultura.

Na verdade, é esse conjunto de fatores que dinamiza o trabalho nas unidades familiares de produção e mantém a sua reprodução, não enquanto unidades independentes, mas como partes de um processo econômico mais geral.

Tabela 3.7:
Pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação. Blumenau, 1995/96.

Categorias Ocupacionais	1995/96	
	Número	% Total
Responsável e membros não-remunerados	2.367	95,5
Empregados permanentes	90	3,6
Empregados temporários	12	0,5
Parceiros	2	0,1
Outra Condição	8	0,3
Total	2.479	100,0

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário.

e) Principais aspectos da produção agropecuária municipal

O município apresenta uma base produtiva bem diversificada nas duas esferas, apesar de existir um predomínio das atividades de bovinocultura de leite na área pecuária e um predomínio das atividades hortigranjeiras na esfera vegetal. Neste caso, os produtos típicos (milho, cana, mandioca) atuam mais como alimento para a produção animal.

A **tabela 3.8** mostra os efetivos da pecuária municipal que foram levantadas pelo Censo Agropecuário de 1995/96. É importante notar que na área de bovinocultura ainda existe um amplo predomínio da pecuária leiteira. Isso transforma o município e a região em uma das mais importantes bacias leiteiras do estado. Diferentemente da região dos Campos de Lages e de Curitiba, onde a pecuária leiteira está mais concentrada em médias e grandes propriedades e em regime de semi-confinamento, no Vale do Itajaí essa produção é mais artesanal e concentra-se fundamentalmente nas pequenas unidades familiares.

Já a suinocultura continua sendo bem expressiva no município, uma vez que serve também de matéria-prima para as indústrias de embutidos e processados que se desenvolvem no próprio meio rural, além de ser utilizada nas trocas que são efetuadas pelos agricultores no comércio local. Os galináceos, por sua vez, distribuem-se entre a avicultura

de corte, cujo mercado está em expansão na região, e a avicultura poedeira. No entanto, convém ressaltar que na região não há uma tradição tão forte como aquela verificada na região Oeste do estado, onde a quase totalidade dessa atividade se desenvolve no sistema integrado.

Finalmente, chama a atenção a importância, no município, do grande número de efetivos classificados na categoria “outras aves”. Neste caso, destacam-se a criação de patos, gansos e marrecos, animais que têm um bom mercado regional, principalmente em função das festas típicas que ocorrem anualmente e também em função dos hábitos alimentares que se mantêm desde os tempos da colonização.

Tabela 3.8:
Efetivo da pecuária municipal. Blumenau, 1995/96.

Tipo de Animal	1996 (a)
Bovinos de corte	1.019
Bovino de leite	5.100
Suínos	4.908
Ovinos	259
Galináceos	92.000
Outras aves	5.142

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário.

(a) as informações se referem a 31.07.96.

A **tabela 3.9** apresenta a evolução dos principais produtos de origem vegetal produzidos no município. Dos produtos pesquisados pela PAM, apenas o fumo tem sua produção total comercializada junto às indústrias fumageiras. Quanto aos demais produtos, há uma diversidade de situações. Os três produtos mais tradicionais do município (milho, mandioca e batata-doce) são aproveitados na alimentação humana, no trato dos animais e também comercializados na região, porém em pequenas quantidades. Já o arroz tem como funções prioritárias o autoconsumo e o comércio local. Finalmente, a cana é praticamente consumida na propriedade, sendo insignificante os volumes comercializados. A maior parte da produção é destinada para a alimentação dos animais.

Desta maneira, nota-se que o sistema de produção vegetal tradicional do município tem vocação muito mais voltada para uma dinâmica interna da unidade de produção do que para o mercado consumidor local e regional.

Tabela 3.9:
Principais produtos agrícolas. Blumenau, 1992 a 1996.

Produtos	1992		1993		1994		1995		1996	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Arroz	190	860	190	860	190	860	190	860	100	340
Batata-doce	150	2250	150	2250	100	1100	100	1100	14	67
Cana	90	3996	90	3996	90	3996	90	3996	219	3923
Fumo	9	14	10	14	8	17	3	6	6	12
Mandioca	315	4725	315	4725	315	4725	315	4725	241	1416
Milho	870	2347	870	2349	870	2349	870	2349	350	935

Fonte: FIBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM), vários anos.

Nota : (A) é a área colhida em hectares e (B) é a quantidade produzida em toneladas.

Em síntese, pode-se dizer que duas características básicas continuam imperando na produção agropecuária municipal. Por um lado, a pecuária leiteira, mesmo com baixos índices de produtividade, dinamiza todas as demais atividades produtivas, especialmente aquelas que servem de seu insumo, como é o caso da cana, do milho e da mandioca. Por outro, as atividades hortigranjeiras se expandem no município como uma alternativa importante, tanto na ocupação da mão-de-obra como na geração de novas rendas domésticas.

3.4 – O estudo de caso

Visando construir um plano de desenvolvimento rural sustentável para o município, a prefeitura de Blumenau contratou o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) para fazer um diagnóstico aprofundado sobre as principais características da agropecuária blumenauense, com ênfase nas condições sociais e econômicas e nas tradições culturais e políticas da população rural.

A pesquisa que estamos utilizando em nosso estudo não tinha, portanto, como objetivos específicos analisar o tema da pluriatividade, mas sim fornecer subsídios e servir de base para a definição das linhas gerais de intervenção da administração pública no meio rural, além de subsidiar as ações da municipalidade na formulação de um plano de desenvolvimento global do município e da própria região. Isso, entretanto, não invalida as

análises em profundidade que apresentaremos nos itens seguintes sobre a incidência da pluriatividade nas áreas rurais da comunidade blumenauense.

O estudo foi realizado de forma a que se possa diagnosticar a diversidade de situações encontradas no município. Para isso, foram aplicadas entrevistas diretas às famílias dos agricultores visando identificar as características básicas dos grupos familiares quanto aos seguintes itens: idade, escolaridade, origem, ocupação, condições de moradia e uso dos solos, produção agropecuária, tecnologias adotadas, investimentos realizados, acesso ao crédito rural e à assistência técnica, participação na comunidade, além de um conjunto de itens qualitativos sobre a realidade social dos agricultores.

Foram entrevistadas 81 famílias, o que correspondia a aproximadamente 5% do total de famílias com imóveis rurais cadastrados no INCRA, no ano da pesquisa (1997). Essas famílias foram escolhidas através de um sorteio dentro de uma lista ampla de famílias das várias localidades elaborada pelos órgãos de pesquisa e de assistência técnica que trabalham no meio rural (EPAGRI, CIDASC), bem como pelo Departamento de Agricultura (DEAGRI) da Prefeitura Municipal.

Durante a sistematização das informações o DESER constatou diversos problemas nos dados coletados, o que prejudicou a análise de alguns aspectos que faziam parte do instrumento de pesquisa, com destaque para as questões relacionadas às rendas da população rural. Esses problemas nos obrigaram a eliminar vários questionários⁸⁷.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que neste estudo estamos considerando como variável-chave a ocupação dos membros familiares, como forma de caracterizar a pluriatividade. Este aspecto, na verdade, foi pouco explorado pelo DESER na tabulação e análise dos dados. Em parte, isso se justifica pelo fato de que os objetivos iniciais da pesquisa não se restringiam à questão da pluriatividade, conforme já foi citado anteriormente. Com isso, nota-se que a tipologia das famílias que será apresentada nos itens seguintes difere daquela que consta do trabalho publicado pelo DESER. Fundamentalmente, essa diferença diz respeito à forma de utilização da renda agrícola, a qual pode estar influenciando negativamente sobre os índices de pluriatividade, ao superestimar

⁸⁷ - Os procedimentos metodológicos adotados, tanto pelo DESER como por nós, encontram-se no Apêndice Metodológico, item 8.

o peso das rendas das atividades agrícolas na renda total, uma vez que não foi descontado das receitas agrícolas o custo de produção com essas atividades⁸⁸.

3.4.1 - A tipologia das famílias pesquisadas

Toda e qualquer tipologia sobre o tema da pluriatividade está sujeita a erros e imperfeições devido à heterogeneidade de fatores envolvidos nesta questão, conforme já foi discutido nos capítulos anteriores. A finalidade, portanto, da construção de tipologias é exatamente a de organizar essa heterogeneidade, a partir de um conjunto de informações que podem ser coletadas, tanto a partir de pesquisas secundárias (caso dos dados das PNADs utilizados anteriormente), como a partir de pesquisas diretas (caso da pesquisa do DESER que estamos usando neste capítulo).

Em ambas as situações torna-se crucial definir os objetivos dessa classificação. No caso específico da pluriatividade, segundo Kageyama (1998), é preciso definir também a que se destina essa tipologia que se está buscando: se ela deverá ser extraída dos próprios dados (busca de classes naturais na população) ou se ela será definida previamente. Neste último caso, basta apenas construir alguns tipos, independentemente do fato de eles serem ou não encontrados na amostra pesquisada. Já no primeiro caso, são necessários que se apliquem alguns procedimentos estatísticos nas informações coletadas para se obter a classificação desejada⁸⁹.

A partir de um tratamento estatístico dado às informações disponíveis foi, então, construída uma tipologia que agrupou os diferentes tipos de famílias existentes no universo pesquisado com base **na ocupação do conjunto dos membros familiares**. O critério usado obedeceu a mesma classificação dos dados das PNADs apresentados no capítulo anterior, onde as famílias foram classificadas, primeiramente, pela posição na ocupação e, posteriormente, pela atividade exercida.

⁸⁸ - Esse aspecto também está detalhado no Apêndice Metodológico, item 8.

⁸⁹ - Para maiores informações a esse respeito, veja Kageyama (1998).

A **tabela 3.10** apresenta a distribuição das famílias por tipo de ocupações. A categoria de **empregador** compreende os casos em que uma das pessoas declarou possuir empregados⁹⁰. Já os **conta-própria** foram assim classificados quando um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros familiares. Finalmente, foram considerados como **não-ocupados** quando nenhum membro familiar declarou-se ocupado economicamente.

Na pesquisa de campo verificam-se duas diferenças em relação aos dados das PNADs: não se observou na amostra a existência de famílias de **empregadores com mais de dois empregados** e também não se constatou a presença de famílias de **trabalhadores ocupados**. Com isso, a tipologia com base na posição na ocupação ficou restrita a três categorias: empregadores, conta-própria e não-ocupados. Isso decorre do próprio processo de amostragem escolhido que partiu das famílias que eram proprietárias.

Do ponto de vista da atividade exercida, as famílias foram classificadas da seguinte forma: **famílias agrícolas** aquelas em que todas as pessoas declararam estar ocupadas apenas nas atividades agrícolas; **famílias pluriativas** aquelas em que pelo menos um dos membros familiares declarou exercer sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas; e **famílias não-agrícolas** aquelas em que todos os membros familiares estavam ocupados apenas em atividades não-agrícolas.

Quanto aos tipos de famílias presentes na amostra nota-se uma participação idêntica entre as famílias agrícolas e as pluriativas (cada uma com 43% do total) e uma participação bem menor (10%) das famílias não-agrícolas. O restante diz respeito às famílias aposentadas. No entanto, nota-se que na categoria dos empregadores, as famílias agrícolas são amplamente majoritárias, enquanto que na categoria dos conta-própria as famílias pluriativas predominam. Também nesta última categoria localizam-se todas as famílias não-agrícolas.

Especificamente em relação à pluriatividade, observa-se que esta é uma situação quase que exclusiva da categoria dos conta-própria, uma vez que apenas uma família pluriativa encontra-se na categoria dos empregadores.

⁹⁰ - O questionário se limitou a perguntar o número de empregados contratados e o custo mensal dessa contratação. No caso das PNADs, nota-se que há uma separação entre empregados permanentes e temporários.

Tabela 3.10:
Distribuição das famílias, segundo o tipo de ocupação. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Quantidade	Porcentagem (%)
Empregadoras com até 2 empregados	9	12,0
Agrícolas	8	99,0
Pluriativas	1	1,0
Não-agrícolas	0	0
Conta-Própria	63	84,0
Agrícolas	24	38,0
Pluriativas	31	49,2
Não-agrícolas	8	12,8
Não-Ocupadas	3	4,0
Aposentadas	3	100,0
Total	75	100,0

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

3.4.2) O comportamento da população economicamente ativa

A **tabela 3.11** mostra a condição de ocupação das pessoas, segundo os diferentes tipos de famílias. No total, nota-se que a maioria das pessoas (60%) se enquadra na categoria das economicamente ativas. Já entre as pessoas não economicamente ativas, os aposentados respondem pela grande maioria, enquanto que as crianças com até 10 anos de idade somam apenas 27% do total dos não-ativos.

Do ponto de vista das pessoas economicamente ativas, observa-se que a grande maioria faz parte da categoria dos conta-própria, com predomínio das famílias pluriativas que respondem por aproximadamente 56% do total das pessoas ativas. Por outro lado, a participação das pessoas ativas das famílias não-agrícolas é bastante baixa, não representando mais de 10% do total.

Já em relação às pessoas não ativas, nota-se predomínio absoluto das pessoas aposentadas, que somam mais de 72% do total deste grupo. Isto significa que está em curso um processo de envelhecimento das pessoas que habitam o meio rural blumenauense, tendo em vista que as pessoas menores de 10 anos respondem por menos de 28% do total das não ativas. Também neste caso verifica-se que as famílias pluriativas conta-própria são as que concentram o maior número de pessoas.

Tabela 3.11:
Condição de ocupação das famílias, segundo o tipo de ocupações de seus membros. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Ativas	Não Ativas			Total
		1	2	3	
Empregadoras com até 2 empregados	24	7	13	20	44
Agrícolas	20	7	13	20	40
Pluriativas	4	0	0	0	4
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-Própria	241	42	108	150	391
Agrícolas	71	16	45	61	132
Pluriativas	143	23	47	70	213
Não-agrícolas	27	3	16	19	46
Não-Ocupadas	0	0	7	7	7
Aposentadas	0	0	7	7	7
Total	265	49	128	177	442

Fonte: DESER – Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Nota: 1 = pessoas com até 10 anos de idade; 2 = pessoas aposentadas; 3 = (1+2).

A **tabela 3.12** apresenta o número médio de pessoas ativas e não ativas, segundo os diferentes tipos de famílias. O total geral mostra que os conta-própria possuem um número médio de pessoas bem superior ao número dos empregadores. Já do ponto de vista das famílias, nota-se que as pluriativas detêm o maior número médio de pessoas, comparativamente aos demais tipos familiares.

No caso das pessoas ativas, observa-se que as famílias pluriativas, tanto de empregadores como de conta-própria, possuem o maior número médio de pessoas. Já dentre as pessoas aposentadas, o maior número médio encontra-se justamente nas famílias dos não-ocupados, enquanto que dentre as pessoas com até 10 anos de idade, o maior número médio de pessoas localiza-se nas famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados.

De algum modo, este comportamento pode estar relacionado a dois fatores: por um lado, a modernização agrícola torna o processo de produção agropecuária cada vez mais individualizado, liberando a mão-de-obra e, por outro, frente à descapitalização do setor, é cada vez menor o número de pessoas da região que têm a agricultura como atividade econômica exclusiva.

Tabela 3.12:
Número médio de pessoas ativas e não ativas, segundo os tipos de famílias.
Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Ativas	Aposent.	Até 10 anos	Total
Empregadoras com até 2 empregados	2,6	1,4	0,8	4,8
Agrícolas	2,5	1,6	0,9	5,0
Pluriativas	4	-	-	4,0
Não-agrícolas	-	-	-	-
Conta-Própria	3,8	1,7	0,6	6,2
Agrícolas	2,9	0,6	0,6	5,5
Pluriativas	4,6	1,5	0,7	6,8
Não-agrícolas	3,3	2,0	0,4	5,7
Não-Ocupadas	-	2,3	-	2,3
Aposentadas	-	2,3	-	2,3
Total	3,6	1,7	0,6	5,9

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

A **tabela 3.13** apresenta os ramos de atividade nos quais as pessoas dos diferentes tipos familiares se ocupam economicamente. Ressalta-se que o ordenamento desses ramos obedeceu aos mesmos critérios das PNADs. Entretanto, procedeu-se a um agrupamento dos mesmos devido ao baixo número de pessoas presentes na amostra.

No geral, observa-se que a maioria das pessoas (63%) residentes no meio rural ainda se dedica, integralmente ou parcialmente, às atividades agrícolas, ou seja, a agricultura permanece sendo o principal meio de ocupação da mão-de-obra rural blumenauense. Assim, as pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quando somadas às pessoas ocupadas em atividades industriais, respondem por quase 85% do total das pessoas economicamente ativas residentes no meio rural. Em parte, esse percentual guarda uma forte correspondência com os dados apresentados nos capítulos anteriores quando analisamos a ocupação do conjunto das pessoas economicamente ativas do Estado de Santa Catarina por ramo de atividade.

Nos demais ramos de produção nota-se uma certa dispersão das pessoas economicamente ativas, chamando a atenção o fato de que não se registrou a presença de pessoas ocupadas nos ramos da indústria da construção e nem no ramo social. Este comportamento difere um pouco da tendência dos dados agregados do estado analisados no capítulo primeiro, quando se registrou uma importante participação da indústria da construção na geração de ocupações não-agrícolas para a PEA rural catarinense.

Quanto aos tipos de famílias, verifica-se que as **famílias pluriativas** apresentam uma melhor distribuição das pessoas por ramos de atividade, embora predominem as ocupações nos ramos agrícola e da indústria de transformação. A participação dos demais ramos no conjunto das ocupações das pessoas das famílias pluriativas é bem menor. Já as pessoas que fazem parte das **famílias não-agrícolas** distribuem-se mais homoganeamente entre os diversos ramos de atividade, embora se verifique uma ligeira superioridade dos ramos de atividades industriais sobre o de serviços.

Tabela 3.13:
Distribuição das pessoas ativas por ramos de atividade,
segundo os tipos de famílias. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Ramos de Atividade				
	1	2	3	4	Total
Empregadoras com até 2 empregados	23	0	0	1	24
Agrícolas	20	0	0	0	20
Pluriativas	3	0	0	1	4
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-Própria	145	55	22	19	241
Agrícolas	71	0	0	0	71
Pluriativas	74	44	13	12	143
Não-agrícolas	0	11	9	7	27
Total	168	55	22	20	265

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Nota: 1 = Agrícola

2 = Industrial (Ind. transformação + Outras Ativ. Industriais)

3 = Serviços (Comércio + prestação de serviços + Adm. pública + Transporte/Comunicação + Serv. Aux. Ativ. econômicas)

4 = Outras atividades mal definidas.

3.4.3) As condições produtivas das unidades familiares de produção

A **tabela 3.14** apresenta a distribuição das famílias por estrato de área. Inicialmente é importante recordar que 60% dos estabelecimentos agropecuários do município, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, faziam parte do estrato de área de até 10 hectares e 23% faziam parte do estrato de 11 a 20 hectares. Com isso, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários blumenauenses se situavam na faixa de 1 a 20 hectares.

Do ponto de vista das famílias, nota-se que a maioria das famílias agrícolas se concentra na faixa de área de até 20 hectares. Porém, isoladamente prevalece o estrato de até 10 hectares que responde por aproximadamente 44% do total deste tipo familiar. Já nas

famílias pluriativas a situação é um pouco diferente, uma vez que mais de 43% se concentram nos estratos acima de 20 hectares.

Deste modo, observa-se que a maioria das famílias pluriativas se localiza em estabelecimentos agropecuários de dimensões maiores, comparativamente às famílias exclusivamente agrícolas. Uma hipótese que explicaria este comportamento pode estar relacionada ao processo histórico de ocupação da região. No início da colonização⁹¹ as áreas foram divididas uniformemente em colônias e vendidas aos imigrantes. Com o passar do tempo, é bem provável que, aqueles agricultores que conseguiram diversificar suas fontes de renda, melhoraram as condições dos estabelecimentos rurais, investindo na expansão da área dos mesmos. Uma segunda hipótese pode estar relacionada à própria metodologia de coleta das informações, uma vez que o trabalho de campo foi realizado tomando-se o estabelecimento agropecuário como unidade de análise⁹².

Tabela 3.14:

Distribuição dos tipos de famílias por estrato de área. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Estratos de Área			
	1	2	3	Total
Empregadoras com até 2 empregados	6	3	0	9
Agricultoras	5	3	0	8
Pluriativas	1	0	0	1
Não-agrícolas	0	0	0	0
Conta-Própria	20	18	25	63
Agricultoras	9	7	8	24
Pluriativas	9	8	14	31
Não-agrícolas	2	3	3	8

Fonte: DESER - Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Nota: 1 = até 10 ha; 2 = De 10 a 20 ha; 3 = + de 20 ha.

⁹¹ - Segundo Seyferth (1973), no início da colonização até os melhores artesãos que imigraram da Alemanha para Blumenau precisavam trabalhar nas lavouras. Somente após a chegada de um número maior de imigrantes é que estes profissionais passaram a se ocupar em outras atividades (pequenas indústrias de móveis, indústrias de alimentos, etc.). Com o início das atividades da indústria têxtil, por volta de 1880, opera-se uma progressiva urbanização da região com o aumento da oferta de trabalho para os agricultores. Porém, estes não abandonavam as áreas rurais e as práticas agrícolas.

⁹² - As implicações desse procedimento encontram-se no Apêndice Metodológico, itens 7 e 8.

A **tabela 3.15** apresenta a atividade principal dos estabelecimentos de acordo com os tipos familiares. De um modo geral, observa-se que a bovinocultura de leite e a horticultura combinada com cereais (milho, mandioca e cana-de-açúcar) predominam dentre as atividades da maioria das famílias. Porém, deve-se ressaltar que grande parte dos cereais que são produzidos se destinam ao consumo humano e à alimentação dos animais⁹³.

Do ponto de vista das famílias, nota-se que as famílias agrícolas têm suas atividades majoritariamente vinculadas ao setor da bovinocultura de leite e, em menor proporção, às atividades de horticultura e à produção de cereais. Nesses dois setores encontram-se mais de 87% dessas famílias. O que chama a atenção é a pequena participação da agricultura e a baixa combinação de atividades. De certa forma, os dados sugerem um determinado grau de especialização dos estabelecimentos conduzidos pelas famílias agrícolas.

Já no caso das famílias pluriativas, mesmo predominando a bovinocultura de leite, observa-se uma maior diversificação das atividades, com destaque para a bovinocultura de corte, suinocultura e piscicultura. Estas características revelam que as famílias pluriativas, comparativamente às famílias agrícolas, diversificam mais as atividades que são desenvolvidas nas unidades de produção.

Tabela 3.15:
Distribuição dos tipos de famílias, segundo a atividade principal dos estabelecimentos. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Atividades				
	1	2	3	4	5
Empregadoras com até 2 empregados	3	0	5	1	0
Agricultoras	3	0	4	1	0
Pluriativas	0	0	1	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-Própria	30	4	16	5	8
Agricultoras	14	1	7	2	0
Pluriativas	16	3	9	3	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	8

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Nota: 1 = Bovinocultura de leite;

2 = Bovinocultura de leite + Agricultura + Piscicultura;

3 = Horticultura + Cereais;

4 = Bovinocultura de Corte + Suinocultura + Agricultura + Piscicultura;

5 = Não declarado.

⁹³ - Neste caso, destaca-se a bovinocultura de leite uma vez que o município de Blumenau localiza-se em uma das principais bacias leiteiras do Estado de Santa Catarina.

3.4.4) Alguns indicadores das condições sociais das famílias

A tabela 3.16 apresenta a distribuição das famílias de acordo com o recebimento de aposentadorias. Do total das famílias consideradas, nota-se que cerca de 45% delas recebem algum tipo de aposentadoria.

Do ponto de vista das famílias, observa-se que as famílias agrícolas e as não-agrícolas mantêm o mesmo percentual, ou seja, 50% delas recebem algum tipo de aposentadoria. Já no caso das famílias pluriativas nota-se uma participação bem menor da participação das aposentadorias, uma vez que apenas 31% delas recebem este tipo de auxílio financeiro.

De alguma maneira, essas informações revelam a grande importância que a aposentadoria assume para uma parcela significativa das famílias pesquisadas. Em grande medida, essas fontes de renda externas às unidades de produção contribuem de forma direta para dinamizar as atividades dos estabelecimentos agropecuários, além de estimular outras atividades nas próprias comunidades, tendo em vista a elevação do poder aquisitivo das pessoas.

Tabela 3.16:
Distribuição dos tipos de famílias de acordo com a aposentadoria. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Com Aposent.	Sem Aposent.	Total
Empregadoras com até 2 empregados	5	4	9
Agricultoras	5	3	8
Pluriativas	0	1	1
Não-agrícolas	0	0	0
Conta-Própria	25	38	63
Agricultoras	11	13	24
Pluriativas	10	21	31
Não-agrícolas	4	4	8
Não-Ocupadas	3	0	3
Aposentadas	3	0	3
Total	33	42	75

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

A **tabela 3.17** apresenta alguns indicadores de infra-estrutura das famílias pesquisadas. De um modo geral, verifica-se que na maioria dos casos o poço é a principal fonte de fornecimento de água; a maioria das residências possui fossa séptica; as construções de alvenaria predominam na maior parte das casas⁹⁴ e praticamente a metade das famílias possui telefone. Além disso, todas as residências possuem energia elétrica.

Tabela 3.17:
Distribuição dos tipos de famílias, segundo as condições de infra-estrutura das unidades de produção. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	Fone		Água			Construção		
	Sim	Não	A	B	C	1	2	3
Empregadoras com até 2 empregados	8	1	5	3	1	2	7	0
Agrícolas	7	1	5	3	0	2	6	0
Pluriativas	1	0	0	0	1	0	1	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta-Própria	27	36	40	21	2	13	42	9
Agrícolas	11	13	17	6	1	7	15	2
Pluriativas	12	19	18	12	1	4	21	6
Não-agrícolas	4	4	5	3	0	2	5	1
Não-Ocupadas	2	1	3	0	0	3	0	0
Aposentadas	2	1	3	0	0	3	0	0
Total	37	38	48	24	3	15	51	9

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Notas: Todas as casas possuem energia elétrica.

Água: A = poço; B = fonte; C = Encanada

Construção: 1 = madeira; 2 = alvenaria; 3 = mista

Porém, do ponto de vista dos diversos tipos de famílias, estes quesitos variam um pouco. Assim, as famílias agrícolas apresentam as maiores porcentagens de telefones (56%), um alto índice (69%) de água fornecida através de poços e uma elevada participação (65%) das casas de alvenaria dentre os diferentes tipos de construções.

Já as famílias pluriativas apresentam o menor índice de telefones (41%) e as mais elevadas taxas de residências de alvenaria. Além disso, o fornecimento de água divide-se em poço (56%) e fonte (38%).

⁹⁴ - Segundo o DESER (1997), muitas residências mantêm ainda a forma de arquitetura tradicional da região (estilo enxaimel). Porém, como as casas foram construídas há mais de 80 anos e, em geral, não foram reformadas, elas necessitam ser restauradas sob pena de serem destruídas pelo tempo.

As famílias não-agrícolas, por sua vez, também mantêm a distribuição da água dividida entre poço (62%) e fonte (38%); o telefone está presente em 50% das residências e prevalecem as construções de alvenaria.

Finalmente, das famílias de aposentados a totalidade apresenta água fornecida pelo poço e a casa de alvenaria como tipo de construção. Apenas uma das famílias não possui telefone residencial.

3.4.5) O comportamento da renda familiar

A **tabela 3.18** apresenta a composição da renda média para os diferentes tipos familiares. De um modo geral, observa-se que a renda relativa dos conta-própria é ligeiramente superior à dos empregadores com até dois empregados. Em grande parte, este comportamento se explica pela elevada participação da renda relativa das famílias pluriativas, que tiveram um valor 37% superior ao valor da renda relativa total. Além disso, a renda média total dos conta-própria também é superior à dos empregadores com até dois empregados. Neste caso, novamente são as famílias pluriativas que elevam a renda média da categoria dos conta-própria. Já a categoria dos não-ocupados apresenta uma renda relativa bastante inferior à das demais categorias e uma renda média um pouco superior à metade da renda dos empregadores.

Tabela 3.18:

Composição das rendas médias dos tipos familiares. Blumenau, 1997.

Tipos de Família	Agrícola %	N.Agrícola %	Aposent. %	Total R\$	Renda Relativa
Empregadoras com até 2 emp.	83,0	0	17,0	840,70	88
Agrícola	83,0	-	17,0	840,70	88
Pluriativo	0	0	0	0	0
N.Agrícola	-	0	0	0	0
Conta-Própria	27,0	50,0	22,0	1.001,10	104
Agrícola	68,0	0	32,0	530,30	55
Pluriativo	21,0	58,0	21,0	1.316,10	137
N.Agrícola	-	83,0	17,0	1.109,00	116
Não-Ocupadas	-	-	100,0	440,00	46
Aposentadas	-	-	100,0	440,00	46
Total Geral	32,0	45,0	23,0	959,30	100

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Do ponto de vista da renda média das famílias, chama a atenção o baixo índice das famílias agrícolas dos conta-própria, uma vez que o seu valor é de apenas 53% da renda média de toda a categoria e cerca de um terço da renda média das famílias pluriativas.

Quanto à participação das rendas de cada atividade na composição da renda média familiar, nota-se que as rendas não-agrícolas representam mais de 45% do total. Além disso, destaca-se a elevada participação das rendas de aposentadorias no conjunto da renda familiar. No entanto, este quadro muda bastante quando são consideradas as categorias ocupacionais. Assim, para os empregadores com até dois empregados verifica-se que a renda agrícola é amplamente majoritária, enquanto que a renda de aposentadorias tem uma participação bastante baixa. Já no caso dos conta-própria a situação se inverte, uma vez que a renda não-agrícola responde por 50% da renda das famílias. Além disso, destaca-se também nesta categoria a elevada participação da renda de aposentadorias na composição da renda média total, quase se igualando à renda agrícola.

De um modo geral, observa-se que a renda média oriunda das atividades agrícolas para o caso das famílias agrícolas de empregadores é quase o dobro da renda das famílias agrícolas conta-própria. Além disso, nota-se que as rendas de aposentadorias são bem maiores nas famílias agrícolas de empregadores comparativamente às mesmas famílias da categoria dos conta-própria.

Destaca-se, ainda, a elevada participação das rendas médias não-agrícolas e de aposentadorias das famílias pluriativas e das famílias não-agrícolas da categoria dos conta-própria, o que contribui decisivamente para que a renda média total dos conta-própria seja superior a dos empregadores com até dois empregados.

A **tabela 3.19** apresenta a renda *per capita* total para os diversos tipos de famílias. Do ponto de vista das categorias ocupacionais, nota-se que a renda *per capita* dos empregadores com até dois empregados é 39% superior à renda dos conta-própria e 32% superior à renda dos aposentados.

Deve-se destacar também o patamar atingido pelas rendas dos aposentados, que se situa ligeiramente acima da renda média total. Em grande medida, esse desempenho é favorecido pelo fato de que essas famílias são compostas por poucas pessoas, geralmente casais de idosos que apenas habitam o meio rural.

Tabela 3.19:
Renda *per capita*, segundo os tipos familiares. Blumenau, 1997.

Tipos de Famílias	R\$
Empregadoras com até 2 empregados	266,00
Agrícola	266,00
Pluriativo	-
N.Agrícola	-
Conta-Própria	162,90
Agrícola	108,40
Pluriativo	195,30
N.Agrícola	192,00
Não-Ocupadas	
Aposentadas	180,00
Total Geral	178,50

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Quanto aos tipos de famílias, observa-se que o pior desempenho da renda *per capita* ficou por conta das famílias agrícolas da categoria dos conta-própria. Uma situação bastante diferente foi verificada para as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados, onde registrou-se a maior renda *per capita* dentre todos os tipos familiares.

Finalmente, deve-se registrar também o fato de que a renda *per capita* das famílias pluriativas conta-própria é ligeiramente superior à renda das famílias não-agrícolas. Sabe-se que as famílias pluriativas, em geral, são mais numerosas (tabela 3.12) e que este fato poderia afetar o nível da renda, colocando-a em patamares menores. Entretanto, esta situação não se verificou nas informações processadas. Uma das explicações para esse bom desempenho da renda *per capita* das famílias pluriativas dos trabalhadores por conta-própria pode estar associado ao chamado “entorno sócio-econômico” que possibilita às famílias dos agricultores combinar atividades agrícolas com não-agrícolas, não só como forma de diversificar as fontes de renda mas como uma maneira eficaz de elevar os patamares do próprio rendimento familiar.

A **tabela 3.20** mostra a composição das rendas dos conta-própria agrícolas, pluriativos e não-agrícolas, segundo os estratos de área⁹⁵. De um modo geral, nota-se que o maior valor médio total localiza-se nos estratos de área entre 10 a 20 hectares. Ressalta-se, porém, a forte presença das rendas não-agrícolas na composição da renda média global de todos os tipos familiares, exceto no caso das famílias agrícolas.

⁹⁵ - Devido ao pequeno número de observações não foi possível fazer a mesma abertura para as demais categorias de trabalhadores.

Tabela 3.20:

Composição da renda das famílias de conta-própria, segundo os tipos familiares e os grupos de área. Blumenau, 1997.

Tipos de Família	Grupos de Área	Agrícola %	N.Agric. %	Apos. %	Média RS
Conta-Própria Agrícola		68	-	32	530,25
	Até 10 ha	57	-	43	273,08
	De 10 a 20 ha	62	-	38	530,70
	Mais de 20 ha	73	-	27	736,49
Conta-Própria Pluriativa		21	58	21	1.316,09
	Até 10 ha	21	57	22	1.310,85
	De 10 a 20 ha	31	56	13	1.726,02
	Mais de 20 ha	13	62	25	1.173,21
Conta-Própria Não-Agrícola		-	83	17	1.109,05
	Até 10 ha	-	-	-	-
	De 10 a 20 ha	-	69	31	1.133,89
	Mais de 20 ha	-	92	8	1.146,94
Conta-Própria Total Geral		28	50	22	1.001,15
	Até 10 ha	25	50	25	911,71
	De 10 a 20 ha	32	47	21	1.129,34
	Mais de 20 ha	26	51	23	1.024,35

Fonte: DESER –Pesquisa de Campo. Tabulações do Autor

Quanto aos tipos familiares, observa-se que as famílias agrícolas têm uma renda média bastante baixa, comparativamente às demais famílias, sendo que os menores valores encontram-se nos estratos de área inferiores. Em outras palavras, quando aumenta o tamanho da propriedade, eleva-se a renda média familiar. É o caso das famílias agrícolas com área acima de 20 hectares, as quais possuem uma renda quase 40% superior à renda média total desse grupo familiar. Do ponto de vista da participação das diferentes fontes de renda na composição da renda geral das famílias agrícolas, nota-se que é justamente nos maiores estratos de área que a renda agrícola tem um peso maior. Conseqüentemente, nesses estratos a participação das rendas das aposentadorias e/ou pensões decresce. Ressalta-se, porém, a forte participação dessas rendas para esse grupo familiar, sobretudo para aquelas famílias que possuem até 10 hectares, comparativamente aos demais tipos considerados. Ou seja, as rendas de aposentadorias são bem mais importantes para as famílias agrícolas do que para as pluriativas e as não-agrícolas.

Este quadro se altera bastante quando consideramos as famílias pluriativas dos conta-própria. A renda média familiar é duas vezes e meia maior que à das famílias agrícolas, sendo que no estrato de até 10 hectares essa diferença chega a ser de quase cinco vezes. Em grande parte, isso se deve à elevada participação das rendas não-agrícolas na composição da renda total das famílias pluriativas. Nesse tipo de família nota-se que, tanto a renda das atividades agrícolas quanto a renda das aposentadorias têm um peso bem menor na composição da renda total, comparativamente às famílias agrícolas. Isto permite afirmar que são as rendas não-agrícolas as grandes responsáveis pela elevação da renda média familiar das famílias pluriativas dos conta-própria.

Finalmente, verifica-se que as famílias não-agrícolas também possuem uma renda média bastante superior à das famílias agrícolas, mas um pouco inferior à renda das famílias pluriativas. Além disso, deve-se destacar a elevada participação da renda de aposentadorias na composição da renda familiar para aquelas famílias que possuem uma área entre 10 e 20 hectares, apesar de que no cômputo geral do grupo de famílias não-agrícolas a renda de aposentadorias e/ou pensões representa apenas 17%.

3.5 – Resumo e Conclusões

As informações da pesquisa revelam diversos aspectos importantes sobre a incidência da pluriatividade no município de Blumenau. Na descrição das características históricas do processo de colonização foi possível observar que, desde o princípio, o sistema de trabalho rural se articulou em duas frentes: por um lado, as pequenas unidades de produção eram conduzidas pelo trabalho familiar e, por outro, articulava-se uma produção de indústrias domésticas que processavam os produtos agropecuários básicos (cana, fubá, derivados de leite, farinha de mandioca, etc.).

Uma outra característica histórica remonta ao fato que, em função da origem dos imigrantes (camponeses e artesãos) e das suas necessidades materiais, a prática do trabalho complementar tornou-se comum entre os agricultores. Este trabalho era necessário pois propiciava recursos extras para a aquisição de alguns produtos que não eram produzidos nas unidades familiares de produção.

Com o avanço do processo de industrialização no final do século XIX a prática do trabalho complementar foi se intensificando e ganhando novos contornos. De um modo geral, contribuiu para isso, a descentralização das fábricas que, devido às condições técnicas (energia e tingimento dos produtos), se localizavam mais próximas aos rios e à possibilidade dos agricultores de trabalharem nas indústrias mas continuarem residindo nas áreas rurais de onde retiravam a maior parte dos produtos necessários à subsistência.

Neste contexto, a pluriatividade passou a ser um elemento marcante no processo de trabalho rural blumenauense. Isto ficou mais claro ao analisarmos as pessoas economicamente ativas presentes na amostra. Em sua maioria são pessoas que pertencem às famílias pluriativas da categoria dos conta-própria. Além disso, verificou-se também que são justamente essas famílias (pluriativas) as que possuem o maior número médio de pessoas, enquanto que as famílias exclusivamente agrícolas apresentaram o menor número.

De alguma forma, pode-se dizer que as famílias pluriativas conseguem manter um melhor equilíbrio entre as atividades agrícolas e as atividades externas às unidades de produção, equilíbrio este que se expressa pela participação nos diversos ramos de produção, com destaque para os ramos agrícola, da indústria de transformação e de outras atividades,

que se situam como os principais ramos em importância na ocupação das pessoas das famílias pluriativas.

Além disso, ao se considerar a atividade principal das unidades de produção nota-se uma maior diversificação das atividades no grupo das famílias pluriativas, comparativamente às famílias exclusivamente agrícolas. No primeiro caso, verifica-se que são desenvolvidas atividades produtivas em várias áreas (bovinocultura de leite e de corte, suinocultura, piscicultura, cereais e olericultura), enquanto que as famílias agrícolas tendem a concentrar mais suas atividades (neste caso, predominam a bovinocultura de leite e a olericultura).

Já do ponto de vista da área das unidades de produção, observa-se que as famílias agrícolas se concentram nos estratos de até 20 hectares, com predomínio do estrato de até 10 hectares, enquanto que as famílias pluriativas se concentram nos estratos acima de 20 hectares. Em grande medida, a maior dimensão da área das unidades das famílias pluriativas pode estar relacionada ao processo de diversificação das fontes de rendas que melhora o nível do poder aquisitivo das famílias, o que pode se reverter em investimentos na expansão de área das unidades de produção.

Quanto à composição da renda familiar, verifica-se que para a categoria dos empregadores com até dois empregados a renda agrícola é amplamente majoritária, enquanto que a renda não-agrícola predomina entre os conta-própria. Em termos da renda média, nota-se que os conta-própria possuem uma renda superior a dos empregadores com até dois empregados. Esta superioridade está relacionada, em parte, à elevada renda média das famílias pluriativas conta-própria, que chegam a ter uma renda quase três vezes superior à das famílias agrícolas da mesma categoria ocupacional.

Este desempenho favorável da renda das famílias pluriativas acaba tendo efeitos sobre a renda *per capita*, a qual passa a ser quase o dobro em relação às famílias agrícolas conta-própria. Entretanto, convém ressaltar que são as famílias agrícolas de empregadores as que detêm a melhor renda *per capita* dentre os diversos tipos de famílias analisadas.

Finalmente, ao se analisar a composição das rendas dos conta-própria segundo os estratos de área, notou-se que as famílias agrícolas têm uma renda média bastante baixa, comparativamente aos demais tipos familiares, e que a renda média desse grupo cresce quando a área das unidades de produção aumenta. Além disso, deve-se destacar a elevada

participação das rendas de aposentadorias e/ou pensões na composição da renda das famílias agrícolas, sobretudo nos estratos de área de até 10 hectares. Esse quadro é bem diferente para os demais tipos familiares. As famílias pluriativas têm uma renda média familiar duas vezes e meia maior que a das famílias agrícolas e as rendas não-agrícolas representam mais de 50% da renda total para todos os estratos de área. As famílias não-agrícolas, por sua vez, também possuem uma renda média bem superior à das famílias agrícolas, mas na composição da renda familiar total desse grupo (conta-própria não-agrícola) as aposentadorias e/ou pensões têm uma participação bem menor (17%), comparativamente às famílias agrícolas (32%) e às famílias pluriativas (21%).

Este conjunto de características nos sugere que a incidência da pluriatividade no município de Blumenau guarda menos correspondência com as variáveis relacionadas às estruturas internas das famílias e está mais articulada ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão da pluriatividade.

CAPÍTULO IV : CONCLUSÕES

Os resultados obtidos a partir da compatibilização dos dados entre as décadas de oitenta e de noventa permitem confirmar a hipótese geral deste trabalho: o emprego rural catarinense já não é exclusivamente agrícola, tendo em vista a forte tendência de crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas para uma parcela importante da PEA rural. Para se ter uma visão da dimensão deste processo, basta considerar que em 1997, 29% da PEA rural catarinense estava ocupada em atividades não-agrícolas como, por exemplo, a prestação de serviços, o comércio de produtos, as atividades da indústria da construção, da indústria de transformação, etc. Isso correspondia a aproximadamente 213 mil pessoas, numa PEA rural total de 714 mil pessoas.

Esta evolução das ocupações não-agrícolas foi extremamente importante para o conjunto do emprego rural do estado, uma vez que ajudou a amenizar os efeitos negativos da forte queda verificada nas ocupações exclusivamente agrícolas. Em termos numéricos essa redução atingiu cerca de 100 mil pessoas durante o período considerado. É pois possível afirmar que a redução da PEA rural só não foi maior porque a PEA rural não-agrícola apresentou taxas de crescimento superiores a 5% ao ano na década de noventa.

De um modo geral, a queda das ocupações estritamente agrícolas afeta mais diretamente as categorias de trabalhadores que fazem parte da chamada “produção familiar”, em especial os trabalhadores conta-própria e os não-remunerados. Isso porque o trabalho no meio rural catarinense é amplamente dinamizado pelas unidades familiares de produção, sobretudo aquelas com pequenas dimensões de área. Mesmo sendo responsáveis pela maioria da produção agropecuária do estado, parte dessas unidades de produção se integrou aos Complexos Agroindustriais e passou a liberar mão-de-obra para outros setores e outras atividades econômicas.

Soma-se a isso, os efeitos perversos da crise econômica que se abateu sobre o país nas últimas décadas, refletindo negativamente sobre a agropecuária do estado. Um dos reflexos mais importantes desse processo é a queda dos preços dos principais produtos agrícolas do estado, o que se traduz imediatamente na queda da renda dos produtores agropecuários.

Em grande medida, essa crise afetou mais diretamente o segmento de produtores familiares vinculados às cadeias agroindustriais, como é o caso do complexo carnes (suínos e aves), do complexo grãos (soja e milho) e dos complexos lácteo e fumageiro. Atualmente verifica-se na principal região produtora do estado (região Colonial Oeste) um movimento de retração dos investimentos das grandes empresas agroindustriais e o início do deslocamento dessas empresas em direção à região Centro-Oeste do país. Em parte, este movimento é impulsionado pelos menores custos de produção naquela região e pelos incentivos fiscais que são ofertados a essas agroindústrias pelos estados.

É necessário considerar ainda o fato de que as políticas de desregulamentação e de liberação dos mercados implementadas a partir do início da década de noventa também provocaram alguns impactos diretos sobre o “ambiente produtivo”. Os efeitos da abertura comercial já estão presentes em vários setores da economia rural catarinense, destacando-se a forte concorrência em relação aos produtos importados verificada nas culturas da cebola, do alho, da maçã e na cadeia produtiva do leite.

Conforme foi mostrado no capítulo primeiro deste estudo, dentre as diversas categorias de trabalhadores rurais, os mais afetados por este processo são os trabalhadores não-remunerados, principal força de trabalho do sistema de produção familiar. No entanto, deve-se ressaltar que as mudanças em curso no trabalho rural também afetam os demais tipos de emprego agrícola.

Em relação às ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense, observa-se que o seu avanço é fortemente condicionado pelos ramos de atividade da indústria de transformação que ocupava, em 1997, 94 mil pessoas e pelo ramo de prestação de serviços que ocupava, no mesmo período, 39 mil pessoas. Seguem-se, em ordem decrescente de importância, os ramos da indústria da construção com 20 mil pessoas; do comércio de mercadorias com 18 mil pessoas; social com 12 mil pessoas e os ramos de transportes e da administração, cada qual ocupando 8 mil pessoas.

Ao se detalhar essas ocupações por setores de atividades, nota-se que, no ramo da indústria de transformação, os setores da indústria têxtil e de alimentos são os mais importantes; no ramo de prestação de serviços, os setores de emprego doméstico e de restaurantes são os mais expressivos; no ramo da indústria da construção destacam-se as

próprias atividades da construção civil e no ramo da administração pública, o setor da administração municipal é o mais importante.

Quanto às principais profissões de fato exercidas pelas pessoas no trabalho não-agrícola, observa-se que as de motoristas, de costureiros-alfaiates, de empregados domésticos, de pedreiros e de balconistas-atendentes foram as que mais cresceram no período.

Do ponto de vista da posição na ocupação nas atividades não-agrícolas, nota-se que a categoria dos empregados é a mais representativa e a que mais cresceu no conjunto dessas ocupações. Para se ter uma idéia da importância dessa categoria na PEA rural não-agrícola verifica-se que os empregados respondiam, em 1997, por mais de 79% do total. As demais categorias têm uma baixa participação, merecendo destaque o percentual reduzido dos trabalhadores não-remunerados. Com isso, configura-se no estado um quadro em que as ocupações agrícolas são preferencialmente exercidas pelos trabalhadores conta-própria e pelos não-remunerados, enquanto que as ocupações não-agrícolas são exercidas majoritariamente pelos empregados.

O número de pessoas que declarou ter uma dupla atividade na semana de referência é bastante baixo. No meio rural, das mais de 700 mil pessoas ocupadas em 1997, apenas 21 mil declararam ter uma atividade secundária na semana da pesquisa, sendo que este número se distribui proporcionalmente entre as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas.

Finalmente, é preciso alertar que a partir de 1992 o IBGE alterou o conceito de trabalho utilizado nas PNADs. Foi introduzida uma nova classificação na posição na ocupação, através da adoção de duas novas categorias: os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso. Além disso, passaram a fazer parte da PEA as pessoas de 10 anos e mais que declararam trabalhar em atividades não-remuneradas durante pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa (antes esse tempo era de 15 horas). Com isso, tornou-se impossível a comparabilidade direta das informações da década de noventa relativamente às décadas anteriores.

Os dados sobre as pessoas acrescentadas à PEA através do conceito ampliado de trabalho revelam que a grande maioria dessas pessoas (81 mil em 101 mil pessoas incorporadas à PNAD de 1997) pertencem à categoria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (autoconsumo). Do total desses trabalhadores, 52 mil possuíam domicílio rural e o restante residia em áreas urbanas. Entretanto, em ambas as situações domiciliares verificou-se uma tendência de queda da participação dessa nova categoria ao longo dos anos considerados.

Deve-se destacar, ainda, a pequena contribuição do “conceito ampliado de trabalho” na PEA ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural. Durante o ano de 1997 registrou-se a presença de apenas mil pessoas ocupadas neste tipo de atividade, sendo que todas elas faziam parte da categoria dos não-remunerados. Isso significa que as informações sobre a PEA rural não-agrícola não sofreram grandes modificações em função da incorporação do novo conjunto de pessoas consideradas economicamente ativas a partir da PNAD de 1992.

Observa-se que das 101 mil pessoas incorporadas à PEA em 1997, quando se utiliza o conceito de PEA ampliada, 93 mil se dedicavam às atividades agrícolas, sendo que destas, 71 mil eram mulheres. Já das 8 mil pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (autoconstrução e parte dos trabalhadores não-remunerados com jornada de trabalho inferior a 15 horas), 6 mil são mulheres. Nota-se, portanto, que aproximadamente 76% das pessoas incorporadas à PEA são mulheres.

Ao se subdividir essa população incorporada à PEA ampliada pela posição na ocupação e pela atividade principal, verificou-se que a maioria das pessoas envolvidas na produção para o próprio consumo estava vinculada às atividades de produção de verduras e de criação de aves. Esse fato nos permite afirmar que a grande maioria das pessoas enumeradas como economicamente ativas a partir da PNAD de 1992, na verdade são mulheres cônjuges que se dedicam prioritariamente ao cultivo de hortas domésticas e à criação caseira de pequenos animais.

Apesar dos dados das PNADs não possibilitarem qualificar com precisão as dinâmicas que geram as Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA), os resultados até agora analisados permitem destacar:

a) uma primeira dinâmica derivada da produção agropecuária: através da produção e do seu processamento no próprio meio rural; da implantação de pequenas e médias agroindústrias e do consumo de insumos não-agrícolas neste processo, abre-se o espaço para a expansão das ocupações não-agrícolas. Mesmo não sendo possível uma identificação precisa do ramo e/ou setor de atividade com as dinâmicas descritas na parte inicial deste trabalho, é possível afirmar que nesta dinâmica estariam os setores da indústria de alimentos e do comércio de mercadorias;

b) uma segunda dinâmica ligada ao ramo da indústria da construção: a geração das ocupações, neste caso, estaria mais ligada à expansão ao meio rural de uma rede de serviços de infra-estrutura, além das atividades no setor de turismo urbano e do agroturismo;

c) uma terceira dinâmica ligada ao ramo de prestação de serviços: aumenta a participação das ocupações que não exigem um nível de qualificação muito elevado. Neste caso, destacam-se as profissões de empregados domésticos, pedreiros, motoristas, ajudantes diversos, atendentes, etc.;

d) uma quarta dinâmica ligada à expansão dos serviços públicos às áreas rurais: neste caso nota-se uma elevada participação das pessoas ocupadas nos setores de estabelecimento de ensino e da administração municipal;

e) uma quinta dinâmica ligada ao processo de industrialização difusa: quer seja mantendo as facções no meio rural, quer seja ampliando a contratação de mão-de-obra com domicílio rural, as indústrias têxteis, do vestuário, de calçados e de máquinas e equipamentos contribuem para o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural catarinense. Ressalta-se que esta dinâmica é favorecida pela proximidade entre as cidades e pelas facilidades de locomoção, o que permite às pessoas continuarem residindo no meio rural e se deslocarem diariamente para o trabalho nas fábricas.

Em grande medida, essa diversidade de situações revela que no meio rural catarinense são as dinâmicas não-agrícolas que estão crescendo, apesar das ocupações estritamente agrícolas serem ainda majoritárias.

Está claro que as informações até agora comentadas dão uma dimensão apenas individualizada das mudanças em curso no nível das ocupações rurais. Para se ter uma noção mais completa do fenômeno da pluriatividade é necessário analisar o conjunto dos membros das famílias. Neste caso, quando se agregam as informações dos indivíduos no

âmbito do grupo familiar, torna-se possível avaliar o comportamento de duas variáveis fundamentais envolvidas na discussão da pluriatividade: a alocação da força de trabalho de todos os membros familiares e as diferentes fontes de renda que compõem a renda total do grupo familiar.

A análise dos dados das famílias residentes nas áreas rurais no Estado de Santa Catarina revelou que, em relação à posição na ocupação, as famílias dos conta-própria eram numericamente majoritárias (179 mil), o que correspondia a 54% das famílias rurais catarinenses. Isso quer dizer que em mais da metade das famílias com domicílio rural, pelo menos um dos seus membros exercia atividade por conta-própria no ano de 1997. O segundo grupo mais numeroso é o dos outros trabalhadores ocupados. No mesmo período, esse grupo somava 117 mil famílias, ou seja, 35% do total. O restante divide-se entre os empregadores com até dois empregados (4%), os empregadores com mais de dois empregados (1%) e os não-ocupados (6%).

A tipologia familiar construída a partir da posição na ocupação revelou o seguinte quadro: as famílias agrícolas têm maior presença entre os conta-própria (131 mil famílias ou 73% do total da categoria) e são minoritárias entre os outros trabalhadores ocupados (35 mil famílias ou 30% do total da categoria). As famílias não-agrícolas são majoritárias entre os outros trabalhadores ocupados (69 mil famílias ou 59% do total da categoria) e minoritárias entre os conta-própria (22 mil famílias ou 12% do total da categoria). Finalmente, as famílias pluriativas têm maior presença entre os conta-própria (25 mil famílias ou 14% do total da categoria) e minoritárias entre os outros trabalhadores ocupados (13 mil famílias ou 11% do total da categoria).

Com relação à evolução dos diferentes tipos familiares na década de noventa, nota-se que as famílias agrícolas cresceram entre os trabalhadores ocupados e apresentaram quedas significativas entre os conta-própria. As famílias não-agrícolas, por sua vez, cresceram em todas as categorias consideradas. Já as famílias pluriativas decresceram entre os conta-própria e aumentaram sua participação entre os outros trabalhadores ocupados.

Quanto à evolução do número de pessoas ativas dos diversos tipos familiares residentes no meio rural catarinense, observa-se que o número de pessoas das famílias agrícolas dos conta-própria sofreu uma forte queda (85 mil pessoas) durante o período considerado. A situação é muito semelhante para as famílias pluriativas, que apresentaram

queda do número de pessoas para todas as categorias, destacando-se novamente os conta-própria. Por fim, o número de pessoas das famílias não-agrícolas cresceu significativamente em todas as categorias. Esse comportamento do número de pessoas ativas dos diferentes tipos familiares revela que nem mesmo a combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas no âmbito das famílias pluriativas se traduz em uma estratégia capaz de garantir a manutenção das famílias rurais. Ao contrário, é cada vez mais forte a presença das atividades não-agrícolas entre os membros ativos das famílias especificamente agrícolas.

Sobre a evolução do número médio das pessoas no meio rural, verifica-se que os conta-própria apresentam o maior número médio de pessoas por família (2,7), enquanto os trabalhadores ocupados têm o menor número (1,6). Em termos das famílias, nota-se que tanto as pluriativas quanto as agrícolas têm o número maior de pessoas na categoria dos conta-própria, ao passo que as famílias não-agrícolas têm o maior número de pessoas na categoria dos outros trabalhadores ocupados.

Quanto à evolução da renda média das famílias, observam-se situações bem distintas, tanto em termos de domicílio quanto em relação às categorias ocupacionais. A renda média das famílias com domicílio urbano é 54% superior à renda média das famílias residentes em áreas rurais. A mesma situação ocorre com as categorias ocupacionais, uma vez que praticamente em todas elas, a renda média urbana é o dobro da renda rural, exceção apenas para os trabalhadores ocupados que têm um diferencial de renda menor.

A composição da renda média das famílias com residência nas áreas rurais, por sua vez, mostra que há uma ligeira superioridade das rendas das atividades não-agrícolas (43,8%) sobre as rendas das atividades agrícolas (41%). As aposentadorias e/ou pensões participam com 13,1%, enquanto que as outras fontes contribuem com apenas 2,1% no total da renda média familiar rural.

Quanto ao peso das diversas fontes de renda para cada tipo familiar, nota-se que as rendas agrícolas têm maior peso para as famílias agrícolas da categoria dos outros trabalhadores ocupados; as rendas não-agrícolas têm maior peso para as famílias não-agrícolas dos conta-própria e as rendas de aposentadorias e/ou pensões são mais importantes para as famílias agrícolas dos conta-própria e para as famílias não-agrícolas dos trabalhadores ocupados.

A evolução da renda *per capita* das famílias com residência rural mostrou que as famílias agrícolas elevaram sua renda *per capita* apenas na categoria dos outros trabalhadores ocupados. Já as famílias pluriativas e as famílias não-agrícolas apresentaram taxas de crescimento positivas entre os conta-própria e os trabalhadores ocupados.

Finalmente, do ponto de vista da evolução da renda média, observa-se que as maiores taxas de crescimento foram negativas e ocorreram justamente entre as famílias agrícolas e pluriativas dos conta-própria e também entre as famílias agrícolas dos empregadores com até dois empregados. Ressalta-se que são, exatamente, essas famílias das categorias de conta-própria e de empregadores agrícolas com até dois empregados o público potencial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Este comportamento da renda média das famílias rurais tem sérias implicações para o PRONAF. Caso continue prevalecendo o critério de que 80% da renda familiar deve obrigatoriamente ter origem nas atividades agropecuárias, a maioria das famílias agrícolas dos conta-própria de SC estarão excluídas do programa, uma vez que mais de 20% de sua renda familiar advém de outras fontes. Além destas, também a maioria das famílias pluriativas não poderão participar do referido programa porque a renda agrícola média dessas famílias não ultrapassa 50% da renda familiar em todas as posições na ocupação consideradas.

Além dos dados agregados para o Estado de Santa Catarina, analisamos também a incidência da pluriatividade no município de Blumenau, a partir das informações de uma pesquisa de campo realizada pelo DESER no ano de 1997 com 81 famílias que residem na área rural do município.

O estudo de caso mostrou que, historicamente, o trabalho rural no município de Blumenau sempre apresentou duas características básicas: por um lado, vinculava-se às pequenas unidades familiares de produção e, por outro, articulava-se com a produção industrial. No primeiro momento, o trabalho complementar era desenvolvido nas pequenas indústrias que processavam a produção agropecuária mas, posteriormente, com o avanço da industrialização e sua conseqüente descentralização para os pequenos vilarejos e para as áreas rurais, o duplo ofício foi sendo incorporado à dinâmica do mercado de trabalho rural da região.

É neste contexto que a pluriatividade assumiu grande relevância para o trabalhador rural blumenauense. Ao analisarmos o conjunto das pessoas economicamente ativas presentes na amostra observamos que a maioria delas faz parte das famílias pluriativas dos conta-própria e que, no caso das famílias não-agrícolas, o número de pessoas ativas é bastante baixo, não representando mais de 10% do total das pessoas economicamente ativas. Verificou-se, ainda, um elevado número de aposentados dentre as pessoas não economicamente ativas (72%). Isso pode significar que o meio rural blumenauense está se transformando em um importante espaço de moradia para os segmentos mais idosos da população.

Nota-se que as famílias pluriativas apresentam um desempenho melhor para vários quesitos. Em termos da ocupação de seus membros, as pessoas economicamente ativas dessas famílias se distribuem melhor pelos diversos ramos de produção. As pessoas ativas que fazem parte das famílias agrícolas, ao contrário, estão mais concentradas em poucos ramos de atividade. Do ponto de vista das unidades de produção, observa-se que há uma maior diversificação das atividades entre as famílias classificadas como pluriativas. Além disso, as áreas dessas unidades de produção tendem a ser maiores nas famílias pluriativas dos conta-própria. Em parte, a maior dimensão de área das unidades de produção dessas famílias está relacionada à diversidade de fontes de renda que compõem a renda familiar total, uma vez que a melhoria do nível de renda poderá se reverter em investimentos na expansão de área dessas unidades produtivas.

Quanto à renda familiar, verifica-se que a renda média das famílias pluriativas dos conta-própria é quase três vezes superior à renda das famílias agrícolas. Em grande medida, essa superioridade é explicada pela elevada participação das rendas não-agrícolas na composição da renda familiar dos conta-própria pluriativos. Deve-se destacar, ainda, a elevada participação das rendas de aposentadorias e/ou pensões para os diversos tipos familiares, ressaltando-se o caso das famílias agrícolas de conta-própria que têm mais de 30% de sua renda média oriunda dessa fonte.

A renda *per capita* das famílias agrícolas dos conta-própria também localiza-se no patamar mais inferior, relativamente aos demais tipos familiares. Nota-se que as famílias pluriativas têm uma renda *per capita* duas vezes maior que à das famílias agrícolas e ligeiramente superior à das famílias não-agrícolas.

Finalmente, a comparação das rendas dos conta-própria, de acordo com os estratos de área, mostrou que as famílias agrícolas têm uma renda média muito baixa e que essa renda cresce com a ampliação da área das unidades de produção. O seu nível, porém, não atinge as rendas médias dos demais tipos familiares para os diversos estratos de área considerados. Ou seja, para todos os estratos de área analisados, a renda das famílias pluriativas e não-agrícola é bem superior à das famílias agrícolas.

As características apontadas pelo estudo de caso nos sugerem que a incidência da pluriatividade no município de Blumenau guarda menos correspondência com as variáveis relacionadas à estrutura interna das famílias e está mais articulada ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e suas respectivas unidades de produção, o qual propicia as condições favoráveis para o desenvolvimento da pluriatividade. Neste cenário, os padrões de vida urbanos e rurais cada vez mais se aproximam, fazendo emergir uma sociedade rural muito complexa, tanto em relação às atividades e às ocupações, quanto ao que se refere às suas características sociais.

A conclusão geral desse estudo é que o mundo do trabalho no meio rural catarinense vem sofrendo profundas alterações, as quais colocam em debate um conjunto de novas questões ainda ausentes da agenda de trabalho dos diversos atores sociais.

Em primeiro lugar, observa-se que cresce a participação das atividades não-agrícolas na PEA rural catarinense, tanto no quesito ocupação quanto no quesito renda. Como já foi citado anteriormente, aproximadamente 30% dessa PEA se encontrava ocupada em atividades não-agrícolas no ano de 1997. Num contexto de crise econômica e de desemprego crescente, essas ocupações estão sendo decisivas para amenizar os impactos negativos da queda das ocupações exclusivamente agrícolas. Além disso, a análise das informações sobre a dinâmica das famílias mostrou que apenas as famílias não-agrícolas residentes no meio rural apresentaram taxas de crescimento positivas para todas as posições na ocupação (categorias de trabalhadores), destacando-se a queda significativa das famílias agrícolas dos trabalhadores por conta-própria, principal categoria ocupacional do Estado. Finalmente, a análise dos dados sobre a composição da renda média familiar também mostrou que há uma ligeira superioridade das rendas das atividades não-agrícolas em relação às rendas das atividades agrícolas.

É justamente esse conjunto de informações que coloca em xeque a visão tradicional do desenvolvimento rural associada apenas à idéia de desenvolvimento agrícola. Assim, estamos assistindo a um rompimento do enfoque que restringia o espaço rural à esfera da agricultura. Por um lado, esse rompimento se deve ao fato de que as proposições do pós-guerra, apesar de terem elevado enormemente a produção agrícola mundial, não resolveram o problema da pobreza rural e nem criaram um padrão de vida rural semelhante ao padrão urbano. Por outro, emerge um conjunto heterogêneo de ocupação do espaço rural que rompe com o monopólio da agricultura enquanto atividade econômica exclusiva do mundo rural.

Diante deste fato, o desenvolvimento rural não pode mais ser analisado a partir de um setor específico e sim ser enfocado como o somatório de um conjunto de atividades, onde as inter-relações entre as atividades agrícolas e as não-agrícolas são cada vez maiores. Além disso, a identificação do trabalho rural restrita à esfera agrícola fica mais tênue, uma vez que a população rural tem a possibilidade de trabalhar em diversos setores de atividades.

Neste cenário, os programas de desenvolvimento rural deveriam conter um conjunto de políticas públicas que estimulassem algumas atividades econômicas não diretamente relacionadas ao "agrícola", as quais demandassem mão-de-obra que poderia ser ofertada pelos produtores e pelos demais membros familiares. O detalhamento dessas políticas, porém, é assunto para novos estudos sobre a pluriatividade no Estado de Santa Catarina e no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.** (1998). Dias de Aguiar, D. R. & Pinho, J. B. (ed.). Brasília: SOBER, volumes I e II, 1.102p.
- ALEGRE, E.A.(1989). Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del processo productivo. In: **Revista de Economía**. Madrid: 666: pp.101-117.
- ARKLETON RESEARCH (1987). **Cambio rural en Europa: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad**. Madrid: Ministério da Agricultura y Pesca.
- BALSADI, O.V. (1996). Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95. In: **Anais do XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v.1, pp.786-815.
- BAPTISTA, F.O (1993). **Agricultura, espaço e sociedade rural**. Lisboa: Fora de Texto, 118 pp.
- BAPTISTA, F. O.(1994). **Famílias e explorações agrícolas**. Lisboa: Mimeo, 27 pp.
- BARLETT, P. (1986). Part-time farming: saving de farm or saving the life-style? In: **Rural Sociology**, 51(3), pp.289-313.
- BARROS, A. & MENDES, F.R (1983). Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, vol.XIX (75), pp.57-78.
- BARTHEZ, A. (1987). Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura.In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.161-177.
- BLAKELY, E. & BRADASHAW, T. (1985). América Rural: un nuevo contexto. In: **Agricultura y Sociedad**, n.36-37.
- BLANC, M. (1987). Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconomico.In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.89-109.
- BONANNO, A (1999). A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças sócio-econômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, pp.47-94.
- BOSSLE, O.P. (1988). **História da industrialização catarinense**. Florianópolis: CNI/FIESC- edição comemorativa.
- BOTELHO, F.B. (1999) . **Considerações sobre as PNADs**. 15p (mono).
- BRYDEN, J. (1995). Pluriactividad rural en Europa: el proyecto "rural change in Europe". In: Real, E.R. & Villalión, J.C. (coord.). **Hacia un nuevo sistema rural**. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, (série estudios), pp.459-481.
- BRUN, A. (1987). Pluriatividad agraria en Francia: medidas y concepciones. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.247-274.

- BRUN, A. (1989). A família como unidade de análise do setor agrícola. Tradução de Marcelino Souza. In: **Économie Rurale**, n.194, pp.3-8.
- BUTTEL, F. (1982). The Political Economy of Part-time farming. In: **GeoJournal**, 6: pp. 293-300.
- BUTTEL, F. & GOODMAN, D. (1989). Class, state, technology and international food regimes. In: **Sociologia Ruralis**, n.29, pp.86-91.
- CARNEIRO, M.J. (1998). **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 228p..
- CARNEIRO, M. J. (1997). Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília-DF: SOBER.
- CARNEIRO, M. J. (1996). Pluriatividade no campo: o caso francês. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.32, pp. 89-104
- CASTRO, E. G. (1995). **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade federal (Dissertação, mestrado em Sociologia).
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA – CEAG (1988). **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais**. Florianópolis: CEAG/SC.
- COMMINS, P. (1987). El contexto global. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.57-88.
- DEL GROSSI, M. E. (1996). Transformações no meio rural paranaense. In: **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER.
- DEL GROSSI, M.E. (1997). A pluriatividade do meio rural brasileiro. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília-DF: SOBER.
- DEL GROSSI, M.E. & GRAZIANO DA SILVA, J. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Revista da UFRRJ/CPDA, n, 11, pp.26-52.
- DEL GROSSI, M.E. (1999). **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1981 a 1995**. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado).
- DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ESTUDOS RURAIS – DESER – (1997). **Diagnóstico do Desenvolvimento Rural de Blumenau**. Curitiba, 32 p. (mono).
- De VRIES, V.M. (1993). Farming with others gainful activities in the rural areas. In: **Sociologia Ruralis**, n.33, pp.263-268.
- ESPIRITO SANTO, E.N. (1998). **Transformações da agricultura no estado de Santa Catarina, 1920-1985**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Tese de Doutorado, 198p.).
- EVANS, N.J. & ILBERY, B.W (1993). The pluriactivity, part-time farming and farm diversification debate. In: **Environment and Planning**, v.25, pp.945-959.
- EXTEZARRETA, M. (1995). La pluriactividad. In: La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitárias. **Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion**, série estudos, n.92, pp.409-453.
- FRANKLIN, S.H. (1969). **The european pesantry: the final phase**. London, Methuen.
- FREITAS MARCONDES, J.V. (1962). A agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo e a industrialização. In: **Sociologia**, v.24, n.1, pp.29-40.
- FRIEDLAND, W. (1991). Shaping the new political economy of advanced capitalist agriculture. In: FRIEDLAND, W. et alii. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview Press.

- FRIEDLAND, W. & PUGLIESE, E. (1989). Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. In: **Sociologia Ruralis**, n.29, pp.149-165.
- FRIEDMANN, H. (1991). Changes in the internacional division of labor: agri-food complex and export agriculture. In: FRIEDLAND, W. et alii. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview Press.
- FULLER, A. & CAVAZZANI, A. (1982). International perspectives on part-time farming: a review. In: **GeoJournal**, v.6, n.4, pp.383-390.
- FULLER, A. (1983). Part-time farming and the farm family: a note for future research. In: **Sociologia Ruralis**, v.23, n.1, pp.5-9.
- FULLER, A. (1984). Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in Rural Sociology and Development**. Jai Press Inc., v.1.
- FULLER, A. (1987). Introducción. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp. 9-21.
- FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. In: **Journal of Rural Studies**, v.6, pp.361-373.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE – Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE – Censo Agropecuário de Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.
- GAMA, A. (1987). Indústria e produção de um espaço peri-urbano. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.22, pp.33-53.
- GIULIANI, G.M. (1990). Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: **Revista de Ciências Sociais**, n.14, pp.59-67.
- GOODMAN, D., SORJ, B. e WILKINSON, J. (1990). **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1993). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: **São Paulo em Perspectiva**, n.3, pp.1-10.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). Evolução do emprego rural e agrícola. In: **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília-DF: SOBER, v.2, pp. 1437-1459.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE (Coleção Pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, pp.26-52.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. (1999). **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97**. Relatório de pesquisa n.2, 68p. (mono).
- GREEN, R. & SANTOS, R.R. (1991). **Economia de red y reestructuración del sector agroalimentario**. Paris: INRA.
- HERING, M.L.R (1987). **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: editora da FURB.

- HOFFMANN, R. (1988). A sub-declaração dos rendimentos. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.2, n.1, pp.50-54.
- HOFFMANN, R. (1997). **Precisão dos resultados das PNADs e a determinação de mudanças estatisticamente significativas**. Mimeo, 3p.
- HOFFMANN, R. (1998). **Desigualdade e pobreza no Brasil no período de 1979-96 e a influência da inflação e do salário mínimo**. 29p (mono).
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA.(1995). **Tipificação de estabelecimentos agrícolas**. Florianópolis: ICEPA, 6 volumes.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. (1998). **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense: aspectos recentes** Florianópolis: ICEPA, 79p.(mono).
- KAGEYAMA, A. (1998). **Tipologias das famílias agrícolas pluriativas**. 21p. (mono).
- KLEIN, E. (1992). El empleo rural no agrícola en America latina. Santiago (Chile): **PREAL/OIT**, n.364.
- LE HERON, R.; ROCHE, M.; JOHNSTON, T. (1994). Pluriactivity in New Zeland Agriculture in the 1980s – a benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems. In: **Geoforum**, v.25, pp.155-172.
- MAMIGONIAN, A. (1966). Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia** (separata), ano XXVII, n.3, pp.63-155.
- MARSDEN, T. (1989). Reestructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. In: **Sociologia Ruralis**, 29: pp.312-317.
- MARSDEN, T. (1992). Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. In: **Sociologia Ruralis**, v.32, n.2-3.
- MARSDEN, T. (1995). Beyond Agriculture? regulating the new rural spaces. In: **Journal of Rural Studies**, v.11/3, pp.285-296.
- MATTEI, L. & BIANCONI, R. (1997). O emprego agrícola e o emprego rural no Brasil no período de 1981 a 1990. In: **Cadernos da FACECA**, v.6,n.2, pp.207-226.
- MATTEI, L. (1998a). A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. In: **Cadernos Idéias & Ações**, CEPAGRO, ano II, número 4, 18p..
- MATTEI, L. (1998b). As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. In: Aguiar, D.R.D. e Pinho, J.B. (editores). **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 1086 p., II volume, pp. 567-575.
- MATTEI, L. (1998c). A dinâmica da agropecuária catarinense: o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996. In: **Cadernos Idéias & Ações**, CEPAGRO, ano II, número 6, 60p..
- MATTEI, L. (1999). A dinâmica das ocupações não-agrícolas no estado de Santa Catarina nas décadas de 80 e 90. **Projeto Rurbano**, primeiro relatório, mono, 35 p..
- MATTOSO, J.E.L & BALTAR, P.E. (1996). **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas: UNICAM.IE.CESIT (Cadernos do CESIT, n.21).
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987). A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa: n.22, pp.83-99.
- MÜLLER, G. (1995). Brasil agrário: heranças e tendências. In: **Brasil em Artigos**. São Paulo: FSEADE, pp. 223-247.
- NEWBY, H. (1986). Cambio estructural en la agricultura y futuro de la sociedad rural. In: **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 38-39(enero).

- NEWBY, H. (1987a). Emergent issues in theories of agrarian development. In: THORMILEY, D. (ed.). **The economics and sociology of rural communities**. East-West Perspectives. Avebury, USA.
- NEWBY, H. (1987b). La familia y la explotación agraria. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.155-159.
- O'HARA, P. (1987). Dentro de la "caja negra": la necesidad de examinar la dinámica interna de las explotaciones agrarias familiares. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.179-192.
- PUGLIESE, E. (1985). Estratificación social y trabajo a tiempo parcial. In: ETXEZARRETA, M. **Desarrollo rural integrado**. Ministério de la agricultura y pesca. Espanha (série estudios).
- PUGLIESE, E. (1991). Agriculture and the new division of labor. In: FRIEDLAND, W. et alii. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder, Westview Press.
- REIS, J. et alii (1990). How 'rural' is agriculture pluriactivity?. In: **Journal of Rural Studies**, v.6, n.4, pp.395-399.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1995). **A agricultura familiar em transição: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL/Editora Universitária.
- SARACENO, E. (1987). La evolución de las estructuras agrarias y el papel de la pluriatividad en los procesos de industrialización antiguos y actuales. In: Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, pp.117-132.
- SARACENO, E. (1994). The modern functions of small farm system: an italian experience. In: **Sociologia Ruralis**, v.34, n.4, pp.308-328.
- SARACENO, E. (1996). **O conceito de ruralidade: problemas e definições em escala européia**. Tradução de Angela Kageyama, 9p.(mono).
- SCHNEIDER, S. (1995). As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, (16): pp.105-129.
- SCHNEIDER, S. (1996). **Agricultura familiar e pluriatividade: as controvérsias do debate**. 27p.(mono).
- SEYFERTH, G. (1973). **A colonização alemã no vale do Itajai-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. (Dissertação, mestrado em Antropologia Social).
- SINGER, Paul. (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São paulo; editora Nacional.
- SHUCKSMITH, D. & SMITH, R. (1991). Farm household strategies and pluriactivity in Upland Scotland. In: **Journal of agricultural Economics**, v.42, pp.340-353.
- TESTA, V.M.; NADAL, R.; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I.T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense: propostas para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996, 247p..
- VIDOR, V. (1995). **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: editora da FURB.
- WELLER, J. (1997). El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. In: **Revista de la Cepal**, n.62, pp.75-90.
- WILKINSON, J. (1997). Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, pp.25-50.

APÊNDICE METODOLÓGICO

1 - AS MUDANÇAS NO CONCEITO DE TRABALHO DAS PNADs:

A partir de 1992 o IBGE implementou uma série de modificações na metodologia das PNADs, impossibilitando a comparabilidade direta dos dados publicados relativos às décadas anteriores. Como esta tese trata da dinâmica do emprego agrícola e não-agrícola nas duas últimas décadas no Estado de SC, foi necessário realizar uma série de transformações a partir dos micro-dados para se obter uma comparabilidade mínima que pudesse esboçar as tendências dos diferentes tipos de ocupações existentes no meio rural catarinense. Nos itens seguintes serão mostradas as principais alterações metodológicas e suas consequências sobre os níveis dessas ocupações, bem como os procedimentos adotados.

1.1 - O CONCEITO AMPLIADO DE TRABALHO

Até 1990 as PNADs consideravam como trabalho:

- a) a ocupação econômica remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (alimentação, moradia, roupas, etc.) e
- b) a ocupação econômica sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana. Estas ocupações poderiam ocorrer: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha atividade econômica; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz e estagiário.

Neste caso, a metodologia indicava que não deveriam ser consideradas como trabalho as atividades desenvolvidas pelo morador, exclusivamente para o próprio

consumo, em lavoura ou pecuária, embora considerasse como ocupada a pessoa que exercesse atividades como costura, tricô, preparo de doces e salgados em pelo menos 15 horas por semana, desde que em ajuda a outra pessoa (ou entidade) que tivesse atividade econômica.

A partir de 1992 foram introduzidas uma série de mudanças metodológicas⁹⁶ nas PNADs com o objetivo de captar determinados grupos de pessoas que na metodologia anterior não eram considerados como pertencentes à população ocupada. O conceito de trabalho tornou-se mais abrangente e as pesquisas básicas passaram a cobrir, além dos aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, os temas da migração, da fecundidade e da nupcialidade. Esse procedimento foi mantido também para as PNADs de 1993 e 1995. No entanto, no ano de 1996, para incorporar o tema suplementar da mobilidade social, foram retirados da pesquisa básica dois tópicos (trabalho de crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade). Em 1997, além dos tópicos e do tema excluído em 1996, foi retirado o tema da mobilidade social.

Assim, de 1992 em diante passou-se a considerar como trabalho em atividade econômica “o exercício de:

- a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e de serviços;
- b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- c) ocupação sem remuneração na produção de bens e de serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); conta-própria ou empregador, em ajuda à instituição religiosa, beneficiante ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário;
- d) ocupação desenvolvida, durante pelos menos uma hora na semana: na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura,

⁹⁶ - As informações foram retiradas do documento “Síntese de Conceitos e Definições” do site do IBGE na Internet, cuja página pode ser acessada no seguinte endereço:
<http://www.ibge.org/informações/pnad/sint/conceito.htm>.

pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar”(IBGE, 1996, p.5-6). Deste modo, o trabalho remunerado diz respeito aos itens a e b; o trabalho não-remunerado ao item c; e o trabalho no autoconsumo e na autoconstrução ao item d.

Com isso, verifica-se a introdução de duas novas categorias ocupacionais (os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso) e a inclusão na PEA das pessoas de 10 anos e mais que declararam trabalhar em atividades não-remuneradas durante pelo menos uma hora na semana de referência⁹⁷.

Em função dessas mudanças conceituais, as PNADs a partir de 1992 passaram a ter sete categorias ocupacionais, a saber:

“a) Empregado: pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria estão incluídas também as pessoas que prestavam serviço militar, os sacerdotes, ministros de igrejas, pastores, rabinos, frades, freiras e outros clérigos;

b) Trabalhador Doméstico: pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

c) Conta-Própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;

d) Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

e) Trabalhador Não-Remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado na produção de bens primários, conta-própria ou empregador; além das pessoas

⁹⁷ - Os efeitos dessas mudanças serão discutidos em um item específico denominado de “acréscimo conceitual”.

que atuavam como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo;

f) Trabalhador na Produção para o Próprio Consumo: pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade familiar;

g) Trabalhador na Construção para o Próprio Uso: pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar” (IBGE, 1996, p.8).

1.2 – OS PERÍODOS DE REFERÊNCIA

Até 1990, a PNAD restringia a pesquisa à última semana do mês de setembro de cada ano como sendo a data de referência para captar o trabalho das pessoas. A partir de 1992, foi ampliado o período de referência no sentido de mensurar melhor os períodos de ocupações das pessoas. Os novos períodos são os seguintes:

- a) semana de referência: é sempre a última semana do mês de setembro de cada ano;
- b) mês de referência: é sempre o mês de setembro;
- c) período de referência de 365 dias: período entre o primeiro dia após a última semana de setembro do ano anterior e o último dia da semana do ano da pesquisa;
- d) período de referência de 12 meses: período entre o mês de outubro do ano anterior e o mês de setembro do ano da pesquisa.

A **tabela A.1** mostra os efeitos dos diferentes períodos de referência na definição de ocupação principal. Essa distinção é importante porque a População Economicamente Ativa (PEA) varia de acordo com o período de referência considerado para se definir a atividade principal dos entrevistados. Como pode ser observado, a PEA agrícola de 1992 aumenta de 819 mil pessoas para 861 mil pessoas quando o período de referência passa da semana para o ano anterior. Isto revela que existiam 42 mil pessoas no estado que

declararam ter a atividade agrícola como ocupação principal no ano anterior à data da pesquisa (outubro de 1991 a setembro de 1992), mas que na semana de referência estavam ocupadas em atividades não-agrícolas (15 mil pessoas), desocupadas (4 mil pessoas) e inativos (23 mil pessoas).

Por outro lado, é possível observar também que na semana da pesquisa 11 mil pessoas declararam não ter na agricultura sua ocupação principal ao longo do último ano, mas que naquela semana estavam ocupados em atividades agrícolas. Isso significa que pelo menos 31 mil pessoas no estado alternam atividades agrícolas com não-agrícolas durante o ano de referência.

Finalmente, a tabela permite visualizar ainda que o número de pessoas decorrentes da ampliação do período de referência na definição de ocupação principal seria de aproximadamente 4 mil pessoas, que corresponde à diferença entre o número de pessoas classificadas como agrícolas na semana de referência (11 mil) - mas que seriam classificadas como não-agrícolas se o período de referência fosse ampliado para um ano - e o número de pessoas classificadas como não-agrícolas na semana de referência (15 mil pessoas) - mas que seriam classificadas como agrícolas se o período de referência fosse de um ano.

Tabela A.1:

Condição e setor de atividade das pessoas ocupadas na agricultura, segundo os períodos de referência das PNADs. Santa Catarina, 1992/97 (1000 pessoas).

Condição de Atividade	1992	1997	Taxa de Crescimento 1992/97(%aa)
Agrícola na Semana (1)	830	678	-4,0**
Agrícola no ano	819	669	-4,0**
Não-Agrícola no ano	11	9	-3,9
Agrícola no Ano (2)	861	778	-2,0
Agrícola na semana	819	669	-4,0**
Não-Agrícola na semana	15	10	-7,8
Desocupadas na semana	4	3	-5,6
Inativos na semana	23	96	33,1***

Fonte: PNADs 1992 a 1997.

Notas:

(1) Consiste nas pessoas ocupadas na agricultura na semana de ref. da pesquisa.

(2) Pessoas ocupadas na agricultura nos 365 dias anteriores a data de referência.

(*), (**) e (***) indicam valores significativos ao nível de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

1.3 – A DEFINIÇÃO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

Até a PNAD de 1990, o trabalho principal era definido de acordo com a ocupação remunerada a que o entrevistado dedicava a maior jornada de trabalho na semana de referência. Caso houvesse empate, a ocupação principal era definida em função daquele trabalho que tivesse maior rendimento.

A partir de 1992, as PNADs⁹⁸ passaram a considerar como trabalho principal na semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período. Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo a ordem enumerada, para definir o principal desse período:

- a) o trabalho da semana de referência no qual teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;
- b) em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não-remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias e
- c) em caso de igualdade, também no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente propiciava maior rendimento.

Em síntese, pode-se dizer que houve duas modificações simultâneas no conceito de ocupação principal: trocou-se o critério de remuneração pelo do tempo de ocupação e ampliou-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa.

Segundo Del Grossi (1999), essas modificações tendem a afetar especialmente aqueles ramos de atividade nos quais o trabalho não-remunerado é muito freqüente (como é

⁹⁸ - Informações extraídas das PNADs de 1992 e 1996.

o caso da agricultura) e/ou o trabalho precário, seja pela intermitência, seja pela baixa remuneração, como é o caso do pequeno comércio e da prestação de serviços pessoais. Além disso, quando se substitui o critério de renda pelo de tempo na definição da ocupação principal, muitos dos que foram contados como exercendo atividades não-agrícolas no ano de 1990 podem passar a ser classificados como agrícolas a partir de 1992. O critério de tempo despendido no ano anterior para definir a ocupação principal tende a inflar a PEA agrícola a partir de 1992 quando comparado ao critério de maior renda auferida pelo trabalho na semana de referência que vigorava até 1990.

1.4 – O ACRÉSCIMO CONCEITUAL⁹⁹

A **tabela A.2** mostra que a ampliação do conceito de trabalho resultou num acréscimo de mais de 100 mil pessoas na PEA do ano de 1997, sendo que a grande maioria dessas pessoas (80%) pertencem à categoria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (autoconsumo). Já a categoria dos não-remunerados com menos de 15 horas de trabalho semanal responde por cerca de 19% do restante, enquanto que a contribuição da categoria dos trabalhadores na construção para o próprio uso (autoconstrução) foi extremamente baixa, não ultrapassando a 1% do total.

Tabela A.2

Evolução do acréscimo conceitual da população ocupada, segundo a posição na ocupação. Santa Catarina, 1992/97 (1000 pessoas).

Ocupação	1992	1997	Taxa de Crescimento 1992/97 (%aa)
Autoconsumo	92	81	-2,5
Autoconstrução	5	1	-27,5**
Não-Remunerados	12	19	9,6
Total	109	101	-1,5

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

⁹⁹ - Designação que representa o conjunto de pessoas que passaram a fazer parte da população ocupada, decorrente das mudanças conceituais implementadas nas PNADs a partir de 1992.

A **tabela A.3** mostra a evolução do acréscimo conceitual, segundo a situação domiciliar e a atividade principal. No caso das pessoas com domicílio urbano, observa-se uma forte tendência de queda das ocupações em atividades agrícolas e um pequeno crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. No primeiro caso, as taxas de crescimento foram negativas da ordem 9,5% ao ano e significativas aos níveis considerados.

Já no meio rural a situação é um pouco diferente. As atividades agrícolas apresentaram uma tendência de crescimento, porém não significativa aos níveis considerados, enquanto que as atividades não-agrícolas se mantiveram constantes ao longo do período analisado.

De um modo geral, verifica-se uma tendência de queda da participação das pessoas com até 14 horas de jornada de trabalho semanal no conjunto da PEA, uma vez que as taxas de crescimento foram negativas da ordem de 1,5% ao ano no período analisado, embora não significativas aos níveis considerados.

Tabela A.3:
Evolução do acréscimo conceitual da PEA segundo a situação de domicílio e a atividade principal. Santa Catarina, 1992/97 (1000 pessoa).

Situação de Domicílio e Atividade Principal	1992	1997	Taxa de Crescimento 1992/97 (%aa)
Urbano			
Agrícola	51	31	-9,5***
Não-agrícola	6	7	3,1
Sub-total	57	38	-7,8***
Rural			
Agrícola	51	62	4,0
Não-agrícola	1	1	0
Sub-total	52	63	3,9
Total	109	101	-1,5

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais
(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

A **tabela A.4** mostra que, no ano de 1997, mais da metade dos trabalhadores na produção para o autoconsumo tinha domicílio rural, apesar de existir uma parcela importante dessa categoria com domicílio urbano (36%). Na verdade, os trabalhadores da produção para o próprio consumo apresentaram uma ligeira tendência de queda ao longo do

período considerado (1992/97). No entanto, esta tendência foi bem mais forte para as pessoas com domicílio urbano, cujas taxas de crescimento foram negativas da ordem de 10% ao ano. Além disso, nota-se que esta categoria de produtor se concentra no ramo de atividade agrícola.

Quanto aos trabalhadores não-remunerados, observa-se que 58% das pessoas com jornada de trabalho semanal inferior a 15 horas tem domicílio rural e a maioria absoluta se ocupa em atividades agrícolas, sendo que todas as pessoas desta categoria ocupadas em atividades não-agrícolas residem no meio urbano. Ressalta-se que os não-remunerados apresentaram taxa de crescimento positiva e significativa aos níveis considerados. Em parte, esta tendência se explica pelo grande crescimento das pessoas desta categoria ocupadas em atividades não-agrícolas e com domicílio urbano.

Quanto aos trabalhadores na construção para o próprio uso, verifica-se uma baixíssima presença desta categoria ocupacional no conjunto das pessoas que foram incorporadas à PEA, sendo que as taxas de crescimento foram negativas da ordem de 27,5% ao ano durante o período considerado.

Tabela A.4:
Evolução da população incorporada à PEA por ramos de atividade e por posição na ocupação, segundo a situação domiciliar.
Santa Catarina, 1992/97 (1000 pessoas).

Ramo de Atividade Posição Ocupação	Urbano			Rural			Total		
	1992	1997	%aa	1992	1997	%aa	1992	1997	%aa
Agrícola									
Autoconsumo	49	29	-10***	43	52	3,9	92	81	-2,5
Não-Remunerado	2	2	0	8	10	4,6	10	12	3,7
Sub-Total	51	31	-9,5***	51	62	4,0	102	93	-1,8
Não-Agrícola									
Autoconstrução	4	1	-24,2**	1	0	0	5	1	-27,5***
Não-Remunerado	2	6	24,6**	0	1	0	2	7	28,5***
Sub-Total	6	7	3,1	1	1	0	7	8	2,7
Total(Ag+Nag)									
Autoconsumo	49	29	-10***	43	52	3,9	92	81	-2,5
Autoconstrução	4	1	-24,2**	1	0	0	5	1	-27,5***
Não-Remunerado	4	8	14,9*	8	11	6,6	12	19	9,6*
Total Geral	57	38	-7,8***	52	63	3,9	109	101	-1,5

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais
(*), (**) e (***) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

Finalmente, é preciso destacar a baixa contribuição do “conceito ampliado de trabalho” para a PEA ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural no ano de 1997, uma vez que se registrou a presença de apenas mil pessoas ocupadas neste tipo de atividade. Todas essas pessoas fazem parte da categoria dos não-remunerados. Isso significa que os dados sobre a PEA não-agrícola no meio rural catarinense não sofreram grandes alterações em função da incorporação do novo conjunto de pessoas consideradas economicamente ativas a partir da PNAD de 1992.

Do ponto de vista do comportamento de cada categoria, nota-se que os trabalhadores ocupados na produção para o autoconsumo com domicílio urbano apresentaram taxas anuais de crescimento negativas da ordem de 10% ao ano e significativas aos níveis considerados, enquanto que aqueles ocupados no meio rural aumentaram o seu percentual de participação entre os anos considerados.

Quanto aos trabalhadores não-remunerados verifica-se que, tanto as pessoas ocupadas em atividades agrícolas residentes no meio rural como aquelas ocupadas em atividades não-agrícolas com residência urbana, apresentaram taxas anuais de crescimento positivas. Com isso, observa-se uma tendência de aumento da participação dessa categoria ocupacional no conjunto das pessoas que mantêm até 14 horas semanais de trabalho.

A **tabela A.5** mostra a condição na família¹⁰⁰, segundo a situação domiciliar e o ramo de atividade. No geral, observa-se que a grande maioria das pessoas incorporadas à PEA e que se dedicavam às atividades agrícolas são de mulheres cônjuges. Em termos percentuais, elas representam aproximadamente 78% do total. A seguir vem a pessoa de referência e posteriormente os filhos. Nestes dois casos, entretanto, prevalecem as pessoas do sexo masculino. Já nas ocupações em atividades não-agrícolas, mesmo com uma participação bem menor que a anterior, também verifica-se a predominância das mulheres cônjuges. Com isso, nota-se que das 101 mil pessoas que foram incorporadas à PEA na PNAD de 1997, 77 mil são mulheres, o que corresponde a 76%.

¹⁰⁰ - Segundo o manual de entrevista das PNADs, a condição na família é a posição da pessoa no âmbito familiar. Estas posições podem ser: a pessoa da referência da entrevista, cônjuge, filhos e outros parentes. Além destes, fazem parte ainda da definição os agregados (pessoa que não é parente e nem paga hospedagem), pensionistas (pessoa que não é parente e paga hospedagem), empregado doméstico e parentes deste. No caso de SC não se constatou a presença de agregados, pensionistas e empregados domésticos.

Este comportamento mantém-se praticamente inalterado no tocante à situação domiciliar. Assim, no meio urbano, tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas, prevalecem as mulheres cônjuges. Apenas nas atividades agrícolas nota-se que, na condição familiar de pessoa de referência, os homens prevalecem, mas a participação percentual é bastante baixa, comparativamente à condição de cônjuge.

Já no meio rural o contraste é bem maior, sendo que as mulheres cônjuges predominam amplamente, ao passo que os filhos e as pessoas de referência têm uma participação bem menor. Nestes dois casos, observa-se uma participação praticamente idêntica entre os homens e as mulheres.

Segundo Del Grossi (1999), a menor incidência das pessoas de referência que se dedicavam à produção para o autoconsumo indica que o número de famílias com esse tipo de produção tem reduzida participação na população. Isso reduz a força do argumento que justificava a incorporação dessa categoria na PEA pela importância da produção agropecuária familiar, que se dedicava exclusivamente à produção para o autoconsumo e que não estaria sendo captada pelas estatísticas oficiais.

Deste modo, as informações permitem afirmar que, embora essa categoria seja importante, a ampliação do conceito de trabalho captou praticamente as mulheres cônjuges que se dedicavam, além de seus afazeres domésticos, a outras atividades na unidade de produção, conforme veremos a seguir.

Tabela A.5:
Pessoas incorporadas à população ocupada, segundo a situação de domicílio,
os ramos de atividade principal, a condição na família e o gênero.
Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Condição na Família	Urbano		Rural		Total							
	Agrícola		N.Agríc.		Agrícola		N.Agríc.					
	H	M	H	M	H	M	H	M				
Pessoa de Referência	7	3	1	1	6	5	0	0	13	8	1	1
Cônjuge	0	18	0	3	0	37	0	0	0	55	0	3
Filho	2	0	1	1	6	6	0	0	8	5	1	2
Outro Parente	0	1	0	0	1	2	0	0	1	3	0	0
Total	9	22	2	5	13	50	0	0	22	71	2	6

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

As tabelas A.6 e A.7 apresentam a divisão das pessoas incorporadas à PEA pela posição na ocupação e pela atividade principal, segundo a situação de domicílio. No caso urbano, nota-se que a atividade mais freqüente das pessoas envolvidas na produção para o autoconsumo é a de verduras, seguida pela criação de aves.

Esta situação fica ainda mais nítida quando se observa as famílias com domicílio rural, pois verifica-se que a maioria das pessoas envolvidas na produção para o próprio consumo está vinculada às atividades de produção de verduras, de criação de aves e de cultivo de outros produtos.

De um modo geral, essas informações acabaram confirmando a hipótese de que a grande maioria das pessoas que foram incorporadas à PEA pelo “conceito ampliado de trabalho”, na verdade são pessoas que se dedicavam, prioritariamente ao cultivo de hortas domésticas e, em menor escala, à criação de aves.

Tabela A.6:

Atividade principal da população urbana incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, a posição na ocupação e a condição na família. Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Ramos	Posição na Ocupação	Atividade Principal	Posição na Família				Total
			Pes.	Ref.	Cônjuge	Filhos-Outro Parente	
Agrícola							
	Autoconsumo						
		Mandioca	1	0	0	0	3
		Milho	1	1	0	0	2
		Verduras	5	11	2	1	19
		Culturas Dvs	1	2	0	0	3
		Criação Aves	1	3	0	0	5
		Sub-total	9	17	2	1	29
	N.Remunerado						
		Culturas Dvs	1	1	0	0	2
Não Agrícola							
	Autoconstrução						
		Constr. civil	1	0	0	0	1
	N.Remunerado						
		Construção	0	0	1	0	1
		Mercado	0	0	1	0	1
		Serv. Coml.	0	0	1	0	1
		Org. Religiosa	0	1	0	0	1
		Serv. Social	0	1	0	0	1
		Atend. Clube	0	1	0	0	1
		Sub-total	0	3	3	0	6

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Tabela A.7:

Atividade Principal da população rural incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade principal, a posição na ocupação e a condição na família. Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Ramos	Posição na Ocupação	Atividade Principal	Posição na Família				Total
			Pes.Ref	Cônjuge	Filhos	Outro Parente	
Agrícola							
	Autoconsumo						
		Mandioca	2	1	1	0	4
		Milho	0	2	1	0	3
		Verduras	3	14	2	2	21
		Culturas Dvs	3	7	1	0	11
		Criação Aves	2	9	1	1	13
		Sub-total	10	33	6	3	52
	N.Remunerado						
		Fumo	0	1	0	0	1
		Mandioca	0	1	0	0	1
		Milho	0	1	1	0	2
		Culturas Dvs	0	1	1	0	2
		Criação Aves	0	1	2	1	4
		Sub-total	0	5	4	1	10
Não Agrícola							
	N.Remunerado						
		Assoc. Civil	0	0	1	0	1

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

As tabelas anteriores mostram ainda a presença das categorias dos não-remunerados e dos trabalhadores na autoconstrução. No meio urbano, nota-se que a grande maioria dos não-remunerados se ocupa em atividades não-agrícolas, sendo insignificante a presença das pessoas envolvidas em atividades de autoconstrução.

Já no meio rural, os não-remunerados são representados em quase sua totalidade por cônjuges e filhos que se distribuem em diversas atividades agrícolas, não se destacando a hegemonia de nenhuma delas.

Conforme pode ser observado pela **tabela A.8**, a grande maioria dessas pessoas trabalham menos de 15 horas semanais, sendo que todos os não-remunerados agrícolas, com residência rural ou urbana, por definição, têm uma jornada de trabalho semanal de até 14 horas. Observa-se, ainda, que praticamente a metade desta categoria é composta pelos filhos, o que pode indicar que são pessoas menores, normalmente estudantes, que dedicam parte de seu tempo a alguns afazeres domésticos.

Tabela A.8:

Grupo de horas semanais em todos os trabalhos das pessoas incorporadas à população ocupada, para as posições na ocupação de autoconsumo e autoconstrução, segundo os ramos de atividade, a situação de domicílio e a condição na família. Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Situação Domicílio	Ramos de Atividade	Posição na Ocupação	Grupo de hs todos trabs	Posição na Família				Total
				Pes.Ref	Cônjuge	Filhos	Outro Parente	
Urbano	Agricultora	Autoconsumo	até 14 hs	6	15	1	1	23
			15-39 hs	2	2	2	0	6
	Não Agrícola	Autoconstr.	15-39 hs	1	0	0	0	1
	Rural	Agricultora						
		Autoconsumo	até 14 hs	6	24	2	1	33
			15-39 hs	3	8	2	1	14
			40-44 hs	1	1	1	0	3
			45-48 hs	0	1	1	0	2

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Finalmente, as tabelas A.9 e A.10 mostram as ocupações mais frequentes das pessoas que foram incorporadas à PEA, segundo a situação de domicílio. No caso das pessoas com domicílio rural, verifica-se que todas aquelas vinculadas às atividades agrícolas foram classificadas como Trabalhador Rural, indicando que não existe qualquer tipo de especialização profissional entre esses trabalhadores.

A mesma situação se repetiu para as pessoas ocupadas em atividades agrícolas mas com domicílio urbano. No caso das atividades não-agrícolas, observou-se uma diversidade de ocupações na categoria dos não-remunerados.

Tabela A.9:

Ocupações mais freqüentes da população urbana incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade, a posição na ocupação e a condição na família. Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Ramos	Posição na Ocupação	Ocupação Principal	Posição na Família				Total
			Pes.Ref	Cônjuge	Filhos	Outro Parente	
Agrícola							
	Autoconsumo						
		Trab.Rural	8	18	2	1	29
	N.Remunerado						
		Trab.Rural	1	1	0	0	2
Não-Agrícola							
	N.Remunerado						
		Aux.Pintor	0	0	1	0	1
		Balconista	0	1	1	0	2
		At. Infantil	0	2	0	0	2
		Bordadeira	0	1	0	0	1
		Sub-total	0	4	2	0	
	Autoconstrução						
		Pedreiro	1	0	0	0	1

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Tabela A.10:

Ocupações mais freqüentes da população rural incorporada à população ocupada, segundo os ramos de atividade, a posição na ocupação e a condição na família. Santa Catarina, 1997 (1000 pessoas).

Ramos	Posição na Ocupação	Ocupação Principal	Posição na Família				Total
			Pes.Ref	Cônjuge	Filhos	Outro Parente	
Agrícola							
	Autoconsumo						
		Trab.Rural	11	33	6	2	52
	Não Remunerado						
		Trab.Rural	0	4	5	1	10
Não-Agrícola							
	Não Remunerado						
		Atendente	0	0	1	0	1

Fonte: NEA/IE/UNICAMP – Projeto Rurbano – Tabulações Especiais

Em resumo, pode-se afirmar com segurança que grande parte das pessoas que foram incorporadas à PEA é composta por cônjuges, em sua maioria do sexo feminino, e que se dedicam prioritariamente ao cultivo de verduras e à criação de aves. Além disso, nota-se uma forte presença de filhos, tanto na categoria do autoconsumo como na dos não-remunerados.

Com isso, chega-se à conclusão que a ampliação do “conceito de trabalho”, realizada pelo IBGE nas PNAD a partir do ano de 1992, mostrou que as famílias agrícolas que se dedicam exclusivamente às atividades tipicamente de subsistência não aumentaram significativamente ao longo do período considerado. Em grande medida, isso se deve ao fato de que este “tipo familiar” vem reduzindo progressivamente sua participação no meio rural do país e, em particular, no Estado de Santa Catarina.

2 – OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS PARA COMPATIBILIZAR AS INFORMAÇÕES

2.1 – PROCEDIMENTOS PARA O CASO DAS PESSOAS¹⁰¹

As variáveis utilizadas para a geração de informações sobre as diferentes formas de ocupação da população rural foram a ocupação, a atividade do empreendimento e, derivadas dessa, os ramos de atividade e a posição na ocupação.

A primeira variável considerada na compatibilização dos dados entre as décadas de 80 e 90 foi a posição na ocupação, tanto para o trabalho principal como para o secundário. Neste caso, a reclassificação das pessoas dos ramos de atividade dos anos 90 pode ter sido alterada para três grupos de situações, oriundas das combinações possíveis entre as ocupações principais e secundárias:

Grupo a: pessoas remuneradas (empregado, trabalhador doméstico, conta-própria ou empregador) no trabalho secundário e no trabalho principal;

Grupo b: pessoas não-remuneradas, tanto no trabalho principal como no secundário;

Grupo c: pessoas remuneradas no trabalho secundário mas não-remuneradas no trabalho principal

As pessoas pertencentes a algum dos três grupos estão sujeitas a serem reclassificadas quando se homogeneiza a série histórica. O procedimento adotado foi a troca da ocupação principal das pessoas pela secundária, e vice-versa, desde que em

¹⁰¹ - Com base na metodologia do “Projeto Rurano” e em Del Grossi (1999).

conformidade com os seguintes requisitos, respectivamente para cada grupo (se e somente se):

Grupo a: as pessoas que dediquem na semana de referência maior tempo ao trabalho secundário; no caso de empate das horas de trabalho, predomina a atividade de maior renda;

Grupo b: prevalece o trabalho com maior número de horas na semana;

Grupo c: prevalece a ocupação remunerada secundária.

A partir destas hipóteses foram construídas “syntax”¹⁰² do software SPSS para reclassificar os setores de atividade e ocupações das pessoas que atendiam a esses pré-requisitos. A correção só foi efetuada após a filtragem do excesso conceitual da PEA, retirando-se as categorias de autoconsumo, autoconstrução e não-remunerados com jornadas de trabalho menores de 15 horas semanais¹⁰³.

Da mesma forma que os ramos, os setores de atividade, as ocupações e a posição na ocupação (empregado, conta-própria, empregador e não-remunerado) também podem sofrer alterações, acompanhando as mesmas permutas que ocorreram nas atividades da pessoa, conforme os critérios dos grupos acima descritos. Deste modo, uma pessoa classificada como não-remunerada na atividade principal, pode passar a ser considerada conta-própria, se essa for a sua posição na ocupação secundária, de acordo com o critério para o **grupo c** de pessoas.

Em suma, os procedimentos básicos adotados para compatibilizar a série de dados foram:

- 1) Correção da atividade principal nos anos 90, segundo o conceito dos anos 80

Variáveis utilizadas:

v090532 = valor do rendimento em dinheiro do trabalho principal

v090535 = valor do rendimento em produtos (R\$) do trabalho principal

v090982 = valor do rendimento em dinheiro do trabalho secundário

¹⁰² - Nomenclatura utilizada pelo programa Statistical Package for Social Sciences- SPSS for windows para definir um determinado conjunto de cálculos e transformações a serem efetuadas no banco de dados. As transformações que foram realizadas serão descritas logo a seguir.

¹⁰³ - Procedimento desenvolvido por Guerra, V.S. (1996). Seleção de variáveis de condição de atividade, condição de ocupação, posição na ocupação e categoria de emprego para compatibilizar com o conceito de trabalho anterior a 1992. Rio de Janeiro; IBGE, 7p.(mono). Nesta filtragem a autora excluiu as novas categorias de autoconsumo e autoconstrução e excluiu também os não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho, com exceção dos não-remunerados que tenham alguma atividade secundária (remunerada ou não e com jornada maior de 15 horas semanais).

v090985 = valor do rendimento em produtos (R\$) do trabalho secundário
 v09058 = quantidade de horas semanais no trabalho principal
 v09101 = quantidade de horas semanais no trabalho secundário
 v09091 = setor de atividade do trabalho secundário
 v09092 = posição na ocupação do setor secundário
 v09095 = setor secundário é militar (sim ou não)
 v09096 = setor secundário é funcionário público (sim ou não)
 v09097 = tem carteira assinada nesse trabalho secundário (sim ou não)
 v090061 = posição na ocupação no trabalho principal
 v090072 = ramo de atividade do trabalho principal
 v09092c = posição na ocupação do trabalho secundário corrigida
 v090072c = ramo de atividade do trabalho principal corrigido
 v090061c = posição na ocupação do trabalho principal corrigido

Os comandos e procedimentos adotados pelo programa SPSS são bastante complexos e encontram-se rigorosamente explicados em Del Grossi (1999).

2) Procedimentos para seleção da população economicamente ativa e da população ocupada segundo o conceito de trabalho dos anos 80:

a) Para pessoas de 10 anos ou mais economicamente ativas (peacorr):

Variáveis utilizadas:

v03034 = idade das pessoas
 v090061 = posição na ocupação no trabalho principal
 v09058 = quantidade de horas semanais no trabalho principal
 v09092 = posição na ocupação do setor secundário
 v09101 = quantidade de horas semanais no trabalho secundário
 v091023 = rendimentos em dinheiro dos outros trabalhos na semana de referência
 v091026 = rendimentos em produtos ou mercadorias dos outros trabalhos
 v091027 = rendimentos de benefícios
 v09115 = se a pessoa procurou trabalho na semana de referência
 v09119 = última providência adotada para trabalhar

v03034>0

e

v090061 = 01 a 10 ou 14

ou

v090061 = 13 e v09058 = 15 a 99

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 1 a 4 ou 9

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 15 a 99

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 1 a 14 e
v091023 # branco

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 1 a 14 e
v091023 = branco e v091026 # branco

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 1 a 14 e v091027 = 6

ou

v09115 = 1 e v09119 > 0.

b) Para pessoas de 10 anos ou mais ocupadas (ocupcorr):

Variáveis utilizadas:

v03034 = idade da pessoa

v090061 = posição na ocupação no trabalho principal

v09058 = quantidade de horas semanais no trabalho principal

v09092 = posição na ocupação do setor secundário

v09101 = quantidade de horas semanais no trabalho secundário

v091023 = rendimentos em classes de salários mínimos no trabalho secundário

v091026 = rendimentos em classes de salários mínimos no trabalho secundário

v091027 = rendimentos de benefícios

v03034 > 9

e

v090061 = 01 a 10 ou 14

ou

v090061 = 13 e v09058 = 15 a 99

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 1 a 4 ou 9

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 15 a 99

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14
e v091023 # branco

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14
e v091023 = branco e v091026 # branco

ou

v090061 = 13 e v09058 = 1 a 14 e v09092 = 5 ou 6 e v09101 = 01 a 14
e v091027 = 6.

2.2 – PROCEDIMENTOS PARA O CASO DAS FAMÍLIAS¹⁰⁴

2.2.1 – O CONCEITO DE FAMÍLIA EXTENSA

Como mostramos no item sete desse Apêndice Metodológico, a unidade de análise relevante deixou de ser o estabelecimento agropecuário e passou a ser a família ou o domicílio, uma vez que essas duas unidades mostram com maior precisão as distintas formas de combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas.

No entanto, os dados das PNADs apresentam limitações para os dois conceitos. Por um lado, o conceito de família considera apenas a unidade nuclear (casal e parentes mais próximos desde que não constituam outro casal), o que em muitos casos separa grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si. Por outro, o conceito de domicílio, às vezes, acaba juntando as famílias nucleares economicamente independentes simplesmente porque elas não possuem um entrada privada para seus aposentos. Decorre daí que, tanto o domicílio quanto a família, de acordo com os critérios adotados pelas PNADs, não são as unidades mais adequadas para avaliar a incidência da pluriatividade.

Pelo Manual da PNAD de 1995, **domicílio** é o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação está relacionada às despesas de alimentação ou moradia, enquanto que a independência refere-se ao acesso aos lares. Segundo Del Grossi & Graziano da Silva (1998), nesse conceito misturam-se duas situações distintas: uma da família com dependência econômica em relação à outra (alimentação ou moradia) e que mora sob o mesmo teto e a outra situação é caracterizada pela localização física, no sentido de não ter acesso isolado ao lar.

Já a **família** é definida como sendo o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar, além da pessoa que morar somente em uma unidade domiciliar. Dependência doméstica é a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, enquanto que as normas de convivência

¹⁰⁴ - Os detalhes sobre a tipologia das famílias encontram-se em Graziano da Silva & Del Grossi (1998).

são as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, mas que não estão ligadas por laços de parentesco ou de dependência econômica.

Analisando os dados da PNAD de 1995, os autores acima citados chegaram a conclusão de que a distribuição das famílias nucleares ligadas à agricultura reflete basicamente a distribuição dos domicílios, uma vez que o número de domicílios com mais de uma família é bastante baixo, não atingindo mais de 40 mil moradias em todo o país. No entanto, tomando-se pura e simplesmente os domicílios como unidade de análise, estariam sendo considerados também os pensionistas e os empregados domésticos (e seus parentes).

Diante desse quadro, criou-se no âmbito do “Projeto Urbano”, uma categoria intermediária nos dados das PNADs, conhecida como **família extensa**, a qual passou a ser a unidade de análise relevante. Essa unidade exclui os pensionistas, os empregados domésticos e os seus parentes e considera, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados. Entendendo-se por agregado a pessoa que não era parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e que não pagava hospedagem nem alimentação a membro da família.

2.2.2 – A CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS FAMILIARES

A metodologia utilizada para classificar os diferentes tipos de famílias, considerou três variáveis classificatórias:

a) Situação Domiciliar: na classificação foram consideradas as novas categorias censitárias adotadas pelo IBGE a partir do Censo Demográfico de 1991. Neste caso, os domicílios urbanos foram subdivididos em “urbano urbanizados” e “não-urbanizados mais áreas isoladas”. Já as áreas rurais foram separadas em três categorias: “rural extensão do urbano”, “rural núcleo mais povoado”, e “rural exclusive”;

b) Posição na Ocupação: as famílias foram classificadas como **empregadoras** (quando algum membro declarou ser empregador), como **conta-própria** (na falta de algum membro empregador), como de **outros trabalhadores ocupados** (na falta das duas posições anteriores), e **não-ocupados** (quando nenhum membro declarou-se ocupado na semana de referência). Ressalta-se que a categoria dos empregadores foi sub-dividida em

duas: os empregadores com até dois empregados e os empregadores com mais de dois empregados;

c)Tipos de Famílias: de acordo com o tipo de atividade exercida pelos seus membros, as famílias foram classificadas em **agrícolas** (quando todos os membros ativos das famílias exerciam atividades na agricultura), **pluriativas** (quando algum membro combina atividades agrícolas com não-agrícolas ou então declarou ter uma atividade agrícola como ocupação secundária), e **não-agrícolas** (quando todos os membros declararam não exercer nenhum tipo de atividade agrícola).

Para obter as informações das PNADs de acordo com essa metodologia, foram realizadas duas mudanças básicas nos dados agregados:

1) Mudanças nos dados das PNADs, segundo o conceito de “família extensa”, criando-se novas variáveis a partir desse conceito (famílias extensas).

Variáveis utilizadas:

uf= Código da unidade da federação.
 Control= Identificação da área censitária selecionada.
 V0103= Número de domicílios selecionados dentro do setor.
 ocupcorr= Pessoas ocupadas (corrigida).
 v4105= Situação censitária.
 v0104= Classificação do tipo de situação encontrada na unidade domiciliar selecionada.
 v0201= Espécie de domicílio.
 v0401= Condição da unidade domiciliar.
 v03034= Idade do morador na data de referência.
 v09019= Número de empregados permanentes no mês de referência .
 V09048= Número de empregados que ocupava no mês de referência .
 v09091 = Setor de atividade do trabalho secundário
 v090072c = Ramo de atividade do trabalho principal corrigido
 v090061c = Posição na ocupação do trabalho principal corrigido
 sit_dom2= Situação de domicílio corrigida.
 pluri2= Tipo de família, segundo o ramo de atividade dos membros.
 tipo_d_2= Tipo de família, segundo a posição no trabalho.

Comandos:

Selecionar, SE
 (v0201 = 1 e v0401 < 6 e v03034 > 9).

SE (ocupcorr = 1) .
 Recodificar v0104 INTO número (1=1)

SE (v090061c = 9) .

Recodificar v0104 INTO CP (todos os valores = 1)

SE (v090061c = 10) .

Recodificar v0104 INTO PA (todos os valores=1)

SE (v090072c = 1) .

Recodificar v0104 INTO agrícola (todos os valores=1)

SE (v090072c = 1 e ocupcorr=1) .

Recodificar v0104 INTO não-agrícola (todos os valores=1)

SE (v090072c = 1 e v09091<49) .

Recodificar v0104 INTO agric_agrícola (todos os valores=1)

SE (v090072c = 1 e v09091>49 e v09091<1000) .

Recodificar v0104 INTO agric._não-agrícola (todos os valores=1)

SE (v090072c > 1 e ocupcorr=1 e v09091<50) .

Recodificar v0104 INTO não-agrícola_agrícola (todos os valores=1)

SE (v090072c > 1 e ocupcorr=1 e v09091>49) .

Recodificar v0104 INTO não-agrícola_não-agrícola (todos os valores=1)

SE (v090061c = 10) .

Recodificar v09019 INTO num_empregados (1 até 3=1) (5 até 8=2)

Recodificar v09048 (SYSMIS=99).

SE (v090061c = 10) .

Recodificar v09048 INTO num_empregados (2 até 4=1) (6 até 8=2) (0=2)

Recodificar

agri nagri agri_agr agri_nagr nagr_agr nagr_nagr num num_empr CP PA (SYSMIS=0)
(MISSING=0) .

Recodificar

agri_1 cp_1 pa_1 nagri_1 num_1 agrl_agr agrl_nagr nagl_agr nagl_nagr empr
(SYSMIS=0) (MISSING=0) .

Recodificar v0104 INTO tipo_d_2 (todos os valores=4)

SE (cp_1 > 0) .

Recodificar v0104 INTO tipo_d_2 (todos os valores=3)

SE (pa_1 > 0 & empr < 2) .

Recodificar v0104 INTO tipo_d_2 (todos os valores=2)

SE (pa_1 > 0 & empr > 1) .

Recodificar v0104 INTO tipo_d_2 (todos os valores=1)

Recodificar v0104 INTO pluri1.(todos os valores=4)

SE (agri_1 = 0 & num_1 > 0) .

Recodificar v0104 INTO pluri1. (todos os valores=3)

SE (agri_1 > 0 & nagri_1 > 0 & num_1 > 0) .

Recodificar v0104 INTO pluri1. (todos os valores=2)

SE (agri_1 > 0 & nagri_1 = 0 & num_1 > 0) .

Recodificar v0104 INTO pluri1. (todos os valores=1)

Recodificar v0104 (todos os valores= 5) INTO secundária

SE (agr1_agr = 0 & agr1_nag = 0 & nag1_agr = 0 & nag1_nag = 0) .

Recodificar v0104 INTO secundária (todos os valores=0)

SE (agr1_agr > 0 & agr1_nag = 0 & nag1_agr = 0 & nag1_nag = 0) .

Recodificar v0104 INTO secundária (todos os valores=1)

SE (agr1_agr = 0 & agr1_nag > 0 & nag1_agr = 0 & nag1_nag = 0) .

Recodificar v0104 INTO secundária (todos os valores=2)

SE (agr1_agr = 0 & agr1_nag = 0 & nag1_agr > 0 & nag1_nag = 0) .

Recodificar v0104 INTO secundária (todos os valores=3)

SE (agr1_agr = 0 & agr1_nag = 0 & nag1_agr = 0 & nag1_nag > 0) .

Recodificar v0104 INTO secundária (todos os valores=4)

Recodificar pluri1 secundária (SYSMIS=0) .

Recodificar pluri1 INTO pluri2 (todos os valores=Copy)

SE ((secund > 0 & secund < 4) or (secund = 5)) .

Recodificar v0104 INTO pluri2 (todos os valores=2)

Recodificar pluri2 (SYSMIS=0) .

Recodificar v4105

(1=1) (4=3) (8=5) (2 thru 3=2) (5 thru 7=4) INTO sit_dom2 .

2) Mudanças nos dados das PNADs para definição das rendas familiares Rendas familiares deflacionadas tendo como base o ano de 1997

Variáveis utilizadas:

uf= Código da unidade da federação.
 Control= Identifica área censitária selecionada.
 V0103= Número de domicílios selecionados dentro do setor.
 v090072 = Ramo de atividade do trabalho principal.
 v090072c = Ramo de atividade do trabalho principal corrigido.
 pluri2= Tipo de família segundo o ramo de atividade dos membros..
 tipo_d_2= Tipo de família segundo a posição no trabalho.
 v0905311= Valor de rendimento mensal do trabalho principal.
 v0905312= Valor de rendimento mensal de todos os trabalhos.
 v0905313= Valor de rendimento mensal de todos as fontes.
 v0905314= Valor de rendimento médio mensal domiciliar.
 v0905315= Valor de rendimento mensal familiar (considerando-se agregado na família).
 v0905316= Valor de rendimento mensal familiar (sem considerar agregado na família).
 v0912502= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por aposentadoria.
 v0912505= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por pensão.
 v0912508= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por outra aposentadoria.
 v0912511= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por outra pensão.
 v0912514= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por abono de permanência.
 v0912517= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por aluguel.
 v0912520= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por doação.
 v0912523= Rendimento em dinheiro recebido no mês de referência por juros.
 renda_to= Renda total familiar
 rend_agr= Renda familiar agrícola.
 rend_nagr= Renda familiar não agrícola.
 aposen= Renda familiar por aposentadoria.
 outros= Renda familiar de outra origem.

DEFLATOR

1992: $((56.178,88*10^{**6})/((78806,6*10^{**3})*2750*10^{**3})) = 0,000259226$
 1993: $((56178,88*10^{**6})/((1580,16*10^{**6})*2750)) = 0,012928237$
 1995: $((56178,88*10^{**6})/(47638,39*10^{**6})) = 1,179277469$
 1996: $((56178,88*10^{**6})/(53829,06*10^{**6})) = 1,043827896$

Recodificar

v0905311 v0905312 v0905313 v0905314 v0905315 v0905316 v0912502 v0912505
 v0912508 v0912511 v0912514 v0912517 v0912520 v0912523 (-1=0) .

SE (pluri2 = 4) .

Recodificar tipo_d_2 (ELSE=5) .

SE (v090072c = 1 & (v090072 = v090072c))

Criar ren_ag_p = v0905311 * DEFLATOR.

SE (v090072c = 1 & (v090072 \neq v090072c))

Criar ren_ag_p = (v0905312 - v0905311) * DEFLATOR.

SE (v090072c > 1 & (v090072 = v090072c))

Criar ren_na_p = v0905311 * DEFLATOR.

SE (v090072c > 1 & (v090072 \neq v090072c))

Criar ren_na_p = (v0905312 - v0905311) * DEFLATOR.

SE (v09091 < 50 & (V090072 = V090072c))

Criar ren_ag_s = (v0905312 - v0905311) * DEFLATOR.

SE (v09091 < 50 & (v090072 \neq v090072c))

Criar ren_ag_s = v0905311 * DEFLATOR.

SE (v09091 > 49 & (v090072 = v090072c))

Criar ren_na_s = (v0905312 - v0905311) * DEFLATOR.

SE (v09091 > 49 & (v090072 \neq v090072c))

Criar ren_na_s = v0905311 * DEFLATOR.

Recodificar ren_ag_p ren_na_p ren_ag_s ren_na_s (SYSMIS=0) (MISSING=0) .

Criar ren_agr = ren_ag_p + ren_ag_s .

Criar ren_nag = ren_na_p + ren_na_s .

Criar ren_apo = (v0912502 + v0912505) * DEFLATOR.

Criar ren_out = (v0912508 + v0912511 + v0912514 + v0912517 + v0912520 + v0912523) * DEFLATOR.

Criar v12502 = v0912502 * DEFLATOR.

Criar v12505 = v0912505 * DEFLATOR.

Criar v12508 = v0912508 * DEFLATOR.

Criar v12511 = v0912511 * DEFLATOR.

Criar v12514 = v0912514 * DEFLATOR.

Criar v12517 = v0912517 * DEFLATOR.

Criar v12520 = v0912520 * DEFLATOR.

Criar v12523 = v0912523 * DEFLATOR.

Recodificar

ren_agr ren_nag ren_apo ren_out v12502 v12505 v12508 v12511 v12514 v12517 v12520
v12523 (SYSMIS=0) (MISSING=0) .

Recodificar

rend_ag rend_na aposen outros ren_a_p ren_a_s ren_n_p ren_n_s ap_previ pens_pr out_ap
out_pen abono aluguel doacao juros v905314 (SYSMIS=0) (MISSING=0) .

Criar renda_to = rend_ag + rend_na + aposen + outros .

Recodificar v905314 (999999999999 thru Highest=999999999999) .

SE (v905314 = 999999999999) .

Recodificar

rend_ag rend_na aposen outros renda_to ren_a_p ren_a_s ren_n_p ren_n_s ap_previ
pens_pr out_ap out_pen abono aluguel doacao juros (ELSE[todos os valores]=-1) .

3 - A MUDANÇA DA BASE AMOSTRAL DA PNAD DE 1997

As PNADs são realizadas desde 1967, sendo interrompidas somente nos anos em que são realizados os Censos Demográficos (1970, 1980 e 1991). Apenas em 1994, por razões de ordem técnica do IBGE, a pesquisa deixou de ser feita. Trata-se de um dos mais importantes instrumentos de informações sobre o desenvolvimento social e econômico do país, uma vez que ela abrange quase todo o território nacional, exceção apenas para as áreas rurais da região Norte.

Como sabemos, uma das características da PNAD é fazer projeções do crescimento populacional a partir das informações do Censo Demográfico (CD). Assim, quanto mais os anos das pesquisas se distanciam da data do CD, maiores serão as possibilidades de erro.

Como a amostra é feita a partir das projeções do crescimento da população residente nas unidades da federação e pela agregação das populações das três áreas censitárias, o

IBGE recomenda que a abertura máxima que poderá ser feita nos dados é no âmbito do estado, não estando garantida a representatividade da amostra para níveis geográficos menores, como é o caso de municípios, distritos, etc.

Em síntese, a PNAD é uma pesquisa amostral e seus dados agregados refletem uma projeção que considera a evolução populacional ocorrida entre dois períodos censitários. Neste sentido, as informações das PNADs de 1992 a 1996 estão baseadas em projeções de crescimento da população verificada entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Acontece que em 1996, ano intermediário entre dois períodos censitários, o IBGE realizou, pela primeira vez, a Contagem Populacional (CP). A partir dos seus resultados, foram revistas as estimativas de população geradas para o período de 1992 a 1996, acarretando um ajuste nos pesos utilizados pelas PNADs para a expansão de seus resultados. A **tabela A.11** apresenta esses novos pesos baseados na Contagem Populacional de 1996.

Com isso, enfrentamos um segundo problema metodológico nos dados dos anos 90. Para que eles fossem comparáveis entre si, tornou-se necessário reponderar as informações das quatro PNADs anteriores a 1997, para que as mesmas pudessem ser utilizadas na série que estamos considerando (1981 a 1997).

Tabela A.11:
Novos pesos com base na Contagem Populacional

Ano	Peso Antigo	Peso Reajustado
1992	568	566
1993	586	583
1995	572	570
1996	589	587

Fonte: FIBGE – PNAD de 1997.

A reponderação é um processo relativamente simples, em que o novo peso de cada pessoa na amostra de um determinado ano, multiplicado pela amostra total dará a projeção da população do estado. Por exemplo: em 1996, o novo peso (587) multiplicado pela amostra total (8364) dará a população do estado. Neste caso, ressalta-se que esse valor reflete uma situação real, reduzindo-se os efeitos de possíveis erros decorrentes das projeções amostrais, já que estará sendo feita uma interpolação de dois dados conhecidos: o CD de 1991 e a CP de 1996. Vale lembrar que este problema poderá estar presente

novamente nas próximas PNADs até a realização do Censo Demográfico do ano 2000. No entanto, o erro de projeção na PNAD de 1997 será bem menor, uma vez que a sua base agora será a Contagem Populacional de 1996, e não mais o Censo Demográfico de 1991.

4 - A AMOSTRA DAS PNADs DE SC

A PNAD é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios); unidades secundárias (setores censitários); e unidades terciárias (unidades domiciliares – domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Para as PNADs da década de 90 foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 01.09.91, utilizadas no Censo Demográfico (CD) do mesmo ano.

No primeiro estágio, os municípios foram classificados em auto-representativos e não auto-representativos. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no CD de 1991. No segundo estágio, os setores censitários foram selecionados, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado como medida de tamanho o número de unidades domiciliares existentes no CD de 1991. Finalmente, no último estágio foram selecionados, com equiprobabilidade em cada setor censitário, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Visando manter atualizado o cadastro básico das unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, todo ano o IBGE realiza a operação de listagem de todos os setores da amostra, processo que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não-residências existentes na área. Além disso, há um cadastro complementar constituído pelas unidades domiciliares existentes em conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades residenciais, que surgiram após o Censo Demográfico de 1991, cuja finalidade é acompanhar o crescimento dos municípios pertencentes à amostra.

Quanto à expansão da amostra, o IBGE utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (metropolitana e não-metropolitana). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991, sob hipóteses de crescimento associadas à taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

As notas do IBGE sobre o plano de amostragem ressaltam também que o desenho amostral da pesquisa possibilita a expansão de seus resultados para o país, grandes regiões, regiões metropolitanas e unidades da federação, não estando garantida a representatividade da amostra para níveis geográficos menores (municípios, distrito e setor).

A **tabela A.12** mostra como foi realizada a fração da amostragem e a composição da amostra nas PNADs de SC nos anos de 1981, 1992 a 1997, série histórica que faz parte deste estudo. Quanto à fração da amostra, aos municípios e setores pesquisados, observa-se que na década de 90 são idênticos para todos os anos. Apenas varia o número de unidades domiciliares pesquisadas, o que influencia no total de pessoas na amostra do estado. Ressalta-se, ainda, que na PNAD de 1981 não consta o número de setores pesquisados.

Tabela A.12:

Fração de amostragem e composição da amostra. SC – 1981, 1992 a 1997.

Anos	Fração de Amostragem	Municípios	Setores	Unidades Domiciliares	Pessoas na Amostra
1981	350	31	xxxxxx	2421	9824
1992	550	30	170	2429	8176
1993	550	30	170	2492	8058
1995	550	30	170	2695	8489
1996	550	30	170	2758	8364
1997	550	30	170	2920	8791

Fonte: FIBGE. PNAD 1981 e PNADs de 1992 a 1997.

No caso das PNADs, devido à abrangência em termos de extensão territorial, o IBGE diz que se torna praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilísticas (erros alheios à amostragem),

sendo que os últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases da pesquisa. Assim, os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção dos resultados do que os erros da amostragem.

Neste sentido, com o objetivo de quantificar o erro amostral em função da dimensão da estimativa, o IBGE optou por ajustar modelos de regressão para cada um dos seguintes grupos de variáveis (para pessoas): total; situação urbana e situação rural. A partir daí, utiliza-se o modelo de regressão da forma $Y = Ax^b$, onde x é o valor da estimativa e Y é o respectivo coeficiente de variação.

Finalmente, o IBGE apresenta os coeficientes das regressões A e B para cada grupo de variáveis, bem como os coeficientes de variação, que são calculados pela aplicação dos parâmetros pertinentes a determinados tamanhos das estimativas. Assim, para avaliar o coeficiente de variação associado a uma estimativa x , de uma determinada característica de pessoa, família ou domicílio, deve-se aplicar à expressão Ax^b os parâmetros A e B convenientes.

A **tabela A.13** apresenta as observações na amostra por situação de domicílio e por setor de atividade. Com relação à situação de domicílio, nota-se que apenas no ano de 1981 há uma proximidade da amostra entre as duas situações domiciliares. Nos demais anos, há uma superioridade das observações de domicílio urbano em relação ao domicílio rural. Em 1997, essa proporção era de 68% (urbano) e 32% (rural).

Em 1997 foram entrevistadas 8791 pessoas. Destas, 4287 pessoas estavam ocupadas. Das pessoas ocupadas no meio rural, 380 pessoas ocupavam-se em atividades não-agrícolas. Com isso, a proporção ou probabilidade de uma pessoa estar ocupada em atividades não-agrícola no meio rural catarinense é de 0,2765. Por outro lado, essas 380 pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas residentes no meio rural, multiplicado pelo seu peso na amostra, dará exatamente a PEA rural não-agrícola do estado.

Tabela A.13:
Observações na amostra por situação de domicílio e setor de atividade.
Santa Catarina, 1981, 1992 a 1997.

PNADs	Urbano			Rural			Total de Pessoas Ocupadas	Total da Amostra
	Agrícola	N.Agrícola	Total	Agrícola	N.Agrícola	Total		
1981	168	1922	2090	1586	450	2036	4126	9824
1992	266	2297	2563	1242	320	1562	4125	8176
1993	224	2330	2554	1237	300	1537	4091	8058
1995	290	2683	2973	1172	355	1527	4500	8489
1996	215	2477	2692	995	417	1412	4104	8364
1997	204	2709	2913	994	380	1374	4287	8791

Fonte: FIBGE –PNADs de diversos anos.

5 - NÚMEROS MÍNIMOS E TESTES DE SIGNIFICÂNCIA

Uma questão importante diz respeito ao número mínimo a ser utilizado na análise. Sabe-se que os microdados das PNADs permitem uma grande desagregação das informações sobre as ocupações. Porém, é preciso alertar que quanto mais aberturas forem feitas nos dados (cortes), os valores das amostras tornam-se menores. Assim, é necessário um cuidado especial com os números muito pequenos.

Segundo Botelho (1999), no caso de se trabalhar com pequenas probabilidades (como é a nossa situação) é possível utilizar a distribuição de Poisson, que pode ser usada quando existirem probabilidades muito pequenas. Com isso, é possível mostrar que números maiores que 4 na amostra original da PNAD garantem, ao nível de 95%, que o intervalo de confiança será maior que 1, ou seja, o número obtido é significativamente diferente de zero com 95% de confiança. Ao se considerar o nível de 99%, o número crítico mínimo será 6 unidades de observações na amostra original.

Desta forma, para se obter uma estimativa do número mínimo da população (amostra expandida) que poderemos considerar significativo basta multiplicar o fator de expansão pelo número 6. No caso de SC, como esse fator é de 588, obtém-se o mínimo de 3.528 pessoas. Isso significa que valores inferiores a este não devem ser considerados.

A outra questão diz respeito ao nível de confiança das taxas de crescimento que são estimadas pelo teste t, a partir dos parâmetros dos coeficientes de variação divulgados pelo

IBGE para cada pesquisa realizada. Neste trabalho foram utilizadas duas análises distintas para se avaliar o nível de significância das taxas de crescimento e, consequentemente, das tendências apontadas pelas informações.

Um método de análise utilizado foi a comparação dos valores entre dois períodos para os dados superiores ao número mínimo, calculando-se a taxa de crescimento entre eles (período entre 1981 e 1992). Caso a diferença entre essas estimativas seja significativa, a taxa de crescimento também o será¹⁰⁵.

Porém, mesmo que o número encontrado no quesito não seja significativo, é possível que ele apresente uma tendência (de crescimento ou queda) na sua evolução no período considerado (1992/97). Assim, o outro método utilizado consistiu em analisar as tendências das estimativas dos anos de 1992 a 1997, com o objetivo de determinar se existe ou não um crescimento estatisticamente significativo, independentemente dos valores estimados para cada ano também o serem. Neste caso, para verificar se está ocorrendo uma variação significativa ou não entre os anos de 1992 a 1997, considerando-se também os anos intermediários entre esse período, ajustou-se uma regressão log-linear do número de pessoas ocupadas contra o tempo. Nesse modelo, o coeficiente angular estimado (b) da regressão ajustada representa diretamente a taxa de crescimento geométrico para o período considerado. O teste que mostra se essa tendência é significativa ou não, é sempre apresentado na última coluna das tabelas¹⁰⁶.

6 - A MENSURAÇÃO DA PLURIATIVIDADE ATRAVÉS DAS PNADs

As duas variáveis fundamentais para se mensurar os níveis da pluriatividade são a renda e a ocupação da mão-de-obra. Na literatura internacional observa-se que são poucos os trabalhos que desenvolveram uma metodologia específica para auferir com precisão a renda agrícola. A grande maioria dos estudos concentra-se sobre a variável “ocupação da

¹⁰⁵ - Maiores detalhes desta metodologia podem ser encontrados em Hoffmann, R. (1997). Precisão dos Resultados das PNADs e a Determinação de Mudanças Estatisticamente Significativas, 3p. (mono).

¹⁰⁶ - Informações adicionais encontram-se em Botelho, F. B (1999). Considerações sobre as PNADs, 15p. (mono).

mão-de-obra". A partir da dinâmica da alocação da força de trabalho no âmbito do domicílio familiar torna-se possível avaliar os níveis da pluriatividade.

Em um estudo realizado em 24 áreas dos países europeus ao longo de cinco anos (1987 a 1991), Mackimom et alii (1991) examinaram detalhadamente a contribuição das rendas das atividades não-agrícolas no conjunto da renda familiar. Os autores chegaram a conclusão que, num horizonte de 6000 propriedades pesquisadas, ao redor de 62% das unidades familiares são pluriativas, sendo que apenas 18% das unidades pesquisadas tinham renda advinda exclusivamente das atividades agrícolas. Ao analisar as sete principais fontes de renda nas unidades familiares, observaram que as rendas agrícolas respondiam por menos de 48%, enquanto que os ganhos com atividades fora das unidades de produção representavam aproximadamente 27% da renda total. Com isso, concluíram que em quase todos os casos estudados as rendas não-agrícolas não são inferiores à metade da renda especificamente agrícola.

A baixa presença de estudos desta natureza na literatura se explica pelas dificuldades de se obter dados confiáveis, bem como pela própria dinâmica das atividades agropecuárias, sobretudo nas unidades familiares de produção, onde são desenvolvidas uma série de atividades diversificadas, as quais nem sempre permitem dimensionar com exatidão os custos de produção e a renda líquida de uma atividade específica.

Além disso, há ainda, por parte de alguns pesquisadores, uma tendência de não dar muita importância ao tema da renda, do ponto de vista quantitativo, nas discussões da pluriatividade. Muitos entendem que a simples demonstração da existência de um processo de diversificação das fontes de rendas nas unidades familiares já é suficiente para se estabelecer a discussão da pluriatividade das famílias rurais.

Apesar da procedência de parte dessa argumentação, nossa posição é a de que quanto mais precisa for a mensuração das diferentes fontes de renda, melhor será para se configurar a existência ou não da pluriatividade no interior das famílias.

No nosso trabalho, entretanto, enfrentamos dificuldades de outra ordem. Ao utilizarmos os dados das PNADs conseguimos definir com boa precisão a dinâmica das ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural catarinense. Porém, na questão específica da renda, há uma série de problemas para se utilizar as informações deste tipo de pesquisa.

Esses problemas dizem respeito à forma como a renda agrícola é medida. O quesito 53 do “Manual do Entrevistador”¹⁰⁷ pergunta: **qual era o rendimento mensal recebido normalmente, em setembro de 1995, nesse trabalho?** Este quesito busca investigar o tipo de remuneração e o valor do rendimento mensal em dinheiro ou em produtos e/ou mercadorias que a pessoa recebia no trabalho remunerado que tinha na semana de referência.

Recomenda-se que, para as pessoas que recebiam uma parte dos rendimentos em dinheiro e outra parte em mercadorias, o registro deveria ser feito de duas maneiras. A primeira, em dinheiro, para a pessoa que tinha:

- a) rendimento fixo (remuneração bruta normalmente recebida no mês da pesquisa);
- b) rendimento variável (valor médio da remuneração bruta ou da retirada no mês da pesquisa).

A remuneração bruta é o pagamento da pessoa empregada sem excluir o salário família e nem os descontos correspondentes ao INSS, imposto de renda, faltas, etc. Já a retirada é o ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento como, por exemplo, pagamento de empregados, de matéria-prima, de energia elétrica, de telefone, etc.) da pessoa que explorava uma empreendimento como conta-própria ou empregadora.

A segunda maneira orienta para registrar o valor dos produtos ou mercadorias da forma como segue:

* o valor real ou estimado (valor de mercado), em setembro do ano da pesquisa, dos produtos ou mercadorias produzidos normalmente por mês;

* o valor médio mensal, real ou estimado (valor de mercado), que ganharia normalmente em setembro do ano da pesquisa, pelos produtos ou mercadorias produzidos sazonalmente.

Neste caso, recomenda-se também não computar o valor da produção para o próprio consumo nem a parcela de pagamento efetuada em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.).

Como se pode observar, o cômputo do valor final da renda agrícola exige do declarante uma série de cálculos que podem limitar as informações. Uma das maiores

¹⁰⁷ - Manual de entrevista da pesquisa básica. FIBGE, PNAD 1995.

limitações já constatadas é a subestimação das rendas nas PNADs, principalmente nas faixas de rendas mais elevadas¹⁰⁸. Informações recentes do professor Rodolfo Hoffmann revelam que a renda captada pela PNAD fica em torno de 60%. Em grande parte, isso ocorre porque o IBGE capta somente a renda monetária (valor recebido). Porém, dos 40% da renda sub-declarada, o autor estima que, no ano de 1997, menos de 10% deste total dizia respeito à sub-declaração da renda rural.

Mas há outros problemas específicos. Segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1999), no caso da renda agrícola, onde os preços e custos variam sazonalmente, os cálculos seriam ainda mais complicados mesmo para aqueles produtores que tivessem uma contabilidade atualizada, que são uma pequena minoria no país. Além disso, como a pesquisa é realizada na última semana de setembro, a grande maioria dos produtores agropecuários do Centro-Sul do país – que é a área mais importante do ponto de vista da produção – já está iniciando um novo ano agrícola e tem que se reportar a uma produção que foi produzida (e possivelmente comercializada) no primeiro semestre do ano.

Deve-se reconhecer, também, que os procedimentos indicados tendem a afetar mais diretamente a categoria dos conta-própria e dos empregadores rurais. No primeiro caso, situação típica das áreas de produção familiar, torna-se difícil captar de forma adequada o montante representado pela produção de autoconsumo. Assim, para Del Grossi (1999), é certo que, na produção familiar, há uma parcela de produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta-própria esteja sub-declarada.

Diante do exposto e das dificuldades de se ter informações mais precisas sobre a participação da renda agrícola no conjunto da renda familiar, o enfoque da pluriatividade neste trabalho está bem mais concentrado na variável “ocupação” da população rural catarinense e menos na variável “rendas”.

¹⁰⁸ - Maiores detalhes podem ser encontrados em Hoffmann, R. (1988). A subdeclaração dos rendimentos. São Paulo em Perspectiva, v.2, n.1, pp.50-54.

7 – A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise se tornou uma das questões mais relevantes no debate sobre a pluriatividade¹⁰⁹. Na literatura internacional, esse assunto ainda é bastante polêmico, embora nos últimos anos as discussões tenham caminhado para um certo consenso. Em grande medida, os critérios adotados (tempo de trabalho, origem da renda, pessoas ou famílias envolvidas) interferem diretamente nos níveis de pluriatividade. Neste sentido, este item procurará, com base na literatura especializada, discutir os principais aspectos desse debate¹¹⁰.

Tradicionalmente, a decisão de ter uma segunda ocupação (agrícola ou não-agrícola) que gerasse novas fontes de renda às unidades de produção era tida com sendo responsabilidade do chefe da exploração. Neste caso, desconsiderava-se a inserção produtiva do conjunto dos membros familiares e a família enquanto uma unidade econômica e social não era examinada. Esse fenômeno ficou conhecido por “agricultura de tempo parcial”, pois se limitava a analisar apenas os movimentos do titular das unidades de produção¹¹¹.

Somente nos anos oitenta é que se mudou o eixo central do debate, quando novos elementos foram incorporados à discussão sobre o futuro do mundo rural. Por um lado, a crise agrícola obrigou a uma reformulação do modelo produtivista baseado na Revolução Verde, o qual causou um excesso de produção tanto nos EUA como na Europa. Com isso, todo o aparato institucional que deu suporte a esse modelo foi revisto, iniciando um processo de reordenamento da produção. Por outro lado, os elevados custos sociais que garantiram essa super-produção agrícola e as preocupações recentes com a temática ambiental também foram decisivas para a conformação de uma nova estratégia de produção alimentar, em que a prática de atividades econômicas em setores extra-agrícolas passou a ser considerada como importante para as unidades familiares de produção.

¹⁰⁹ - A pluriatividade pode ser definida como sendo a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto no interior como no exterior das unidades de produção, por parte dos membros familiares.

¹¹⁰ - Elementos fundamentais desta discussão podem ser encontrados também em Kageyama, A. (1998). Pluriatividade e Ruralidade: alguns aspectos metodológicos. Anais do 36º Congresso da SOBER. Poços de Caldas, MG.

¹¹¹ - Segundo Fuller (1984), os estudos continuavam a descrever o fenômeno em termos dos atributos físicos e produtivos das unidades de explorações, focalizando os requerimentos sociais especificamente sobre o operador da unidade de produção.

É neste contexto que a discussão sobre “agricultura de tempo parcial” muda de enfoque e dá lugar, em praticamente todos os estudos, à pluriatividade. Na verdade, essa mudança reflete uma ampliação conceitual para que fossem incluídos as outras ligações das propriedades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos. Com isso, esse conceito, ao focalizar a dinâmica do trabalho e da renda nas unidades familiares de produção, acabou incorporando as características da denominação anterior (*part-time farming*)¹¹².

Deste modo, a pluriatividade propicia uma separação dos padrões tradicionais do trabalho, tanto em termos dos membros familiares como no que se refere às atividades produtivas, além de descrever uma unidade de produção multidimensional na qual a agricultura e as outras atividades estão compreendidas (Fuller, 1990).

Para Newby (1987), a unidade de análise não pode mais ser a unidade de produção (os estabelecimentos agropecuários), uma vez que para se entender as forças que definem as atividades das unidades familiares de produção é necessário estudar todos os componentes da renda familiar e a forma como as necessidades de trabalho são divididas entre os membros familiares. Neste caso, a família passa a ser o elemento central para se entender a pluriatividade.

Já, Brun (1989) afirma que para se compreender a evolução das unidades de produção, sua lógica econômica, sua capacidade de se reproduzir e suas relações externas, torna-se necessário uma referência às famílias, uma vez que a partir do momento que as decisões relativas à exploração agrícola passam a ser tomadas em um âmbito maior, a análise deve se deslocar da exploração e caminhar para família. Porém, neste debate é fundamental considerar também as mudanças que vêm se processando no âmbito das próprias famílias, as quais alteram o seu relacionamento com as unidades de exploração. Em grande medida, essas mudanças estão relacionadas à diminuição do número de membros familiares, principalmente das mulheres, envolvidas com as atividades agrícolas, o que provoca uma alteração nas formas tradicionais de alocação da força de trabalho no interior das famílias. Além disso, as dificuldades econômicas das famílias induzem os membros familiares a buscar novas formas de ocupação e de geração de rendas externas às

¹¹² - Ainda segundo Fuller (1990), os elementos fundamentais que auxiliaram na ampliação conceitual dos anos oitenta foram: os problemas derivados do enfoque restrito dos estudos do *part-time*; as reformas na Política Agrícola Comum (PAC); e os estudos da Fundação Arkleton Trust.

explorações. E é justamente essa mudança na dinâmica familiar que transforma a família na unidade analítica relevante, uma vez que ela não se articula apenas no interior do setor agrícola mas tende a ser uma unidade plurisetorial, cuja lógica de funcionamento não é mais definida exclusivamente pela economia agrícola.

Essas mudanças na dinâmica familiar também foram discutidas por outros autores. Analisando a pluriatividade na Nova Zelândia, Le Heron et alii (1994) partem do enfoque familiar para explorar a interação entre a organização familiar, o mercado e as relações de produção. Isso significa que a pluriatividade é o resultado de diversas negociações entre indivíduos e famílias e uma resposta às mudanças do contexto econômico e social. Decorre daí a complexidade desse fenômeno, o qual poderá emergir a partir de uma série de processos que estão articulados à unidade familiar.

Para Shucksmith & Smith (1991), as relações familiares tornaram-se altamente flexíveis e permitiram a adoção de diferentes estratégias para se adaptar às mudanças internas e externas. Neste caso, a família pluriativa é uma das principais responsáveis pela persistência da produção familiar européia. No entanto, a pluriatividade enfrenta algumas barreiras: por um lado, os agricultores têm medo de se tornar proletários e relutam em aceitar trabalhos manuais e de baixo "status", ao mesmo tempo em que os trabalhos com baixa remuneração e em condições precárias não exercem nenhuma atratividade; por outro lado, as unidades familiares de produção não conseguem promover um processo de diversificação do uso da terra para outras atividades devido à falta de recursos financeiros.

Já no projeto Arkleton Research¹¹³, apesar das divergências entre o grupo de pesquisadores, alguns trabalhos esclareceram o problema. Para Blanc (1987), a pluriatividade das famílias agrícolas é uma das conseqüências da adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais. Ela surge a partir da mobilidade do trabalho (é uma mobilidade entre os postos de trabalho que exigem qualificação e modalidades de aprendizagem variáveis no tempo) e pode ser observada tanto nos indivíduos como nas famílias.

¹¹³ - O projeto Arkleton Research, desenvolvido através de um convênio entre a Comunidade Européia e a Arkleton Trust (Fundação do Reino Unido), estudou a pluriatividade em 12 países europeus.

Para o autor, o mais importante é analisar as mudanças macroeconômicas e os seus efeitos sobre o mercado de trabalho e sobre os fenômenos macrosociais (relações intrafamiliares e o papel das famílias na socialização dos jovens), pois é deste ponto de vista que é possível utilizar a família como unidade de análise.

Essa questão também foi discutida, no mesmo projeto, por Barthez (1987). Para essa autora, o fenômeno da pluriatividade se alterou ao longo do tempo. Com as mudanças no processo produtivo foram sendo incorporadas novas atividades ao espaço rural, abrindo-se a possibilidade de ocupações extra-agrícolas para alguns membros familiares. A partir deste momento, a unidade de produção deixa de ser a esfera mais relevante e em seu lugar aparece a família, enquanto universo doméstico, como elemento essencial para a interpretação da pluriatividade e como centro unificador das diversas atividades exercidas por seus membros. Porém, a profissionalização individual dos membros da família modifica os termos de trocas familiares. Neste caso, deve-se analisar também os indivíduos que nela habitam tentando compreender a sua forma de integração no seio do grupo familiar.

Em síntese, a unidade de análise relevante deixou de ser a exploração agrícola e passou a ser a família. Entretanto, é necessário considerar também a estratégia individual dos membros familiares, uma vez que a família está constantemente em mutação e transformando-se cada vez mais em um agregado de estratégias individuais, as quais nem sempre estão diretamente ligadas às atividades agrícolas. Assim, quando pretendemos analisar apenas o emprego, as pessoas podem ser consideradas como a unidade de análise relevante. Porém, quando buscamos compreender o fenômeno da pluriatividade em sua totalidade (combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto interna como externamente à agricultura), a unidade relevante passa a ser a família ou o domicílio, sendo que a escolha entre uma ou outra unidade (família ou domicílio) depende mais de fatores práticos do que teóricos¹¹⁴.

No caso brasileiro, pelos critérios adotados pelas PNADs, esses dois conceitos têm fortes limitações: a família porque considera apenas a unidade nuclear, o que em muitos casos separa grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si; os domicílios porque juntam, às vezes, famílias nucleares economicamente

¹¹⁴ - Uma explicação mais detalhada sobre essa questão pode ser encontrada em Fuller (1990).

independentes simplesmente porque não possuem uma entrada privativa para seus aposentados. Desta forma, tanto as famílias como os domicílios não são conceitos inteiramente adequados para se avaliar a pluriatividade no meio rural.

Para superar esse problema conceitual, Graziano da Silva & Del Grossi (1998), definiram como unidade de análise os domicílios particulares permanentes, excluindo-se dentre seus membros os pensionistas, as empregadas domésticas e os parentes destas. Deste modo, a unidade a ser utilizada se aproxima do que poderia se chamar de **família extensa**, pois inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados.

Neste sentido, contruímos no âmbito do “Projeto Rurbano” uma tipologia que separa as famílias extensas por situação de domicílio e por posição na ocupação da pessoa de referência no domicílio. Do ponto de vista da situação dos domicílios, a partir do Censo Demográfico de 1991, foram introduzidas novas unidades territoriais: as áreas urbanas foram subdivididas em urbanizadas, urbanas não-urbanizadas ou isoladas; e as áreas rurais foram subdivididas em rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusiva¹¹⁵. As categorias “urbana não-urbanizada” e “rural extensão do urbano” procuram justamente dar conta do problema da extensão de fato das áreas urbanas sobre as áreas rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do Censo.

Quanto à posição na ocupação, as famílias foram classificadas em cinco categorias. A categoria de **empregador** compreende os casos em que uma das pessoas da família declarou-se como tal na semana da pesquisa, independente da posição na ocupação dos demais membros. Já as famílias foram classificadas como **conta-própria** quando um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. A família foi classificada como sendo de **trabalhadores ocupados** caso não existisse nem empregador e nem conta-própria e pelo menos um dos seus membros declarou exercer alguma atividade na semana de referência. Por fim, a família foi considerada como **não-ocupada** quando nenhum membro declarou-se ocupado na semana de referência. A quinta categoria, na verdade, deriva de uma subdivisão das famílias

¹¹⁵ - A agregação das áreas urbana não-urbanizada e urbana isolada, bem como das áreas rural povoado, rural núcleo e rural outros (em rural aglomerado) deveu-se à baixa representatividade estatística de cada área isoladamente e à similaridade das suas definições.

empregadoras. Com isso, as famílias dessa posição foram consideradas como **empregadoras com até dois empregados e empregadoras com mais de dois empregados**.

A partir daí, construiu-se a tipologia das famílias com as seguintes características: **famílias agrícolas**, aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades agropecuárias na semana de referência, considerando-se tanto as ocupações principal ou secundária declaradas por seus membros; **famílias pluriativas**, aquelas em que pelo menos um dos membros da família extensa declarou exercer sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas; e **famílias não-agrícolas**, aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades não-agropecuárias na semana de referência.

Especificamente em relação às famílias pluriativas, foi adotada uma definição conceitual ampla, em função da seguinte questão: considerar pluriativas ou não as pessoas que declararam ter ocupação principal e também secundária em atividades agrícolas. Segundo os autores, o fundamental na pluriatividade é que a pessoa exerça uma outra atividade, além de sua ocupação principal. Mas também é verdade que muitas dessas combinações de atividades agrícolas, principal e secundária, são formas tradicionais de pluriatividade no meio rural brasileiro, o que levaria a superestimar aquilo que existe de “novo” na pluriatividade atual, que é a combinação intersetorial, ou seja, a combinação de atividades agrícolas com as ocupações fora da agricultura.

Usando os dados da PNAD de 1995 e subdividindo os domicílios pluriativos em agrícolas e não-agrícolas, os autores chegaram à conclusão que apenas 3,5% do universo pesquisado de 10,8 milhões de famílias que residiam no meio rural brasileiro e que tinham pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas se enquadravam na definição de pluriatividade tradicional, ou seja, combinavam atividades agrícolas na ocupação principal e também na secundária. Em função desse baixo percentual, optou-se por considerar apenas o total das famílias pluriativas.

8 - PROCEDIMENTOS SOBRE O ESTUDO DE CASO

8.1 - A METODOLOGIA ADOTADA PELO DESER

É sempre bom lembrar que a pesquisa de campo foi realizada com o objetivo de subsidiar a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável para o município de Blumenau. Por isso, a investigação específica da pluriatividade não teve uma atenção mais destacada no âmbito do estudo.

O instrumento de pesquisa utilizado procurou contemplar os seguintes aspectos: as características básicas dos grupos familiares (idade, sexo, escolaridade e ocupação); as condições de moradia e de uso dos solos; a estrutura da produção agropecuária municipal (tecnologia, nível de investimento, acesso ao crédito, assistência técnica e volume da produção); a organização comunitária; as condições de vida dos agricultores e os principais problemas das comunidades.

Após a elaboração do instrumento de pesquisa, atividade realizada pelo DESER e pelo Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal, foi definido que seriam pesquisados 5% dos imóveis cadastrados no INCRA no ano de 1995. A seleção dos agricultores que foram entrevistados ocorreu através de sorteio por localidade, a partir de uma lista composta de 150 famílias. Essa lista foi elaborada pelo Comitê de Coordenação da pesquisa e pelos técnicos do Departamento de Agricultura do Município, tendo como critérios básicos: a representatividade dos diferentes tipos de agricultores; a área dos estabelecimentos; a ocupação da mão-de-obra familiar; o ciclo de vida das famílias; o nível de produção agrícola e de renda dos agricultores e a inserção nos mercados. No final do processo, foram entrevistadas 81 famílias.

De posse dos questionários, tabulou-se o conjunto das informações, dando origem ao documento "Diagnóstico do Desenvolvimento Rural de Blumenau: subsídios e propostas para a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável". Este documento está servindo de base para a formulação das políticas municipais para a área rural.

Uma crítica que pode ser feita à pesquisa é que toda a sua metodologia está com um viés estritamente agrônômico, tomando-se o estabelecimento agropecuário como a unidade de análise relevante. Decorrem daí as preocupações em tipificar os agricultores a partir de

suas potencialidades estritamente agrícolas. Esse aspecto acabou sendo destacado na classificação dos diferentes tipos de agricultores, uma vez que foi superestimada a participação das atividades agrícolas, tanto em termos da composição da renda familiar como em termos da ocupação da mão-de-obra.

Além disso, deve-se considerar também que o processo de amostragem partiu de um de algumas premissas pré-determinadas, ou seja, das famílias agricultoras típicas que possuíam representatividade nas comunidades rurais. Essa forma de seleção prévia pode induzir a uma visão estereotipada da realidade rural local.

8.2 – OS NOVOS TRATAMENTOS ÀS INFORMAÇÕES

Quando fizemos os primeiros contatos junto ao DESER para obter os dados, soubemos que durante a aplicação dos questionários houve alguns problemas que afetaram parte dos resultados. Assim, de posse das informações, realizamos uma leitura cuidadosa das mesmas e constatamos, inicialmente, que havia problemas em seis questionários¹¹⁶, os quais foram eliminados da amostra. Com isso, passamos a trabalhar com 75 famílias, e não mais com as 81 famílias pesquisadas pelo DESER.

Utilizando o “software SPSS for windows”, separamos as famílias de acordo com a mesma metodologia utilizada para os dados das PNADs. Assim, o primeiro critério de classificação foi a posição na ocupação e, posteriormente, o tipo de atividade.

Pela posição na ocupação, encontramos as seguintes categorias na amostra:

Empregadores com até dois empregados: compreende os casos em que as famílias declararam contratar mão-de-obra para realizar parte das lides agropecuárias;

Conta-própria: compreende os casos em que as famílias declaram não contratar mão-de-obra para as lides agropecuárias;

Não-ocupados: quando nenhum membro familiar declarou-se economicamente ocupado.

Vale lembrar que na amostra original, por opção do processo de amostragem, não se constatou a presença dos empregadores que contratam mais de dois empregados e nem dos

¹¹⁶ - Dentre os problemas, destacavam-se o preenchimento incorreto de vários campos do questionário, a troca de várias unidades, a falta de resposta de algumas questões, etc.

outros trabalhadores ocupados, categorias estas que estavam presentes nos dados das PNADs.

De acordo com as atividades exercidas, foram identificados na amostra os seguintes tipos de famílias:

Famílias agrícolas: aquelas famílias em que todos os seus membros trabalhavam exclusivamente em atividades agrícolas;

Famílias pluriativas: aquelas em que pelo menos uma pessoa da família se ocupava economicamente em atividades não-agrícolas;

Famílias não-agrícolas: aquelas em que todos os membros não exerciam qualquer atividade agrícola;

Famílias de aposentados: aquelas famílias em que todos os membros declararam ser aposentados e não ter nenhuma ocupação econômica no momento da pesquisa.

A partir da construção desta tipologia, separamos as pessoas de cada tipo familiar que declararam ser economicamente ativas daquelas economicamente inativas (pessoas com menos de 10 anos de idade e pessoas aposentadas). Com isso, foi possível classificar o conjunto das pessoas economicamente ativas por ramos de atividade e por setores de ocupação, segundo a tipologia adotada.

Posteriormente, as famílias foram classificadas de acordo com o estrato de área, com a atividade principal das unidades de produção e com as condições sócio-econômicas. Esta classificação, bastante comum na literatura especializada, é muito importante para comparar o comportamento de algumas variáveis, principalmente entre as famílias agrícolas e as pluriativas.

Finalmente, foram consideradas as diferentes fontes de rendas, dando origem a um conjunto de tabelas que diz respeito à composição das rendas médias familiares; à renda média *per capita* segundo esses mesmos tipos de famílias, além do cruzamento das diversas fontes de renda com os estratos de área.

Na tipologia adotada pelo DESER observa-se que, para obter a renda familiar, foram somadas duas fontes de rendas distintas: a renda líquida advinda das atividades externas e/ou das aposentadorias e a renda bruta das atividades agrícolas. Com isso, se superestimou a participação da renda das atividades agrícola no conjunto da renda familiar. Este procedimento provoca efeitos negativos sobre os índices de pluriatividade. Além

disso, constatou-se também que a pesquisa do DESER considerou o consumo intermediário como renda agrícola.

Assim, na primeira etapa refizemos toda a renda relativa ao autoconsumo, computando-se somente os valores dos produtos destinados ao consumo humano. As quantidades de produtos destinadas à alimentação humana multiplicadas pelo valor de mercado da época da pesquisa resultaram na renda de autoconsumo. Após refazer os valores do autoconsumo, calculamos os custos de produção de cada questionário. Nesta fase, por ausência de algumas informações necessárias, foram eliminados da amostra mais oito questionários. Com isso, as tabelas sobre rendas dizem respeito a apenas 67 famílias, de uma amostra inicial de 81 questionários aplicados.

Para se obter a Renda Agrícola Líquida (RL), partimos da seguinte definição:

$$RL = (1 - \text{Coeficiente \% do custo de produção}) \times \text{Renda Bruta (RB)} + \text{Autoconsumo pessoal.}$$

O coeficiente percentual do custo de produção foi calculado com base no “Manual de Referência de Administração Rural: desempenho técnico e econômico de propriedades agrícolas de SC”, elaborado pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.). Este manual especifica a renda bruta, os custos de produção fixos e variáveis e as cessões internas dos diversos sistemas de produção da região de Blumenau, inclusive escalonando esses sistemas por estrato de área utilizada. De posse desses valores e das informações dos questionários sobre a atividade principal das unidades de produção e a área utilizada, foi possível definir o coeficiente para cada unidade pesquisada.

Já a renda bruta foi obtida pela simples multiplicação das quantidades de produtos declaradas como comercializadas no mercado pelo seu preço vigente no segundo semestre de 1997 (período de realização da pesquisa). E o autoconsumo pessoal refere-se apenas ao consumo pessoal dos membros das famílias e seus empregados, excetuando-se o consumo animal e o consumo intermediário (sementes, milho, cana, mandioca, ração, etc.).

Desta forma, obteve-se a renda agrícola líquida, que somada às rendas não-agrícolas e às rendas de aposentadorias, deu origem à renda familiar total para cada categoria ocupacional e também para os diversos tipos de famílias considerados.